



PEDS

Plano Estratégico
de Desenvolvimento
Sustentável

2017/2021

CABO VERDE

GOVERNO DE
**CABO
VERDE**

A TRABALHAR PARA TODOS.

“Cabo Verde, país plataforma no Atlântico Médio”

Um Cabo Verde com a
importância que merece.



PEDS

Plano Estratégico de
Desenvolvimento Sustentável
2017/2021



TABELA DE CONTEÚDOS

PREFÁCIO	9
Sumário Executivo	11
1 Diagnóstico	31
1.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL	33
1.1.1 O contexto internacional global.....	33
1.2 O CONTEXTO NACIONAL.....	33
1.2.1 Cabo Verde no contexto dos Pequenos Países Insulares	38
2 Os grandes desafios ao Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde.....	41
2.1 AS VULNERABILIDADES E A RESILIÊNCIA.....	43
2.1.1 A vulnerabilidade económica	44
2.1.2 As vulnerabilidades ambientais e medidas de resiliência.....	47
2.2 A VALORIZAÇÃO DAS ILHAS E DOS RECURSOS ENDÓGENOS.....	50
2.3 A EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA.....	51
2.4 INTEGRAÇÃO DAS AGENDAS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	54
3 Cabo Verde do Futuro	57
3.1 A VISÃO.....	59
3.2 A RESPOSTA ESTRATÉGICA: INSERÇÃO DINÂMICA DE CABO VERDE NO SISTEMA ECONÓMICO MUNDIAL	60
3.2.1 Cabo Verde, país plataforma.....	63
4 Os objetivos do PEDS	67
4.1 OBJETIVO 1: FAZER DE CABO VERDE UMA ECONOMIA DE CIRCULAÇÃO LOCALIZADA NO ATLÂNTICO MÉDIO.....	69
4.1.1 Cabo Verde país-plataforma de circulação no Atlântico Médio.....	69
4.1.2 Investimento Direto Estrangeiro.....	81
4.1.3 Aprofundar as relações económicas multilaterais e bilaterais	83
4.2 OBJETIVO 2: GARANTIR A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E AMBIENTAL	86
4.2.1 Consolidação do turismo atual e garantir a autossustentação do seu crescimento	86
4.2.2 Promover a produção interna e as exportações:.....	87
4.2.3 Reformas Estruturantes	93
4.2.4 Adoção de uma agenda para a preservação do Ambiente e da Biodiversidade.....	115
4.3 OBJETIVO 3: ASSEGURAR A INCLUSÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E ASSIMETRIAS SOCIAIS E REGIONAIS.....	117
4.3.1 As Condições de Vida das Famílias e a Inclusão Social.....	117
4.3.2 A Educação	120
4.3.3 O Acesso à Habitação	122
4.3.4 O Emprego Digno e a Formação Profissional	124
4.3.5 A Juventude	125
4.3.6 O Sistema Nacional de Saúde e acesso à Segurança Social.....	127
4.3.7 A Igualdade de Género	129

4.3.8 A Cultura.....	132
4.3.9 O Desporto.....	133
4.4 OBJETIVO 4: REFORÇAR A SOBERANIA, VALORIZANDO A DEMOCRACIA E ORIENTANDO A DIPLOMACIA PARA OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.	135
4.4.1 A Democracia.....	135
4.4.2 A Cultura da Paz, dos Direitos e da Justiça.....	137
4.4.3 A Segurança.....	140
4.4.4 A Defesa do Território.....	142
4.4.5 A Política Externa, a Mobilização de Parcerias Estratégicas e a Diáspora.....	144
5 Operacionalização do PEDS.....	149
5.1 O RACIONAL E O QUADRO LÓGICO DO PEDS.....	151
5.2 OS PILARES PROGRAMÁTICOS DO PEDS.....	155
5.2.1 Pilar 1 - Economia: Um Novo Modelo de Crescimento Económico.....	156
5.2.2 Pilar 2 - Estado Social: Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades.....	162
5.2.3 Pilar 3 - Soberania: Um novo modelo de Estado.....	164
5.3 REGIONALIZAÇÃO DO PEDS.....	166
5.3.1 Metas Regionais.....	168
6 Financiamento e modalidade de implementação do PEDS.....	173
6.1 Mecanismos de financiamento do PEDS.....	175
6.2 APROPRIAÇÃO NACIONAL E INTERVENIENTES.....	176
6.2.1 Operacionalização do Sistema de Planeamento.....	177
6.2.2 Papéis e Responsabilidades.....	177
6.2.3 Mecanismo de Seguimento/Monitorização e Avaliação.....	178
6.2.4 Plano de Seguimento/Monitorização.....	178
6.2.5 Plano de Avaliação.....	179
6.2.6 Comissão de Seguimento/Monitorização e Avaliação.....	179
6.2.7 Sistema Estatístico Nacional.....	179
7 Riscos.....	181
8 Anexos.....	185
8.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PEDS.....	187
8.2 O CENÁRIO E AS PROJEÇÕES MACROECONÓMICAS DO PEDS.....	188
8.2.1 População.....	188
8.2.2 Rendimento, Pobreza, Desigualdade e Desemprego.....	189
8.2.3 Enquadramento Externo da Economia Cabo-Verdiana.....	190
8.2.4 Dinâmica da Economia Cabo-Verdiana.....	191
8.2.5 Produção.....	192
8.2.6 Setor Externo.....	194
8.2.7 Setor Monetário.....	195
8.2.8 Preços e Deflator.....	196
8.3 REGIONALIZAÇÃO POR ILHA.....	197
8.4 ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS.....	208

Lista de Siglas, Abreviações e Acrónimos

AGOA	<i>African Growth and Opportunity Act</i>
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ANT. E BAR	Antígua e Barbuda
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BA	Bolsa de Acesso
BCV	Banco de Cabo Verde
BVC	Bolsa de Valores de Cabo Verde
CBF	Código de Benefícios Fiscais
CC-PEDS	Conselho Consultivo do PEDS
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEJFFA	Centro Estudos Jurídicos e Formação Fiscal e Aduaneira
CH4	Metano
CHEGOV	Chefia do Governo
CIN	Centro Internacional de Negócios
CNEST	Conselho Nacional de Estatística
CNIET	Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho
COC	Comité Olímpico Cabo-verdiano
COPAC	Comité Paralímpico Cabo-verdiano
CP	Conferência das Partes
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
DB	<i>Doing Business</i>
DGPOG'S	Direções Gerais de Planeamento, Orçamento e Gestão
DNOCP	Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública
DNP	Direção Nacional do Planeamento
DNRE	Direção Nacional das Receitas do Estado
DTF	<i>Distance to Frontier</i>
ECV	Escudos cabo-verdianos
EDB	<i>Ease of Doing Business</i>
ENDE	Estratégia Nacional do Desenvolvimento Estatístico
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETOPS	<i>Extended Twin Engine Operations</i>
EU/UE	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAA	<i>Federal Aviation Administration</i>
FACIC	Fundo Autónomo da Cultura e Indústrias Criativas
FADSTM	Fundo Autónomo de Segurança e Desenvolvimento dos Transportes Marítimos
FED	<i>Federal Reserve System</i>
FED. RUSSA	Federação Russa
FIR	Região de Informação de Voo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GCF	Fundo Verde para o Clima
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GEF	Fundo Global para o Ambiente
I&D	Investigação e Desenvolvimento

ICCA	Instituto Cabo-verdiano das Crianças e Adolescentes
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IE&I	Instituto de Energia e Indústria
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFH	Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.
INDC	<i>Intended Nationally Determined Contributions</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IRPC	Imposto sobre o Rendimento da Pessoa Coletiva
IRPS	Imposto sobre o Rendimento da Pessoa Singular
IUP	Imposto Único sobre Património
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MSA	Módulo de Seguimento e Avaliação
MAA	Ministério de Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
MCIC	Ministério da Cultura e Industrias Criativas
MDESP	Ministério do Desporto
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MEE	Ministério de Economia e Emprego
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério das Finanças
MFIS	Ministério da Família e Inclusão Social
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MJT	Ministério da Justiça e Trabalho
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
MSSS	Ministério da Saúde e Segurança Social
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NAPA	Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
NDC'S	Contribuições Nacionalmente Determinadas
ND-GAIN	Índice de Adaptação Global da Universidade Notre Dame
NDT	Neutralidade da Degradação das Terras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODINE	Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG'S	Organizações Não-Governamentais
OTEC	<i>Ocean Thermal Energy Conversion</i>
PALOP	Países Africanos de Língua Portuguesa
PDCA	Planear-Executar-Rever-Ajustar
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PENGER	Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos

PG	Programa do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PNSIC	Programa Nacional da Segurança Interna e Cidadania
POSER	Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais
PPI	Pequeno País Insular
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PPP	Parceria Público-Privada
PROG.GOV.	Programa do Governo
PS	Pensão Social
QDMP	Quadro de Despesas de Médio Prazo
QL	Quadro Lógico
QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
RDP	Revisão da Despesa Pública
RH	Recursos Humanos
RIS	Rendimento Social de Inclusão
RL	Resultado Líquido
ROE	Rentabilidade do Capital Próprio
RRD	Redução do Risco de Desastres
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
S&A	Seguimento e Avaliação
SADC	Comunidade dos Países da África Austral
SEM	Sistema Económico Mundial
SEM	Sistema Estatístico Nacional
SIDS	<i>Small Island Developing States</i>
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
SIGPG	Sistema de Informação e Gestão Patrimonial Georreferenciado
SIPC	Sistema Informatizado do Processo Civil
SIPP	Sistema Informatizado de Processo Penal
SNI	Sistema Nacional de Investimentos
SNP	Sistema Nacional de Planeamento
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SSA	<i>Sub-Saharan African Countries</i>
TACV	Transportes Áereos de Cabo Verde
TADAT	<i>Tax Administration Diagnostic Assessment Tools</i>
TIC'S	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UASE	Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado
UDL	Unidade de Desenvolvimento Local
UEMOA	União Económica e Monetária da África do Oeste
UK	Reino Unido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VBG	Violência Baseada no Género
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZEEEM	Zona Económica Especial de Economia Marítima

PREFÁCIO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) fixa metas desafiantes para o período 2017/2021, numa abordagem consistente de longo prazo, assente em quatro objetivos estruturantes: (1) fazer de Cabo Verde uma economia de circulação no Atlântico Médio; (2) garantir a sustentabilidade económica e ambiental; (3) assegurar a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais; (4) reforçar a soberania, valorizando a democracia e orientando a diplomacia para os desafios do desenvolvimento do País.

O contexto externo, de redução da ajuda pública ao desenvolvimento e o contexto interno, de elevado endividamento público, balança de bens estrutural e profundamente deficitária, importantes assimetrias regionais, elevado desemprego e mais de um terço da população em situação de pobreza absoluta, impõem a necessidade de mudança de paradigma no processo de desenvolvimento do país assente: (1) no imperativo da inserção no Sistema Económico Mundial (SEM). Cabo Verde não consegue, pela sua dimensão e características de país insular, desenvolver-se fora de um contexto de grande abertura económica e profundas relações com o SEM, nomeadamente através da inserção em espaços económicos dinâmicos que permitam ao país o acesso a investimentos, a mercados, a tecnologia, ao conhecimento e à segurança; (2) na endogeneização dos fatores institucionais, económicos e sociais do desenvolvimento, para tornar o país sustentável.

O PEDS, ao definir como objetivo “fazer de Cabo Verde uma economia de circulação no Atlântico Médio”, responde ao imperativo da inserção no SEM, através da valorização da estabilidade política, institucional e social do país para o reforço da confiança nas relações com os parceiros de desenvolvimento e com os investidores e através da valorização da localização geoeconómica do país, do ponto de vista económico e da segurança. Cabo Verde posiciona-se como um país com boa localização para a conectividade entre a África, a Europa e a América, aberto ao mundo, cosmopolita, seguro, de baixos riscos políticos, sociais e sanitários, com uma forte aposta na construção de uma economia de conhecimento e de inovação, para funcionar como

plataforma aérea, marítima, digital e de inovação financeira, comercial e industrial e de investimento étnico, na sua inserção no SEM.

A endogeneização dos fatores institucionais, económicos e sociais do desenvolvimento implica a criação de um ambiente político, institucional, social, económico e educativo favorável. Esse ambiente exige uma atitude desenvolvimentista que acredita no país, na sua possibilidade de desenvolvimento; uma predisposição para mudar o estado atual com ambição e construir um futuro coletivo, que implique as gerações atuais e beneficie as gerações futuras. Exige reformas. Reforma requer estratégia, intencionalidade, consistência e boa gestão do tempo, para mudar, de forma estrutural, o ambiente institucional, económico e social, necessário para atingir os objetivos do desenvolvimento.

O PEDS, para ser executado com eficiência, precisa de: (1) um modelo de crescimento económico baseado no investimento privado, no complemento da economia social e solidária e na inclusão social e territorial; (2) uma forte aposta no desenvolvimento local e regional, através de mais descentralização, da territorialização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e de um Estado parceiro nas relações com as empresas e com as organizações não-governamentais; (3) uma Administração Pública competente focada na missão do serviço público e orientada pelo primado da lei; (4) uma ação política e governativa orientada para estimular a autonomia e a autossuficiência das famílias, através do emprego, da produção e do rendimento e de instrumentos que definam regras claras, objetivas e imparciais para as condições de acesso aos cuidados, benefícios e programas sociais.

As metas do PEDS são desafiantes para o aumento do rendimento médio dos cabo-verdianos, redução da taxa de desemprego, melhoria significativa do Índice de Desenvolvimento Humano, redução das desigualdades sociais e da pobreza absoluta. Estamos confiantes que vamos conseguir atingi-las.

**Sua Excelência, Sr. Primeiro Ministro de Cabo Verde,
Dr. Ulisses Correia e Silva**





Sumário Executivo

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017 – 2021 é o documento que materializa, em termos programáticos e operacionais, o Programa do Governo da IX Legislatura. O PEDS descreve o processo de concepção e implementação da estratégia do Governo, para lançar as bases do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, tendo em vista a construção de um melhor futuro para todos os Cabo-verdianos.

Neste sentido, o PEDS foi concebido numa ótica participativa e esforços foram encetados para garantir, além da administração pública central e dos governos locais, o envolvimento de várias entidades e instituições nacionais, incluindo organizações da sociedade civil e do setor privado e, ainda, os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. O Plano contribui para a agenda de desenvolvimento global (2030) e foi desenvolvido, levando em consideração o alinhamento com os princípios dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A lógica e a estrutura do documento PEDS compreendem uma narrativa descrita em sete principais capítulos, em que os quatro primeiros relatam a substância da estratégia e os seguintes três descrevem os aspetos relativos à sua implementação.

Os capítulos do PEDS são:

1. Diagnóstico;
2. Os grandes desafios ao Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde
3. Cabo Verde do Futuro;
4. Os objetivos do PEDS;
5. Operacionalização do PEDS;
6. Financiamento e modalidade de implementação do PEDS;
7. Riscos.

O diagnóstico mostra uma fotografia do país e do mundo no qual se insere, e, sobre esta imagem, foram identificados os principais desafios de desenvolvimento. Na sequência, em sintonia com os preceitos e a visão de futuro do Programa do Governo, foi concebida uma estratégia de superação destes desafios e os objetivos do PEDS foram delineados para o período vigente. Segue-se uma resenha dos principais capítulos, em termos da substância e da operacionalização da estratégia.

.....

O capítulo 1 – Diagnóstico – descreve o contexto global em que Cabo Verde se insere, assim como o ponto de situação em que o país se encontrava em 2016. Nesta lógica constatou-se um cenário global desafiador, em que o crescimento médio da economia mundial passou de 3,7%, entre 2007-2011, para 3,4%, no período 2012-2016. As economias avançadas, não obstante os constrangimentos, conheceram um aceleração do nível de atividade económica de 0,7 %, sendo que, no caso particular da Zona do Euro, principal parceiro comercial de Cabo Verde, o aumento foi de apenas 0,2%.

Na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), destacam-se os países da União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA), que atingiram taxas de crescimento mais expressivas, explicadas pelos avanços institucionais alcançados nos últimos anos, bem como taxas de inflação mais moderadas.

O turismo mundial, apesar da fraca dinâmica da economia global, continuou a crescer a um ritmo estável, mantendo a tendência de crescimento que se regista desde 2009. O fluxo de turistas aumentou 3,9% em 2016, atingindo um total de 1,2 mil milhões de chegadas em todo o mundo. O mercado da África foi um dos mais dinâmicos, tendo registado um crescimento de 8% em 2016, atingindo os 58 milhões de turistas.

Particularmente, no que concerne à realidade de Cabo Verde, os dados estatísticos apontam para um país onde a população está em expansão, devendo a população residente passar de 531.239 habitantes, em 2016, para 621.141 habitantes, em 2030, cenário que apresenta oportunidades e desafios.

Com um aumento da população em idade de trabalhar, o país terá uma carga de dependência menor, criando uma janela de oportunidades que lhe permitirá economizar em serviços de saúde e outros serviços sociais, melhorar a qualidade e a inclusão na educação, aumentar a produção económica, aumentar os investimentos em tecnologia e habilidades para fortalecer a economia e gerar a riqueza necessária para lidar com o futuro envelhecimento da população. Por outro lado, o aumento demográfico poderá ampliar os desafios sociais, mormente ao nível da criação de emprego para jovens e mulheres, segurança social e nos sectores da saúde e educação.

Em 2016, a economia nacional cresceu 3,8%, assinalando o rompimento do ciclo de baixo ritmo de crescimento económico à taxa média de 1,5%, entre 2011 a 2015. No entanto, os dados sobre as contas nacionais indicam que a contribuição de cada Ilha na formação da economia apresentou uma distribuição linear e desigual nos últimos anos, com destaque para a ilha de Santiago que representa 52% do PIB, seguindo-se São Vicente com 16% e o Sal com 12%. Tal fato retrata as desigualdades regionais que o país enfrenta, com as restantes seis ilhas habitadas a representarem 20% do PIB.

Uma das consequências diretas destas assimetrias é a manifestação e a distribuição da pobreza no país. Em 2015, 35% da população vivia na pobreza, enquanto que 10,6% em situação de pobreza extrema.

Em 2016, o país tinha cerca de 386.147 pessoas de 15 anos ou mais, e destes, 63,9% (246.680) constituíam a força de trabalho, sendo 209.725 empregadas e 36.955 desempregadas (15%).

O setor terciário foi o principal gerador de emprego, com cerca de 61 em cada 100 empregados, sendo o fenómeno predominantemente urbano, com 72,6% do emprego. O desemprego, que é estrutural, é ainda muito elevado e é mais acentuado entre as mulheres (17,4%) do que entre os homens (12,9%).

O acesso à educação básica e secundária é possível em todos os municípios do país. No nível superior, no entanto, tal acesso continua sendo seletivo, pelo facto da oferta estar concentrada quase exclusivamente nas ilhas de Santiago e São Vicente. A qualidade da educação continua a ser o principal desafio, em todos os níveis de ensino, exigindo a urgente introdução de melhorias. No caso particular do ensino superior, os cursos oferecidos pelas universidades muitas vezes não correspondem às necessidades do mercado.

Relativamente à Saúde, apesar dos avanços registados, ainda persistem desafios, nomeadamente, no que toca ao acesso e à qualidade, pelo que vão ser tomadas medidas, no quadro da complementaridade entre o setor público e o setor privado, no sentido de reforçar, nomeadamente, a cobertura em recursos humanos, a capacidade de gestão, incluindo a manutenção das infraestruturas e equipamentos, o sistema de informação sanitária, os serviços de inspeção e a regulação da Saúde, bem como a consolidação da rede de infraestruturas, sendo que, neste último caso, as intervenções deverão ser precedidas da revisão da Carta Sanitária.

No setor da água, constata-se que 64,6% dos agregados familiares obtêm água principalmente da rede pública, sendo esta percentagem mais expressiva no meio urbano, onde atinge 69,5%, do que no meio rural, com 53,6%.

Em 2016, cerca de 89,6% dos agregados familiares tinham a eletricidade como principal fonte de energia para iluminação, percentagem também com maior expressão no meio urbano (93,0%) do que no meio rural (83,1%).

O gás é a principal fonte de energia utilizada na cozinha pela grande maioria das famílias (76,0%), mas principalmente no meio urbano, enquanto que, no meio rural, apenas 42 em cada 100 famílias utilizam o gás, sendo a lenha a fonte mais importante (55,2%). Isso significa alguma ameaça para a cobertura vegetal.

O estado atual do ambiente em Cabo Verde caracteriza-se pela prevalência de uma forte pressão sobre a exploração e a utilização dos recursos naturais, em diferentes domínios, pon-do em risco a capacidade dos sistemas ambientais para disponibilizar, a prazo, as funções e os serviços ambientais para a sociedade e para a manutenção dos ecossistemas, carecendo, assim, as medidas de resposta e de estratégias particulares, inclusive da sociedade civil. Por outro lado, as características físicas, geográficas e ecológicas de Cabo Verde condicionam, de forma relevante, a capacidade de carga do território que, pela sua fragmentação, apresenta a disponibilidade de espaço como fator limitante de uma expressão natural, em quantidade, quando nos referimos à biodiversidade. Não menos importante é a nossa vulnerabilidade quanto aos efeitos da seca, inundações e furacões que tendem a se agravar com as mudanças climáticas.

.....

O capítulo 2 – Os grandes desafios ao Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde – descreve os principais desafios para o desenvolvimento sustentável do país, sob os quais a resposta estratégica do PEDS, compreendendo medidas de curto, médio e longo prazo, foi concebida, para colmatar as deficiências e para afirmar as vantagens comparativas e competitivas de Cabo Verde, de forma a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento presentes e futuras.

As vulnerabilidades e a resiliência

Na qualidade de Pequeno País Insular de Rendimento Médio, o maior desafio de Cabo Verde é

enfrentar a necessidade de construir uma economia com um alto nível de crescimento sustentável e inclusivo, no sentido de superar as condicionantes-chave, as vulnerabilidades estruturais, a dependência externa, o desemprego, a pobreza, a desigualdade na distribuição do rendimento, as oportunidades reduzidas de emigração e, conseqüentemente a queda de remessas.

Cabo Verde está confrontado com vulnerabilidades naturais, relacionadas com a sua origem vulcânica, a sua natureza arquipelágica, a sua localização na região do Sahel, a escassez das chuvas e a falta de recursos minerais. Além disso, a sua reduzida dimensão territorial, demográfica e económica e o seu isolamento, em relação ao continente africano, são características que limitam as reais possibilidades de desenvolvimento.

A nação cabo-verdiana enfrenta as seguintes principais vulnerabilidades:

- **Produção agrícola:** Cabo Verde importa mais de 80% dos alimentos de que a sua população necessita;
- **Exportações de bens:** as exportações de Cabo Verde estão limitadas a um número muito reduzido de produtos;
- **Ambiente:** a diminuição e a irregularidade da pluviometria estão na origem das secas que constituem a principal causa do fenómeno de desertificação, com efeitos devastadores nos frágeis ecossistemas do país;
- **Mudanças Climáticas:** como um Pequeno País Insular de rendimento médio baixo, os efeitos e o impacto das mudanças climáticas têm mais acuidade;
- **Dispersão geográfica:** a insularidade fragmentada em 10 ilhas, com uma orografia muito íngreme e acidentada (na maioria das ilhas) tem efeitos extremamente pesados nos custos das infraestruturas de base, dos serviços e dos bens essenciais;
- **Segurança:** a localização estratégica, a extensão do litoral e da zona económica exclusiva tornam Cabo Verde particularmente exposto às novas ameaças, tais como o tráfico de

drogas e de pessoas, a imigração ilegal e a criminalidade internacional;

- **Energia:** a dependência energética do exterior é da ordem de 75%.

Cabo Verde é confrontado com dois grandes desafios adicionais aos quais tem que responder em simultâneo: o desafio de garantir, no médio prazo e com recursos endógenos, a sobrevivência¹ da sua comunidade residente, numa perspetiva de redução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e o desafio do desenvolvimento autossustentado e acelerado, para responder às legítimas aspirações da sua população a padrões de vida superiores.

A análise da Balança de Pagamentos permite concluir que a Balança de Bens é estrutural e profundamente deficitária, coerente com o facto de Cabo Verde importar a maior parte dos bens que consome. A Balança de Serviços, cujo saldo positivo não chega a representar 50% do saldo negativo da Balança de Bens, mostra-se incapaz de compensar a lacuna, que é agravada pelo saldo negativo, também estrutural, do Rendimento Primário. O equilíbrio só se consegue graças às transferências externas.

Trata-se de uma das armadilhas em que a economia cabo-verdiana caiu, que tende, naturalmente, a reproduzir-se, e que exige redobrado esforço para ser ultrapassada. A única alternativa, e a verdadeira saída, é a substituição da ajuda externa pelo investimento privado. Porém, esta alternativa, para ser efetiva, exige um ambiente de negócios adequado, assente na confiança, na minimização dos custos de contexto e na sustentabilidade.

A valorização das Ilhas e dos recursos endógenos

Outro desafio maior é a valorização das ilhas e dos recursos endógenos. São agora estabeleci-

das políticas públicas que favorecem a descentralização e a aposta na territorialização dos instrumentos de gestão do desenvolvimento. É evidente que o poder local requer mais recursos e novos mecanismos para o melhor exercício das atribuições já descentralizadas, mas é sobretudo evidente que uma nova vaga de descentralização se impõe, como condição para valorizar o potencial endógeno e para acelerar o crescimento económico local e nacional, reduzir as assimetrias regionais e promover o equilíbrio regional.

O reforço do conhecimento do território deve priorizar o inventário dos bens ambientais e dos recursos turísticos, históricos e patrimoniais, mas também das capacidades técnicas e organizacionais, existentes ao nível local. Os planos de desenvolvimento regional, elaborados no âmbito do PEDS, serão mecanismos de diálogo, de mobilização e descentralização de recursos e atribuições, de empenhamento e envolvimento do poder local na sua execução e, por esta via, de reforço de recursos e de capacidade de resposta, como também servirão para a sinalização das oportunidades de negócios e para a realização da visão partilhada dos Poderes Central e Local para cada ilha de Cabo Verde.

Serão prioridade, no âmbito do PEDS, e, especialmente, com base nos planos regionais de desenvolvimento, os mecanismos para a preparação da administração, da sociedade e do poder local para a regionalização que conduzirá a descentralização para níveis de atribuições territoriais superiores, que poderão ser exercidas com maior racionalidade e vantagens, em termos de contribuição para a valorização dos recursos endógenos e de benefícios para as populações.

A educação de excelência

O sistema educativo cabo-verdiano tem-se concentrado, quase em absoluto, na gestão corrente, privilegiando a quantidade. O *deficit* de qualidade do ensino, em particular do superior, permanece como um pesado calcanhar de Aquiles. O sistema educativo continua a não encarar

¹) Traduzido como o mínimo de rendimentos que as pessoas carecem num determinado contexto para viver em condições de dignidade.

de frente as reformas que importa fazer no domínio dos currícula e, de forma particular, no pedagógico. Neste último domínio está o principal desafio.

O sistema de capacitação de Recursos Humanos que o PEDS assume assenta, assim, numa profunda reforma do sistema educativo e, também, do sistema de formação profissional, e focaliza-se tanto no domínio curricular, como no pedagógico.

No que respeita ao primeiro domínio, tem como objetivo fundamental adequar os currícula dos diferentes graus de ensino às necessidades da economia digital e nano-tecnológica em termos de capital humano, assim como dotar Cabo Verde dos requisitos essenciais para responder aos desafios gerais das opções de desenvolvimento e, em particular, aos que resultam da concretização dos sete programas identificados, e detalhados no PEDS, para a concretização dos vetores diretores da Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.

No que respeita ao segundo domínio, a reforma terá como objetivos principais integrar os diferentes graus de ensino, do pré-escolar ao universitário, dando-lhes articulação, coerência e consistência e introduzir, como recursos pedagógicos universais e principais, as TICs, a vídeo-imagem, o ensino à distância e as condições de acesso à formação digitalizada, também universalmente disponíveis, para discentes e docentes.



O capítulo 3 – Cabo Verde do Futuro – anuncia a visão de futuro que o Governo tem para Cabo Verde, assim como descreve a resposta estratégica que será adotada, tendo em vista a superação dos desafios do país, na via para o desenvolvimento e o aproveitamento das oportunidades presentes e futuras. O Programa do Governo para a IX Legislatura (2016 - 2021) é claro em declarar a sua visão prospetiva:

“Um Cabo Verde desenvolvido, inclusivo, democrático, aberto ao mundo, moderno, seguro, onde imperam o pleno emprego e a liberdade plena”.

O atual contexto internacional, combinado com a realidade cabo-verdiana, designadamente com a leitura da Balança de Pagamentos, sugere os seguintes vetores diretores da inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial:

1. A localização geoeconómica e geopolítica de Cabo Verde.
2. O turismo
3. Os recursos humanos

A valorização da localização geoeconómica de Cabo Verde passa, antes de mais, pela criação de um país confiável e pela minimização dos custos de contexto. Só assim, o país pode tornar-se atrativo para o investimento, incontornável para a referida valorização.

A criação de um ambiente de confiança e de minimização dos custos de contexto implica, obrigatoriamente, profundas reformas suscetíveis de alterar o estado atual do *doing business*, os indicadores de liberdade económica e os indicadores de boa governação. Só por esta via, ajustando as condições internas do país às novas exigências do meio-envolvente, se pode fazer de Cabo Verde um país competitivo e em condições de aproveitar, em grau elevado, os seus recursos, para alcançar dois objetivos essenciais:

- Primeiro, um objetivo quase emergencial, é a criação de condições necessárias e suficientes para assegurar o equilíbrio da Balança Corrente, em termos estruturais, como fundamento de garantia da sobrevivência da comunidade residente, na ótica do curto, do médio e do longo prazo.
- Segundo, o objetivo de garantir o desenvolvimento acelerado, autossustentado e sustentável de Cabo Verde, assente no conceito de economia de circulação.

A prioridade maior é assegurar as condições que permitam ao País, no horizonte do PEDS, resolver o intrincado problema do déficit da Balança Corrente, sem pôr em perigo as condições normais de sobrevivência da comunidade.

O Acordo de Concertação Estratégica, de Julho de 2017, criou uma verdadeira aliança estratégica entre o Governo e os parceiros sociais, e, assim, um ambiente político e social, caracterizado pela estabilidade e pelo comprometimento, compatível com uma verdadeira mudança de paradigma de desenvolvimento, assente na estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.

Esta estratégia é baseada, nomeadamente, em profundas reformas, com o propósito de criar a confiança necessária na economia, minimizar os custos de contexto e assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

18

O Acordo coloca, em primeira linha e igualdade, os ganhos da economia, a inclusão e os ganhos sociais, assim como a preservação do equilíbrio ambiental, num compromisso explícito, tripartido, entre os parceiros sociais e o Governo e entre as gerações atuais e as futuras. Assim como, estabelece um vinculativo e decisivo comprometimento com o desenvolvimento regional equilibrado, capaz de inverter a dinâmica migratória, caracterizada por fluxos indesejáveis, que se instalou no País, nos últimos anos, responsável por algumas das principais tensões sociais prevaletentes e pela dificuldade do Estado em responder, de forma adequada e eficaz, às suas responsabilidades específicas no domínio da segurança e da luta contra a pobreza, particularmente no referente ao acesso ao emprego, à alimentação, à saúde, à educação, à habitação, à água potável, à energia, ao saneamento e às comunicações, dificultando a melhoria dos indicadores de pobreza relativa e de pobreza relativa extrema.

Inserção Dinâmica no Sistema Económico Mundial

O conceito de *inserção dinâmica no Sistema Económico Mundial* pode ser definido do seguinte modo: processo de ajustamentos permanentes, designadamente nas esferas económica, de segurança e de significação, em que, aos ganhos provenientes das transformações dos elementos internos que condicionam a natureza da inserção, se somam os que resultam da evolução mais favorável do meio envolvente, ocorrida naturalmente, ou induzida.

A *inserção dinâmica* propõe uma reação às mudanças de contexto do meio-envolvente, ajustando-se aos mesmos, de modo a não *perder o comboio*. Na inserção dinâmica prevalece a ação pró-ativa, que implica, também, a análise prospetiva e a preparação atempada das condições para acolher da melhor forma, as forças de mudança do meio-envolvente e ganhar potência.

Aplicado a um Pequeno País Insular (PPI), como Cabo Verde, os elementos fundamentais do conceito são os seguintes:

- Pela sua escala e pelo facto de se ver confrontado com custos adicionais que resultam da insularidade e da sua natureza arquipelágica, Cabo Verde não consegue, em termos gerais, o sucesso económico, tanto na sua dimensão micro, como na macro, fora de um contexto de grande abertura económica e de profundas relações com o Sistema Económico Mundial (SEM). O desempenho e sucesso económicos do país dependem, necessariamente, da sua inserção no SEM.
- A inserção, se dinâmica, isto é, se ocorrer como um processo e for orientada pela atuação permanente, articulada e estratégica sobre os elementos de natureza interna e sobre os de natureza externa, capazes de condicionar ou promover o desenvolvimento, oferece uma grande oportunidade. Neste sentido, a globalização só pode significar vantagem.

- A atuação sobre os elementos de natureza externa pode criar as melhores condições passíveis de garantir a otimização das vantagens da inserção no SEM, tendo em conta, designadamente, as esferas económica, de segurança e de significação. O que pressupõe *uma política consistente de cooperação*, tanto nas dimensões bilateral e multilateral, como na regional.
- A ação sobre os elementos de natureza interna pode permitir a transformação do ambiente económico, cultural e político, por forma a assegurar a *atuação dos fatores portadores do crescimento económico, do desenvolvimento e do progresso, bem como a sua melhor combinação*.
- A ação sobre os elementos de natureza interna e sobre os de natureza externa deve ser coerente e consistente com os objetivos globais, e devidamente articulada. Ela não pode ser, designadamente, conflitual.

No contexto atual, a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, assenta no conceito de Cabo Verde - Economia de Circulação Localizada no Atlântico Médio, num *cruzamento* que articula os continentes atlânticos.



O capítulo 4 – Os objetivos do PEDS – descreve os quatro objetivos preconizados para o PEDS, assentes na estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, e alinhados tanto com o Programa e a Visão do Governo para a IX Legislatura, como com as agendas internacionais de desenvolvimento e com os compromissos nelas assumidos por Cabo Verde.

Para cada objetivo, são descritas as estratégias particulares que serão implementadas para a sua consecução. Os dois primeiros objetivos são relativos à esfera da economia nacional, o terceiro é relativo à esfera social e o quarto é referente às questões da soberania nacional.

O primeiro objetivo do PEDS é “Fazer de Cabo Verde uma Economia de Circulação localizada no Atlântico Médio”. Através deste objectivo, pretende-se lançar as pedras basilares para a implementação dos sete programas (sete oportunidades) com capacidade de gerar a estratégia Cabo Verde - plataforma de circulação no Atlântico Médio, a saber:

1. De criação de um *porto de logística de abastecimento de navios da frota internacional* que passa ou se aproxima de Cabo Verde nas suas rotas, incluindo os navios que circulam na África do Oeste, e de *transshipment* (Plataforma Marítima).
2. De criação de um *aeroporto de logística de distribuição internacional de passageiros e carga* e que articule os continentes e países ribeirinhos do Atlântico (Plataforma Aérea).
3. De localização de empresas e transformação de Cabo Verde num *Centro Internacional de Negócios* e de atração do IDE e de promoção da Iniciativa Empresarial Endógena (Plataforma Comercial e Industrial).
4. De criação de uma plataforma financeira internacional (Plataforma Financeira).
5. De criação de condições passíveis de promover e incrementar a participação dos cabo-verdianos residentes no exterior e, também, favorecer a componente étnica na participação no desenvolvimento económico e social do País (Plataforma do Investimento Étnico).
6. De desenvolvimento do *turismo*, designadamente graças à consolidação e melhoria do existente, e à diversificação dos destinos internos e dos produtos, fazendo com que o turismo seja um fenómeno que se generalize a todas as ilhas (Plataforma de Turismo).
7. De desenvolvimento da Economia Digital e Nano-tecnológica (Plataforma Digital e da Inovação).

A construção de Cabo Verde - economia de circulação, pressupõe ainda uma forte estratégia de atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), assim como uma forte estratégia de diplo-

macia - tanto a nível multilateral como bilateral -, ambas também detalhadas no capítulo 4.

A estratégia de Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial enfatiza a importância do IDE. Aliás, a necessidade dessa ênfase não é exclusiva de Cabo Verde, ela é um atributo de todas as economias dinâmicas, quer grandes quer pequenas.

Tal como os demais PPI, Cabo Verde regista uma enorme escassez de capitais, de tecnologia, de recursos humanos qualificados, de capacidade de organização de grau superior e de mercados. O IDE traz este pentágono de recursos e, ao fazê-lo, determina efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre todos os setores da vida económica e social, assim como a melhoria das variáveis macroeconómicas, nomeadamente o PIB, a Balança de Pagamentos, o emprego, o rendimento e as receitas públicas.

O programa de criação de condições para inverter o contexto atual, tornando Cabo Verde num país efetivamente competitivo na atração do IDE, tem por objetivo reforçar significativamente a confiança, minimizar os custos de contexto e garantir uma economia sustentável.

Para reforçar a confiança, o programa agirá, essencialmente, sobre três domínios:

1. Reforço da estabilidade (nomeadamente política, económica e social).
2. Reforço da previsibilidade do País (em particular nos domínios cambial, fiscal e jurídico).
3. Reforço da liberdade económica, graças à melhoria, em especial, do desempenho dos itens considerados no indicador de liberdade económica, construído por The Heritage Foundation. Este indicador atribui a Cabo Verde uma classificação de país *mostly un-free* (116ª posição, no ranking mundial). Como se pode concluir da análise do quadro inserido, a seguir, o único dos TOP TEN PPI com essa classificação são os Barbados, mas posição a que esse país caiu apenas em 2016.

No âmbito do PEDS, a agenda diplomática de Cabo Verde terá como pressuposto essencial criar as condições políticas e de cooperação que viabilizem a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial. Assim sendo, constitui prioridade da diplomacia o aprofundamento das relações políticas e de cooperação com os espaços atlânticos, dinâmicos, em particular com a União Europeia (U.E.) e a Zona Euro, com os países europeus não membros da U.E. (incluindo a Rússia), com os países do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) (em particular, os EUA), com os países da África Ocidental, incluindo nesta, para efeitos do PEDS, Marrocos, a Mauritânia e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e a África Austral, com destaque para Angola e África do Sul.

Fora do Espaço Atlântico, a diplomacia dará especial prioridade ao aprofundamento das relações políticas e de cooperação com o Médio Oriente (incluindo neste conceito, para efeitos do PEDS, a Turquia, o Egito e Israel), com a República Popular da China e com Timor Leste.

Os objetivos gerais são:

- a) Estabelecer ou aprofundar acordos de cooperação que facilitem a circulação, da forma mais livre, de mercadorias, capitais, tecnologias e de pessoas entre esses países ou regiões e Cabo Verde.
- b) Estabelecer ou aprofundar acordos de cooperação no domínio do desenvolvimento do Capital Humano, designadamente de Recursos Humanos Altamente Qualificados.
- c) Criar condições para a inserção de instituições cabo-verdianas, nomeadamente de saúde, de investigação e produção científica e tecnológica, de formação e desenvolvimento do Capital Humano, em particular de Recursos Humanos Altamente Qualificados em redes mundiais de produção do conhecimento e do saber e de inovação.
- d) Estabelecer ou aprofundar acordos de eliminação da dupla tributação.

O segundo objetivo do PEDS é “Garantir a Sustentabilidade Económica e Ambiental”. Este objetivo, intrinsecamente ligado ao primeiro, realta a importância do turismo para Cabo Verde, uma vez que, sendo este setor o atual motor da economia, ele deve ser o catalisador ao qual os outros setores deverão ser atrelados, na ótica de cadeia de valor.

O turismo de Cabo Verde enfrenta, no presente, pelo menos 4 grandes desafios: o desafio da competitividade, o desafio da sustentabilidade, o desafio da concentração e o desafio de maximização do impacto sobre a riqueza e o bem-estar dos cabo-verdianos. Estes desafios serão abordados pelo programa Cabo Verde Plataforma de Turismo.

A promoção e desenvolvimento do turismo, enquanto vetor-gerador da inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, comporta duas dimensões essenciais e a realizar em paralelo:

1. A primeira, cujo objetivo é continuar a contribuir para equilibrar a Balança de Pagamentos, nomeadamente como alternativa quase única, numa lógica de médio prazo, à redução dos fluxos de APD. Para se alcançar este objetivo, é essencial agir, no imediato e com perseverança, para corrigir os efeitos indesejáveis dos fluxos migratórios intensos para as Ilhas do Sal e da Boavista, designadamente nos domínios do emprego, da saúde, da educação, da habitação, da água, da energia, do saneamento e do urbanismo. É essencial, ainda, garantir, nestes dois destinos, elevados padrões de segurança turística e minimizar os impactes ambientais negativos decorrentes, em particular, da ação do homem.
2. A segunda, orientada para fazer de Cabo Verde um destino de referência mundial de turismo sustentável, conhecido dos cidadãos dos mercados emissores, com produtos diversificados e alicerçados na geografia de cada uma das ilhas e na História, na Cultura e na Natureza. No âmbito desta segunda di-

mensão, a diversificação de mercados emissores, de destinos, de operadores, de produtos, de infraestruturas de acolhimento e a redução/eliminação de sazonalidades são objetivos essenciais.

Paralelamente ao desenvolvimento do turismo, sectores-chave identificados devem ser desenvolvidos, numa ótica de promoção da produção interna e exportações. São estes sectores: as pescas, a agricultura, a indústria ligeira e as indústrias criativas.

É evidente que a interligação destes sectores com o turismo tem um potencial incalculável para a sustentação económica de Cabo Verde, assim como um contributo inestimável para o bem-estar da população cabo-verdiana. Assim, as estratégias e as contribuições destes sectores, para a sustentabilidade da economia nacional, também são descritas no capítulo 4.

Ainda, para a consecução do objetivo 2, reformas de base, estruturantes são necessárias, e são descritas nos tópicos Reforma do Estado, que compreende a estratégia para a Administração Pública, para o Sector Empresarial do Estado, para as Autoridades Administrativas e para a Regionalização, no tópico Ambiente de Negócios, que compreende a estratégia para a Boa Governação, Liberdade Económica e o *Doing Business* (incluindo as Reformas Fiscais), e no tópico Financiamento da Economia que descreve a estratégia de Acesso e Alternativas ao Financiamento da Economia.

Também, para completar o objetivo de garantir a sustentabilidade da economia nacional, as estratégias particulares para infraestrutura e transportes, energia, ordenamento territorial e ambiente e biodiversidade, são descritas.

O desenvolvimento de infraestruturas e meios de transporte está definido como uma das prioridades, de modo a garantir a segurança, eficiência e qualidade na circulação de pessoas e bens.

Desta forma, no âmbito do PEDS, pretende-se construir um Sistema Integrado de Transportes, competitivo e seguro, com uma contribuição relevante para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, emprego e mobilidade nacional e internacional.

No que respeita aos sistemas de transportes marítimos e aéreos, de carga e de passageiros, pretende-se garantir a unificação do mercado nacional, a sua integração com o mercado internacional suportada sobretudo pela criação das plataformas marítima e aérea. Neste contexto, as infraestruturas e os meios de transporte devem fazer parte integrante do processo de transporte, garantindo ainda segurança, a eficiência e a qualidade na circulação de pessoas e bens.

A posição geoestratégica de Cabo Verde confere ao país uma oportunidade privilegiada de se transformar num grande centro de transbordo de mercadorias, quer para a região oeste africana, quer para os interesses logísticos dos operadores marítimos, bem como num grande centro de abastecimento de combustíveis à navegação (*bunkering*). Desta forma, estes devem ser dois dos principais pilares de sustentabilidade da plataforma marítima, que também será um forte potenciador do desenvolvimento do potencial da reparação naval em Cabo Verde.

A nível dos Transportes Marítimos, e para que a plataforma tenha sucesso, é crucial que Cabo Verde cumpra os seus compromissos enquanto Estado costeiro, de bandeira e portuário, num quadro de sustentabilidade setorial. Isso será conseguido através de um trabalho de participação de todos os intervenientes setoriais e com a regulamentação e operacionalização do Fundo Autónomo de Segurança e Desenvolvimento dos Transportes Marítimos (FADSTM), e a criação da taxa de segurança marítima.

A nível dos transportes aéreos, a localização geoestratégica do país gera condições favoráveis e sinergias positivas para o sucesso, imple-

mentação e desenvolvimento de uma plataforma giratória de distribuição de tráfego aéreo (Hub), gerando mais rendimentos e mais empregos, melhorando a competitividade da cadeia de valor de transporte e turismo de negócios.

Conforme estabelecido no Programa do Governo, o bom desempenho do setor da Energia é de importância vital para garantir o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde. As orientações estratégicas do referido programa para o setor energético elegem a segurança energética, a estabilidade dos preços e a redução da fatura energética como preocupações centrais.

É, neste contexto, que se insere o Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética, tendo como principais eixos de intervenção: o Reforço Institucional e Melhoria do Ambiente de Negócios, a Reforma da Estrutura Organizacional do Mercado Energético, o Investimento em Infraestruturas Estratégicas, o Desenvolvimento das Energias Renováveis e a Promoção da Eficiência Energética.

Assim, para dar um novo impulso neste sentido, pretende-se criar o Instituto de Energia e Indústria (IE&I) para atuar nas áreas de Regulação Técnica, Planeamento, Investigação, Formulação de Políticas e Promoção da Inovação nos Setores de Energia e Indústria. Uma atenção especial será dada à melhoria do sistema de planeamento, seguimento e avaliação do setor energético, ao desenvolvimento e à adequação do enquadramento legal e regulamentar e ao reforço da regulação.

O aproveitamento do grande potencial de recursos endógenos renováveis, nomeadamente na vertente eólica e solar, é assumido como instrumento para a redução do custo da eletricidade e da água, o aumento da segurança energética e da competitividade e diversidade da economia nacional. O Programa preconiza o uso, até onde for técnica e economicamente possível, das energias renováveis e limpas, com a aposta no

aproveitamento da energia eólica em larga escala até o limite máximo da taxa de penetração, da energia solar fotovoltaica para produção centralizada e geração distribuída e do solar térmico para o aquecimento de água.

O Ordenamento do Território constitui um instrumento privilegiado de organização e gestão sustentável do espaço nacional. O aproveitamento sustentável do solo e das águas territoriais, enquanto recursos ambientais onde se localizam as infraestruturas e as atividades económico-sociais, é determinante para a promoção de um desenvolvimento económico equilibrado, harmonioso e ecologicamente sustentável.

O funcionamento mais eficiente do setor de habitação é condição fundamental, não só para a dinamização do setor imobiliário, da reabilitação urbana e das cidades, mas também para a inclusão social das famílias e mobilidade das pessoas, pelo que os seus mecanismos de dinamização devem ser progressivamente melhorados, pois as deficiências acumuladas ao longo destes anos são incompatíveis com soluções de curto prazo.

A requalificação urbana, a reabilitação das casas das famílias mais pobres e a acessibilidade, com vista à promoção do desencravamento das localidades, são consideradas as actividades-chave para a reconfiguração do desenho urbano e para promoção de qualidade de vida da população. Desta forma, decidiu-se criar um vasto Programa com as três vertentes identificadas, com prioridade para as cidades turísticas e para as zonas de grande degradação.

O Governo reconhece a necessidade e a elevada importância de adotar políticas integradas no domínio do ambiente, para assegurar a gestão sustentável dos recursos ambientais, garantir o usufruto de uma qualidade ambiental pela sociedade, potenciar a valorização do ambiente como um ativo e fator de competitividade económica

do país e tendo em vista o equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais com as justas expectativas das gerações futuras. Para alcançar este desiderato, foi estabelecido um conjunto de compromissos, que se traduzem em medidas de política, que deverão ser capitalizadas em ações concretas, assumindo a premissa máxima de transformar palavras em resultados tangíveis.

Considerando a situação de referência, e numa perspetiva de mitigação dos constrangimentos, gestão das fragilidades e aproveitamento das oportunidades, a atuação institucional, durante o novo ciclo de governação (2017-2021), deverá ser conduzida no sentido da mudança do cenário existente, visando a melhoria contínua das tendências dos indicadores de qualidade ambiental e tendo em vista a gradativa qualificação do ambiente em Cabo Verde.

O terceiro objetivo do PEDS é “Assegurar a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais”. Como implícito no título, este objetivo tem por finalidade tratar das questões relativas às pessoas e às suas necessidades e direitos fundamentais, enquanto partes da sociedade cabo-verdiana.

São descritas, neste objetivo, as estratégias para melhorar as condições de vida das famílias e a inclusão social, para a educação, para o acesso à habitação, o emprego digno, a juventude, o sistema nacional de saúde e segurança social, assim como para a igualdade de género, para a cultura e para o desporto.

A pobreza e as desigualdades sociais têm-se refletido nas difíceis condições de vida de muitas famílias, que ainda não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência. Esta pauperização das famílias passa pela existência de baixos níveis de escolaridade, com implicações no nível de emprego e nas condições de vida em geral, nomeadamente deficientes condições habitacionais, fraco acesso aos serviços sociais de base e aos bens de conforto.

As desigualdades sociais existem em função do género, da condição física e/ou mental, do rendimento, da naturalidade e idade, com uma parte considerável da população ainda sem possibilidade de satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência, com recurso ao trabalho remunerado, especialmente as mulheres.

O Programa do Governo, assim como o PEDS, tem um enfoque forte na inclusão social e assume, como compromisso para a governação, o combate às desigualdades sociais, com enfoque numa política que privilegiará a inserção social e que promoverá a dignidade da pessoa humana e da sua autonomia, com um país inclusivo pela via de emprego, rendimento e educação, de modo a impulsionar a ascensão social dos mais desfavorecidos com base no acesso ao trabalho e na melhoria constante das suas condições de rendimento e de qualidade de vida.

Por conseguinte, para ultrapassar estes desafios e mitigar os impactos da pobreza e outros fenómenos sociais que afetam a sociedade cabo-verdiana, será adotada uma abordagem integradora e inclusiva em que o bem-estar das pessoas e das famílias é colocado no centro das políticas públicas, visando contribuir para o combate das desigualdades sociais, pobreza e aumento do rendimento para os mais vulneráveis, por forma a garantir às famílias o acesso a serviços sociais de base (saúde, cuidados e educação), criando as condições mínimas que lhes permitam assegurar o bem-estar e a qualidade de vida dos seus membros. Constituem eixos de intervenção: o Acesso ao Rendimento e aos Serviços Sociais de Base, o Sistema de Cuidados de Dependentes, a Inclusão Socioeconómica das Pessoas com Deficiência, a Atenção Integral às Famílias em Situação de Vulnerabilidade, a Integração das Famílias Imigrantes e a Proteção da Criança e do Adolescente contra situações de risco pessoal e social.

O Governo desenvolveu o Plano Estratégico da Educação (2017/2020) como um instrumento de

médio prazo para a implementação da política para o setor da Educação e de Ensino Superior.

Este plano está articulado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, garantindo e incorporando os princípios do respeito pelos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental, a inclusão, a valorização da diversidade e dos profissionais da educação, sendo estabelecidos os seguintes objetivos:

1. Garantir uma educação de qualidade a todos os cabo-verdianos;
2. Reduzir as desigualdades, em todo o território nacional, com foco nas especificidades de cada concelho, identificando as potencialidades e as dinâmicas locais.

O acesso à habitação constitui um dos instrumentos de política económica - social para promover a dignidade da pessoa humana e da sua autonomia. No entanto, a política da habitação é complexa e interfere com outras políticas económico-sociais e ambientais. Consequentemente, para responder aos desafios habitacionais o Plano Nacional de Habitação será promovido, no âmbito do PEDS.

O emprego e a formação profissional estão fortemente relacionados e contribuem para o alcance da visão de futuro para Cabo Verde. As áreas transformacionais e potenciais de crescimento económico, já identificadas, nomeadamente, economia sustentável dos oceanos, agronegócios, energia renovável, turismo, comércio, desenvolvimento industrial, cultura e indústrias criativas são sempre fontes de geração de empregos qualificados.

Neste sentido, é fundamental elevar a problemática do emprego e formação profissional, que exige uma abordagem multissetorial, com envolvimento de todos os atores do setor público, privado e das ONG's, para a criação de um ambiente favorável ao crescimento económico, para alavancar as oportunidades de emprego digno.

A visão e as orientações políticas do Governo defendem uma Juventude preparada para estar no mundo, como cidadãos autênticos, de plenos direitos e portadores de valores. Neste sentido, a Juventude é considerada uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada.

Sendo um setor transversal, as políticas desenvolvidas serão feitas através de um diálogo entre o Governo e a sociedade juvenil, na promoção de medidas inovadoras que atendam às suas necessidades e às suas expectativas, designadamente nas áreas de emprego, formação, recreação e desporto, associativismo e voluntariado.

Assim, o Governo assume os seguintes compromissos: promover o empresariado jovem, com destaque para o Fomento do Micro Empreendedorismo Jovem, criar o programa de Qualificação Profissional Inicial e da Revisão do Sistema Educativo/Formativo, garantir o Estágio profissional, como parte do currículo e da experiência profissional, o Plano de Emprego para Jovens, a Qualidade de Vida e a Vida Saudável, a nível da saúde, da educação, do desporto e da cultura e da segurança. O Governo combaterá o desemprego jovem com uma melhor Educação e Formação Profissional.

Não obstante os progressos assinalados, o Serviço Nacional de Saúde experimenta ainda dificuldades, decorrentes dos novos desafios inerentes às mudanças registadas no perfil epidemiológico do país, bem como à insuficiência de recursos para fazer face às demandas do setor e às crescentes expectativas dos cabo-verdianos em matéria de saúde.

A complexidade de tais desafios coloca a premente necessidade de medidas inadiáveis, substanciadas num programa de reforma que permita a melhoria do desempenho do setor da saúde, para uma maior satisfação das necessidades da população. A política de saúde obede-

cerá aos princípios por que se rege o Serviço Nacional de Saúde, designadamente a universalidade de acesso aos serviços em todos os níveis de assistência sanitária; a solidariedade de todos na garantia do direito à saúde e na contribuição para o financiamento dos cuidados de saúde; a defesa da equidade na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços; a salvaguarda da dignidade humana e a preservação da integridade física e moral dos utentes e prestadores; a salvaguarda da ética e deontologia profissionais na prestação de serviços.

Para sustentar as mudanças pretendidas, a abertura ao setor privado será priorizada, através de Parcerias Público-Privadas (PPP) em saúde, que alargarão as respostas à demanda e alavancarão o financiamento do setor da saúde, tendo em consideração a necessária complementaridade; melhorar a política de regulação em saúde; elaborar uma nova Carta Sanitária que leve em consideração, não só a dimensão da população residente, mas também a demanda turística; e adequar as infraestruturas de saúde às necessidades atuais.

A igualdade de género é uma das questões centrais para o desenvolvimento inclusivo, sendo uma pré-condição para alcançar o desenvolvimento sustentável. O país continua a registar importantes desafios para alcançar a plena igualdade de género. Ressalta-se a necessidade de aceleração do acesso das mulheres ao trabalho digno, sobretudo no meio rural e entre as jovens, o acesso a cargos de decisão, incluindo na esfera política, e a institucionalização dos serviços de apoio à vítima de violência baseada no género (VBG), domínios em que a sua situação ainda é desfavorável. Para ultrapassar os desafios identificados, com especial atenção para o empoderamento económico, e atendendo aos obstáculos e oportunidades identificadas, são delineados os seguintes eixos de intervenção durante o período PEDS: Transversalização da Abordagem de Género, Violência com Base no Género, Participação Política e Exercício do Poder, Empode-

ramento Económico (economia produtiva e reprodutiva), Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos e Educação e Formação Profissional.

A Cultura é a salvaguarda de um povo, é a sua identidade e carisma, a sua bandeira e o garante da unidade nacional. E, nesse quadro, o PEDS aborda a cultura, primeiro, como um fator fundamental do desenvolvimento humano e social, e segundo, reconhecendo como fundamental que o Estado assuma o papel de facilitador e promotor das condições que garantam o desenvolvimento das capacidades pessoais, técnicas, ambientais, alinhadas com questões relativas à igualdade e equidade do género e ao desenvolvimento local.

No entanto, o sector enfrenta diversos problemas e desafios, já identificados, e, por conseguinte, pretende-se incorporar um novo paradigma e mentalidade para a cultura, visando as seguintes estratégias setoriais:

1. O alargamento da oferta cultural e artística qualificada: desenvolvimento de programas de formações técnicas profissionalizantes para o setor artístico, atendendo às necessidades específicas de grupos profissionais locais (com enfoque estratégico em nichos específicos do setor, jovens mulheres, mulheres chefes de família, jovens artistas) nos meios rurais, urbanos, e em todos os concelhos das ilhas, por forma a garantir a inclusão integral de segmentos da população que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional, e da geração de oportunidades de trabalho.
2. A valorização do património histórico, cultural e turístico: as estratégias de valorização do património histórico, cultural e turístico, para além de se manifestarem em intervenções de preservação, conservação, estudo e transmissão de valores para as gerações vindouras, abarcam, cada vez mais, ações que permitem compreender e abordar o património como um produto de marketing,

motor de desenvolvimento, de geração de empregos, de diferenciação dos territórios, de promoção de identidades regionais e nacionais.

O Desporto desempenha um papel de extrema importância, como elemento regulador e de equilíbrio social dos cabo-verdianos. Nesta perspetiva, o Desporto é considerado como um fator de desenvolvimento, enquadrado na sua natureza de transversalidade e interação com a educação, a saúde e o bem-estar das populações, o turismo e a projeção internacional de Cabo Verde, a indústria desportiva e a exportação de talentos, assim como no seu importante papel, como mecanismo de inclusão social e participação cívica dos jovens.

O desporto nacional terá o seu modelo de desenvolvimento redefinido, de modo a promover o reconhecimento e a elevação da sua importância no contexto nacional. Para tal, uma política desportiva de médio e longo prazos, com a ambição de construir um Sistema Desportivo Cabo-verdiano integrado e competitivo, através da planificação a médio e longo prazos, com prioridades, objetivos, metas e modalidades, acompanhada da dotação de recursos financeiros, será definida para o período de 2017-2021.

O quarto objetivo do PEDS é “Reforçar a soberania, valorizando a democracia e orientando a diplomacia para os desafios do desenvolvimento do país”. Este capítulo aborda as estratégias para a consolidação da democracia, a cultura de paz e justiça, a segurança e a defesa do território e a política externa.

O percurso democrático de Cabo Verde tornou-se referência e elemento central da credibilidade do país. A realização do regime constitucional de parlamentarismo mitigado criou as bases do Estado de Direito Democrático, instituiu e cultivou as liberdades fundamentais, permitiu reformas estruturais e a implementação da economia de mercado de base privada.

O regime constitucional vigente provou, ainda, pela emergência de um sistema eleitoral eficiente e independente, que proporcionou, nestes 26 anos, a realização regular e periódica de várias eleições legislativas autárquicas e presidenciais. No entanto, o aumento da abstenção pode indicar algum esgotamento, senão crise de crescimento, dos mecanismos clássicos de exercício do poder, especialmente da representação.

Neste contexto, os órgãos de soberania assumem realizar, no período do PEDS, reformas profundas que visem:

- Criar mecanismos de investigação científica de divulgação e promoção internacional da democracia cabo-verdiana e, em especial, das suas boas-práticas,
- A consolidação da função de fiscalização e controlo parlamentares, pela aproximação do parlamento do cidadão, pelo aprimoramento dos direitos da oposição democrática, pela transparência legislativa, pela ética e decore parlamentares;
- Promover o *open-parliament*;
- A revisão do código eleitoral, abrangendo temas emergentes como o sistema de círculos eleitorais, o número de deputados e eleitos locais, o sistema de incompatibilidades, a informatização do processo eleitoral, do recenseamento à votação, e a fiscalização prévia, a organização e o reforço da independência da administração eleitoral e o sistema de justiça eleitoral;
- Promoverá, ainda, uma revisão da Constituição da República, designadamente nos aspetos relativos ao controle fiscal, às contas públicas e à organização do Estado, e à regionalização;

A paz social é uma das mais importantes condições para se garantir um ambiente de crescimento da economia e do desenvolvimento sustentável, assente na previsibilidade e na existência e cumprimento de regras claras e objetivas de relacionamento social. A paz social é indissociável da justiça célere e da segurança ju-

rídica, não compatível com a situação atual de morosidade da justiça.

Assim, será prioridade o combate à morosidade nas decisões judiciais, a ampla e efetiva informação jurídica relevante para os cidadãos, a reforma do sistema de assistência judiciária, a adequação da orgânica judiciária, levando os tribunais a um nível inframunicipal, a especialização dos diversos ramos da justiça, designadamente da justiça comercial e económica, a introdução das TICs, o desenvolvimento das capacidades técnicas dos Tribunais e do Ministério, as reformas processuais, etc.

A segurança tornou-se num elemento crítico da sociedade cabo-verdiana, com o grande desafio de oferecer aos residentes um padrão de segurança aceitável e de tornar Cabo Verde num país com um bom nível de segurança para o turismo, enquanto principal eixo da atividade económica. Não imune aos impactos globalizantes da insegurança, o país deve desenvolver alianças para a segurança, tanto com a União Europeia, como com os EUA.

A prioridade irá para a securização das fronteiras aéreas, documental e do espaço marítimo. A ordem pública é outro domínio crítico do sistema nacional de segurança. Assim, a proteção da integridade física, moral e psíquica dos cidadãos, da propriedade e do património, e, ainda, das empresas, será perseguida com determinação.

A essência da diplomacia nacional continua a ser a preservação da soberania nacional e a defesa e a promoção dos interesses do país, porém alicerçada num novo paradigma que persegue os objetivos estratégicos: do desenvolvimento económico, mediante a inserção segura e vantajosa no mundo, de país credível e útil no concerto internacional, do reforço de parcerias de segurança coletiva e cooperativa, assim como de integração no continente africano, visando o seu posicionamento como plataforma de referência

internacional de prestação de bens e serviços especializados em África.

Acresce a estes, o objetivo de conferir relevo às comunidades cabo-verdianas emigradas, nas relações com os Estados de acolhimento e o de proporcionar às mesmas e aos seus descendentes, tratamento digno, integração e empoderamento.

Neste sentido, propõe-se um reequacionamento da política externa, para responder às prioridades que ressaltam dos condicionalismos internos e externos, direcionando a diplomacia nacional para os seguintes eixos fundamentais:

- A atenção particular à problemática de país insular;
- A redinamização da parceria especial com a União Europeia;
- O reforço do diálogo político e da cooperação com os parceiros tradicionais de vanguarda, como, por exemplo, o Luxemburgo e os EUA, assim como com os PALOP e Timor-Leste;
- A integração regional e a participação pró-ativa nas instâncias multilaterais, como a CEDEAO, a União Africana (UA) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- O alargamento das relações de parceria a países da Ásia e do Médio Oriente;
- A mobilização de mecanismos de ajuda e de financiamento do desenvolvimento, consentâneos com a real situação e capacidades do país;
- A integração das comunidades cabo-verdianas no exterior, trabalhando e negociando a problemática da deportação, sob o prisma da prevenção e da inclusão;
- A valorização e preservação das manifestações culturais junto da diáspora e a difusão da cultura cabo-verdiana, nos países de acolhimento e naqueles com os quais Cabo Verde mantém laços históricos de amizade.

O capítulo 5 – Operacionalização do PEDS – descreve o racional e a modalidade de implementação do Plano, assim como fornece informações sobre como será monitorizado e avaliado.

O PEDS será implementado através de uma abordagem programática, onde os programas setoriais e transversais, foram concebidos para a consecução dos objetivos preconizados, dentro do horizonte temporal 2017-2021.



Assim, o PEDS tem uma estrutura programática distribuída em 03 pilares (Economia, Social e Soberania), com um total de 35 programas, incluindo um programa “Gestão e Administração Geral” - compreendendo aspetos administrativos de toda a máquina estatal e um orçamento estimativo de ECV 389.208.119.737, para responder aos seus 4 macro objetivos.

Os pilares do PEDS, na ótica de desenvolvimento sustentável, também estão alinhados com a Agenda 2030 das Nações Unidas, contribuindo para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Pilar Economia compreende 20 programas. Os setores de tutela destes programas são a Chefia do Governo, a Economia e Emprego, as Finanças, a Agricultura e Ambiente, a Cultura e as Indústrias Criativas, as Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação. Contri-

buindo, essencialmente, para os objetivos 1, 2 e 3 do PEDS e marginalmente para o objetivo 4, este pilar tem um orçamento indicativo de ECV 133.013.916.004 e contribui para os ODS 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

O Pilar Social compreende 8 programas. Os setores de tutela destes programas são a Chefia do Governo, a Agricultura e Ambiente, o Desporto, a Educação, a Família e Inclusão Social, as Infraestruturas, e Ordenamento do Território e Habitação e a Saúde e Segurança Social. Contribuindo essencialmente para os objetivos 1, 2 e 3 do PEDS, este pilar tem um orçamento indicativo, para o período 2017 – 2021, de ECV 118.804.460.324, e contribui para os ODS 1, 3, 4, 5, 8, 10 e 16.

O Pilar Soberania compreende 6 programas. Os setores de tutela destes programas são a Administração Interna, a Defesa, a Justiça e Trabalho e os Negócios Estrangeiros e Comunidades. Contribuindo, essencialmente, para os objetivos 1, 2, 3 e 4 do PEDS, este pilar tem um orçamento indicativo, para o período 2017 – 2021, de ECV 43.693.590.676, e contribui para os ODS 1, 3, 4, 5, 8, 10, 13, 16 e 17. Faz parte, ainda, do PEDS um programa administrativo, transversal para todos os ministérios, com um orçamento de ECV 94.326.592.279.

Visando a harmonização, o alinhamento e a eficácia, tanto da implementação, como do seguimento e avaliação do PEDS, e seguindo os princípios da Gestão Baseada em Resultados, o PEDS dispõe de um quadro lógico global, determinando as principais metas para o período, assim como os indicadores de avaliação. O seguimento anual e a avaliação dos indicadores de impacto do plano estratégico estão ancorados na Agenda Estatística e garantidos pelo INE, e seguirão uma agenda estipulada pelo Sistema Nacional de Planeamento.

O PEDS também compreende uma análise das diferentes regiões do país, onde as forças específicas são abordadas e ponderadas e metas regionais estabelecidas, com o intuito da valorização das ilhas e dos recursos endógenos e sobretudo para a redução das assimetrias.

Para concluir, no documento PEDS estão descritos os processos da sua planificação financeira e financiamento, assim como os mecanismos operacionais para garantir a apropriação nacional e os processos de implementação pelos diferentes intervenientes e, finalmente, uma análise dos riscos para a sua implementação.

A stylized white silhouette of a family consisting of two adults and two children, all with their arms raised in a celebratory gesture. The background features concentric blue circles of varying shades.

1. DIAGNÓSTICO

O presente capítulo descreve o contexto global em que Cabo Verde se insere, assim como a situação em que o Governo da IX Legislatura encontrou o país em 2016. Na base deste cenário, foram identificados os principais desafios a serem enfrentados nos 5 anos seguintes, período de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017 – 2021.

1.1 O Contexto Internacional

1.1.1 O contexto internacional global

O crescimento médio da economia mundial passou de 3,7%, entre 2007-2011, para 3,4%, no período 2012-2016. O abrandamento das principais economias emergentes justificou a performance macroeconómica global neste período. As economias avançadas, não obstante os constrangimentos, conheceram um aceleração ao nível da atividade económica de 0,7 % (no caso particular da Zona do Euro, o aumento foi de apenas 0,2%).

No período 2012-2016, os preços internacionais de *commodities* e combustíveis inverteram a tendência crescente, verificada entre 2007 e 2011. Dado a queda na procura global de *commodities* e os conflitos internos, o ritmo de crescimento médio da economia da África Subsaariana recuou de 5,8%, entre 2007-2011, para 3,9%, entre 2012-2016. No ano de 2016, atingiu o crescimento de 1,4%, sendo o menor valor registrado desde 1994.

Para a região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), destacam-

-se os países da União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA), atingindo taxas de crescimento mais expressivas, explicadas pelos avanços institucionais alcançados nos últimos anos, bem como taxas de inflação mais moderadas. O crescimento acelerado nos preços tem sido frequente na região da África Subsariana, atingindo a taxa de inflação de 12,7%, em 2016.

Apesar da fraca dinâmica da economia global, o turismo mundial continuou a crescer a um ritmo estável, mantendo a tendência de crescimento que se regista, desde 2009. O fluxo de turistas aumentou 3,9% em 2016, atingindo um total de 1,2 mil milhões de chegadas em todo o mundo. O mercado da África foi um dos mais dinâmicos, tendo registado um crescimento de 8%, em 2016, atingindo os 58 milhões de turistas, recuperando-se das quedas ocorridas nos dois anos anteriores. O maior crescimento ocorreu na África Subsariana (11%), enquanto o Norte da África voltou a dar sinais de recuperação, com um crescimento de 3% no período.

1.2 O Contexto Nacional

Cabo Verde é um arquipélago com uma superfície de 4.033 Km², formado por dez ilhas, sendo Santiago a maior ilha, com cerca de 24,6% do território Nacional, seguida de Santo Antão, com 19,3% do território.

A população de Cabo Verde vem crescendo desde 1950, e continuará a crescer, pelo menos até 2030, conforme as projeções demográficas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), para o período 2010-2030, devendo a população residente passar de 531.239 habitantes em 2016 para 621.141 habitantes em 2030, conforme o [Quadro 1](#).

	2010	2016	2021	2030
População Total	494.040	531239	563198	621.141
Dependentes (Menores de 15 anos e 65 anos e +)	41%	34,4%	33,2%	32,5%
População dos 15 – 64 anos	60,6%	65,5%	66,84%	67,5%

Quadro 1: Projeções Demográficas 2010 – 2030

Fonte: INE

A população cabo-verdiana era extremamente jovem, com uma idade média de cerca de 28,6 anos, em 2016, em comparação com uma média mundial de 30 anos. A idade média dos cabo-verdianos aumentará e atingirá 29,8 anos, em 2020, e cerca de 33 anos, em 2030. Prevê-se que a proporção de crianças de 0 a 14 anos decresça de 29,0%, em 2016, para 27,3%, no horizonte do PEDS e para 24,0%, em 2030, enquanto a proporção da população dos 15 a 64 anos, faixa denominada de oportunidade demográfica, deverá aumentar de 65,5%, em 2016, para 67,5%, em 2030.

Atualmente, Cabo Verde passa por uma transição demográfica, com implicações sociais e económicas, que definirá o seu caminho de desenvolvimento para o futuro. Com a queda nas taxas de fertilidade e mortalidade, nos estágios iniciais de uma transição demográfica, a proporção de pessoas com menos de 15 anos e mais de 64 anos tende a diminuir e, por consequência, cresce a proporção da população em idade de criar riqueza. Esse contingente humano em crescimento representa uma oportunidade demográfica.

Esta combinação, conhecida como protuberância juvenil, devido à forma da pirâmide demográfica, pode resultar em dividendos demográficos derivados das mudanças na oferta de mão-de-obra, poupança e capital humano, e tanto pode criar oportunidades que favorecem o crescimento económico e o bem-estar social das populações, como pode ampliar os desafios sociais, mormente ao nível da criação de emprego para jovens e mulheres, da segurança social e dos sectores da saúde e educação.

Com um aumento da população em idade de trabalhar e a sua participação na força de trabalho, Cabo Verde terá uma carga de dependência menor, criando uma janela de oportunidade que lhe permitirá economizar em serviços de saúde e outros serviços sociais, melhorar a qualidade e a inclusão na educação, aumentar a produção económica, aumentar os investimentos

em tecnologia e em habilidades para fortalecer a economia e gerar a riqueza necessária para lidar com o futuro envelhecimento da população.

Em 2016, a economia nacional cresceu 3,8%, assinalando o rompimento do ciclo de baixo ritmo de crescimento económico à taxa média de 1,5%, entre 2011 a 2015, por conta do agravamento da situação na Zona do Euro e da queda de confiança dos agentes económicos. Tal fato, foi acompanhado de taxas de inflação decrescentes, chegando a -1,4%, em 2016. Além disso, a dívida pública do país registou um agravamento significativo nos últimos anos, passando de 78,5%, em 2011, para 129,6%, em 2016. De notar que este aumento expressivo do endividamento deveu-se à política adotada nesse período para o financiamento da economia do país, com recurso aos empréstimos públicos externos, num cenário de redução gradual da ajuda pública ao desenvolvimento via donativos, o que resulta, actualmente, em desafios para o país, no que concerne à criação de alternativas para o financiamento do seu desenvolvimento.

Os dados do INE, sobre as contas nacionais, indicam que a contribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de cada Ilha, na formação da economia, apresentou uma distribuição linear e desigual, nos últimos anos, com destaque para a Ilha de Santiago que representa 52% do PIB, seguindo-se São Vicente com 16% e o Sal com 12%. Tal fato retrata as desigualdades regionais que o país enfrenta. A nível setorial, também se verificam assimetrias, tendo o setor terciário², impulsionado pelo turismo, maior contribuição para o VAB (70%), seguido pelo Setor Secundário³ com 19% e, por último, do setor primário⁴ que responde por 11% do total produzido.

²) 80% do VAB do comércio é gerado em Santiago e São Vicente, e, por outro lado, 64,3% do VAB do alojamento e restauração, atividade direta do turismo, está concentrado no Sal (40,2%) e na Boa Vista (24,1%).

³) 90% das indústrias transformadoras estão localizadas nas ilhas de Santiago e São Vicente.

⁴) Cerca de 87% do VAB da agricultura é gerado pelas ilhas de Santiago (52,4%), Santo Antão (20%) e Fogo (15,2%).

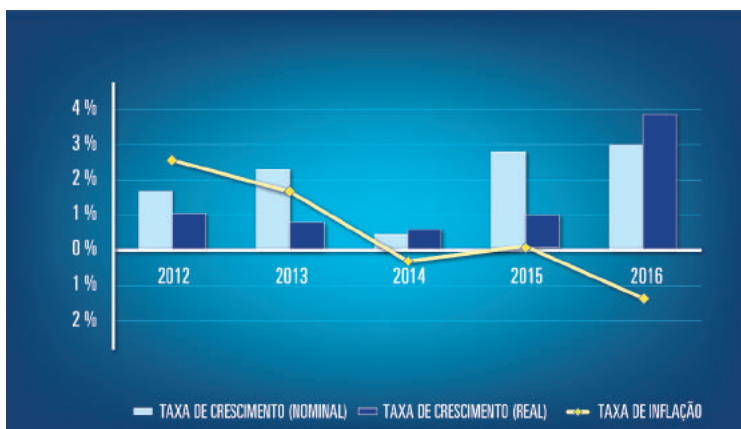


Gráfico 1: Evolução do PIB Real, PIB Nominal e Inflação.

Fonte: INE

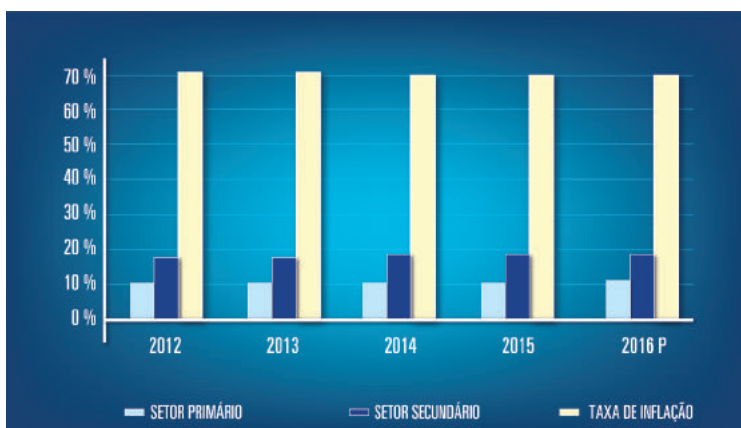


Gráfico 2: Contribuição setorial para o VAB.

Fonte: INE

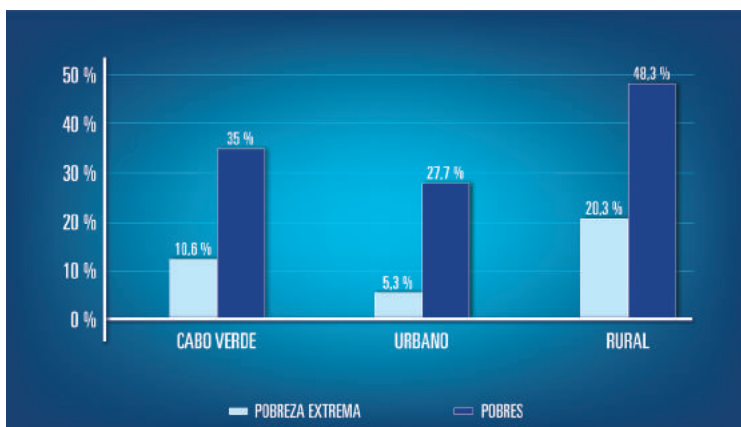


Gráfico 3: Incidência da pobreza relativa global e da pobreza relativa extrema, segundo meio residência.

Fonte: INE, IDRF 2015

Uma das consequências diretas destas assimetrias é a localização da pobreza no país. De acordo com os dados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (III IDRF), de 2015, em Cabo Verde cerca de 35% da população vivia na pobreza, enquanto que 10,6% em situação de pobreza extrema. No gráfico seguinte, percebe-se

que a pobreza se manifesta de forma mais intensa no meio rural. Este resultado está também associado ao indicador de desigualdade no país. O Índice de Gini é de 0,46 e quando se analisa por meio de residência constata-se que na zona urbana (0,45) é mais intensa do que na área rural (0,39).

Vivem em Cabo Verde cerca de 386.147 pessoas de 15 anos, ou mais, e, destes, 63,9% (246.680) constituem a força de trabalho, ou seja, a população ativa, sendo 209.725 empregadas e 36.955 desempregadas (15%), em 2016. O setor terciário é o principal gerador de emprego em Cabo Verde, com cerca de 61 em cada 100 empregados e o fenómeno é predominantemente urbano, com 72,6% do emprego. No meio rural, o setor primário gera 54 em cada 100 empregos, o que explica, em parte, a elevada incidência e a concentração da pobreza neste meio, tendo em atenção o nível de subemprego e os baixos rendimentos neste setor, predominantemente familiar e tradicional.

O desequilíbrio no acesso às oportunidades económicas e ao emprego fomenta o desequilíbrio no acesso ao rendimento. Assim, 54,3% do emprego está em Santiago, seguido de São Vicente com 16%, e estas duas ilhas compreendem, assim, cerca de 70% do emprego gerado no país. Adicionando a ilha do Sal, compõem 79% das oportunidades de emprego existentes no país.

O setor empresarial privado, o principal gerador de emprego, contabiliza 39% dos empregos, seguindo-se o trabalho por conta própria, que garante ocupação a quase 25% dos empregados e a administração pública com 16%. Cerca de metade da população ocupada não tem qualquer contrato ou vínculo laboral.

O desemprego, que é estrutural, é ainda muito elevado e é mais acentuado entre as mulheres (17,4%), do que entre os homens (12,9%). As mulheres constituem a maioria da população de 15 anos e mais, todavia são minoria no seio da população empregada, ocupando apenas 45% dos postos de trabalho. O desemprego atinge especialmente os jovens, sendo que, pelo menos, 41 em cada 100 jovens ativos não estão empregados.

No que tange à matéria de igualdade de género, ressalta-se a necessidade de aceleração do acesso das mulheres ao trabalho digno, sobretudo no meio rural e entre as jovens, do acesso a cargos de decisão, incluindo na esfera política (a percentagem de deputadas no Parlamento é de 23,6% e a de mulheres eleitas nos órgãos de poder local é de 26,3%), e da institucionalização dos serviços de apoio à vítima de violência baseada no género (VBG), domínios em que a sua situação ainda é desfavorável. Os principais ramos de atividade das mulheres são o comércio, a agricultura e o emprego doméstico, todos marcados pela informalidade e pelo baixo rendimento. No setor informal 62,5% das iniciativas são de mulheres e 88,9% em regime de autoemprego, em áreas pouco produtivas e rentáveis.

Outras questões importantes são observadas em matéria do género, nomeadamente i) o fato do abandono escolar ser mais frequente entre os rapazes do que entre as meninas, de modo que possam ir trabalhar, devido à situação de pobreza das suas famílias; ii) apesar das meninas frequentemente engravidarem e interromperem a sua educação, a taxa de sucesso delas no término dos estudos é maior comparativamente à dos rapazes.

Ainda sobre a educação, apesar dos avanços registados no acesso à educação básica e secundária, em todos os municípios do país, no nível superior, tal acesso continua sendo seletivo, não por mérito, mas pelo facto da oferta estar concentrada quase exclusivamente nas ilhas de Santiago e São Vicente, aliada à insuficiência de

recursos das famílias, e porque ainda não se conseguiu um melhor mecanismo de discriminação positiva, que promova equidade no acesso ao ensino superior.

Além do acesso ao ensino superior e técnico, a qualidade da educação continua a ser o principal desafio, em todos os níveis de ensino, exigindo a introdução de melhorias, bem como de métricas para aferição da qualidade do ensino. No caso particular do ensino superior, os cursos oferecidos pelas universidades, muitas vezes, não correspondem às necessidades de competências do mercado e, atualmente, não existe um financiamento sistemático da investigação académica e científica.

Relativamente à prestação de saúde, houve um avanço, especialmente nos cuidados primários, com o número de Centros de Saúde a passar de 17, em 2010, para 28, em 2013. No entanto, existem problemas de eficiência e eficácia na prestação destes serviços, derivados principalmente do acesso desigual e da carência de especializações. Quanto ao acesso, os residentes de Santiago e de São Vicente estão em vantagem em relação aos das outras ilhas, pela oferta, tanto através do setor público, como do setor privado, de melhores serviços e de primeira referência. Mesmo no respeitante ao acesso aos serviços que aumentam a autonomia da mulher, registam-se desequilíbrios. Por exemplo, as necessidades insatisfeitas de planeamento familiar entre as mulheres vivendo em união de facto situam-se em 7,8% e 8,2%, no Sal e em São Vicente e em 20% e 21%, no Fogo e em Santiago Norte, respectivamente. Quanto à especialização, são retratadas carências de enfermeiros com especializações, o que culmina na utilização dos ajudantes de serviço gerais na realização de trabalhos que deveriam ser efetuados pelos enfermeiros.

Devido às características demográficas traduzidas em dividendo demográfico, a saúde e a educação são os pilares fundamentais para o pro-

cesso de desenvolvimento do país. O aumento da população em idade de trabalhar pode constituir uma janela de oportunidade para o crescimento económico, se grande parte da população, particularmente a população economicamente ativa, gozar de boa saúde, tiver acesso à formação e a um emprego decente, seguro e produtivo. A questão-chave é como Cabo Verde poderá alavancar e aproveitar estas dinâmicas e garantir, de forma positiva, o seu processo de desenvolvimento, impulsionando o crescimento económico e promovendo a transformação estrutural, económica, urbana, e social de forma sustentável.

O estado atual do ambiente em Cabo Verde caracteriza-se pela prevalência de forte pressão sobre a exploração e a utilização dos recursos naturais em diferentes domínios, pondo em risco a capacidade dos sistemas ambientais para disponibilizar, a prazo, as funções e serviços ambientais para a sociedade e para a manutenção dos ecossistemas, carecendo assim as medidas de resposta e de estratégias particulares, inclusive da sociedade civil. Por outro lado, as características físicas, geográficas e ecológicas de Cabo Verde condicionam, de forma relevante, a capacidade de carga do território que, pela sua fragmentação, apresenta a disponibilidade de espaço como fator limitante de uma expressão natural em quantidade, quando nos referimos à biodiversidade. Não menos importante é a nossa vulnerabilidade quanto aos efeitos da seca, inundações e furacões, que tendem a agravar-se com as mudanças climáticas.

No setor da água e do saneamento, além dos investimentos já realizados, os esforços devem constituir uma âncora para a melhoria do acesso seguro a fontes de água potável, melhoria das condições de higiene e de gestão dos resíduos sólidos. De acordo com os dados de 2016, no saneamento constata-se que a proporção dos agregados familiares com ligação à rede pública de esgoto é de 26,3%, enquanto que 53,6% está ligada à fossa séptica. A proporção dos agregados familiares com instalações sanitárias atingiu

77%, valor superior à meta definida para 2015, pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que era de 62,3%. Relativamente ao modo de evacuação de resíduos sólidos, a maioria dos agregados familiares utiliza contentores, passando de 56,5%, em 2010, para 53,3%, em 2016, redução esta devido ao maior uso do carro de lixo, que passou de 15%, em 2010, para 26,1%, em 2016. No setor da água, constata-se que 64,6% dos agregados familiares obtêm água principalmente da rede pública, sendo o uso desta fonte mais expressivo no meio urbano (69,5%), do que no meio rural (53,6%).

No setor das energias, os investimentos realizados em infraestruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia, contribuíram para uma melhoria da cobertura territorial em energia elétrica, superior a 95%. Em 2016, cerca de 89,6% dos agregados familiares tinham a eletricidade como principal fonte de energia para iluminação, com maior expressão no meio urbano (93,0%) do que no meio rural (83,1%).

O gás é a principal fonte de energia utilizada na cozinha pela grande maioria das famílias (76,0%), mas principalmente no meio urbano, onde pelo menos 91 em cada 100 famílias utilizam principalmente essa fonte, enquanto que, no meio rural, apenas 42 em cada 100 utilizam principalmente o gás, sendo a lenha a fonte mais importante (55,2%), o que significa alguma ameaça sobre a cobertura vegetal.

A maioria das famílias cabo-verdianas tem hoje acesso aos serviços básicos, como água, comunicação, electricidade e saneamento, mas a habitação constitui hoje uma das importantes dimensões da pobreza, tanto na componente défice habitacional alargado, como no respeitante à insegurança habitacional, ou seja à degradação do parque habitacional. O défice habitacional básico que era de cerca de 36.500 alojamentos em 2002, foi apenas, em parte, corrigido, através do programa «Casa para Todos» e de outras iniciativas particulares, municipais e das imobiliárias

e tem maior expressão no meio urbano. Mais de 30.000 casas estão em situação de degradação avançada e ameaçam desabar, especialmente no meio rural. Um novo estudo sobre a situação habitacional deve ser realizado, reavaliando o déficit habitacional básico e alargado, assim como o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, inclusive a política nacional de habitação. Merecem, porém, especial atenção, as famílias pobres, vivendo em casas degradadas, pois estas representam uma ameaça à vida de milhares de pessoas e em especial de crianças.

1.2.1 Cabo Verde no contexto dos Pequenos Países Insulares

Cabo Verde prevalece como país de acentuado grau de vulnerabilidade económica e de rendimento baixo, quando comparado com as economias insulares de pequena dimensão, particularmente os TOP 10 PPI (Pequenos Países Insulares). A diferença é significativa, tanto para quando a variável considerada é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), quanto para o do PIB per capita.

PAÍS	PIB p.c.	IDH
Cabo Verde	3.080	0,646
Singapura	52.239	0,91
Chipre	21.942	0,85
Malta	23.281	0,83
Bahamas	22.817	0,79
Antigua e Barb.	14.764	0,786
Barbados	15.429	0,785
Maurícias	9.041	0,777
Trinidad e Tobago	20.452	0,772
Seychelles	14.133	0,772
São Cristóvão e Névis	15.772	0,752

Quadro 2: Comparação do IDH e PIB p.c. de Cabo Verde com os TOP 10 PPI.

Fonte: IBGE/Brasil

O gráfico a seguir projeta um cenário em que a economia cabo-verdiana cresce à taxa média anual de 10%, enquanto três das pequenas economias insulares que integram os TOP 10 crescem apenas a 4% ao ano. Adicionalmente, constata-se que o crescimento populacional dos países se mantem constante.



Gráfico 4: Cenário de Crescimento do PIB per capita no Longo Prazo.

FONTE: DNP/MF

Em tal cenário, Cabo Verde precisaria de 20 anos para alcançar as Maurícias (o último dos TOP 10, quando medido pelo PIB *per capita*), 28 anos para alcançar as Seychelles e 51 anos para atingir o nível de desenvolvimento de Singapura. Este cenário, otimista e pouco provável, é contrariado pelo desempenho da economia cabo-verdiana, a partir de 2009, cujas taxas anuais de crescimento do PIB real estiveram, em média, na vizinhança de 1%.

Assim, o desafio do desenvolvimento é um dos maiores desafios com que o país é confrontado e impõe taxas de crescimento anual do PIB de dois dígitos, sob pena de nunca se conseguir a convergência entre a economia cabo-verdiana e as economias dos PPI mais dinâmicos e desenvolvidos.

Entretanto, o contexto económico de estagnação e de desequilíbrios interno e externo, inclusive com falta de espaço orçamental, sobremaneira complexo, fez com que o Governo assumisse, prudentemente, o modelo de cresci-

mento económico sustentável, ao longo desse período. Isso passa, naturalmente, pela valorização das especificidades do país, com destaque para a insularidade, a localização, a estabilidade política, etc.

No caso da sua localização no Atlântico, por exemplo, apesar de ser privilegiada, colocando-

o em condições favoráveis para uma boa inserção em espaços económicos dinâmicos, nomeadamente, da África, Europa e a América, o país ainda não se configura como uma plataforma de circulação económica no Atlântico Médio. O seguinte gráfico apresenta o indicador de conectividade de Cabo Verde em relação a outros países do Atlântico Médio, medido pelos fluxos de comércio, capital e pessoas.

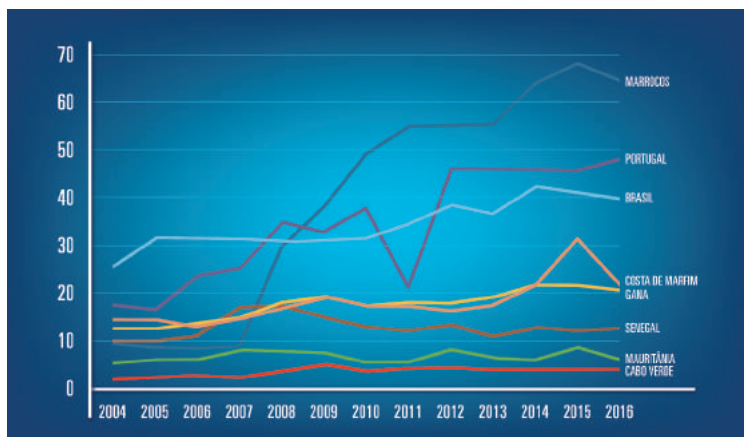


Gráfico 5: Índice de conectividade dos países do atlântico médio.

Fonte: Banco Mundial

Duas conclusões podem ser extraídas deste gráfico: a primeira é que Cabo Verde é um dos países com menor índice de conectividade no Atlântico Médio, e a segunda é que, desde 2004, a posição de Cabo Verde tem-se mantido praticamente sem alterações – o que pode demonstrar, entre outros, uma ausência de políticas eficazes, no sentido de melhorar a conectividade do país.



2. OS GRANDES DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CABO VERDE

Baseado no diagnóstico da situação em 2016, este capítulo descreve os principais desafios para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, sob os quais a resposta estratégica do PEDS, compreendendo medidas de curto, médio e longo prazo, foi concebida, para colmatar as deficiências e para afirmar as vantagens comparativas e competitivas do país, de forma a aproveitar oportunidades de desenvolvimento, presentes e futuras.

Na qualidade de Pequeno País Insular de Rendimento Médio, graduado do grupo de Países Menos Avançados (PMA), em dezembro de 2007, o maior desafio de Cabo Verde é a construção de uma economia com alto nível de crescimento sustentável e inclusivo, no sentido de superar as condicionantes-chave, vulnerabilidades estruturais, dependência externa, desemprego, pobreza, desigualdade na distribuição do rendimento, oportunidades reduzidas de emigração e consequente queda de remessas.

2.1 As vulnerabilidades e a resiliência

Cabo Verde está confrontado com vulnerabilidades naturais, relacionadas com a sua origem vulcânica, a sua natureza insular e arquipelágica, a sua localização na região do Sahel, a escassez das chuvas e a falta de recursos minerais. Além disso, a sua reduzida dimensão territorial, demográfica e económica e o seu isolamento em relação ao continente africano são características que limitam as reais possibilidades de desenvolvimento. Assim, a sua vulnerabilidade face aos choques externos constitui apenas uma agravante e o desempenho, medido pelo rendimento nacional, oculta, geralmente, a vulnerabilidade da economia cabo-verdiana.

A nação cabo-verdiana enfrenta as seguintes vulnerabilidades e terá de encontrar estratégias

e meios para as atenuar, ou contrariar o seu impacto, construindo resiliências sustentáveis, no quadro da Agenda 2030:

- **Produção agrícola:** Cabo Verde importa mais de 80% dos alimentos de que necessita a sua população; apenas 10% da superfície do país (40.000 hectares) tem vocação agrícola; a escassez e a irregularidade das chuvas provocam secas cíclicas, défice hídrico permanente e uma desertificação acentuada. Assim sendo, a insegurança alimentar é um dos principais aspetos da pobreza em Cabo Verde, nomeadamente, no meio rural.
- **Exportações de bens:** as exportações de Cabo Verde estão limitadas a um número muito reduzido de produtos, cobrindo apenas cerca de 5% das importações.
- **Importações:** a dependência é particularmente elevada, no que diz respeito aos bens estratégicos, tais como produtos alimentares e produtos energéticos. As importações são equivalentes a 40% do PIB e as importações alimentares representam cerca de 35% do total das importações de mercadorias.
- **Ambiente:** a diminuição e a irregularidade da pluviometria estão na origem das secas, que constituem a principal causa do fenómeno de desertificação, com efeitos devastadores nos frágeis ecossistemas do país, condicionando a biodiversidade, a cobertura vegetal, a qualidade das terras e toda a produção agropecuária. Os solos degradam-se com a perda de matérias orgânicas e a diminuição da capacidade de retenção da água. Estando o nível dos lençóis freáticos a baixar, a salinidade dos solos aumenta com a infiltração da água do mar, reduzindo as superfícies irrigadas, designadamente nas faixas do litoral das ilhas. Por outro lado, apesar de avanços consideráveis na implementação de políticas de conservação da biodiversidade, o país enfrenta ainda grandes vulnerabilidades no plano institucional, legal, de fiscalização, de monitorização e de conhecimento científico, traduzido num contínuo declínio da biodiversidade terrestre e marinha em, pelo menos, dois dos seus componentes

principais – espécies e ecossistemas.

- **Mudanças Climáticas:** como um Pequeno País Insular de rendimento médio baixo, os efeitos e o impacto das mudanças climáticas têm mais acuidade. A resposta global às mudanças climáticas centra-se na urgente necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Em 2010, nos Acordos de Cancun, os Governos concordaram em reduzir estas emissões, por forma a que o aumento da temperatura global não ultrapassasse os 2 graus Celsius (CQNUMC Decision 1/CP.16, 2010). Mais recentemente, em resposta às decisões 1/CP.19 e 1/CP.20, os países informaram a Convenção das suas “Contribuições Nacionalmente Determinadas” (NDC’s). Para um pequeno país insular como Cabo Verde, sem descurar das medidas de mitigação para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, é fundamental concentrar-se nas medidas de adaptação como resposta aos efeitos das mudanças climáticas, no sentido de reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência das populações e dos ecossistemas.
- **Dispersão geográfica:** a insularidade fragmentada em 10 ilhas, com uma orografia muito íngreme e acidentada (na maioria das ilhas) tem efeitos extremamente pesados nos custos das infraestruturas de base, dos serviços e dos bens essenciais. Ademais, diminui as conexões e sinergias internas e constitui um obstáculo à circulação de pessoas e bens no território nacional. A unificação das ilhas, através de transportes aéreos e marítimos, associada aos custos das insularidades advenientes para o ambiente de negócios.
- **Segurança:** a localização estratégica (a meio caminho entre os continentes africano, europeu e americano), a extensão do litoral e da zona económica exclusiva fazem com que Cabo Verde esteja particularmente exposto às novas ameaças, tais como o tráfico de drogas e de pessoas, à imigração ilegal e à criminalidade internacional. As preocupações com a segurança resultam numa grande pressão sobre o orçamento do Estado.

- **Energia:** a dependência energética do exterior é da ordem de 75%. Para que Cabo Verde atinja os seus objetivos de transformação social e económica é indispensável reduzir, ou mesmo erradicar, esta vulnerabilidade, através do desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como por exemplo a energia renovável. A atual capacidade de produção de Energias Renováveis no país está a volta dos 25%.

2.1.1 A vulnerabilidade económica

Cabo Verde é confrontado com dois grandes desafios adicionais, aos quais tem que responder em simultâneo: o desafio de garantir, no médio prazo e com recursos endógenos, a sobrevivência⁵ da sua comunidade residente, numa perspetiva de redução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e o desafio de desenvolvimento autossustentado e acelerado, para responder às legítimas aspirações da sua população a padrões de vida superiores.

No que respeita à sobrevivência, a análise da Balança de Pagamentos permite concluir que a Balança de Bens é estrutural e profundamente deficitária, coerente com o facto de Cabo Verde importar a maior parte dos bens que consome, em particular os bens de primeira necessidade, como, por exemplo, bens alimentares, produtos energéticos, produtos químico-farmacêuticos e material laboratorial e médico-cirúrgico, e não possuir uma base exportadora de bens com adequada dimensão. A própria água que é consumida nas cidades e nos destinos turísticos internos é importada, pois resulta do processo de dessalinização, cujos fatores de produção são, na essência, energia e equipamentos importados.

A Balança de Serviços, cujo saldo positivo não chega a representar 50% do saldo negativo da Balança de Bens, mostra-se incapaz de compensar a lacuna, que é agravada pelo saldo negativo, também estrutural, do Rendimento Primário.

⁵ Traduzido como o mínimo de rendimentos de que as pessoas carecem, num determinado contexto, para viver em condições de dignidade.

	2013 ^p	2014 ^p	2015 ^p	2015 ^p				2016 ^p			
				1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Balança Corrente	-8 897,6	-14 041,9	-5 046,1	-616,9	-3 847,5	99,4	-681,2	751,1	-1 573,8	-2 563,3	-1 159,5
Bens (1)	-51 532,5	-50 277,4	-47 029,3	-12 715,9	-12 209,3	-10 444,5	-11 659,7	-10 694,5	-12 044,4	-15 395,9	-15 167,9
Mercadorias Gerais	-51 532,5	-50 277,4	-47 029,3	-12 715,9	-12 209,3	-10 444,5	-11 659,7	-10 694,5	-12 044,4	-15 395,9	-15 167,9
Serviços	25 206,7	21 888,1	22 608,4	6 695,8	4 698,6	5 637,8	5 576,3	6 813,1	5 606,5	5 968,1	7 591,6
Transporte	4 215,0	1 684,4	1 735,2	758,2	472,9	416,6	87,5	622,1	161,5	-183,9	511,5
Marítimo	-3 711,5	-4 379,6	-4 056,4	-963,3	-1 096,2	-868,6	-1 128,3	-1 079,3	-1 061,8	-1 188,2	-1 102,3
Aéreo	7 926,5	6 064,0	5 791,6	1 721,5	1 569,1	1 285,2	1 215,9	1 701,4	1 223,3	1 004,4	1 613,8
Viagens	25 045,9	24 520,4	24 475,5	7 181,6	4 569,1	6 072,0	6 652,8	8 656,6	6 299,5	6 821,7	8 388,3
Negócios	-3 358,3	-3 807,0	-4 873,9	-1 080,0	-1 428,9	-1 297,3	-1 067,7	315,3	175,9	140,6	302,8
Turismo	29 597,3	29 412,9	30 427,5	8 565,2	6 217,7	7 657,5	7 987,1	8 802,7	6 530,3	7 171,6	8 553,3
Rendimento Primário	-5 366,8	-7 692,0	-5 869,5	-1 636,4	-1 654,2	-1 585,5	-993,5	-2 222,5	-1 489,9	-788,9	-1 499,4
Rendimentos de Trabalho	9,0	-67,1	-38,6	-20,3	-47,8	23,1	6,5	48,0	318,6	185,5	155,2
Rendimentos de Investimento	-5 375,7	-7 624,9	-5 831,0	-1 616,1	-1 606,3	-1 608,5	-1 000,0	-2 222,5	-1 489,9	-788,9	-1 499,4
Rendimentos Investimento Direto	-1 367,8	-2 975,3	-1 544,7	-382,0	-279,7	-458,2	-424,8	-1 198,1	-630,2	-191,8	-810,1
Juros do Trust Fund	373,3	372,9	414,4	0,0	0,0	0,0	414,4	0,0	0,0	267,0	0,0
Juros da Dívida Externa Pública (Governo)	-1 438,2	-1 518,3	-1 734,1	-466,3	-586,7	-426,9	-254,2	-457,6	-623,1	-222,5	-239,2
Juros Div. Ext. Priv. (Bancos e outros Setores)	-3 077,0	-3 528,1	-2 992,5	-763,9	-763,9	-710,8	-753,9	-609,2	-586,3	-559,8	-645,8
Rendimento Secundário	22 795,0	22 039,4	25 244,4	7 039,5	5 317,4	6 491,6	6 395,8	6 855,1	6 354,0	7 653,4	7 916,1
Transferências Oficiais	4 947,7	4 664,1	5 394,9	2 081,1	723,5	1 205,7	1 384,6	869,6	1 326,4	904,2	1 816,1
Remessas dos emigrantes	13 779,4	15 485,2	18 593,3	4 403,8	4 255,9	5 220,1	4 713,5	4 466,8	3 672,1	5 269,0	4 409,2
Outras Transferências Privadas	4 067,9	1 890,1	1 256,2	554,7	338,0	65,9	297,7	1 518,7	1 355,6	1 480,2	1 690,8
Balança de Capital	533,4	658,8	1 883,8	798,0	421,1	222,8	441,9	125,8	297,0	422,7	428,1
Transferências Oficiais	461,7	551,5	1 743,9	767,9	385,4	184,6	406,1	94,5	262,4	375,2	370,8
Balança Financeira	-14 085,2	-22 762,3	-11 674,8	-2 504,7	-2 465,2	-1 618,4	-5 086,5	453,6	-5 257,6	-5 375,6	-2 894,3
Investimento Direto	-4 627,4	-14 303,1	-11 121,1	-3 292,8	-2 860,2	-2 239,2	-2 728,9	-2 899,8	-3 150,5	-2 030,9	-2 430,8
Investimento de Carteira	2 281,2	1 715,5	3 544,0	885,1	887,0	884,9	887,0	1 003,7	1 008,1	1 003,7	1 008,6
Outros Investimentos	-11 739,0	-10 174,7	-4 097,7	-96,9	-492,1	-264,1	-3 244,7	2 349,7	-3 115,2	-4 348,3	-1 472,1
Moedas e Depósitos	5 796,3	1 594,4	4 497,9	3 792,5	-591,6	2 235,8	-938,8	2 441,4	-1 737,9	-3 575,6	-38,9
Empréstimos	-17 619,0	-12 095,5	-8 350,8	-3 422,2	-410,2	-1 894,2	-2 624,2	297,0	-1 054,4	-908,6	-1 440,4
Dívida Externa Pública (Governo)	-18 670,6	-15 772,7	-10 590,1	-2 266,2	-928,1	-2 710,3	-4 685,5	146,0	-1 647,3	-999,2	-1 139,1
Dívida Externa Privada	895,0	3 583,2	2 204,7	-1 173,0	500,2	816,1	2 061,3	139,1	592,9	90,6	-301,3
Créditos Comerciais	-876,1	1 109,3	-371,6	-133,6	-205,9	278,8	-310,8	2,6	-237,2	17,6	-168,9
Outros Ativos Líquidos	959,8	-782,8	126,8	-333,6	715,7	-884,5	629,1	-391,3	-85,7	118,3	176,0
Ativos de Reserva	5 603,9	7 844,9	3 523,6	855,9	-2 018,0	-2 808,2	7 493,9	-82,9	1 102,2	2 230,0	5 900,9
Erros e Omissões	-117,1	-1 534,2	-4 988,9	-1 830,0	-1 056,8	-4 748,8	2 646,6	-506,2	-2 878,5	-1 005,0	3 737,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

Quadro 3: Balança de Pagamentos em milhões de ECV.

O equilíbrio só se consegue graças às transferências externas, em particular às remessas dos emigrantes e à contribuição da APD, esta, nas suas vertentes "donativo", isto é, "donativo direto", "aju-

da alimentar" e "ajuda orçamental" e, particularmente, a partir de 2009, na vertente contratação de dívida pública, externa, crescente e expressiva, para o financiamento de projetos do Governo.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
APD	9.797	11.230	10.672	9.900	11.387	15.784	25.939	20.394	23.676	25.807	20.655	17.304	9.982
Donativos	7.360	6.610	6.400	5.364	6.236	7.536	9.440	4.342	4.203	4.275	3.014	4.294	4.164
Ajuda Orçamental	1.233	551	1.203	1.563	1.640	2.180	3.085	1.711	573	1.199	1.041	1.282	1.312
Ajuda Alimentar	308	750	405	290	217	317	338	389	230	329	17	0	57
Donativos Diretos	5.819	5.138	4.682	3.460	3.884	5.039	6.018	2.242	3.399	2.488	1.728	2.400	2.452
Outras	0	171	109	52	494	0	0	0	0	259	228	612	343
Empréstimos	2.437	4.620	4.272	4.536	5.152	8.248	16.498	16.052	19.474	21.531	17.641	13.011	5.819
Projetos						2.588	13.491	13.295	17.392	19.877	14.720	10.358	5.819
Ajuda Orçamental*						5.659	3.008	2.757	2.082	1.654	2.921	2.652	0

* Provenientes do BAD e BM

Quadro 4: Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em milhões de ECV

O recurso e a dependência da APD para equilibrar a Balança Corrente inverteu, de forma expressiva, os fundamentos para a contratação de dívida pública externa, tornando-a numa condição incontornável de equilíbrio externo, no curto prazo, ao invés de um recurso para financiar programas de desenvolvimento sustentável, alicerçados no crescimento autossustentado.

Trata-se, de facto, de uma das armadilhas em que a economia cabo-verdiana caiu, que tende, naturalmente, a reproduzir-se e que exige redobrado esforço, assim como muita coordenação, convicção e perseverança para ser ultrapassada.

A percepção clara, de que os elementos determinantes do frágil equilíbrio das contas externas podem estar em causa, agrava ainda mais as conclusões. Com efeito:

- a) Depois de conhecer um pico em 2010, no valor de 9.440 milhões de ECV, os donativos, incluindo a ajuda orçamental, caíram para cerca de 4.300 milhões de ECV, em 2011, mantendo uma tendência média decrescente, embora amortecida, até ao presente;
- b) Nos últimos anos, as receitas de turismo cresceram a uma taxa média muito inferior à taxa de crescimento do fluxo turístico, conforme se conclui da análise da Balança de Pagamentos, conjugada com as entradas anuais de turistas, o que reforça a ideia de Cabo Verde ter apostado no turismo de sol-praia-mar, de baixo valor acrescentado e de uma evolução desfavorável da qualidade da procura do destino, factos que, associados ao agravamento das tensões sociais e ambientais e com a volatilidade potencial deste segmento de mercado, determinam que se encare com precaução esta variável, como um elemento estrutural de resposta às tensões da Balança de Pagamentos, na ausência de políticas adequadas, capazes de tornar este segmento da atividade turística resiliente a determinantes externas e internas;
- c) Depois de atingir um pico de 21.531 milhões de ECV, em 2013, os empréstimos a projetos

começaram a cair, pronunciada e sustentadamente, conhecendo um valor de apenas 5.819 milhões de ECV, em 2016, seguramente determinado pela prudência dos financiadores face ao contexto macroeconómico global do país, justificado, entre outras razões, pelo excessivo endividamento do Estado (que se situa entre os 125% e os 130% do PIB).

- d) A única variável que, historicamente, tem contribuído para o equilíbrio da Balança de Pagamentos e que se mantém com comportamento positivo, em termos de crescimento, continuam a ser as transferências dos emigrantes, seguramente resultado da crise europeia e das suas consequências nas taxas passivas de juro do Euro, combinado com as taxas de juro das operações passivas praticados pelos bancos cabo-verdianos, bastante acima das taxas praticadas na Europa, e com a estabilidade da taxa de câmbio do ECV face ao EURO, em consequência do Acordo de Cooperação Cambial.

Designação	2013	2014	2015
Mercadorias	-51.532,5	-50.277,4	-47.029,3
Turismo	57,4%	58,5%	64,7%
Remessas de Emigrantes	26,7%	30,8%	39,5%
Transferências	44,2%	43,8%	53,7%

Quadro 5: Evolução relativa das receitas do Turismo, das remessas dos emigrantes e das transferências face ao saldo da Balança de Mercadorias entre 2013 a 2015

A análise sugere o esgotamento do modelo económico dominante na última década, uma recriação do modelo de reciclagem da ajuda externa, assente no forte endividamento público. Permite, perceber as dificuldades em fazer a rotura com esse mesmo modelo, que contamina gravemente a única alternativa e a verdadeira saída - a substituição da reciclagem da ajuda externa pelo investimento privado.

Porém, esta alternativa, para ser efetiva, exige um ambiente de negócios adequado, assente na

confiança, na minimização dos custos de contexto e na sustentabilidade, três elementos críticos que faltam, no presente contexto, à economia cabo-verdiana. Para se concluir que assim é, basta olhar para os indicadores do *doing business*, da boa-governança, da liberdade económica e do risco soberano.

É, assim, inadiável encontrar saídas, tanto para assegurar, num horizonte de médio prazo, a sobrevivência da comunidade cabo-verdiana residente, na ausência ou na continuação da redução drástica dos fluxos de APD, como para a rotura com a estagnação económica que atinge o país desde 2009, cuja face mais visível é o crescimento negativo do PIB per capita e o crescimento da taxa real do PIB na vizinhança de 1%, se excluído o ano de 2016 que, embora superior, continua anémico.

2.1.2 As vulnerabilidades ambientais e medidas de resiliência

Cabo Verde é caracterizado por uma base de recursos naturais muito limitada e inserida numa zona de elevada aridez meteorológica, o que torna os seus ecossistemas naturais extremamente vulneráveis.

A insularidade, a reduzida dimensão do território e a fragmentação das terras, agravada pela fragilidade social e económica, exercem uma grande pressão sobre o território e os recursos naturais, contribuindo para o aumento da degradação ambiental e pobreza e, portanto, exigem uma estratégia de gestão concertada e criteriosa dos recursos naturais.

Cabo Verde é, também, vulnerável a eventos extremos e a potenciais efeitos adversos das mudanças climáticas, que podem afetar os setores produtivos. Vários modelos climáticos de previsão para a região da África Ocidental mostram que os impactos do clima irão agravar as pressões já existentes sobre o desenvolvimento do arquipélago e sobre os esforços para reduzir a

pobreza. Esses impactos incluem a aceleração da erosão, o aumento do escoamento superficial, danos às infraestruturas, particularmente, ao longo da costa e deterioração dos ecossistemas que permitem o desenvolvimento da agricultura e da subsistência local.

Modelos climáticos, publicados durante a avaliação do Programa de Ação Nacional de Adaptação (NAPA), para o período 2008-2012, mostraram que as vulnerabilidades naturais do país, juntamente com suas implicações sociais e económicas serão muito provavelmente exacerbadas pelas perturbações climáticas nas próximas décadas. Estas incluem eventos extremos mais frequentes, como tempestades, inundações e secas, bem como temporadas de chuvas mais curtas, escassez hídrica, com impactos imediatos nos meios de subsistência, infraestruturas, condições sanitárias, recarga de reservatórios e produtividade agrícola.

Cabo Verde pertence ao grupo de países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Tal como evidenciado pelo índice ND-Gain⁶, o país é o 65º país mais vulnerável e o 79º país mais resiliente, situando-se no quadrante superior direito da matriz do referido índice, significando que o país já deu passos importantes no sentido de aumentar a resiliência, mas subsistem, ainda, grandes desafios para a redução das vulnerabilidades e necessidades urgentes de reforço de medidas de adaptação e de aumento da resiliência.

Importa apresentar o perfil de vulnerabilidade e medidas de resiliência das seguintes componentes e/ou recursos ambientais:

- **Solos:** os solos (componente produtiva da terra) são, na sua grande maioria, esqueléticos ou com pouca cobertura vegetal e pobres em matéria orgânica. Apenas 10% das terras são, potencialmente aráveis; destas, 95% vêm sendo ocupadas pela agricultura de

⁶ Notre Dame Global Adatation Initiative, <http://index.gain.org/ranking>.

sequeiro e os restantes 5% pela agricultura de regadio (PAIS Ambiente e Agricultura Silvicultura e Pecuária). Essas terras estão, na sua maior proporção, localizadas em zonas semi-áridas e áridas, onde a pressão dos fatores climáticos adversos se manifesta com maior intensidade, dificultando assim o estabelecimento da cobertura vegetal, indispensável à produção agrícola. Ainda devido à orografia acentuada das ilhas e às chuvas, frequentemente torrenciais, a erosão dos solos é muito acentuada e agravada por práticas agrícolas inadequadas e pelo pastoreio livre. Como medidas de resiliência destacam-se a implementação das medidas de neutralidade da degradação das terras (NDT); medidas mecânicas e biológicas anti-erosivas, prática de pecuária estabilizada, agricultura inteligente.

- **Água:** em termos de disponibilidade de água por habitante, o país é caracterizado por uma situação de escassez hídrica. Os escassos recursos hídricos representam um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico de Cabo Verde. As precipitações irregulares, de forte intensidade e mal distribuídas no espaço e no tempo, elevadas taxas de evapotranspiração, condições orográficas desfavoráveis e sobre-exploração dos poços e furos, particularmente nas zonas costeiras, aliadas a uma infiltração deficiente, fazem com que a disponibilidade de água constitua um dos fatores importantes de vulnerabilidade de Cabo Verde. Assim, a reutilização de águas residuais para fins múltiplos é hoje encarada como um eixo central da gestão sustentável dos recursos hídricos. A existência de tecnologia que possibilita a reutilização destas águas, elevando o seu nível de qualidade é uma alternativa à sua rejeição na natureza. De facto, uma das estratégias de gestão integrada dos recursos hídricos e medida de resiliência passa por dinamizar a utilização deste recurso para usos não potáveis, como sejam a rega de espaços verdes, agricultura, algumas indústrias, entre outras atividades, cujos requisitos de qualidade são

substancialmente inferiores aos da água para consumo humano. Outra medida importante prende-se com o ordenamento das bacias hidrográficas e com o aumento da capacidade de retenção de águas superficiais.

- **Biodiversidade:** enquanto Estado insular, Cabo Verde, tem uma variedade significativa de flora e fauna endémicas. Também, o facto de ser um país arquipelágico, alvo de ações antrópicas, intensificadas pela reduzida dimensão do território e condições climáticas adversas, as taxas de perda de biodiversidade são preocupantes. De acordo com as projeções, existe um alto grau de confiança de que mudanças projetadas no clima resultarão na degradação, redistribuição e/ou aumento de fragmentação dos ecossistemas e na perda da biodiversidade e, consequentemente, dos serviços ecossistémicos nos SIDS, nas próximas décadas. Em Cabo Verde, aproximadamente 20% das espécies terrestres estão incluídas na lista vermelha, classificadas como ameaçadas ou extintas (Leyens&Lobin, 1996). Uma das mais importantes medidas de resiliência adotadas pelo país é a conservação *in situ*, através da criação e implementação de uma rede de áreas protegidas. É necessário, ainda, reforçar as medidas e as capacidades de gestão e monitorização dos ecossistemas e espécies *in situ* e *ex situ*. A investigação científica, a promoção do conhecimento e a educação ambiental são mecanismos essenciais para o reforço das medidas de adaptação e resiliência dos ecossistemas.
- **Pesca:** uma das atividades económicas mais utilizadas pelas pequenas ilhas, que contribui positivamente para seu PIB é a atividade pesqueira. Porém, devido ao aumento de temperatura das águas, o aumento do nível médio do mar e os danos advindos de furacões, a tendência é que essa atividade seja comprometida, uma vez que os recursos haliêuticos nem sempre conseguirão se adaptar a essas alterações no oceano, gerando maiores custos, por parte dos governos das pequenas ilhas, que necessitam da atividade pesqueira,

como forma de sustento da população e crescimento do PIB (IPCC, 2007c). Cabo Verde é um grande Estado oceânico. A ZEE é cerca de 180 vezes maior do que o seu espaço terrestre real. A indústria da pesca costeira representa uma importante fonte de nutrição e receita para as populações de Cabo Verde. Esta atividade vem sendo altamente afetada pela sobre-pesca e pelo impacto das mudanças climáticas, trazendo vários efeitos negativos, incluindo a perda de pescarias tradicionais, a diminuição de receitas e de empregos, e grandes preocupações com a segurança alimentar das populações. A implementação das áreas marinhas protegidas e de medidas de racionalização da pesca, a investigação científica, o reforço de fiscalização, a diversificação da indústria pesqueira e a agregação de valor constituem mecanismos de redução de vulnerabilidade do setor e de aumento da resiliência.

- **Floresta:** as áreas florestais de Cabo Verde são constituídas maioritariamente por espécies introduzidas. São florestas artificiais, criadas na década de 40 do século passado, com o objetivo de combater a seca e a desertificação. Nos últimos anos, a mudança no regime de chuvas tem acarretado períodos de estiagem, aumentando consequentemente a vulnerabilidade das florestas. A habilidade das florestas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima dependerá da taxa e da magnitude das mudanças a que estão sujeitas, mas também, do tipo de vegetação, apesar de se reconhecer que existem limites acima dos quais as florestas não terão mais capacidade de se adaptarem à mudança do clima, sem comprometer as suas funções básicas. Projeta-se que a mudança do clima altere a frequência e a intensidade de distúrbios naturais, tais como incêndios, incidência de doenças e pragas, impactando diretamente a capacidade de adaptação e de recuperação das florestas. Esses impactos variam entre regiões e são dependentes do tipo de gestão e das medidas de adaptação imple-

mentadas. Neste sentido, é fundamental a mudança de políticas de (re)florestação, priorizando as espécies nativas e endémicas que são mais resistentes aos efeitos dos incêndios e das pragas e doenças. Igualmente importantes, são a elaboração de planos de gestão florestais e medidas de contingência, face aos incêndios florestais.

- **Resíduos sólidos:** os resíduos sólidos vêm-se convertendo, cada vez mais, num dos problemas mais preocupantes para a proteção ambiental. A sua produção e acumulação têm atingido níveis acima da capacidade de recolha. Estima-se que a produção de resíduos sólidos urbanos em Cabo Verde ronde os 171 000 ton/ano (PENGeR, 2016). Não são verdadeiramente conhecidas as quantidades de resíduos lançados nas lixeiras. Estas continuam a ser o destino principal dos resíduos sólidos de todo o tipo, constituindo um risco importante para a saúde humana, devido aos contaminantes que podem escapar para o ar, água ou solo. Nestas lixeiras são lançados os resíduos domésticos, de construção, dos hospitais e das unidades comerciais e industriais, sem a adequada separação por tipo de resíduo. De uma forma geral, a localização e o dimensionamento das lixeiras não foram, no passado, feitos de forma programada e organizada, com um sistema bem definido de gestão. Muitas lixeiras estão muito próximas das zonas urbanas ou de estradas principais, de zonas agrícolas ou de perímetros florestais. Esta excessiva proximidade, para além dos incómodos causados pela poluição, por cheiros e fumos, quando incinerados a céu aberto, causa outros incómodos mais graves, principalmente os referentes à saúde pública, não esquecendo o fator social das populações que vivem do lixo, nas próprias lixeiras.

Tal como referido no inventário de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), Cabo Verde apresenta um aumento de emissões totais do país, entre 1995 e 2000, de 11,3%. As emissões do

setor dos resíduos cobrem 32,4% das emissões totais de CH₄, o que corresponde a 3% do total das emissões do país, em 2000 (2CN, 2007).

Perante este contexto, os esforços para reduzir as vulnerabilidades do setor de resíduos sólidos incluem a redução da produção dos mesmos, a melhoria da eficiência da recolha, a introdução de processos de valorização, a prevenção das emissões de metano, tratamento e utilização dos gases de aterro. Também, por outro lado, a energia, gerada a partir da combustão de metano, pode, ainda, substituir a utilização de outros combustíveis fósseis, quer como um recurso energético primário, quer como eletricidade (Banco Mundial, 2012).

2.2 A valorização das Ilhas e dos recursos endógenos

A descentralização é um dos maiores ganhos da democracia cabo-verdiana, por expandir as possibilidades de acesso aos órgãos de poder, promover a cidadania e a cultura política, mas, sobretudo, pela gestão de proximidade, por reforçar os mecanismos de controle social do poder, contribuir para a promoção da economia local e para a valorização de recursos e de oportunidades locais.

Tendo por objectivo a valorização das ilhas e dos recursos endógenos, o Governo estabeleceu as políticas públicas que favorecem a descentralização e a aposta na territorialização dos instrumentos de gestão do desenvolvimento. É evidente, que o poder local requer mais recursos e novos mecanismos para o melhor exercício das atribuições já descentralizadas, mas é, sobretudo evidente, que uma nova vaga de descentralização se impõe, como condição para valorizar o potencial endógeno e para acelerar o crescimento económico local e nacional, reduzir as assimetrias regionais e promover o equilíbrio regional.

O essencial das políticas públicas para a valorização das ilhas e dos recursos endógenos é

hoje, sobretudo, da competência do Governo, pelo que o enfoque do Executivo pressupõe o reforço do conhecimento do território e dos recursos endógenos, o reforço de capacidades ao nível local, o aprofundamento de soluções de intermunicipalidade e uma nova vaga de descentralização, pela via da regionalização.

O reforço do conhecimento do território deve priorizar, não só o inventário dos bens ambientais e dos recursos turísticos, históricos e patrimoniais, mas também das capacidades técnicas e organizacionais, existentes a nível local, desafio a que devem associar-se as universidades, envolvendo estudantes e docentes, nos Municípios de origem.

Ao nível local, nas Câmaras Municipais, as capacidades técnicas são ainda insuficientes, no que se refere ao urbanismo e à gestão do território, à administração fiscal, à gestão financeira e patrimonial, ao planeamento, mas também nos domínios do saneamento, da gestão desportiva, cultural, da proteção civil e segurança.

O aprofundamento das soluções de intermunicipalidade, designadamente de natureza empresarial, é essencial para a operação dos serviços de água e saneamento, dos resíduos sólidos, dos recursos turísticos, dos bens ambientais, do ordenamento do território, da saúde, assim como da proteção civil e da polícia municipal, em busca de escala, mas também da racionalização dos recursos e da valorização de capacidades.

Hoje, quase todos os Municípios têm um Plano Diretor Municipal, elaborado com recurso a competências externas, que fixam, com carácter imperativo, obrigações, em matéria de planos de hierarquia inferior, de cidadania territorial e de capacidades de gestão dos planos. A capacitação técnica das Câmaras Municipais e o reforço de recursos para o aprofundamento do planeamento urbanístico são condições para que o planeamento sirva a gestão sustentável do território. Esta deve, assim, ser uma área prio-

ritária, no reforço de capacidades das Câmaras Municipais, que deverá ter início no primeiro ano do PEDS.

Os planos de desenvolvimento regional, elaborados no âmbito do PEDS 2017-2021, serão mecanismos de diálogo, de mobilização e de descentralização de recursos e atribuições, de empenhamento e envolvimento do poder local na execução e, por esta via, de reforço de recursos e capacidade de resposta, como também para a sinalização das oportunidades de negócios e a realização da visão partilhada do Governo e do Poder Local para cada ilha de Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde priorizará, ainda, no âmbito do PEDS, e especialmente com base nos planos regionais de desenvolvimento, os mecanismos para a preparação da administração, da sociedade e do poder local, para a regionalização, que conduzirá a descentralização para níveis de atribuições territoriais superiores, que poderão ser exercidas com maior racionalidade e vantagens, em termos de contribuição para a valorização dos recursos endógenos e de benefícios para as populações.

2.3 A educação de excelência

A 9 de Abril de 2012, numa conferência, na cidade da Praia, o Banco Africano de Desenvolvimento fez a seguinte apreciação do sistema educativo cabo-verdiano:

O desempenho social de Cabo Verde, especialmente no que se refere à educação, tem sido, consistentemente, positivo desde 1975:

- Cerca de 20% do orçamento anual do país é gasto em educação.
- Tem uma das maiores taxas de alfabetização no continente.
- Tem boa performance, em termos de média de anos totais de escolaridade, dos níveis primário ao terciário, estimada em 12 anos em 2009, situando-se entre os principais países da África.

- Tem mais de 500 estabelecimentos pré-escolares, 427 escolas primárias e 69 escolas secundárias.
- Durante a última década, o país investiu fortemente na educação técnico-profissional. Foi criada uma rede de dez centros de formação técnica (Centros de Emprego e Formação), cobrindo quase todas as ilhas.

Os passos quantitativos feitos na educação, no entanto, mascaram sérios problemas de qualidade e relevância:

- O currículo existente nos níveis secundário, médio e superior está mal ou não está alinhado com as necessidades atuais ou com a direção futura da economia.
- Existe uma desconexão entre as instituições de ensino e de formação da força de trabalho e as empresas.
- O setor da educação em Cabo Verde não possui mecanismos efetivos de controle da qualidade. O Ensino Superior é especialmente deficiente neste sentido.

Volvidos cinco anos, o sistema de formação de Recursos Humanos, em Cabo Verde, permanece basicamente o mesmo. O sistema educativo cabo-verdiano tem-se concentrado, quase em absoluto, na gestão corrente, privilegiando a quantidade. O *deficit* de qualidade do ensino, em particular do superior, permanece como um pesado calcanhar de Aquiles. O sistema educativo continua a não encarar de frente as reformas que importa fazer, no domínio dos currícula, e, de forma particular, no pedagógico. Neste último domínio está o principal desafio.

No entanto, Cabo Verde dispõe de condições infraestruturais básicas para instalar um sistema educativo de ponta, assente nas TICs, na comunicação à distância e na vídeo-imagem, acessível em termos universais, com efeitos profundos e positivos na qualificação dos professores, no desenvolvimento pedagógico, na melhoria significativa da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e na democratização do acesso à edu-

cação de qualidade. Para operacionalizar este desiderato, o Governo de Cabo Verde apostará na definição de uma visão e de um conjunto de políticas e metas, mas também na revisão e/ou criação de instrumentos de regulação, fiscalização, monitorização e avaliação dos sistemas de Ensino, desde o pré-escolar ao superior, tendo como pressupostos a relevância do sistema para o cumprimento das metas do PEDS e a responsabilidade das partes (nomeadamente do Estado, das instituições do ensino e da formação, das famílias e dos agentes do mercado) na garantia da sustentabilidade dos subsistemas. Tendo em conta que o acesso à educação, a permanência e o sucesso dos alunos/estudantes são aspetos fundamentais para o equilíbrio do sistema e para a prossecução das metas de desenvolvimento do país, o Governo desenvolverá, no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento e de promoção da justiça social, os critérios de apoio às famílias com fraco rendimento. Neste contexto, serão desenvolvidos programas de ação social, em modalidades que permitem aliviar o esforço das famílias com os custos com a educação/formação e mitigar os custos associados à descontinuidade territorial e à localização das unidades de ensino/formação, o que contribui para a mitigação dos custos com a mobilidade e as assimetrias regionais. Para além dos programas de ação social, o Governo desenvolverá, também, programas de incentivo ao mérito académico e à promoção da cidadania ativa, dirigida sobretudo aos jovens. A promoção da formação à distância, aumentando o acesso de residentes, em localidades periféricas, será uma outra vertente da política pública de promoção da equidade no acesso e do equilíbrio regional.

Ter cada uma das ilhas, completamente coberta de fibra ótica, e a maior parte das ilhas do arquipélago interligada por cabo submarino de fibra ótica (desenvolvido em anel fechado) e inserida numa rede moderna de telecomunicações, com capacidade e fiabilidade, nas suas várias vertentes, designadamente, de transmis-

são de som, de imagem e de dados, não é verdadeiramente um luxo, mas é um enorme avanço relativamente à realidade da maioria dos países do planeta, incluindo países continentais avançados e de imensos recursos. Mas ter todas estas condições reunidas e não saber, o sistema educativo, tirar partido das mesmas e colocar esse recurso ao serviço da pedagogia, com incomensuráveis vantagens, em termos de qualidade, de democratização da educação e de eficiência do sistema educativo, é, inquestionavelmente, um desperdício. Assim, o Governo criará as condições para potencializar o uso destas infraestruturas e equipamentos, em prol da elevação da qualidade dos serviços de educação e formação, com vista à grande meta da excelência e fomentando uma maior acessibilidade ao Ensino Superior e à qualificação profissional.

O sistema de capacitação de Recursos Humanos que o PEDS assume, assenta na resposta incontornável aos desafios que as opções estratégicas de desenvolvimento colocam. Dito de outra forma e de maneira mais direta: ou o sistema de capacitação de Recursos Humanos, de formação do Capital Humano, assume, na prática, o modelo, consubstanciado na inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial (SEM) e concebe e executa, tanto no domínio curricular como, sobretudo, no pedagógico e institucional, as reformas que se impõem e não podem ser mais adiadas, e, por esta via, capacita o país a responder adequadamente aos desafios atuais e futuros, ou é o próprio desenvolvimento que estará em causa. Este é o grande desafio do país e, em particular, da presente governação - um Desafio Histórico.

O programa de desenvolvimento do Capital Humano assenta, assim, numa profunda reforma do sistema educativo e, também, do sistema de formação profissional.

No que concerne ao sistema educativo, a reforma focaliza-se, tanto no domínio curricular,

como no pedagógico. No que respeita ao primeiro domínio, tem como objetivo fundamental adequar os currículos dos diferentes níveis de ensino às necessidades da economia digital e nano-tecnológica, em termos de capital humano, assim como dotar Cabo Verde dos requisitos essenciais para responder aos desafios gerais das opções de desenvolvimento e, em particular, aos que resultam da concretização dos programas identificados, e detalhados nos próximos capítulos, para a concretização dos vetores diretores da Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial. No que respeita ao segundo domínio, a reforma terá como objetivos principais integrar os diferentes níveis de ensino, do pré-escolar ao superior, dando-lhes articulação, coerência e consistência, e introduzir, como recursos pedagógicos universais e principais, as TICs, a vídeo-imagem, o ensino à distância e condições de acesso, também universalmente disponíveis para discentes e docentes, à formação digitalizada.

No respeitante aos programas de formação profissional, o PEDS assume, como objetivo essencial, a capacitação e a transferência, para as instituições representativas dos parceiros sociais - organizações sindicais e organizações representativas do setor privado -, da execução desses programas, na base contratual e na base do respeito pelos princípios da parceria público-privada e do Estado-parceiro, conferindo substância ao que foi acordado em Conselho de Concertação Social e que consta do Acordo de Concertação Estratégica. Com este propósito, seja através da administração direta, seja da indireta, o Estado assume o papel-chave de promotor da formação profissional, através do planeamento, da programação, da disponibilização de meios, da contratação, com as instituições privadas, com responsabilidade operacional, neste domínio, de assistência pedagógica e através da avaliação de resultados.

O programa de reforma do sistema de desenvolvimento de Recursos Humanos comporta,

ainda, a criação de condições institucionais, regulatórias, financeiras e de cooperação, para a formação altamente especializada, respeitando os interesses estratégicos do País, no domínio do desenvolvimento. No âmbito deste objetivo, a inserção de instituições cabo-verdianas, de capacitação de Recursos Humanos Altamente Especializados em redes mundiais do conhecimento, é uma prioridade.

As transformações em curso, no sistema educativo e da formação técnico-profissional, criam a necessidade de revisão dos instrumentos legislativos de gestão, nomeadamente da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, onde deverão ser redefinidos os papéis do Estado e dos restantes atores. Um dos aspectos cruciais da redefinição dos papéis do Estado prende-se com os mecanismos de financiamento, nomeadamente para os domínios do ensino superior e da investigação científica, os quais se apresentam como factores fundamentais da transformação preconizada para Cabo Verde, no quadro da implementação do PEDS. Com efeito, para além do desenvolvimento pessoal dos cidadãos, a formação superior contribui, a jusante, para o aumento da qualidade da intervenção dos cidadãos nos diferentes domínios de vida do país, nomeadamente, a nível da consciência cívica e da participação social, bem como a nível dos serviços, maior desenvolvimento tecnológico e multiplicação da inovação no seio do setor produtivo e da sociedade em geral. É inquestionável que uma sociedade culta e com quadros bem qualificados é mais resiliente face aos desafios do mundo atual, pois está melhor preparada para identificar e equacionar as variáveis determinantes associadas aos desafios e para a adoção de soluções mais ajustadas e suscetíveis de contribuírem para o desenvolvimento sustentável. Pode-se afirmar, com elevado nível de certeza, que existe uma correlação muito estreita entre a qualificação académica dos quadros de um país e os efeitos multiplicadores positivos sobre a economia e a sociedade.

2.4 Integração das Agendas Internacionais de Desenvolvimento

A Agenda 2030, as “*Samoa Pathway*” e a Agenda 2063

Signatário, tanto da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, que preconiza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷, como das Modalidades Aceleradas de Ação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) - “*Samoa Pathway*”⁸, e da Agenda 2063, Cabo Verde está empenhado na sua integração nos planos, estratégias e políticas nacionais, setoriais e subnacionais, bem como na sua implementação e monitorização. Este desafio está amplamente anunciado no Programa do Governo para a IX Legislatura, e consequentemente, assumido pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, PEDS 2017 – 2021, através dos seus programas temáticos e setoriais e subsequentes projetos.

As “*Samoa Pathway*” reconhecem os impactos nefastos das mudanças climáticas e do aumento do nível do mar, nos esforços dos SIDS para alcançarem o desenvolvimento sustentável, bem como para a sua sobrevivência e viabilidade. As “*Samoa Pathway*” também apelam ao reforço da parceria global para apoiar a sua implementação e aos SIDS para que criem resiliência e se apropriem do seu desenvolvimento sustentável.

O quadro desenvolvido identificou e acordou uma base para a ação, em áreas prioritárias, como se segue:

1. Crescimento económico sustentado e sustentável, inclusivo e equitativo, com trabalho decente para todos;
2. Mudanças climáticas;
3. Energia sustentável;

4. Redução do risco de desastres;
5. Oceanos e mares;
6. Segurança alimentar e nutrição;
7. Água e saneamento;
8. Transporte sustentável;
9. Consumo e produção sustentáveis;
10. Gestão de produtos químicos e resíduos, incluindo resíduos perigosos;
11. Saúde e doenças não transmissíveis;
12. Igualdade de género e capacitação das mulheres;
13. Desenvolvimento social;
14. Biodiversidade;
15. Espécies forasteiras invasivas;
16. Meios de implementação, inclusive parcerias;

A abordagem do desenvolvimento económico e social, a segurança alimentar, a redução do risco de desastres (RRD) e a gestão do oceano, questões abrangidas pelas “*Samoa Pathway*”, convergem totalmente com os ODS.

A “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, das Nações Unidas, é o produto do trabalho conjunto de Governos e cidadãos de todo o mundo, para criar um novo modelo global com vista a acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as mudanças climáticas. Os ODS deverão ser implementados por todos os países e abrangem áreas diversas, mas interligadas, tais como: o acesso equitativo à educação e a serviços de saúde de qualidade, a criação de emprego digno, a sustentabilidade energética e ambiental, a conservação e gestão dos oceanos, a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis e o combate à desigualdade a todos os níveis. A Agenda visa à erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico, social e ambiental, à escala global, até 2030 e os 17 Objetivos são:

1. Erradicação da pobreza;
2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;

7) Resolução da UNGA A/RES/70/1, de Setembro de 2015

8) Resolução da UNGA A/RES/69/L.6, de Novembro de 2015

5. Igualdade de género;
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento económico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima;
14. Vida na água;
15. Vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias e meios de implementação;

A “Agenda 2063 - A África que Queremos” é um quadro estratégico para a transformação socioeconómica do continente africano nos próximos 50 anos. Ela foi construída na base das prioridades identificadas e busca acelerar a implementação de iniciativas continentais passadas e correntes, para o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

Ela assenta-se na visão da União Africana, “Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional”, e preconiza as seguintes 7 aspirações para o continente, que derivaram de amplas consultas públicas:

1. Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável;
2. Um continente integrado, politicamente unido, com base nos ideais do Pan-africanismo e na visão de Renascimento da África;
3. Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito;
4. Uma África Pacífica e Segura;
5. Uma África com uma forte identidade cultural, património, valores e ética comum;

6. Uma África, cujo desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial dos povos africanos, especialmente no potencial da mulher, da juventude, e onde a criança tem tratamento digno;
7. Uma África como um ator e um parceiro forte, unido e influente na arena mundial;

O Programa do Governo para a IX Legislatura, 2016 – 2021, plasma o alinhamento da sua estratégia com as agendas internacionais e, através do seu programa para a legislatura, anuncia os seguintes grandes compromissos:

1. Soberania;
2. A Democracia Cabo Verdiana;
3. Um Novo Modelo de Estado - Um Estado Inteligente, Parceiro e Federador;
4. Segurança - Um Estado Seguro e uma Justiça Eficiente;
5. Justiça - Uma Justiça Eficiente e Célere;
6. Defesa - Garantir a Defesa Nacional, num Conceito de Território mais alargado;
7. Política Externa - Uma Nova Diplomacia;
8. Diáspora - Novos Compromissos;
9. Novo Modelo de Crescimento Económico - Prosperidade para Todos;
10. Recentragem da Economia - Turismo: o Pilar Central da Economia Cabo-Verdiana;
11. Reformas Económicas e Estruturais: Um Novo Ciclo Económico gerador de Emprego e Rendimentos;
12. Valorização das Ilhas e dos Recursos Endógenos;
13. Estado Social, Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades;

Os compromissos do Programa do Governo estão perfeitamente alinhados com as agendas internacionais e contribuem para a consecução das metas nelas anunciadas, conforme o quadro da página seguinte:

ODS - Agenda 2030	SAMOA Pathway	Agenda 2063	Compromissos para a Legislatura
1	1, 13	1, 2, 6	1, 9, 11, 13
2	6	1	10, 13
3	11	1, 3	13
4	13	1	5, 6, 9, 10, 11, 12, 13
5	12	6	13
6	7	1	10, 11, 12, 13
7	3	1	11, 12, 13
8	1	1, 6	8, 9, 10, 11, 12, 13
9	1, 2	1	9, 10, 11, 13
10	1, 12	6, 5	11, 12, 13
11	2, 4, 8, 10	1	12, 13
12	1, 3, 7, 9, 10	1	9, 10, 11, 12
13	2, 3, 14	1	4, 10, 12, 13
14	5, 10, 14, 15	1	6, 9, 10, 12, 13
15	14, 15	1	6, 9, 12
16	13	3, 4	1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13
17	2, 3, 10, 14, 16	2, 7	1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13



3. CABO VERDE DO FUTURO

Este capítulo anuncia a visão que o Governo tem para Cabo Verde, assim como descreve a resposta estratégica que deve ser adotada, tendo em vista a superação dos desafios do país, na via para o desenvolvimento e o aproveitamento das oportunidades presentes e futuras.

3.1 A Visão

O Programa do Governo para a IX Legislatura (2016 - 2021) é claro, ao declarar a sua visão prospetiva:

“Um Cabo Verde desenvolvido, inclusivo, democrático, aberto ao mundo, moderno, seguro, onde imperam o pleno emprego e a liberdade plena”.

O programa vai, ainda, além e anuncia um plano de ação para construir um país melhor, conectado consigo próprio e com o mundo, para garantir uma sociedade mais inclusiva e uma nação cada vez mais forte, mais global e mais sustentável, para garantir a todos o direito à liberdade, à democracia e à cidadania.

O atual contexto internacional, resultado do aprofundamento da globalização, catalisada pela grande dinâmica da Ciência e da Tecnologia e por mudanças radicais na organização e na estrutura dos diferentes mercados, em particular do mercado financeiro, combinado com a realidade cabo-verdiana, designadamente com a leitura da Balança de Pagamentos, sugere os seguintes vetores, diretores da inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial:

1. A localização geoeconómica e geopolítica de Cabo Verde.
2. O turismo
3. Os recursos humanos

A valorização da localização geoeconómica de Cabo Verde passa, antes de mais, pela criação

de um país confiável e pela minimização dos custos de contexto. Só assim, o país pode tornar-se atrativo para o investimento, incontornável para a referida valorização.

A criação de um ambiente de confiança e de minimização dos custos de contexto implica, obrigatoriamente, profundas reformas suscetíveis de alterar o estado atual do *doing business*, os indicadores de liberdade económica e os indicadores de boa governação. Só por esta via, ajustando as condições internas do país às novas exigências do meio-ambiente, se pode fazer de Cabo Verde um país competitivo e em condições de aproveitar, em grau elevado, os seus recursos, para alcançar dois objetivos essenciais:

- Primeiro, um objetivo quase emergencial, é a criação de condições necessárias e suficientes para assegurar o equilíbrio da Balança Corrente, em termos estruturais, como fundamento de garantia da sobrevivência⁹ da comunidade residente, na ótica do curto, do médio e do longo prazo, *mesmo na redução da contribuição que hoje é dada pela APD*.
- Segundo, o objetivo de garantir o desenvolvimento acelerado, autossustentado e sustentável de Cabo Verde, assente no conceito de economia de circulação, com o propósito de alcançar uma posição entre os TOP 10 PPI com melhor desempenho económico e social, nomeadamente, no que respeita ao PIB *per capita* e ao IDH.

A onze de julho do ano de dois mil e dezassete, o Governo e os Parceiros Sociais assinaram, no âmbito do Conselho de Concertação Social, um compromisso para a legislatura, designado "Acordo de Concertação Estratégica". O referido Acordo, resulta, na essência, da consciência aguda dos parceiros sociais e do governo quanto à dimensão e alcance dos dois desafios referidos, a sobrevivência e o desenvolvimento, como é, ampla, explícita e claramente, referido no texto do mesmo.

⁹ Traduzido como o mínimo de rendimentos de que as pessoas carecem, num determinado contexto, para viver em condições de dignidade.

Os referidos desafios foram assumidos como decisivos, sendo, a prioridade maior, assegurar as condições que permitam ao País, no horizonte do PEDS, resolver o intrincado problema do *déficit* da Balança Corrente, sem pôr em perigo as condições normais de sobrevivência da comunidade. Dito de outro modo, mantendo as condições atuais, médias, de vida do cidadão cabo-verdiano, residente, o Acordo cria uma verdadeira aliança estratégica entre os parceiros sociais, e, dessa forma, um ambiente político e social, caracterizado pela estabilidade e pelo comprometimento, compatível com uma verdadeira mudança de paradigma de desenvolvimento, assente na estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, que foi proposta pelo Governo e assumida pelos parceiros sociais. Estratégia essa baseada, nomeadamente, em profundas reformas, com o propósito de criar a confiança necessária na economia, minimizar os custos de contexto e assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

60

Ou seja, o Acordo de Concertação Estratégica coloca, em primeira linha de igualdade, os ganhos da economia, a inclusão e os ganhos sociais, assim como a preservação do equilíbrio ambiental, num compromisso explícito, tripartido, entre os parceiros sociais e o Governo e entre as gerações atuais e as futuras. Assim como, estabelece um vinculativo e decisivo comprometimento com o desenvolvimento regional equilibrado, capaz de inverter a dinâmica migratória que se instalou no País, nos últimos anos (e que vai perdurar, ainda durante algum tempo, mesmo depois de medidas consistentes capazes de a contrariar, em consequência da opção, posterior ao ano 2001, pelo crescimento económico desequilibrado). Dinâmica migratória, essa, responsável, em primeiro grau, por algumas das principais tensões sociais prevaletentes e pela dificuldade do Estado em responder, de forma adequada e eficaz, às suas responsabilidades específicas, no domínio da segurança e da luta contra a pobreza, particularmente, no referente ao acesso ao emprego, à alimentação, à saúde,

à educação, à habitação, à água potável, à energia, ao saneamento e às comunicações, dificultando a melhoria dos indicadores de pobreza relativa e de pobreza relativa extrema.

3.2 A Resposta Estratégica: Inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial

O conceito de *inserção dinâmica no Sistema Económico Mundial* pode ser definido do seguinte modo: processo de ajustamentos permanentes, designadamente nas esferas económica, de segurança e de significação, em que, aos ganhos, provenientes das transformações dos elementos internos que condicionam a natureza da inserção, se somam os que resultam da evolução mais favorável do meio envolvente, ocorrida naturalmente, ou induzida.

A *inserção dinâmica* diferencia-se, pela abordagem, da tese de *economia adaptativa*. Enquanto a tese de economia adaptativa, também sugerida como estratégia para os PPI, propõe uma reação às mudanças de contexto do meio-envolvente, ajustando-se aos mesmos, de modo a não *perder o comboio*, na inserção dinâmica, prevalece a ação pró-ativa, que implica, também, a análise prospetiva e a preparação atempada das condições, para acolher, da melhor forma, as forças de mudança do meio-envolvente e para ganhar potência.

Aplicado a um PPI, como Cabo Verde, os elementos fundamentais do conceito são os seguintes:

- Pela sua escala, e pelo facto de se ver confrontado com custos adicionais, que resultam da insularidade e da sua natureza arquipelágica, Cabo Verde não consegue, em termos gerais, o sucesso económico, tanto na sua dimensão micro, como na macro, fora de um contexto de grande abertura económica e profundas relações com o SEM - Sistema Económico Mundial. O desempenho e o sucesso económicos do país dependem, necessariamente, da sua inserção no SEM.

- A inserção, se dinâmica, isto é, se ocorrer como um processo e for orientada pela atuação permanente, articulada e estratégica, sobre os elementos de natureza interna e sobre os de natureza externa, capazes de condicionar ou promover o desenvolvimento, oferece uma grande oportunidade. Neste sentido, a globalização só pode significar vantagem.
- A atuação sobre os elementos de natureza externa pode criar as melhores condições, passíveis de garantir a otimização das vantagens da inserção no SEM, tendo em conta, designadamente, as esferas económica, de segurança e de significação. O que pressupõe *uma política consistente de cooperação*, tanto nas dimensões bilateral e multilateral, como na regional.
- A ação sobre os elementos de natureza interna pode permitir a transformação do ambiente económico, cultural e político, por forma a assegurar a *atuação dos fatores portadores do crescimento económico, do desenvolvimento e do progresso, bem como a sua melhor combinação*.
- A ação sobre os elementos de natureza interna e sobre os de natureza externa deve ser coerente e consistente com os objetivos globais, e devidamente articulada. Ela não pode ser, designadamente, conflitual.

O conceito contradiz:

- A ideia de modelos de desenvolvimento, aplicada ao caso concreto dos pequenos países insulares, devido à sua natureza relativamente estática e mecanicista. O conceito de inserção dinâmica, adequado a Cabo Verde, exige uma atitude e um propósito permanentes de “reconstruir” o *sistema económico nacional*, a todo o momento, e de influenciar, tanto quanto possível, o meio envolvente, tendo em conta os objetivos estabelecidos.
- A ideia de especialização económica aplicada a Cabo Verde, seja na abordagem tradicional de vantagens comparativas, relativas ou de localização, seja na abordagem, mais recente, de vantagens competitivas.

- O conceito colide, ainda, com a ideia de especialização setorial, uma vez que os elementos determinantes da inserção dinâmica resultam da descoberta de oportunidades oferecidas pelo meio envolvente, combinadas com as transformações dos elementos de natureza interna.

O conceito enfatiza:

- O lugar a reservar a uma abordagem prospetiva, tida, no contexto, como método fundamental de desenvolvimento do pensamento abstrato e da reflexão estratégica, bem como do planeamento.
- A importância da consideração simultânea das esferas económica, de segurança e de significação, bem como das suas múltiplas interações.
- O papel de um ambiente democrático, pela estabilidade e pelo efeito catalisador que exerce.

Na década de noventa do século passado, a concretização, por Cabo Verde, da estratégia de inserção dinâmica no SEM, tendo em conta o contexto, consubstanciou-se, essencialmente, no seguinte e de forma resumida:

- Nas grandes reformas políticas, que dotaram o país de uma democracia pluralista, representativa, permitiram a reconciliação com a sua História, as suas Tradições e a sua Cultura, e determinaram a harmonização com o seu espaço natural, do ponto de vista geopolítico.
- Nas reformas das forças de segurança, que passaram pela definição das suas novas missões, enquanto partes do sistema democrático e pela constitucionalização das mesmas.
- Nas reformas económicas, orientadas para criar uma economia de mercado baseada na liberdade económica, regulada, em vez de administrada; para a desestatização da economia, o saneamento da dívida pública e a atração de investimento externo; e para a criação das melhores condições de previsibilidade da economia, assentes na estabilidade

fiscal, cambial, monetária e de preços, no desenvolvimento institucional e na segurança jurídica.

Como resultado:

- Cabo Verde experimentou novas, mais positivas e promissoras, formas de relacionamento com outros espaços políticos e económicos.
- O ambiente de negócios teve uma melhoria radical; os índices de boa-governança conheceram uma trajetória ascendente e permitiram ao País aceder ao estatuto de país de boa-governança; assim como os indicadores de liberdade económica e de liberdade política.
- A confiança no País cresceu de forma notável e traduziu-se, designadamente, no incremento autossustentado do investimento endógeno e do IDE, com efeitos no crescimento do PIB e do PIB pc, no rendimento das famílias e consequente evolução positiva do IDH, na redução da taxa de pobreza e de pobreza extrema, no aumento significativo das exportações e na alteração do seu conteúdo estrutural (de país exportador unicamente de bens primários - banana e pescado -, Cabo Verde passou a exportar, essencialmente, produtos industriais, nomeadamente confeções, calçado e produtos da indústria eletrónica, para além de produtos turísticos), na queda progressiva da taxa de desemprego. Em vez do Estado, pela primeira vez, depois da Independência, o setor privado passou a ser o maior empregador (INE, 2001).

Apesar de, nos últimos anos, ter-se consolidado o regime democrático, constitucional, conforme reconhece o último *relatório de boa-governança* publicado pelo The Heritage Foundation, Cabo Verde acumulou significativos atrasos no domínio da economia e do desenvolvimento, com importantes efeitos negativos nas condições gerais de vida da sua população, particularmente no domínio do emprego e do rendimento, com todas as consequências advenientes. A população mais atingida foi a juventude, com realce para os jovens com formação média ou superior.

O País não soube tirar o melhor partido da *parceria especial* com a União Europeia, uma vez que orientou a dita parceria para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, em vez de orientá-la para o desenvolvimento da economia; não concebeu um, novo e necessário, ciclo de reformas políticas e, sobretudo, económicas, absolutamente necessárias para se ajustar às exigências da dinâmica do SEM; consentiu o endividamento excessivo do Estado, pondo em causa a sua solvabilidade a curto, a médio e a longo prazo, assim como o risco soberano, com efeitos danosos, nomeadamente na capacidade de atração do investimento externo e no acesso, pelas empresas endógenas, ao financiamento externo; não registou progressos nos indicadores de *boa-governança*, de *doing business* e de *liberdade económica*; e, em grande medida, desprezou o seu maior capital - a localização geoeconómica e geopolítica -, ao não definir, claramente, os objetivos, as parcerias, assim como a estratégia, as políticas, as medidas e os meios suscetíveis de viabilizar a sua consecução; não tirou partido da sua Cultura, da sua História, da sua biodiversidade, do seu património natural e construído, em síntese, da sua singularidade como fator decisivo para se afirmar no mercado turístico, graças à sua Natureza e, em especial, à sua criatividade e morabeza; perdeu a pró-atividade e mesmo a capacidade reativa face às mudanças da envolvente externa; acomodou-se, de novo, à condição de país que viabiliza a sobrevivência através da reciclagem da APD, particularmente a partir de 2008, embora mudando-lhe o conteúdo (recurso ao endividamento público, externo, como forma de garantir o equilíbrio das contas externas, criando um ciclo vicioso da dívida pública, com efeitos nocivos nos indicadores de confiança do País e no financiamento do investimento privado e do desenvolvimento). Pior, ainda, foi ter consentido a progressiva degradação de qualidade, no que concerne à formação do capital humano, realidade reconhecida por instituições internacionais insuspeitas, como é o caso do Banco Africano de Desenvolvimento.

Em consequência, aprofundaram-se as fragilidades e o perfil dependente da economia cabo-verdiana; caiu a dinâmica do investimento, nomeadamente do investimento externo; as empresas conheceram (e conhecem) dificuldades de desenvolvimento (hoje, Cabo Verde tem menos empresas do que tinha, no ano dois mil) e, mesmo,

de sobrevivência; agravaram-se os desequilíbrios regionais; a taxa de crescimento do PIB caiu e estagnou na vizinhança de 1%; o PIB pc conheceu tendência decrescente; o desemprego e a pobreza aumentaram, ao invés de diminuir, e atingiram mais incisivamente as mulheres e a juventude, em particular a juventude escolarizada e a urbana.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cabo Verde	3 187	3 717	3 506	3 354	3 743	3 759	3 621	3 593
Santo Antão	2 245	2 610	2 573	2 476	2 814	2 554	2 663	2 715
São Vicente	3 310	3 918	3 615	3 541	3 926	3 699	3 596	3 682
São Nicolau	2 590	3 144	3 271	3 044	3 383	3 128	3 038	3 163
Sal	8 799	10 078	7 773	7 297	7 530	7 068	6 320	5 968
Boa Vista	5 122	6 428	7 189	7 824	7 878	8 819	7 695	6 885
Maio	2 858	3 358	3 291	3 067	3 488	3 414	3 129	2 793
Santiago	3 006	3 450	3 324	3 126	3 497	3 578	3 506	3 424
Fogo	2 094	2 462	2 334	2 151	2 643	2 709	2 497	2 471
Brava	2 305	2 671	2 592	2 418	2 908	2 673	2 528	2 708

Quadro 7: PIB per capita e PIB per capita por ilha, entre 2007 e 2014 (USD)

Fonte: INE

PIB										
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB Nominal	121.973,7	134.698,4	135.879,1	138.568,5	147.924,2	150.351,3	153.723,2	154.435,7	158.699,1	163.381,4
Taxa Crescimento	10,0	10,4	0,9	2,0	6,8	1,6	2,2	0,5	2,8	3,0
PIB Real	121.973,7	130.085,6	128.433	130.316,8	135.488,9	136.954,8	138.054,3	138.898,1	140.297,0	145.652,0
Taxa Crescimento	7,9	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	0,6	1,0	3,8

Quadro 8: Evolução do PIB (Milhões ECV; %)

Durante o período em análise, o País *especializou-se* no turismo balnear, de massas, de baixo valor acrescentado, com problemas de sustentabilidade, tanto ambiental, como social, concentrado em número e dimensão dos operadores, em duas ilhas, na Europa, enquanto emissor, e no tipo de estabelecimento de acolhimento.

O País acabou por desperdiçar as grandes oportunidades oferecidas pelos primeiros quinze anos deste século, em particular das imensas oportunidades trazidas pela crise económica

mundial que deflagrou, de forma visível, a partir do ano 2008.

3.2.1 Cabo Verde, país plataforma

No contexto atual, a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, assenta no conceito de Cabo Verde - Economia de Circulação Localizada no Atlântico Médio, num *cruzamento* que articula os continentes atlânticos, como demonstrado pelo esquema que segue:



Face às condições atuais da economia global, cruzadas com a realidade económica nacional e, sobretudo, com o potencial de Cabo Verde, mas, também, face aos objetivos propostos, é possível identificar sete programas (sete oportunidades) com capacidade de gerar a estratégia, todos incluídos no conceito de Cabo Verde - plataforma de circulação no Atlântico Médio, a saber:

1. De criação de um *porto de logística de abastecimentos de navios da frota internacional* que passa ou se aproxima de Cabo Verde nas suas rotas (incluindo os navios que circulam na África do Oeste), e de *transshipment*, tendo em conta os estudos detalhados e recentes feitos pelo Governo (2016 e 2017), concludentes quanto à oportunidade que Cabo Verde possui no domínio destas atividades (Plataforma Marítima).
2. De criação de um *aeroporto de logística de distribuição internacional de passageiros e carga* e que articule os continentes e países ribeirinhos do Atlântico (Plataforma Aérea).
3. De localização de empresas e transformação de Cabo Verde num *Centro Internacional de Negócios* e de atração do IDE e de promoção da Iniciativa Empresarial Endógena (Plataforma Comercial e Industrial).
4. De criação de uma plataforma financeira internacional (Plataforma Financeira).
5. De criação de condições passíveis de pro-

mover e incrementar a participação dos cabo-verdianos residentes no exterior e, também, favorecer a componente étnica na participação no desenvolvimento económico e social do País (Plataforma do Investimento Étnico).

6. De desenvolvimento do *turismo*, designadamente graças à consolidação e melhoria do existente, e à diversificação dos destinos internos e dos produtos, fazendo com que o turismo seja um fenómeno que se generalize a todas as ilhas e encontre no Ambiente, na Cultura e na História os ingredientes principais da formação dos produtos (Plataforma de Turismo).
7. De desenvolvimento da Economia Digital e Nano-tecnológica (Plataforma Digital e da Inovação).

Existem ainda, dois programas complementares e incontornáveis, por condicionarem a eficácia da execução dos sete programas atrás referidos, que são:

1. Melhoria da relação com a envolvente externa, que inclui, nomeadamente, o aprofundamento da relação com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e com a União Europeia e a Zona Euro, neste último caso, numa perspetiva de quase-integração económica; a negociação de acordos e vantagens comerciais: i) com os países do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), com realce para os Estados Unidos da América (EUA); ii) com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com destaque para o Brasil; iii) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) não membros da CEDEAO e com a Comunidade dos Países da África Austral (SADC), em particular Angola e África do Sul.
2. Adequação das condições de funcionamento da economia cabo-verdiana às exigências da envolvente externa, que inclui, nomeadamente:
 - a) Um programa de reformas económicas,

na perspectiva de criar um ambiente de negócios altamente competitivo, assente na confiança, na minimização dos custos de contexto e no reforço da sustentabilidade.

b) A reforma do sistema de formação de Capital Humano, um dos programas mais

importantes, senão o mais importante, numa visão de médio e de longo prazo, para garantir o sucesso da estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.



4. OS OBJETIVOS DO PEDS

Este capítulo descreve os objetivos preconizados para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, para o período 2017-2021, assentes na estratégia, previamente identificada, de inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.

Estes objetivos estão alinhados com o Programa e a Visão do Governo para IX Legislatura, assim como com as agendas internacionais de desenvolvimento e os compromissos nelas assumidos pelo Governo de Cabo Verde.

Para cada objetivo, são descritas as estratégias setoriais particulares que serão implementadas pelo Governo, para a sua consecução.

4.1 Objetivo 1: Fazer de Cabo Verde uma Economia de Circulação localizada no Atlântico Médio

4.1.1 Cabo Verde país-plataforma de circulação no Atlântico Médio

4.1.1.1 Plataforma marítima

O relatório final do estudo das oportunidades de Cabo Verde, neste domínio, datado de junho de 2016, já referido, designado "Business Plan para a Indústria do *Bunkering* do Porto Grande", conclui que o mercado potencial de Cabo Verde, no domínio do *bunkering*, considerando os navios que transitam dentro da ZEE do país ou em latitudes próximas, chegam às 4.419.050 toneladas/ano. Uma vez que os estudos são conclusivos, quanto a este mercado potencial e, também, se referem a um potencial mercado de *transshipment* não desprezível, estão suficientemente detalhados, designadamente, no que respeita à tipologia dos navios, às origens e destinos dos mes-

mos, às modalidades de abastecimento, à identificação e caracterização da concorrência, assim como definem as forças e fraquezas concorrenciais de Cabo Verde, efetivas e potenciais. No que ao *bunkering* respeita, o projeto de desenvolvimento de um porto para operar no domínio da prestação de serviços de *bunkering* internacional e *transshipment* comporta o seguinte:

• *Bunkering* Internacional

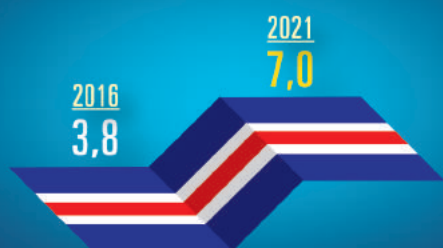
- 1º - Identificar a melhor opção portuária na perspetiva da competitividade (o que envolve, designadamente, a consideração de variáveis, como custos de infraestruturação, espaço de manobra de navios, logística para o armazenamento de produtos, seja para o abastecimento *on-shore*, seja para o abastecimento *off-shore*).
- 2º Identificar e mobilizar parcerias, designadamente nos domínios operacionais, de logística, financeiro, de gestão e de prestação de serviços complementares.
- 3º Montar a operação de investimento e de promoção do serviço de *bunkering*.

• *Transshipment*

- 1º Desenvolver o estudo de mercado e o plano estratégico.
- 2º Identificar a melhor opção portuária, na perspetiva da competitividade.
- 3º Identificar e mobilizar parcerias, designadamente nos domínios operacionais, de logística, financeiro, de gestão e de prestação de serviços complementares.
- 4º Montar a operação de investimento e de promoção do porto.



TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (%)



Obviamente, que este é um programa em que o Estado deve contar com a forte e dominante participação do setor privado, sobretudo nos domínios da infraestruturação, da operação dos vários serviços associados, a começar pelo *bunkering*, propriamente dito, do investimento e do financiamento. Porém, a *assunção, pelo Estado, do papel de promotor é condição sine qua non de sucesso.*

4.1.1.2 Plataforma aérea

Cabo Verde dispõe de uma localização privilegiada, no cruzamento de importantes rotas aéreas que articulam os continentes ribeirinhos do Atlântico.

Responsável pelo controle e segurança aérea, na designada FIR Oceânica do Sal, cruzam os céus do país, em operações de sobrevoo, segundo estatísticas da ASA, cerca de 120 aviões por dia, em média, totalizando um fluxo, diário, de passageiros transportados entre os 18.000 e os 24.000. A este importante fluxo de passageiros há que somar o tráfego de e para Cabo Verde, sobretudo deriva-

do do turismo. É de se considerar, ainda, o potencial de tráfego de e para a África e de e para a o norte da América do Sul e parte da América Central, tendo como origem ou destino a Europa e, no caso da África, também o Continente Norte-americano (embora sejam fluxos relevantes, os mesmos não foram tomados em consideração, nesta análise).

A existência do mercado identificado, associado à localização de Cabo Verde, num importante *cruzamento* aéreo, é a condição básica para que o país aspire a ser uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo de passageiros e carga, articulando, assim, os continentes atlânticos.

Às condições de mercado referidas, há que associar outros ganhos acumulados, nesta área, a saber: a) possuir categoria 1, que lhe foi atribuída pela Administração Federal de Aviação (Federal Aviation Administration – FAA), e que o país soube proteger, até agora; b) ser detentor de uma companhia de bandeira com boa reputação técnica, detentora de certificação Operação de Longo Alcance em Bimotores (*Extended Twin Engine Operations* – ETOPS), e que reúne condições técnicas para voar para qualquer destino; c) possuir um aeroporto internacional com dimensão e condições técnicas para receber qualquer tipo de aeronave, mesmo em condições adversas; d) ter bons, experientes e renomados prestadores de serviço aeroportuário, designadamente de *handling*, de abastecimento de combustível e *catering*; e) possuir importantes acordos aéreos, assinados com um número significativo de países, de vários continentes; f) ser membro da CEDEAO, região de espaço aéreo aberto para as companhias cabo-verdianas; g) ter uma notável capacidade de hotelaria, em condições de poder servir a plataforma aérea; h) ter dois aeroportos classificados como “*last point of departures*”; i) possuir um serviço de controle de trá-

PASSEIROS EMBARCADOS E DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS DO PAÍS



fego aéreo moderno, com cobertura de radar de cerca de 80% da Região de Informação de Voo (*Flight Information Region* – FIR); ser reconhecido, nomeadamente pela Organização da Aviação Civil Internacional (*International Civil Aviation Organization* - ICAO), como país cumpridor das normas internacionais de segurança aérea.

Não menos importante, ainda, são as condições climatéricas excepcionais, que permitem manter o Aeroporto do Sal aberto trezentos e sessenta e cinco dias por ano, durante as vinte e quatro horas do dia. Este último aspeto é relevante porque confere previsibilidade e confiança particular, tanto às companhias aéreas, como aos passageiros.

Tomando a média dos valores estimados de tráfego aéreo internacional, nas operações de sobrevo, ou seja, 21.000 passageiros/dia (média essa que exclui o tráfego potencial com destino ou origem em África) e assumindo que a instalação de um bom e competitivo serviço aéreo, em Cabo Verde, permitirá, no horizonte de médio prazo (cinco anos), captar 5% da quota desse mesmo mercado e, num horizonte de longo prazo (dez anos) captar 10% dessa quota, Cabo Verde terá conquistado um mercado internacional de cerca de 2.400 passageiros/dia, em trânsito, equivalente a cerca de 24 voos, realizados com recurso a aviões de médio porte. A este fluxo de passageiros internacionais somarão os que resultarem do turismo, quando o setor se tornar maduro, estimado em cerca de 100 voos/dia (50 chegadas e 50 partidas), realizados com aviões de médio porte. É um mercado potencial de 124 voos diários, num total de cerca de 24.800 passageiros/dia. Todas essas condições e oportunidades fazem da transformação de Cabo Verde em plataforma de distribuição internacional de tráfego aéreo num dos projetos mais importan-

tes do país, tanto pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre a economia, como pela centralidade atlântica que confere ao país, condição necessária e suficiente de viabilização de imensas oportunidades, nos mais diferentes setores de atividade e domínios, e significativo fator de competitividade externa da economia.

4.1.1.3 Plataforma comercial e industrial

Cabo Verde possui o básico para, querendo, ser um Centro Internacional de Negócios altamente competitivo, e um espaço privilegiado de localização de empresas, de sedes de sociedades *holdings* e de profissionais liberais de elevada especialização.

O país possui uma localização única, no centro do Atlântico; tem padrões elevados de segurança, de estabilidade e de paz social; as condições



Cabo Verde num crossroad



de mobilidade são boas, sendo possível, de um modo geral, em menos de vinte e quatro horas, saindo de qualquer das suas ilhas, chegar a qualquer destino; é um país bem infraestruturado, sobretudo em domínios essenciais como as telecomunicações e os transportes (aéreos, marítimos e rodoviários); está praticamente equidistante e próximo das principais cidades capitais e pólos económicos da Europa, das Américas e da África, com tempos de voo que variam entre as três horas e as sete horas.

Cabo Verde possui recursos humanos qualificados e preparados para a aquisição das habilidades adequadas ao desenvolvimento de qualquer tipo de atividade; goza de estabilidade cambial, derivada do Acordo de Cooperação Cambial que estabeleceu a paridade fixa do ECV face ao Euro e criou um mecanismo de sustentabilidade dessa paridade; possui elevados padrões de saúde, designadamente de saúde pública, com ausência quase absoluta de endemias (algumas doenças endémicas em países tropicais, importadas recentemente, como o Zika e o Dengue foram controladas, a sua incidência foi confinada e reduzida drasticamente, e o país tem condições e está em vias de as erradicar); é um país democrático, onde as instituições funcionam, designadamente os tribunais, e onde o primado da Lei é um princípio observado; possui um clima ameno, estável e previsível; possui relações privilegiadas com a U.E., os EUA, a África e o Brasil; e é membro da CEDEAO. Todas essas condições são

básicas, necessárias para ser uma plataforma de registo e de localização de empresas.

Porém, para reunir as condições necessárias e suficientes, o país precisa investir em três domínios de competitividade: a confiança; os custos de contexto; e a sustentabilidade.

O programa de tornar Cabo Verde num centro internacional de negócios tem por objeto exatamente a intervenção sobre os três domínios referidos, fazendo do país um espaço ideal para a localização de empresas e para o desenvolvimento de negócios.

Por isso e no concernente ao reforço dos padrões de confiança, deverá dar grande relevo e prioridade à melhoria do ambiente de negócios, agindo sobre as variáveis suscetíveis de melhorar os indicadores de *doing business*, de boa-governança, de liberdade económica e do risco soberano.

Deverá, ainda, dar conteúdo específico ao pressuposto da competitividade fiscal, tanto do ponto de vista da previsibilidade e da diferenciação, como do ponto de vista da incidência. E fazer do país um território onde imperam elevados padrões de segurança jurídica.

No que respeita aos custos de contexto, o programa deve cobrir domínios específicos, como o acesso e os custos de transporte e de comunicações, da energia, melhorar significativamente a efetividade na prestação de serviços públicos e criar instrumentos e mecanismos para dar firme e eficaz combate à corrupção.

4.1.1.4 Plataforma de investimento étnico

Deve-se criar as condições passíveis de promover e incrementar a participação dos cabo-verdianos residentes no exterior e, também, favorecer a componente étnica na participação do desenvolvimento económico e social. Entenda-

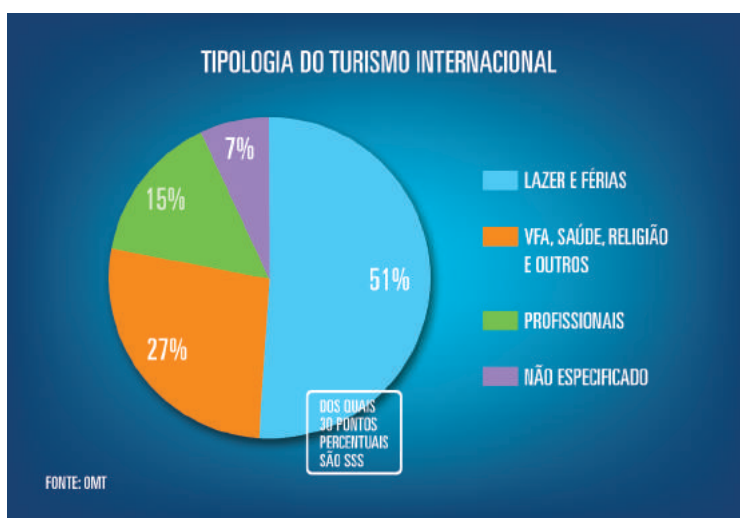
-se por componente étnica, não apenas a que é intrinsecamente cabo-verdiana, nos termos constitucionais (os nascidos e os seus descendentes nos países de acolhimento da emigração cabo-verdiana), mas, também, os naturais dos países ou membros de etnias ou comunidades onde os cabo-verdianos têm as suas raízes.

As comunidades cabo-verdianas residentes no exterior representam um significativo potencial de financiamento do país, no seu esforço de desenvolvimento, e um potencial mercado, de relativa importância.

Nos dias de hoje, as comunidades residentes no exterior têm, nas *remessas*, a sua principal contribuição, com significado no equilíbrio da Balança de Pagamentos. Porém, há, pelo menos, mais dois domínios em que essa contribuição pode assumir dimensões expressivas, no curto prazo: o turismo e o investimento privado.

Cabo Verde é um país de origem multiétnica e multicultural, com raízes em todos os continentes do Planeta. Do ponto de vista antropológico, prefigura a Humanidade do futuro. Apesar da síntese cultural que se produziu nas ilhas e que deu origem à cabo-verdianidade, é possível identificar as diferentes origens tanto nos elementos físicos relevantes da mulher e do homem cabo-verdianos como na sua cultura e nas suas atitudes. Articular o resultado da miscigenação com as fontes originárias pode não só representar uma importante contribuição para a compreensão da humanidade e para a promoção da Paz, como, também, para a economia das Ilhas, particularmente, nos domínios do turismo e do investimento privado, aos quais introduz, como elemento diferenciador e humanizador, a emoção.

As visitas a familiares e amigos, assim como as viagens determinadas por motivações religiosas representam cerca de 27% do turismo mundial. É um turismo de qualidade, harmonizado com a cultura,



respeitador do meio-ambiente e cujos proventos alimentam diretamente as famílias. Essas condições e qualidades fazem do turismo da "saúde" um produto com impacto na macroeconomia, designadamente na Balança de Pagamentos, e com fortes e positivos efeitos sociais, designadamente ao contribuir para o emprego, para melhorar o rendimento de um número significativo de famílias e combater a pobreza.

Cabo Verde está longe de tirar pleno partido das oportunidades deste segmento turístico - o segmento étnico -, que acontece espontaneamente e não tem sido induzido por qualquer política pública, a ele explicitamente dirigida.

Nos últimos anos, de todos os fatores exógenos que contribuem para o equilíbrio da Balança de Pagamentos do país, o único que continua a mostrar pujança de crescimento são as transferências dos emigrantes. Só este facto, de per si, é demonstrativo do potencial das comunidades cabo-verdianas residentes no exterior, como fonte de financiamento do desenvolvimento. Há que tornar esta fonte potencial de financiamento em fonte efetiva. E criar oportunidades para os que emigraram tirarem proveito das oportunidades que a terra de origem oferece.

Com o propósito de incrementar a participação de cabo-verdianos residentes no exterior e das comunidades étnicas de origem, no desenvolvi-



mento do país, três conjuntos de oportunidades novas devem ser criados:

- a. A promoção e a atração do turismo étnico, tanto das comunidades cabo-verdianas residentes no exterior, como das comunidades étnicas de origem, nomeadamente através da criação de incentivos e motivações, assim como de campanhas de marketing com o propósito de promover o crescimento significativo deste segmento do mercado turístico. Percebe-se, facilmente, que os fatores determinantes deste segmento turístico são essencialmente do foro emocional e residem, antes de mais, no reencontro familiar, na experiência única do contacto com a realidade física e social originária, na História e na Cultura. As Rotas da História, particularmente entendidas como espaços museológicos abertos ou vivos, capazes de narrar e explicar, a partir de um argumento simples (como o café, por exemplo) a História do Mundo, com epicentro em Cabo Verde e de acordo com uma leitura etnocêntrica, podem ser o elemento nuclear de suporte a este segmento do

mercado turístico. O esquema ao lado demonstra exemplos de algumas Rotas da História a construir.

- b. A promoção do investimento direto, pelas comunidades étnicas radicadas no exterior, em iniciativas empresariais.
- c. O lançamento, no mercado, de produtos financeiros, especificamente criados e dirigidos aos cidadãos cabo-verdianos residentes no exterior e às comunidades étnicas de origem, incluindo títulos financeiros diferenciados.

4.1.1.5 Plataforma de turismo

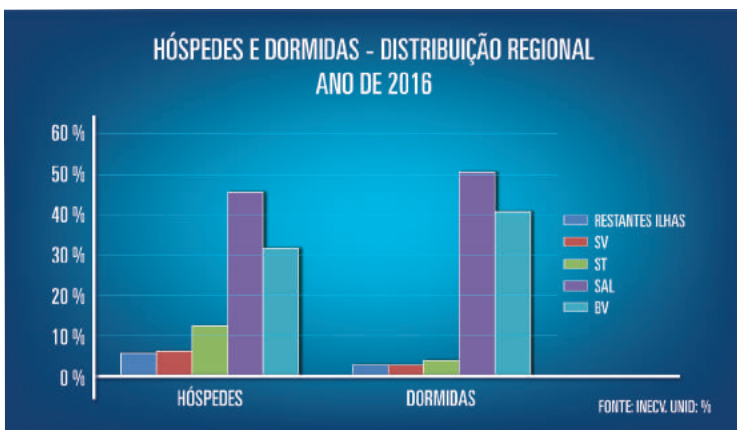
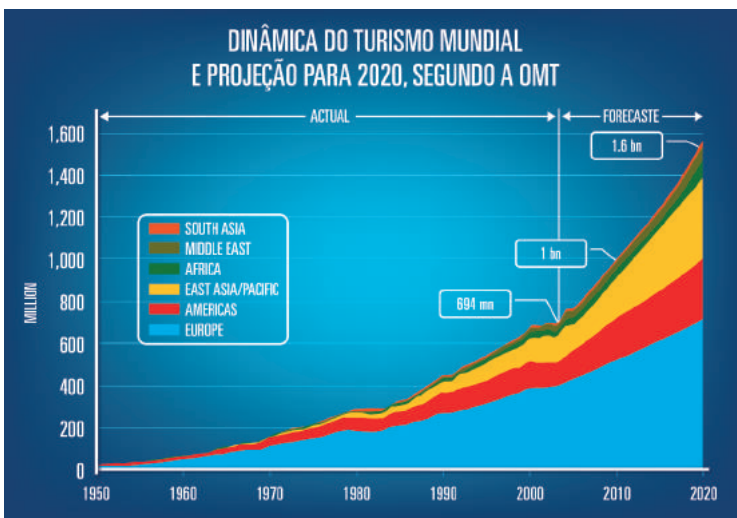
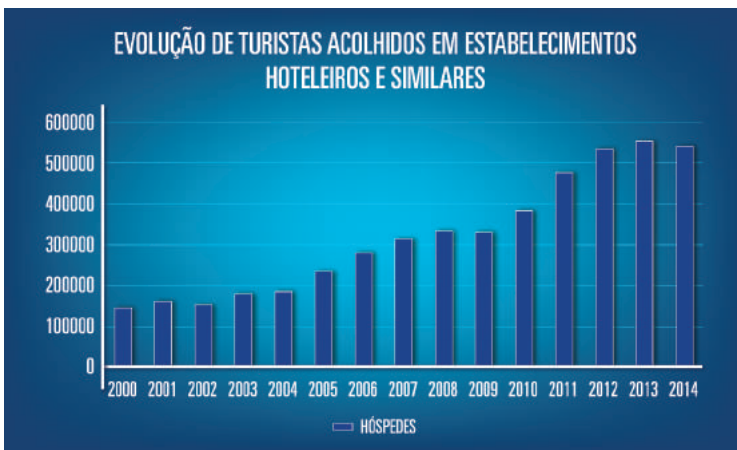
Uma plataforma de desenvolvimento do *turismo*, designadamente graças à consolidação e melhoria do existente, e à diversificação dos destinos internos e dos produtos, fazendo com que o turismo seja um fenómeno que se generalize a todas as ilhas e encontre

no Ambiente, na Cultura e na História os ingredientes principais da formação dos produtos. Numa lógica de turismo sustentável e respeitando os indicadores aceites, Cabo Verde tem capacidade para acolher até 3.000.000 turistas/ano. É uma meta que está ao alcance do país, uma vez cruzados os elementos da dinâmica atual, a realidade dos principais mercados emissores e as condições gerais, atuais e potenciais, de Cabo Verde como destino turístico.

O Turismo de sol-praia-mar representa cerca de 30% do turismo mundial. Não restam, assim, dúvidas da sua importância para um país com as características geográficas de Cabo Verde.

Mas o país, enquanto destino turístico, tem um potencial reconhecido em outros segmentos do mercado, nomeadamente nos domínios do turismo de aventura, do turismo histórico, de montanha, rural, urbano, de eventos, desportivo e de saúde.

O turismo cresce, no Mundo, desde os anos cinquenta do século passado, a taxas médias, anuais, que se situam na vizinhança dos 4%, sendo,



hoje, o maior negócio global. Em Cabo Verde, desde a segunda metade dos anos noventa do século passado, cresce a taxas de dois dígitos. Hoje, representa o principal e indispensável segmento de atividade económica do país, com forte dinâmica de crescimento, e contribui de forma expressiva para o PIB (cerca de 24%), para o emprego (em mais de 20%) e para as receitas públicas (20%, aproximadamente). É a

principal variável responsável pelo equilíbrio das contas externas, cobrindo o *deficit* da Balança de Bens em mais de 60% (64,5%, em 2015). No presente contexto, Cabo Verde não pode dispensar a contribuição do turismo, sem sofrer séria erosão das condições de sobrevivência da sua população residente.

Num contexto em que outras variáveis, historicamente responsáveis pela cobertura do pronunciado e estrutural *deficit* da Balança de Bens, entraram em queda sustentada, nomeadamente a APD, o turismo reforça a sua importância decisiva na economia cabo-verdiana. Há, assim, que criar todas as condições para evitar qualquer redução do fluxo turístico atual, ou para amortecer as tendências do seu crescimento.

Tal objetivo implica e determina a consolidação dos destinos atuais de solpraia-mar, o que exige significativos investimentos na segurança, no triângulo da sustentabilidade (económica, social e ambiental) e no marketing. Mas, também, no planeamento do desenvolvimento dos destinos e na harmonização das intervenções do Estado, dos municípios e das empresas (tal exigência de planeamento e harmonização das intervenções, referidas, obriga a uma abordagem institucional adequada, passível de garantir a identificação das ações e medidas de política

adequadas, bem como a sua execução e financiamento).

Cabo Verde não foge ao destino de quase todos os pequenos países insulares bem-sucedidos, no seu esforço de desenvolvimento: o de ser um país turístico. Mesmo um pequeno país insular como Singapura, que encontrou alternativas de viabilização da sua economia, através da valo-

	2014	2015	2016	2016			
				1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Dormidas por País de Origem							
África do Sul	1 653	658	1 082	441	251	128	262
Alemanha	511 329	575 541	529 586	136 586	121 700	129 574	141 726
Áustria	13 172	13 227	7 489	2 500	976	1 775	2 238
Bélgica e Holanda	385 717	458 957	478 660	143 283	100 169	86 631	148 577
Espanha	37 905	42 311	43 356	8 431	7 525	14 018	13 382
Estados Unidos	9 605	11 380	14 174	4 102	4 629	2 855	2 588
França	285 160	279 617	325 497	109 160	67 198	55 963	93 176
Reino Unido	839 485	1 148 335	1 225 913	305 492	298 874	289 490	332 057
Itália	199 474	189 959	259 806	67 257	57 682	72 998	61 869
Portugal	316 365	322 948	318 095	56 530	80 175	112 683	68 707
Suíça	28 319	27 559	35 989	11 503	5 317	5 519	13 650
Outros	656 087	502 386	724 646	259 597	96 580	148 934	219 535
Dormidas (internacional) por ilha							
São Vicente	100 040	102 095	109 526	31 507	21 109	20 603	36 307
Sal	1 297 608	1 823 603	2 062 034	625 748	447 095	406 778	582 413
Boa Vista	1 308 522	1 544 378	1 664 983	409 219	344 532	474 370	436 862
Santiago	181 394	143 786	150 830	39 283	33 142	33 296	45 109
Restantes ilhas	109 822	96 138	105 178	30 110	23 556	20 517	30 995
Por memória:*							
Hóspedes	529 741	569 387	644 429	190 653	132 443	138 539	182 794
Dormidas	3 381 962	3 710 000	4 092 551	1 135 867	869 434	955 564	1 131 686
Estadia média (nº de noites)	6,1	6,3	6,2	5,7	6,3	6,7	6,0
Taxa de ocupação (em %)	53	49	55	58	45	55	60

Quadro 9: Estatísticas do Turismo (dados do último relatório do INE, referente ao ano de 2016 – relatório produzido em 2017)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. *incluiu turismo interno.

rização da sua localização geoeconómica, transformando-se numa plataforma de circulação de pessoas e mercadorias, seja pela via marítima seja pela via aérea, no desenvolvimento da indústria de produção de ramas de petróleo e no desenvolvimento de uma praça financeira notável, tem no turismo o elemento determinante da economia, com uma contribuição para o PIB de cerca de 50%. Parece um fado, mas compreende-se que assim seja.

Como já foi demonstrado, a economia marítima e a economia aérea são vetores essenciais da inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, com potencial suficiente para arrastar outros setores de atividade, inclusive industrial. Porém, pelas características do país, a conclusão de que o principal eixo da economia cabo-verdiana pode ser o turismo tem absoluta

coerência e é totalmente consistente com a dinâmica deste fenómeno, em termos universais.

O país especializou-se no turismo de sol-praia-mar, *all inclusive* e de baixo valor acrescentado. Há que considerar que um país com esse tipo de especialização, por diferentes razões, facilmente compreensíveis, é um país vulnerável. Essa vulnerabilidade é reforçada pelos vários níveis de concentração que dominam o mercado turístico cabo-verdiano, atual, a saber: produto (sol-praia-mar, *all inclusive*), mercados emissores (a Europa representa mais de 90%), operação turística (poucos operadores, sendo que os dois maiores concentram mais de 80% do mercado), tipologia das estruturas de acolhimento (domínio quase absoluto dos hotéis). Porém, a concentração em duas ilhas (Sal e Boavista, que recebem mais de 80% do fluxo turístico) é a que implica maiores

riscos, inclusive pela dinâmica demográfica que esse facto determina, geradora de tensões várias, nomeadamente nos domínios da sustentabilidade e da segurança.

Outra característica do modelo turístico atual, de Cabo Verde, é a tendência para o aprofundamento crescente dos efeitos de sazonalidades, estando o destino a tornar-se, de forma crescente, num destino de inverno, com todos os efeitos negativos decorrentes de um verão com significativas capacidades ociosas e com significativos efeitos negativos, designadamente no emprego, no fluxo de receitas geradas pelo turismo, na rentabilidade das empresas e na transmissão do efeito sazonal a toda a economia, como comprova o quadro da página seguinte.

Governar e fazer desenvolver um arquipélago em que cada ilha tem o seu percurso histórico e cultural, não obstante a matriz comum, e em que cada ilha é, na essência, uma verdadeira comunidade, implica a perceção da importância em se manter os equilíbrios regionais. Não é apenas uma questão meramente económica ou de pura justiça. É, também, a compreensão da importância que a opção pelo desenvolvimento equilibrado tem para a coesão nacional.

O turismo reúne requisitos básicos para ser um fator importante de coesão nacional, uma vez que oferece a todas as parcelas do território, sem exceção, um leque alargado de oportunidades económicas e, pela especificidade de cada ilha, designadamente no plano geográfico, a oportunidade de explorar o que melhor se pode oferecer ao mercado, enquanto destino. Criam-se, assim, complementaridades que, de entre outras vantagens, tornam o país mais resiliente face à ocorrência de choques externos, de origem diversa, incluindo turística.

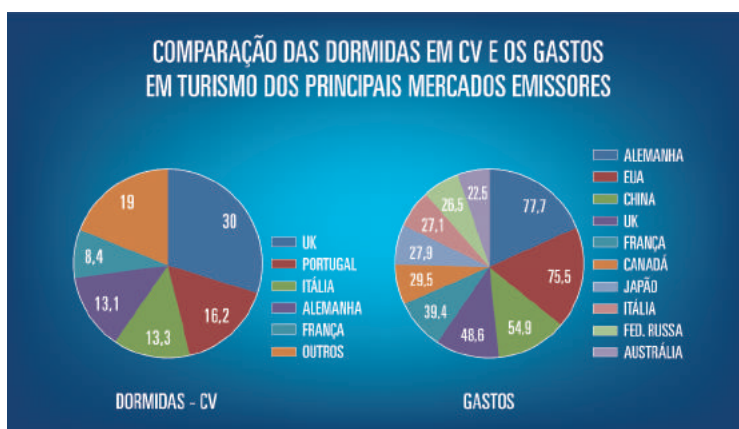
A promoção e o desenvolvimento do turismo, enquanto vetor-gerador da inserção dinâmica de Cabo Verde no

Sistema Económico Mundial, comporta duas dimensões essenciais e a realizar em paralelo:

3. A primeira, cujo objetivo é continuar a contribuir para equilibrar a Balança de Pagamentos, nomeadamente, como alternativa quase única, numa lógica de médio prazo, à redução dos fluxos de APD. Para se alcançar este objetivo, é essencial agir, no imediato e com perseverança, para corrigir os efeitos indesejáveis dos fluxos migratórios intensos para as Ilhas do Sal e da Boavista, designadamente nos domínios do emprego, da saúde, da educação, da habitação, da água, da energia, do saneamento e do urbanismo. É essencial, ainda, garantir, nestes dois destinos, elevados padrões de segurança turística e minimizar os impactes ambientais negativos decorrentes, em particular, da ação do homem.
4. A segunda, orientada para fazer de Cabo Verde um destino de referência mundial de turismo sustentável, conhecido dos cidadãos dos mercados emissores, com produtos diversificados e alicerçados na geografia de cada uma das ilhas e na História, na Cultura e na Natureza. No âmbito desta segunda dimensão, a diversificação de mercados emissores, de destinos, de operadores, de produtos, de infraestruturas de acolhimento e a redução/eliminação de sazonalidades são objetivos essenciais.

4.1.1.6 Plataforma financeira

O grau de subdesenvolvimento de Cabo Verde também se exprime, de forma clara, no mercado



Balanço agregado do Setor Bancário

	2012	2013	2014	2015	2016
Ativos Totais	171411,0	192902,3	197564,6	209263,0	227662,5
Passivos Totais			182367,0	193698,9	212023,5
Capital Próprio			13472,1	13251,2	13069,6
Capital Social			9804,3	10053,8	10053,8
ROE (Rentabilidade do Capital Próprio) %	3,94	4,89	3,47	5,67	4,02
RL (Resultado Líquido)	348,6	511,3	467,5	751,3	525,4

Balanço agregado do Setor Segurador

	2012	2013	2014	2015	2016
Ativos Totais	4649,3	4755,3	5081,5	5020	5120
Passivos Totais	2697,8	2722,2	3048,5	2896	2940
Capital Próprio	1951,5	2033,1	2033	2124	2189
Capital Social	800	800	800	800	800

Fonte: BCV

Milhões de ECV

Bolsa de Valores de Cabo Verde

	2012	2013	2014	2015	2016
Número de empresas cotadas (Ações)	4	4	4	4	4
Número Corporate (<i>Bonds</i>)	16	17	18	14	15
Número Municipal (<i>Bonds</i>)	2	2	2	2	2
Número de títulos cotados	68	244	247	236	230
Número de títulos BT e OT	46	221	223	216	209
Número de transação média/dia					55
Volume de Emissão Mercado Primário	11482	9604	12878	14471	15804
Volume de Transação no Mercado Secundário	358	106	406	211	1382
Número de Transação no Mercado Secundário	65	55	78	75	44

Quadro 10: Sistema Financeiro. Contribuição setorial no VAB

Fonte: BCV, BVC INE

financeiro. Dominam o mercado financeiro seis pequenos bancos, cuja capacidade de intervenção na economia é modesta, dados os seus limitados recursos de capital, seja tomado isoladamente seja de forma consolidada.

Para além destes seis pequenos bancos, merecem referência duas pequenas companhias se-

guradoras, que apenas intervêm no mercado doméstico, uma pequena sociedade de capital de risco e uma modesta bolsa de valores.

Basicamente, é este o mercado financeiro cabo-verdiano, com poucos meios para responder às necessidades do mercado, conforme se pode inferir dos quadros acima.

Percebe-se que os limites do sistema financeiro são ainda maiores, quando se considera:

- a. Que a maior parte dos bancos é detida por outros bancos com sedes no estrangeiro, ainda não completamente recuperados da crise;
- b. Que o mercado bancário é sobremaneira imperfeito, dado ao número de instituições e, sobretudo, à elevada concentração.

A essa realidade há que associar, ainda, a dimensão da economia, incapaz de gerar a poupança necessária para as necessidades do seu financiamento.

Em consequência, as empresas, de uma forma geral, estão limitadas nos seus negócios. As maiores, que antes se financiavam no mercado externo, viram-se confrontadas com novas exigências para essas operações, em termos de garantia, como resultado da degradação do risco soberano, combinado com as novas regras do mercado financeiro externo, particularmente do europeu, o mais acessível às empresas cabo-verdianas. Exigências essas impossíveis de cumprir ou, quanto muito, encarecedoras do financiamento, tornando-o inviável.

Há décadas que o mercado financeiro mundial se transformou no mais globalizado do Planeta. Uma das provas desse facto está na dinâmica do investimento externo, que cresce de forma sustentada e se revelou relativamente imune à primeira crise económica global.

Os argumentos expendidos e que demonstram a oportunidade e importância de transformar Cabo Verde num Centro Internacional de Negócios (CIN) são, também, válidos no que respeita à criação de uma praça financeira internacional, nas Ilhas. Mais do que isso, a relevância e a importância dessa criação decorrem, automática e necessariamente, do CIN. Ou seja, a importância e urgência em transformar Cabo Verde numa praça financeira decorre de uma oportunidade acrescida para os bancos internacionais realizarem as suas operações financeiras internacionais a partir de Cabo Verde, no pressuposto da com-

petitividade do país, e, também, da necessidade de dar suporte às empresas que se localizarem em Cabo Verde, no âmbito do projeto CIN.

A praça financeira é, então, uma componente essencial do CIN. A existência dessa praça determina um conjunto positivo de efeitos económicos, diretos, indiretos e induzidos, designadamente nos domínios do financiamento de empresas e projetos, da contribuição para a Balança de Pagamentos, da circulação de capitais, da internacionalização da economia cabo-verdiana, da afirmação da centralidade atlântica do país e da criação de emprego qualificado.

4.1.1.7 Plataforma digital e da inovação

O conceito de plataforma digital e da inovação traz muito mais do que a pura e necessária digitalização do país, nos mais diferentes domínios e, particularmente, no económico. Transformar Cabo Verde em plataforma digital e da inovação significa que se pretende fazer do país não apenas consumidor dos produtos da economia digital, mas também investigador, investidor, produtor e distribuidor.

É um objetivo que exige uma estratégia ousada e firme, com apostas na inovação e na inserção em centros e redes mundiais de investigação e produção da tecnologia digital. E que pressupõe a criação de condições nos setores básicos de suporte, como as telecomunicações, por exemplo. Esta conclusão/afirmação permite inferir que embora o desenvolvimento da plataforma digital seja obra de privados e de instituições, o Estado é o principal líder e o principal agente promotor. E parceiro. Assumir este papel (de promotor e parceiro) é condição *sine qua non* de sucesso. O papel do Estado é essencial, sobretudo na articulação das iniciativas privadas, na criação de incentivos, na promoção de alianças, parcerias externas e na formação. Dito de outra forma, compete ao Estado assumir a co-liderança do desenvolvimento desta plataforma, ao lado da iniciativa

IDE, 2004-2013										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
World	737 682	996 714	1 481 561	2 001 987	1 818 834	1 221 840	1 422 255	1 700 082	1 330 273	1 451 965
Developing economies	284 619	341 428	432 869	591 161	668 758	532 580	648 208	724 840	729 449	778 372
Transition economies	29 158	32 414	60 463	88 031	117 692	70 664	70 573	94 836	84 159	107 967
Developed economies	423 905	622 872	988 229	1 322 795	1 032 385	618 596	703 474	880 406	516 664	565 626
Developing economies: Africa	17 261	31 013	35 720	51 364	59 276	56 043	47 034	48 021	55 180	57 239
Eastern Africa	2 152	2 579	3 285	6 054	6 241	5 789	7 564	9 174	13 429	14 592
Middle Africa	3 477	1 703	2 734	4 663	6 594	8 114	6 119	5 393	2 845	3 763
Northern Africa	6 441	12 233	22 341	24 028	23 153	18 980	16 576	8 506	16 624	15 494
Southern Africa	1 541	7 335	525	7 064	10 750	8 396	4 751	6 298	5 707	9 186
Western Africa	3 649	7 163	6 835	9 555	12 538	14 764	12 024	18 649	16 575	14 203
Developing economies: America	96 475	78 257	98 876	172 796	211 138	150 913	189 513	243 914	255 864	292 081
Cabo Verde	68	82	131	190	264	174	158	153	57	19

Quadro 11: Dinâmica do Investimento Externo

Fonte: UNCTAD, Uni: Milhões de \$USD a p.c.

IDE - Milhões de dólares, p.c.							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	IDE pc (2013)
Singapura	12201	23821	55076	50368	61159	63772	0,0079
Chipre	1414	3472	766	2384	1257	533	0.0014
Bahamas	1512	873	1148	1533	1073	1111	0.0036
Malta	943	412	924	276	4	-2100	0.0013
Trinidad e Tobago	2801	709	549	1831	2453	1713	0.0011
Barbados	464	247	290	725	516	376 ^a	0.0014
S. Cristóvão e Neves	184	136	119	112	94	112	0.0025
Ant. e Bar.	161	85	101	68	134	138	0.0015
Seychelles	130	171	211	207	166	178	0.0017
Maurícias	383	248	430	433	589	259	0.0025
Cabo Verde	264	174	158	153	57	19	0.00026
Mundo	2 002 695	1 818 398	1 216 475	1 408 537	1 651 511	1 350 926	0.00022

Quadro 12: IDE (os TOP TEN PPI e Cabo Verde

Fonte: UNCTAD (WIR)

privada devidamente organizada, dinamizar e liderar a criação de uma estratégia, promover a cultura digital e inserir Cabo Verde na rede mundial TIC (empresas, nomeadamente de *hardware*, centros de investigação e de produção e distribuição de conteúdos, espaços de inovação e desenvolvimento) e, associado à ideia de Cabo Verde CIN, criar os incentivos ao desenvolvimento da plataforma digital e da inovação.

Sendo um domínio de capital humano intensivo, altamente qualificado e especializado, o sucesso da plataforma depende, sobremaneira, da qualidade e do alcance da reforma do sistema de qualificação de Recursos Humanos, em particular da reforma do sistema educativo.

O facto de Cabo Verde se localizar num *cross-road* de comunicação digital é um argumento de peso a ter em conta nas opções operacionais de desenvolvimento da plataforma.

4.1.2 Investimento Direto Estrangeiro

No domínio da criação do CIN e da plataforma financeira internacional, a atração do IDE é essencial. O quadro estatístico, na página seguinte, demonstra a dinâmica global do IDE, de 2004 a 2013 e compara-a com a de Cabo Verde.

A leitura e a interpretação do mesmo permitem concluir que o IDE, em Cabo Verde, tem respondido de forma insatisfatória, quando comparado com a realidade do Mundo e das diferentes regiões.

Quando se toma como referência a África do Oeste, a conclusão é que, neste domínio, Cabo Verde tem andado em contraciclo, particularmente, com a desaceleração do IDE, verificada no país, a partir do ano de 2009. Foi, seguramente, a desaceleração do IDE, a partir desse ano, uma das causas também responsáveis pela desaceleração do crescimento que a economia evidenciou, a partir dessa data. A análise do comportamento do IDE, acima explicitado no quadro

estatístico, também deixa claro que não se pode correlacionar essa desaceleração com o contexto internacional, quando se toma em consideração o comportamento desta variável no Mundo, na África e, em particular, na África do Oeste, assim como nos PPI mais dinâmicos. Tal facto sugere que as variáveis responsáveis por essa desaceleração devem ser buscadas internamente e não no exterior, conclusão extremamente importante quando se busca a terapia adequada.

Quando se analisa o comportamento deste fenómeno, em Cabo Verde, num contexto internacional mais próximo da realidade cabo-verdiana, o contexto dos PPI, situando-se nos TOP TEN (avaliados pelo PIB *per capita*), algumas conclusões adicionais tornam-se evidentes, conforme elucida o quadro da página anterior.

A primeira conclusão é que Cabo Verde destaca-se dos TOP TEN PPI no comportamento anual do IDE. Em Cabo Verde, o IDE regista uma queda sustentada depois de 2008, enquanto no grupo de países referidos a tendência é para o crescimento, em termos médios.

A segunda conclusão, não menos importante, é que Cabo Verde, comparativamente a esse grupo de países, não é atrativo para o IDE. Veja-se, por exemplo, que o IDE *per capita*, em Cabo Verde, é, sensivelmente, a décima parte do mesmo indicador para os TOP TEN (quando o normal seria que fosse o oposto, se acaso o país fosse atrativo, pois somaria ao facto de ser competitivo o fator *virgindade* da economia).

Vale a pena, ainda, reter o exemplo de Singapura, que apresenta um indicador de IDE *per capita*, em 2013, de 0,0079, enquanto Cabo Verde apresenta o valor de 0,00026, para o mesmo indicador e ano. Esse indicador de Singapura é 30,38 vezes superior ao mesmo indicador para Cabo Verde.

A investigação sobre os fundamentos do comportamento tão diferenciado do referido indi-

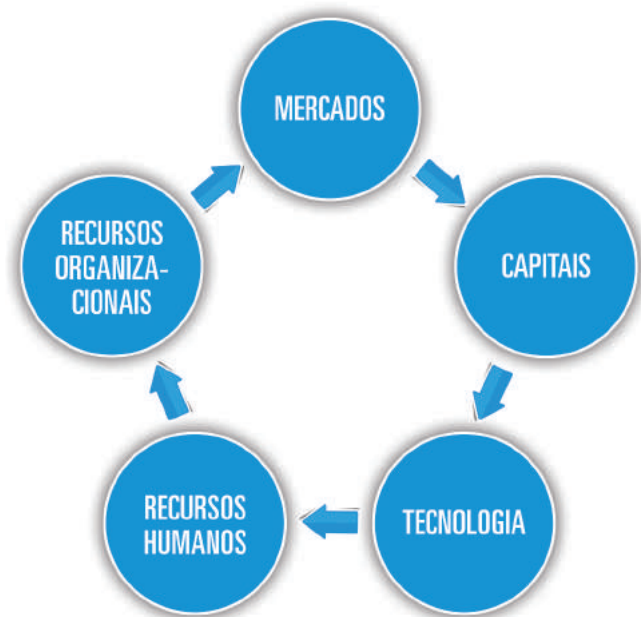
cador, em Cabo Verde e em Singapura e, de um modo geral, entre Cabo Verde e os TOP TEN PPI, permitiu chegar à conclusão de que a razão está no ambiente de negócios e não na falta de oportunidades de investimento. Ainda, muito menos, na falta de recursos. Para confirmar, comparem-se os indicadores do *doing business*, *de boa-governança* e *de liberdade económica* entre Cabo Verde e Singapura e entre Cabo Verde e os demais TOP TEN. A tentativa de responsabilizar a crise de 2008 pela queda sustentada do IDE, em Cabo Verde, nos anos em referência, assume a natureza de um *nonsense*, uma vez que a crise não foi específica de Cabo Verde, mas, sim, universal e, se fosse a causa responsável, deveria ter afetado, igualmente, todos os países, com incidência mais forte nos de maior atividade económica (porém, verifica-se o oposto). Aceitar essa tentativa de responsabilização da crise de 2008 é condenar o País ao ostracismo e à inércia, pois sendo as razões exteriores à economia e alicerçadas em variáveis que escapam, de todo, ao controlo de Cabo Verde, a única atitude coerente é deixar a crise passar, ao invés de arregaçar as mangas e trabalhar.

Uma melhor familiarização com a história e a dinâmica da economia cabo-verdiana nos últimos quarenta anos torna claro que, fruto das reformas económicas introduzidas em Cabo Verde, na década de noventa do século passado, o IDE reagiu em coerência e manteve-se em crescimento, até 2008. Porém, já nos primeiros anos da primeira década deste século, as reformas económicas dos anos noventa do século passado esgotaram-se, o que fez com que, na ausência de novas reformas, a economia cabo-verdiana se desajustasse do Sistema Económico Mundial, perdendo dinâmica. A consequência lógica está no mau desempenho dos indicadores económicos e sociais, nos desequilíbrios que se instalaram ou se agravaram, no atraso que Cabo Verde acumulou e na queda sustentada, depois de 2008, do IDE. A tentativa de substituição do IDE e da APD (e do investimento privado, de uma forma geral) pelo investimento público, sobretudo como forma de

compensar o *deficit* estrutural da Balança de Bens, criou a atual armadilha da dívida pública, e teve efeitos macroeconómicos e sociais opostos aos esperados pelos decisores políticos. A dívida afetou, ainda mais, pela negativa, a competitividade do País relativamente à atração do IDE, ao agravar, de forma estrutural, o risco soberano. E contagiou as empresas locais, criando a estagnação e, em termos gerais, um ciclo vicioso de subdesenvolvimento. É este ciclo que é importante ultrapassar.

A estratégia de Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial enfatiza a importância do IDE. Aliás, a necessidade dessa ênfase não é exclusiva de Cabo Verde. Bem pelo contrário, ela é um atributo de todas as economias dinâmicas, quer grandes quer pequenas.

Porém, no caso de Cabo Verde, essa necessidade torna-se particularmente aguda, pelas razões que o esquema, a seguir, demonstra.



Recursos condicionantes à Inserção Dinâmica no SEM

Tal como os demais PPI, Cabo Verde regista uma enorme escassez de capitais, de tecnologia, de recursos humanos (sobretudo de R.H. altamente qualificados), de capacidade de organização de grau superior e de mercados. O IDE tem

o condão de trazer associado este pentágono de recursos e, ao fazê-lo, determina efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre todos os setores da vida económica e social, assim como a melhoria das variáveis macroeconómicas, nomeadamente o PIB, a Balança de Pagamentos, o emprego, o rendimento e as receitas públicas.

Essa necessidade, porém, está em evidente contradição com o contexto atual, efetivamente repulsivo do IDE, sobretudo quando o País pretende tornar-se numa economia de circulação no Atlântico Médio, pelo desenvolvimento das sete plataformas.

O programa de criação de condições para inverter o contexto atual, tornando Cabo Verde num país efetivamente competitivo na atração do IDE, tem por objetivo reforçar significativamente a confiança, minimizar os custos de contexto e garantir uma economia sustentável.

Para reforçar a confiança, o programa agirá, essencialmente, sobre três domínios:

1. Reforço da estabilidade (nomeadamente política, económica e social).
2. Reforço da previsibilidade do País (em particular nos domínios cambial, fiscal e jurídico).
3. Reforço da liberdade económica, graças à melhoria, em especial, do desempenho dos itens considerados no indicador de liberdade económica, construído por *The Heritage Foundation*. Este indicador atribui a Cabo Verde uma classificação de país *mostly un-free* (116ª posição, no ranking mundial). Como se pode concluir da análise do quadro inserido, a seguir, o único dos TOP TEN PPI com essa classificação são os Barbados, mas posição a que esse país caiu apenas em 2016.

4.1.3 Aprofundar as relações económicas multilaterais e bilaterais

No âmbito do PEDS, a agenda diplomática de Cabo Verde terá como pressuposto essencial criar as condições políticas e de cooperação que

viabilizam a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial. Assim sendo, constitui prioridade da diplomacia o aprofundamento das relações políticas e de cooperação com os espaços atlânticos, dinâmicos, em particular a U.E. e a Zona Euro, os países europeus não membros da U.E. (incluindo a Rússia), o NAFTA (em particular, os EUA), os países da África Ocidental, incluindo nesta, para efeitos do PEDS, Marrocos, a Mauritânia e a CEDEAO, e a África Austral, com destaque para Angola e África do Sul.

Fora do Espaço Atlântico, a diplomacia (este tópico será apresentado de forma mais detalhada no Objectivo 4 do PEDS) dará especial prioridade ao aprofundamento das relações políticas e de cooperação com o Médio Oriente (incluindo neste conceito, para efeitos do PEDS, a Turquia, o Egito e Israel), com a República Popular da China e com Timor Leste.

Os objetivos gerais são:

- e) Estabelecer ou aprofundar acordos de cooperação que facilitem a circulação, da forma mais livre, de mercadorias, capitais, tecnologias e pessoas entre esses países ou regiões e Cabo Verde.
- f) Estabelecer ou aprofundar acordos de cooperação no domínio do desenvolvimento do Capital Humano, designadamente de Recursos Humanos Altamente Qualificados.
- g) Criar condições para a inserção de instituições cabo-verdianas, nomeadamente de saúde, de investigação e produção científica e tecnológica, de formação e desenvolvimento do Capital Humano, em particular de Recursos Humanos Altamente Qualificados, em redes mundiais de produção do conhecimento e do saber e de inovação.
- h) Estabelecer ou aprofundar acordos de eliminação da dupla tributação.

A seguir, particularizam-se alguns elementos dos objetivos gerais, a serem alcançados nos próximos anos:

a) No que respeita à União Europeia e à Zona Euro, servindo-se dos instrumentos que são o Acordo de Cotonou (incluindo a Parceria Especial, como seu desenvolvimento) e o Acordo de Cooperação Cambial assinado com Portugal, em 1998 e ratificado pelo ECOFIN após a criação do Euro, pretende-se:

i. Alcançar a progressiva integração económica, através de um acordo de livre circulação de mercadorias, capitais e tecnologia. Este objetivo de médio-longo prazo deve ser suportado por uma nova abordagem da cooperação com a UE, assente no pressuposto da livre-circulação, suportado por programas de ajuda estrutural suscetíveis de permitir a criação de condições jurídicas, de regulamentação e regulação, técnicas e financeiras adequadas, e deve incluir a particularização dos arquipélagos da Macaronésia, como espaço prioritário de livre circulação.

ii. Aperfeiçoar os instrumentos de integração de Cabo Verde na Zona Euro, pela renegociação do Acordo de Cooperação Cambial, ou/e pela assunção de um papel mais relevante e explícito do Euro na economia de Cabo Verde.

iii. Negociação com o maior número de países da U.E. de acordos bilaterais de eliminação da dupla tributação e de cooperação nos domínios científico e tecnológico.

b) No concernente ao NAFTA e, em particular, aos EUA:

i. Propor um acordo preferencial de comércio, incluindo os transportes, e de diferenciação positiva da cooperação com Cabo Verde, no mínimo, convergente com o estatuto dos países caribenhos na sua relação com os EUA.

ii. Propor um acordo geral no domínio do Desenvolvimento do Capital Humano e de cooperação nas áreas científicas e tecnológicas.

iii. Propor um acordo específico relativo à segurança no Atlântico Médio, cujas priori-

dades sejam garantir a Paz, a segurança e a liberdade de circulação nesta região atlântica, assegurar assistência na gestão de riscos ambientais e, em caso de acidentes e catástrofes, e combater a criminalidade, particularmente a pirataria e o tráfico internacional.

c) Quanto à África do Oeste e, especificamente, a CEDEAO:

i. Desenvolver intensa e incisiva ação diplomática, no sentido de aprofundar a integração económica dos países membros desta comunidade económica, incluindo tudo o que respeita à convergência normativa e à regulação.

ii. Empenhar-se no desenvolvimento e aprofundamento da cooperação regional, nos domínios da saúde, da paz e da segurança regional, da defesa e proteção do ambiente, de criação de capacidades de resposta a desafios naturais, designadamente, de luta contra os efeitos da seca e da desertificação, assim como das consequências das mudanças climáticas.

iii. Propor soluções para responder aos desafios regionais, nos domínios dos transportes, das comunicações e da energia.

iv. Desenvolver intensa e adequada atividade diplomática, com o objetivo de mobilizar parcerias regionais, nomeadamente, institucionais, empresariais, técnicas e financeiras, para fazer de Cabo Verde uma plataforma de distribuição de tráfego marítimo e aéreo, ao serviço da integração e do desenvolvimento regional e da inserção oeste-africana no Sistema Económico Mundial, bem como para o desenvolvimento das plataformas financeira, digital e do turismo.

v. Promover a cooperação regional no domínio do desenvolvimento do Capital Humano, em particular de Recursos Humanos Altamente Qualificados.

d) No referente ao Mercosul, com destaque para o Brasil:

i. Aprofundar a cooperação científica e tec-

nológica, designadamente, pelo aprofundamento das relações de cooperação com as universidades e os institutos de pesquisa e inovação.

ii. Negociar um acordo de cooperação, na área económica e financeira, que inclua o princípio da diferenciação positiva das relações económicas e financeiras entre os dois países, tendo em conta, em particular, as sete plataformas que visam tornar Cabo Verde numa economia de circulação no Atlântico Médio, articulada com a economia brasileira. Neste domínio, dar particular atenção aos transportes.

iii. Desenvolver o acordo de cooperação existente na área da formação do Capital Humano e do desenvolvimento institucional.

iv. Propor e negociar um acordo de proteção recíproca de investimentos e de eliminação da dupla tributação, capaz de acautelar e promover os interesses dos dois países.

e) Relativamente à África Austral:

i. Atualizar os instrumentos de cooperação que sustentam as relações entre Angola e Cabo Verde, tendo em consideração o objetivo de fazer de Cabo Verde uma economia de circulação no Atlântico Médio, articulada com a economia angolana.

ii. Propor e negociar um acordo geral com a África do Sul, com incidência na cooperação:

1. Científica e tecnológica.

2. Comercial.

3. Para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre Cabo Verde e a África do Sul, com o propósito de valorizar as complementaridades, designadamente, nos domínios do transporte marítimo e do transporte aéreo. Neste âmbito, propor e negociar um acordo de proteção recíproca de investimentos e de eliminação da dupla tributação.

f) No que respeita à República Popular da China:

i. Atualizar os instrumentos de cooperação entre a China e Cabo Verde, tendo em conta o contexto atual e o objetivo de fazer de Cabo Verde uma economia de circulação no Atlântico Médio.

ii. Aproveitar o Fórum de Macau para catapultar a cooperação económica, financeira, científica e tecnológica entre Cabo Verde e a República Popular da China.

iii. Propor e negociar a extensão ao Cantão (Guangzhou) e a Hong Kong dos acordos específicos existentes entre Cabo Verde e Macau.

g) Quanto a Timor Leste e São Tomé e Príncipe, países da CPLP8:

i. Atualizar os instrumentos de cooperação, tendo em conta a opção estratégica de fazer de Cabo Verde uma economia de circulação do Atlântico Médio.

ii. Desenvolver a vertente financeira da cooperação com estes dois países.

iii. Promover a cooperação no domínio do desenvolvimento do Capital Humano.

iv. Negociar um acordo de livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologia com os dois referidos países.

v. Propor e assinar, com os mesmos, acordos de proteção recíproca de investimentos e de eliminação da dupla tributação.

Especialmente com São Tomé, promover a cooperação no domínio dos transportes e comunicações.



4.2 Objetivo 2: Garantir a Sustentabilidade Económica e Ambiental

4.2.1 Consolidação do turismo atual e garantir a autossustentação do seu crescimento

O turismo mundial continua a crescer a um ritmo estável, apesar da relativamente fraca dinâmica da economia mundial, mantendo a tendência de crescimento ininterrupto, que se regista desde 2009. O fluxo de turistas aumentou 3,9% em 2016, atingindo um total de 1,2 mil milhões de chegadas em todo o mundo, de acordo com dados da Organização Mundial do Turismo (OMT). Este crescimento representou um adicional de 46 milhões de turistas.

A nível regional, o mercado da África foi um dos mais dinâmicos, tendo registado um crescimento de 8%, em 2016, atingindo os 58 milhões de turistas e recuperando-se das quedas ocorridas nos dois anos anteriores. A maior parte do crescimento ocorreu na África sub-sahariana (11%), enquanto o Norte da África volta a dar sinais de recuperação, com um crescimento de 3% no período. O aumento dos investimentos no setor do turismo a nível do continente, combinado com a recuperação do crescimento económico, em alguns dos principais mercados emissores e a redução de focos de instabilidade parecem estar na origem deste robusto crescimento em África. A região Ásia-Pacífico também registou um assinalável crescimento (8%), sustentado por uma forte dinâmica de procura, tanto de origem intra-regional, quanto internacional.

A evolução futura do turismo vai depender de um conjunto de variáveis-chave. Entre as quais, a evolução da economia dos principais mercados emissores de turistas (Europa, EUA, China, etc.), a forma como vão evoluir as negociações para o Brexit, a evolução dos custos nos transportes aéreos, o ritmo de investimentos no setor (especialmente a nível da oferta hoteleira), entre outros fatores. Projeções da OMT apontam

para um crescimento entre 3% a 4%, em 2017, sendo que, em África, espera-se um crescimento entre 5% e 6%.

O fluxo de turismo para Cabo Verde vem crescendo, de forma notável, nos últimos 15 anos, a uma taxa média de 10% ao ano, de 2002 a 2016 – não obstante as quedas nas entradas registadas em 2002 (-6%), 2009 (-1%) e 2014 (-2%). O número de turistas desembarcados no país quase quadruplicou em 15 anos, passando de 162 mil em 2001 para 644 mil em 2016, tendo as dormidas anuais aumentado de 806 mil para 4,1 milhões, no mesmo período. O sub-setor do turismo já representa cerca de 21% do PIB de Cabo Verde, segundo dados do INE.

A capacidade de alojamento tem evoluído substancialmente. O número de camas quase quadruplicou no mesmo período, de 4.628, em 2001 para 18.388, em 2016. Na mesma linha, o número de empregos diretos gerados pelo setor tem evoluído a uma taxa média de crescimento anual de 10%, tendo passado de 2.048, em 2001, para 7.742 em 2016¹⁰. Estimativas do INE apontam, contudo, que o total de empregos (diretos e indiretos) ligados ao turismo tenha ultrapassado os 36 mil postos de trabalho, em 2013, ocupando cerca de 20% do total de empregados no país¹¹.

O turismo de Cabo Verde enfrenta, no presente, pelo menos 4 grandes desafios: o desafio da competitividade, o desafio da sustentabilidade, o desafio da concentração e o desafio de maximização do impacto sobre a riqueza e bem-estar dos cabo-verdianos.

Estes desafios serão abordados pela Plataforma de Turismo, acima descrita, e o turismo continuará a ser o principal motor de atividade económica de Cabo Verde, funcionando como catalisador, ao qual os outros setores deverão ser atrelados, no caminho da construção da economia susten-

¹⁰) Fonte: INE, Relatórios Estatísticos do Turismo

¹¹) Fonte: INE, Contas Satélites do Turismo

tável nacional, conforme o anunciado pelo Programa do Governo: *O Turismo é eleito como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, uma peça-chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico. A política para o Turismo será recentrada numa nova dimensão e qualidade, que ultrapasse o conceito setorial e atinja a multi especialização da economia cabo-verdiana.*

4.2.2 Promover a produção interna e as exportações

4.2.2.1 Pescas

Sendo Cabo Verde um país insular, com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) estimada em 734.265 Km², uma extensa orla costeira e uma situação geoeconómica privilegiada, o Mar é, certamente, uma fonte considerável de recursos ao nível de bens e serviços que a ele podem ser associados.

Os recursos marinhos constituem um dos poucos recursos naturais do país, representando o sector das pescas um vetor importante para o desenvolvimento económico de Cabo Verde, que desempenha um papel crucial na economia do país, através do fornecimento de proteínas de origem animal às populações.

Com um potencial haliêutico que ronda as 36,000 toneladas, apenas uma parte deste potencial tem sido explorada por uma frota nacional (artesanal e industrial) e estrangeira. As principais espécies desembarcadas são os atuns (albacora, gaiado, patuda serra merma); os pelágicos costeiros (chicharros e cavala) e os demersais (garoupa, goraz, sargos, moreias).

Não obstante, nos últimos anos, tem-se registado índices aceitáveis de desenvolvimento, com uma nítida tendência para a modernização, em direção à pesca semi-industrial. Alguns indica-



dores mostram que o país está perante um setor com potencialidades, mas que enfrenta constrangimentos de vária ordem.

A captura da frota nacional, em 2014, foi de 14.255 toneladas, em que o setor da pesca industrial contribuiu com cerca de 70%. A pesca artesanal, caracterizada por meios de produção pouco sofisticados e com fraco volume de investimento, constitui uma atividade importante no arquipélago, envolvendo uma parte significativa da população ativa.

A importância da pesca artesanal reside, ainda, no abastecimento do mercado local com produtos para consumo em fresco, ou para transformação em conservas. O consumo *per capita*, em 2014, foi de 26,6 Kg.

O setor é ainda uma importante fonte de emprego e contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos através das exportações. Os principais produtos exportados são os congelados, seguidos de conservas. Segundo dados do INE, em 2015, a contribuição do setor para o PIB foi de 1,18 %.

O Governo tem uma visão clara para a economia marítima, trabalhando para que ela seja fundada na contribuição do oceano, na nossa cultura e identidade, desenvolvida de forma sustentável e que contribua para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo, visando otimizar os benefícios económicos e sociais e minimizar a degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Assim, os compromissos são fundamentados numa estratégia para:

- I. Promover a gestão e a exploração sustentável dos recursos haliêuticos;
- II. Promover o investimento no setor das pescas, no quadro da promoção das exportações, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial;
- III. Modernizar o circuito de comercialização dos produtos da pesca e da aquacultura;
- IV. Valorizar os produtos da pesca ;
- V. Melhorar a gestão e a coordenação com outros setores, nomeadamente o Turismo, o Ordenamento do Território e o Ambiente;
- VI. Contribuir para a melhoria da segurança alimentar das populações.

A implementação desta estratégia terá em conta as disparidades locais, a promoção de atividades geradoras de rendimento, e a organização dos operadores da pesca para uma maior participação na gestão do setor.

Sinergias serão estabelecidas, entre o poder central, o poder local, através das autarquias e as comunidades piscatórias e o estabelecimento de parcerias público/privadas, para a gestão de grandes infraestruturas, devendo a administração promover, regular e fiscalizar, de forma mais enérgica, e propiciar um ambiente económico e financeiro que possibilite as oportunidades de negócios.

No quadro desta nova estratégia, serão, ainda, reforçadas as sinergias entre as instituições de formação profissional e analisadas as possibilidades de descentralização seletiva de algumas atividades no setor, como a fiscalização e a vigilância das praias e zonas costeiras, e a gestão de infraestruturas.

4.2.2.2 Agricultura

As opções estratégicas, preconizadas pelo Governo para o setor da agricultura, pretendem transforma-lo em:

- I. Um setor gerador de rendimentos, que traga

prosperidade e reconhecimento social, que respeite e proteja o ambiente, que gere rendimentos justos para os agricultores, que gere excedentes e rentabilidade;

- II. Um setor, que passe da ótica da subsistência para a empresarialização, que se torne numa agricultura e agroindústria competitiva, no mercado local e em nichos de mercados internacionais, que contribua para a segurança alimentar e nutricional da população e para a capacidade exportadora do país.

Os desafios maiores da agricultura são, antes de mais, a garantia da qualidade dos produtos e a sua certificação, a organização dos produtores para responder à procura efetiva e potencial, a circulação dos produtos e a competitividade.

No entanto, o setor enfrenta outros desafios de base, incluindo: i) necessidade de aumentar a produção, para responder à crescente demanda de alimentos, através do fomento de explorações agrícolas modernas, voltadas para o rendimento e não para a subsistência, e ii) necessidade de se adaptar às mudanças climáticas, tendo em vista o aumento da resiliência e a redução de riscos.

A consecução de soluções para estes desafios está perfeitamente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, de entre outros, visam acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, no horizonte 2030.

Para vencer estes desafios, o Governo, no quadro das medidas de política agrária, privilegiará o desenvolvimento de sistemas produtivos, tais como unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas, tecnologicamente modernas, rentáveis e ambientalmente sustentáveis.

Trata-se de uma estratégia que implica os seguintes objetivos:

- **Agricultura** – implementação de políticas e estratégias geradoras de rendimentos, que dinamizem o setor e que façam movimentar a economia, tendo como alvo principal, o mercado turístico, recorrendo a técnicas eficazes e eficientes de produção, à massificação de culturas protegidas, sobretudo voltada para a produção hortícola, fruticultura e leguminosas, em substituição do milho, nos estratos sub-húmido e semiárido;
- **Silvicultura** - florestas das áreas protegidas e perímetros arborizados de proteção de solos, que integram a arboricultura fruteira nas encostas do estrato sub-húmido, as tamareiras nos vales das zonas litorâneas e sub-litorâneas e a pastagem melhorada e como medida anti erosiva;
- **Pecuária** – prioridade para espécies de ciclo curto – avicultura intensiva, pequenos ruminantes de forma contingentada (massificação de currais!), suinicultura e cunicultura;
- **Transformação agropecuária** - valorização e agregação de valores de produtos agropecuários, com ênfase na maior produção de queijos, vinhos, frutas secas, compotas e doces, polpa de tomate, café para nichos especiais, charcutaria e outros produtos transformados com valor acrescentado.

Para a efetivação desta estratégia, os eixos prioritários de atuação são:

- Investigação & Desenvolvimento, visando investir fortemente no ensino, na produção de pacotes tecnológicos mais apropriados, privilegiando a introdução de espécies melhoradas, as melhores técnicas de produção e o combate às doenças e pragas;
- Extensão rural, voltada para a divulgação efetiva de conhecimentos técnicos e práticos junto da classe produtiva, tendo em vista o aumento da produção e rentabilidade - ribeiras como unidades territoriais de assistência com técnicos extensionistas permanentes, implementação de escolas móveis, contratação de assistência técnica

privada e paga por resultados, programas de comunicação para mudanças de atitudes e práticas e para a divulgação de técnicas de produção em todos os formatos tecnológicos disponíveis;

- Ordenamento agrícola, visando a distribuição de culturas, conforme as potencialidades dos solos. Para isso, a elaboração e a implementação participada de planos de ordenamento específicos, por bacias hidrográficas, com normas e incentivos claros;
- Crédito agrícola, incentivos e parcerias – reforço da política de crédito, tendo em vista a celeridade, a flexibilidade e a adaptação do sistema às especificidades do setor agrário; introdução de sistemas de garantias a empreendimentos com viabilidade demonstrada; facilitação de parcerias com investidores externos e especializados no ramo;
- Equacionamento das questões fundiárias – atribuição de titularidade de propriedade aos agricultores dos terrenos disponibilizados pelo Estado, assistência técnica permanente aos produtores na resolução dos conflitos e outras pendências fundiárias;
- Logística agrícola e assistência à comercialização – promoção de empresas de logística para o aluguer de equipamentos e alfaia agrícolas, edificação e gestão de centros pós-colheita, assistência técnica aos produtores e organização do comércio de produtos, visando a qualidade e a estabilidade de preços dos produtos;
- Assistência à organização da classe produtiva – promoção de cooperativas e empresas agrícolas, através da produção da legislação necessária, projetos de incubação e parcerias úteis com as câmaras de comércio, agricultura, indústria e serviços e outras organizações;
- Promoção de atividades de rendimento – financiamento e assistência técnica específica para micro e pequenos projetos familiares e comunitários, inseridos no programa de redução da pobreza (projetos agrícolas, de pecuária, de transformação e comercializa-

ção de produtos alimentares, de produção de carvão, etc.) – POSER;

- Descentralização gradual de competências para os municípios – a começar pelos municípios sem delegações do Ministério da Agricultura e Ambiente e mediante protocolos específicos;
- Ambiente – a estratégia é garantir a sustentabilidade e qualidade ambiental, promovendo a cidadania ecológica e o reforço dos sistemas de licenciamento e auditorias ambientais e, criando as condições para a responsabilidade partilhada na governação ambiental. Procurar-se-á também, preservar e valorizar a biodiversidade marinha e terrestre, com base nos serviços dos ecossistemas, para a promoção de setores de atividade económica, designadamente, o turismo, a agricultura, a silvicultura e a pecuária e implementar os Planos de Gestão e conservação das áreas protegidas e das espécies, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país;
- Recursos Hídricos - Os recursos hídricos são considerados, de todo, relevantes e cruciais, para que se possa chegar a bom porto, a nível do setor agropecuário, ambiental e do saneamento. Assim, é neste sentido que a política definida visa garantir o acesso universal e equilibrado à água potável para todos e prosseguir com as reformas no setor da água e saneamento, tendo em vista a sustentabilidade e qualidade ambientais, a saúde pública, a melhoria das condições socioeconómicas da população e o bem-estar dos cidadãos;
- Saneamento – Promover sistemas de saneamento e meio adequados, que respondam às exigências do mundo moderno e proporcionem um ambiente sadio e de boa qualidade para os cidadãos, especialmente, em matéria de gestão de RSU, drenagem das águas pluviais e de proteção de encostas, sistemas de esgotos e de tratamento de águas residuais entre outras ações.

4.2.2.3 Indústria Ligeira

No seu programa, o Governo anuncia a aposta numa especialização económica centrada numa estratégia, incluindo, entre outros, a promoção de uma produção interna, com base nas matrizes da cultura cabo-verdiana, destacando a Cultura, a Agricultura, as Pescas e a Indústria Ligeira de Exportação.

Como base do desenvolvimento industrial, o Governo elege as indústrias ligeiras de exportação, explicitando todas as medidas de política para o setor industrial e as ações necessárias para sua concretização.

Estas medidas e ações impõem a aglutinação de várias disciplinas e especialidades e a congregação do empenho das mais diversas estruturas do Estado para a sua concretização, visto que, a montante, requer melhorias através de investimentos e medidas, no setor das infraestruturas, dos transportes, das energias, das telecomunicações, do ensino e investigação, da formação profissional até a investigação e novas tecnologias de informação, passando pela desburocratização.

Particularmente para reativar o setor das indústrias ligeiras, o Governo adotara uma nova estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego e dinamizara a indústria nacional, reforçando a sua competitividade e elevando o peso da indústria transformadora na economia nacional. Para isso, serão executadas as seguintes medidas de política:

- Implementar, integralmente, o Sistema de Indústria Responsável, que permite o licenciamento integral de qualquer estabelecimento industrial *on-line* e de forma muito simplificada;
- Adotar o princípio da taxa única para o licenciamento e para a operação industrial;
- Reforçar a competitividade de Cabo Verde na atração de investimento, nomeadamente através da alteração do código de benefícios fiscais, instalação de um sistema judicial cé-

lere e credível e da criação de um mecanismo de opções acionistas, que estimule a entrada de *Venture Capital* internacional;

- Dinamizar a constituição de cadeia de valor industrial, com efetiva representatividade e capacidade produtiva, como forma de apoiar a internacionalização e a exportação, mas também como forma de desenvolver cadeias de valor;
- Aumentar e qualificar a rede de fornecedores;
- Apostar na criação de produtos com capacidade competitiva internacional, produtos diferenciados, com incorporação de marca, percepção de valor, que permita aumentar o preço internacional de venda;
- Aproveitar os programas AGOA e as facilidades de exportação para o Canadá;
- Promover Cabo Verde, como plataforma para a exportação para a CEDEAO e outros destinos em África.

Dadas as alterações substanciais que ocorreram, nos últimos anos, no mercado mundial, uma análise do mercado internacional precisará o lugar que Cabo Verde poderá vir a ocupar, no setor das indústrias ligeiras exportadoras.

Além disso, o Governo negociará, em articulação com o sistema financeiro, a Cabo Verde TradeInvest e o Poder Local e Regional, a instalação de um conjunto de facilidades de ordem tecnológica, que promovam a atração e a instalação de empresas do setor, e que possam qualificar, pela excelência, o setor da indústria ligeira no conjunto do território nacional.

Complementarmente, o Governo pretende, ainda:

- Promover a realização das infraestruturas necessárias à instalação das empresas interessadas;
- Garantir o abastecimento em *inputs* fundamentais, tais como água, energia e telecomunicações;
- Promover a criação de ligações marítimas e aéreas fundamentais para o bom funcionamento das empresas;

- Promover, com as mais distintas instituições, a adequada formação e qualificação profissionais, de forma que, crescentemente, o conhecimento seja fator de melhoria da competitividade do setor;

Dever-se-á desenvolver um programa de desenvolvimento da competitividade da indústria nacional, que inclua as medidas de curto e médio prazo, e que proponha um quadro alargado de reformas interinstitucionais que visam os seguintes objetivos estratégicos:

1. Reforço da capacidade produtiva do setor industrial de Cabo Verde;
2. Reforma do ambiente de operação das indústrias;

As pedras basulares do programa para a indústria devem assentar-se na:

• **Capacitação e Assistência Técnica aos Operadores Industriais** - O desenvolvimento de

capacidades técnicas e tecnológicas dos operadores nacionais para a expansão no mercado nacional e a internacionalização revela-se estratégico, para que as empresas nacionais possam se inserir, de forma competitiva, nas partes mais acessíveis das cadeias de valor globais. Ex. Fornecimento de frutas frescas, verduras, pescado e serviços técnicos aos *resorts* turísticos.

- **Otimização da Produção** - De outro modo, para sustentar a participação das empresas nacionais nas cadeias de valor globais, e alcançar as partes mais rentáveis destas, é necessário incrementar os níveis de produtividade, pelo que se torna urgente adequar o custo dos fatores, integrar o mercado interno através do transporte marítimo e garantir níveis de serviços competitivos dos fatores de base como a energia, a água, telecomunicações e as infraestruturas económicas.

- **Financiamento das Indústrias** - A produção industrial requer mecanismos de financiamento adequados para a operação económica, pelo que a deficiente operacionalização dos diversos mecanismos existentes revela-

-se como uma contradição e uma ameaça que é urgente corrigir, a nível da avaliação de risco e garantias, crédito, instrumentos de financiamento alternativos e micro finanças. Além da capitalização dos instrumentos, torna-se necessário capacitar as instituições, pelo que se propõe a operacionalização de um plano de desenvolvimento e alinhamento dos mecanismos de financiamento do setor industrial.

- **Capacitação Institucional** - No que tange à reforma do ambiente de operação das empresas industriais, e tendo em conta a relação com as políticas conexas, propõe-se desenvolver as capacidades técnicas das instituições públicas em matérias relativas ao setor da indústria e envolvimento dos representantes da classe, nos espaços de diálogo e de formulação de políticas existentes, assim como a formalização de um comité interinstitucional de desenvolvimento da competitividade da indústria nacional.
- **Ordenamento da Política Industrial** - Tendo por base um diagnóstico setorial aprofundado sobre a indústria nacional, a ser feito, e a atualização dos mecanismos legais de gestão, manutenção e geração de conhecimento sobre a indústria em Cabo Verde, propõe-se o esclarecimento da visão e do papel da indústria no desenvolvimento nacional, através da conceção de uma política integrada e coerente.
- **Reformas Legislativas** - Um plano de reformas das leis pertinentes e conexas ao setor da indústria deve ser implementado, para responder às necessidades do setor e para o desenvolvimento nacional.

4.2.2.4 Indústrias criativas

Pela localização geográfica e pelas condições históricas do processo de constituição do país, Cabo Verde tem uma vasta diversidade cultural. A vida cultural e a criatividade devem ser preservadas e desenvolvidas, por meio de políticas cul-

turais coerentes e eficientes, em harmonia com o desenvolvimento das regiões e do país.

Cabo Verde dispõe de um leque alargado de recursos criativos locais, incluindo do património simbólico, que necessitam de ser potenciados e valorizados, numa lógica de reforço das forças criativas no país. Entretanto, existem também atividades que precisam ser reestruturadas e redirecionadas, seja em termos dos conceitos, modelos que as suportam, seja em termos do público consumidor (interno ou externo). Referimo-nos, por exemplo, ao distanciamento e a alguma desarticulação entre setores das indústrias criativas.

No entanto, o impacto deste setor na economia nacional só será sentido se otimizado dentro de uma estratégia estruturada, como um sistema para colocar em rede ou entrelaçar unidades independentes de funcionamento.

Para a internacionalização da cultura cabo-verdiana, o Governo assume como estratégia:

- Mapear e inventariar os produtos criativos e culturais, com potencial para serem internacionalizados;
- Desenhar uma estratégia macro, de modo a ter um guião orientador para as ações pretendidas;
- Qualificar o património edificado, de modo a ser um atrativo turístico e cultural que potencie o desenvolvimento do país;
- A promoção do turismo cultural, baseado na valorização dos roteiros, do património material e imaterial, na promoção de produtos, bens e serviços *Made in Cabo Verde*;
- Desenvolvimento de espaços museológicos, avançar com os conceitos de cidade/ilha museu;
- A preservação e o resgate das festas tradicionais e de romaria, nos circuitos de feiras e festivais específicos;
- Garantir benefícios fiscais para a comunidade criativa, sobretudo no escoamento/distribuição dos seus produtos;

- Potenciar os produtos culturais, enquanto geradores de rendimentos.

Assim, pretende-se trazer para as nossas cidades o conceito de “Cidades Criativas”, como espaços onde as pessoas se conectam, em constante inovação, se expressam e crescem através dos seus próprios processos criativos. O ambiente de uma cidade criativa caracteriza-se por processos contínuos de inovação, e por uma dinâmica, baseada em conexões de vários níveis e que tem, na cultura, a grande fonte de criatividade e diferencial social, económico e urbano.

Para viabilizar este conceito, é necessário criar as bases para a valorização e reconhecimento entre as mais diversas áreas criativas, e promover novas formas de conexão artística; é necessário conhecer bem as especificidades do setor, quem são os criadores, os promotores, os financiadores, conhecer as redes existentes, os circuitos estabelecidos, os bens, produtos e serviços e os canais de distribuição.

Torna-se, igualmente, necessária a criação de espaços de divulgação e de comercialização dos bens, produtos e serviços para as outras áreas do setor, à semelhança do que atualmente é feito com o artesanato e a música, que já dispõem de feiras, fóruns e festivais, em todos os municípios, sendo, alguns eventos, de alcance nacional. Se, nas cidades da Praia e do Mindelo, a dinâmica criativa é relativamente consistente, existindo infraestruturas que podem albergar atividades culturais e feiras com grande afluência do público, nos outros municípios tal dinâmica não se verifica. Nota-se uma grande carência nesta matéria, o que demanda medidas que possibilitem aos criadores e empreendedores criativos a participação em iniciativas mais próximas dos seus locais de produção, diminuindo, assim, os custos de transporte e de participação.

Do ponto de vista das organizações ou dos empreendedores criativos, torna-se necessário uma aposta na estrutura organizativa, maior disci-

plina interna, trabalhar a fidelização dos clientes e o reforço do segmento, com ações concretas a nível das políticas de produto, preço, distribuição e comunicação, controle dos resultados, desenvolvendo medidas que possibilitem a adaptação às variações do mercado, uma permanente disponibilidade de produtos, sustentando uma justa relação preço/qualidade.

Igualmente, uma aposta forte será feita na vertente educativa e formativa, sendo que, para o Estado, a aposta deve ser na inclusão da criatividade no sistema educativo, a criação de ofertas formativas direcionadas para as necessidades e as especificidades do setor; e, para os empreendedores criativos, a aposta deve ser no constante aperfeiçoamento das técnicas e das práticas, através de ações de formação, utilizando as plataformas digitais para interagir com outros empreendedores, adquirir conhecimentos, estabelecer parcerias técnico-comerciais e promover os bens, produtos e serviços desenvolvidos.

4.2.3 Reformas Estruturantes

4.2.3.1 Reforma do Estado

O Governo de Cabo Verde propugna um Estado parceiro, regulador, visionário, supletivo e com capacidade e autoridade, enquanto promotor da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, um Estado mais fiscalizador e perto das pessoas, promovendo a descentralização e a regionalização, um novo modelo de Estado.

Regionalização

Após o advento da Constituição da República de 1992 e a criação dos Municípios em 1992, a regionalização é a segunda maior reforma do Estado a realizar-se, neste ciclo. Resultará em mais poder e mais recursos para as ilhas (regiões) e, por consequência, poderá, inclusive, motivar a reconfiguração das actuais instituições, como o

Parlamento e o Governo. As regiões serão autarquias supra-municipais, visando tornar cada ilha numa região administrativa, com excepção da ilha de Santiago onde serão constituídas duas regiões, ou seja Santiago Norte e Santiago Sul. Isto aproximará o poder, a decisão e os serviços do cidadão, valorizará os recursos humanos, o conhecimento local e, especialmente, as potencialidades económicas e vantagens competitivas de cada região. Um amplo consenso será procurado com as demais forças políticas, as instituições da sociedade civil e as associações defensoras da regionalização. Será decidida, em sede parlamentar, caso em que se deverá engajar todas as forças políticas com assento parlamentar, ou passar por um referendo, caso não for decidida nessa instância de poder.

A reforma do Estado compreende, ainda, a descentralização de um conjunto de responsabilidades para os municípios/regiões, nos domínios da actividade governativa, acompanhadas de uma nova estratégia de distribuição de recursos entre o poder central e o poder local e regional.

Reforma do Parlamento

A reforma do Parlamento cabo-verdiano priorizará a qualificação da democracia, pela consolidação da função de fiscalização e controlo parlamentares, pela aproximação do parlamento do cidadão, pelo aprimoramento dos direitos da oposição democrática, pela transparência legislativa, pela ética e decoreto parlamentares. Para além da intensificação do trabalho parlamentar que conferirá mais espaço à oposição democrática e aos demais sujeitos parlamentares, serão desenvolvidas todas as funcionalidades e promovido o *open-parliament*, no âmbito do *open-government* a que Cabo Verde aderiu. Será reforçado o papel das comissões especializadas, cujos trabalhos poderão ser públicos e transmitidos pela comunicação social, com a promoção e efectivação dos mecanismos de iniciativa legislativa directa de grupos de cidadãos, de petição, mas também de referendo. O Governo

engaja-se, ainda, a aperfeiçoar o sistema de governo no quadro do parlamentarismo mitigado instituído, em aperfeiçoar o sistema eleitoral, avaliando as mais diversas soluções, incluindo o sistema misto, garantindo, em especial, e ao mesmo tempo, a aproximação entre eleitos e eleitores, a participação da sociedade civil organizada, a governabilidade e a representatividade das ilhas.

Tribunal de Contas, Procuradoria da República e Comunicação Social Plural

O reforço do equilíbrio de poderes entre o Tribunal de Contas, a Procuradoria-Geral da República e as entidades reguladoras independentes é outra medida importante da reforma do Estado. Com o reforço do Tribunal de Contas, este deve começar a intervir directa e indirectamente, através de órgãos de fiscalização e de auditoria externa, em todas as instituições que auferem ou gerem recursos públicos e para tanto, será redefinido o alcance e os níveis de intervenção e aprovada uma nova Lei do Tribunal de Contas, alargando o seu perímetro e âmbito de intervenção, directa e indirecta, a todas as entidades que recebem ou gerem recursos públicos.

A promoção de uma comunicação social plural e independente e o funcionamento do Conselho Económico, Social e Ambiental, o Conselho para o Desenvolvimento Regional e o Conselho das Comunidades, assim como o funcionamento do Conselho de Concertação Social, na base de um acordo de médio prazo são, finalmente, outras medidas de reforço do papel do Estado.

4.2.3.1.1 Administração Pública

A reforma da Administração Pública melhorará a eficácia, a eficiência e a efectividade desta, criará as condições de funcionamento das instituições regionais e privilegiará o redimensionamento e a qualidade, a simplificação para melhor servir, a reforma das finanças públicas, a

reforma do sector empresarial do Estado, o reforço e a consolidação dos poderes das Autoridades Administrativas Independentes, a redefinição da dimensão das entidades de regulação, o reforço dos limites à governação económica e o reforço de capacidades dos Municípios para apropriação e a participação efectiva na execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, enquanto mecanismo importante para a valorização das ilhas e dos recursos endógenos, que é, também, uma das vertentes importantes desta reforma.

Pelo redimensionamento da Administração Pública, procurar-se-á optimizar o seu desempenho e responder aos cidadãos e às organizações do sector privado, de forma célere e com qualidade. A redução do número de ministérios é o marco zero desta grande reforma, que compreenderá a redução de algumas estruturas orgânicas e visa, particularmente, reforçar a coordenação e o nível de eficiência da Administração Pública, reduzindo circuitos, eliminando desperdícios de recursos e procedimentos desnecessários, com vista a promover a eficiência e promover a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O reforço das competências de gestão e a dotação dos dirigentes de instrumentos de gestão por objectivos são aspectos fundamentais para garantir a boa implementação de políticas públicas e a boa gestão dos serviços públicos. Para tanto, o Governo está a trabalhar para introduzir uma cultura de excelência e os princípios da «Gestão da Qualidade Total» nas organizações da administração pública; orientar as organizações, da actual sequência de actividades «Planear-fazer», para um ciclo completo e desenvolvido PDCA «Planear-executar-rever-ajustar»; facilitar a auto-avaliação das organizações públicas, com o objectivo de obter um diagnóstico e ações de melhoria.

Será alargado o perímetro de actuação da Casa do Cidadão, visando a eficiência de procedimen-

tos, através de um único ponto de atendimento e sob o princípio de racionalização de estruturas e serviços dispersos. Será, assim, um parceiro das entidades que prestam serviços aos cidadãos, conferindo maior proximidade e um atendimento mais modernizado. Até 2021, estarão melhorados os serviços de atendimento, em todo o território nacional e na diáspora, visando a excelência. Todos os cidadãos e agentes económicos, em Cabo Verde e na diáspora, terão acesso, através de soluções *web*, *mobile*, voz e quiosque, 24 horas por dia e 7 dias por semana, a serviços e informação relevante para as suas vidas e actividades. A desburocratização dos serviços e a conveniência no seu acesso descentralizado, facilitarão e potenciarão os negócios e o empreendedorismo, contribuindo para o crescimento e para o desenvolvimento económico. Os mecanismos de controlo de qualidade no atendimento e de auscultação dos cidadãos e agentes económicos permitirão a introdução, sucessiva, de melhorias, em todo o sistema que, por ser integrado, terá reflexos imediatos em todos os organismos abrangidos por esta rede de atendimento. Pretende-se o desenvolvimento de uma Administração Pública, cuja legitimidade seja, permanentemente, aferida, pela lógica da utilidade dos seus serviços aos cidadãos e às empresas, aberta e transparente, capaz de transmitir confiança, mais do que autoridade, preocupada com os direitos e legítimos interesses dos cidadãos e dos agentes

A credibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas são uma necessidade premente, tendo em atenção o nível e os limites de endividamento público, a dependência da ajuda eterna, os grandes desafios do desenvolvimento e as necessidades de financiamento. A reforma das finanças públicas desenvolver-se-á em três frentes, ou seja na melhoria da cobrança das receitas fiscais e não fiscais para atender às necessidades de financiamento de políticas públicas cada vez mais exigentes (i) na melhoria da qualidade da despesa pública, como condição *sine qua non* para se atingir a almejada economi-

cidade, eficiência e eficácia na gestão da coisa pública (ii) e numa gestão, com mestria, da tesouraria e da dívida pública (iii).

Para a qualificação da despesa pública, é incontornável a melhoria em todas as fases do planeamento e orçamento, da elaboração à execução e à prestação de contas, através das Contas do Estado, quanto do próprio sistema de seguimento/monitorização e avaliação, enquanto processo. A qualificação da despesa pública é um objectivo primordial e implica uma gestão patrimonial de qualidade, de forma transversal (i), uma programação e gestão de tesouraria de qualidade (ii); o reforço da acuação da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (iii); o reforço do serviço de Inspeção das Finanças (iv); o reforço do controlo do Tribunal de Contas (v); o reforço do Sistema Estatístico Nacional, adequando a produção às necessidades de gestão, com rigor e qualidade (vi); a focalização da administração pública na resolução dos problemas, de forma célere e com um atendimento voltado para o cidadão e as empresas. Será adoptado um Plano de Acção de Gestão das Finanças Públicas, orientado para responder aos desafios da melhoria na Administração e Justiça Tributária e Aduaneira (i); de melhorias no planeamento e orçamentação, alinhando os planos estratégicos com estimativas plurianuais das despesas correntes e de investimento e com os quadros de despesas agregadas de médio prazo (QOMP e QDMP) (ii); de avaliação do Plano Nacional de Contabilidade Pública com os padrões internacionais de contabilidade e de relatórios financeiros (iii); de finalização do projecto da gestão de qualidade dos investimentos, no âmbito do Sistema Nacional de Investimento (iv) Consolidação dos activos do Estado, avaliação e reavaliação pelo módulo específico SIGPG, interligado com o SIGOF (v); introdução de melhorias em todos os tipos de contratação, para além das direccionadas para as grandes aquisições públicas (vii); melhoria na monitorização das Empresas Públicas e dos Fundos e Serviços Autónomos, pela consolidação automatizada das suas contas com a Conta Geral

do Estado e o reforço de capacidades de gestão das participações do Estado.

4.2.3.1.2 Autoridades Administrativas Independentes

A reforma da administração pública terá como dimensão importante, o reforço e a consolidação dos poderes das Autoridades Administrativas Independentes, designadamente o Banco Central e o Sistema Estatístico Nacional, nomeadamente através da alteração da lei orgânica do Banco Central de Cabo Verde (BCV), eliminando a possibilidade de recurso, por parte do Tesouro, ao financiamento monetário, estabelecendo mecanismos de nomeação do Conselho Fiscal e dos administradores, pelo Governo, após audição parlamentar e pela nomeação do Governador do BCV, pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, após audição parlamentar. O BCV desempenhará as funções de Conselho de Finanças Públicas.

O Governo promoverá a alteração do Sistema Estatístico Nacional, designadamente, pelos respectivos estatutos, consolidando a sua autonomia, através da nomeação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e funcionamento efetivo do Conselho Nacional de Estatística. Os membros do Conselho de Administração do INE passarão a ser nomeados, mediante audição parlamentar e não poderão exercer funções, em regime de acumulação com outros cargos, dentro ou fora da instituição. A nomeação do Conselho Fiscal será da responsabilidade do Governo, após audição parlamentar.

A reforma da administração pública terá, ainda, como componente importante, a redefinição da dimensão das entidades de regulação, tendo em consideração a dimensão do mercado cabo-verdiano, o reforço dos limites à governação económica, através da alteração legal, impedindo que a dívida pública cresça mais do que o PIB nominal e estabelecendo o respeito pela regra de ouro do orçamento, ou seja que as operações de crédito não podem ser superiores às operações de capital.

4.2.3.1.3 Reforço do planeamento e regionalização do PEDS 2017-2021

Enquanto mecanismo de diálogo técnico e político e de gestão do desenvolvimento, o planeamento é, também, um mecanismo essencial de eficiência do Estado e da administração pública, de sinalização de oportunidades económicas, mas, também, de direccionamento das intervenções do Estado e de correcção das distorções, disfunções e assimetrias. Pelo planeamento, pode-se, assim, promover melhor apropriação pelos actores de desenvolvimento e melhor empenhamento e participação, favorecendo a governança.

Cabo Verde é um país de assimetrias regionais, decorrentes da sua insularidade que impõe, em muitos casos, a criação de unidades de produção de serviços básicos em todas as ilhas, não favorecendo economias de escala; mas também de assimetrias regionais decorrentes de políticas públicas, que não procuraram mitigar os custos de insularidade e apostaram na polarização e, ainda, decorrentes do facto do ordenamento do território ter ganho, tardiamente, a merecida centralidade, no âmbito das políticas de desenvolvimento.

A redução das desigualdades e das assimetrias regionais é matéria de consenso, a nível dos decisores políticos e constitui um compromisso internacional de Cabo Verde, enquanto País signatário dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, que propugnam que ninguém fica para trás. Neste quadro, é necessário, por um lado, que se promova a descentralização, levando o poder e a decisão à proximidade, para valorizar o potencial de desenvolvimento e gerar, a nível local, mais oportunidades económicas, políticas e sociais, e a regionalização é a próxima vaga de descentralização que os cabo-verdianos escolheram e a economia requer. Por outro lado, que se decida e se promovam mecanismos de convergência de todos os Municípios e Ilhas para um patamar mínimo de desenvolvimento e isto

só é possível com a discriminação positiva consentida.

Os planos de desenvolvimento sustentável de Santo Antão à Brava, realizarão políticas e investimentos públicos, visando, especialmente, melhorar o ambiente de negócios nas ilhas, sinalizarão oportunidades de negócios e permitirão a devida apropriação e melhor implicação do poder local e de outros agentes locais de desenvolvimento na execução dos programas nacionais de desenvolvimento.

A regionalização do PEDS 2017-2021 representa um compromisso maior do Governo e do Poder Local, com a qualidade e a transparência das despesas públicas, de descentralização financeira, traduzir-se-á em mais recursos e melhor intervenção do poder local na promoção da economia local, no atendimento da demanda social, isto através do Orçamento Geral do Estado, o principal instrumento de concretização dos planos e de gestão do desenvolvimento.

Os programas sociais, da habitação à pensão social, ao rendimento social de inclusão, às bolsas de estudo para a formação profissional ou superior, assim como o transporte escolar, atenderão de forma diferenciada as ilhas, segundo critérios públicos, fixados em matéria de discriminação positiva.

Será criada uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, constituída pelo Governo, Municípios e pelo Sector Privado, com o objectivo de promover investimento produtivo nas regiões e com a finalidade de apoiar o desenvolvimento sócio-económico local. A execução do PEDS contribuirá para a integração do mercado nacional através da melhoria da acessibilidade das ilhas, melhorará o impacto do turismo no rendimento das famílias, o acesso à informação e ao conhecimento e reforçará o combate à exclusão digital. Pela aposta na territorialização, este plano marcará este ciclo de governação, centrado nos resultados, valorizando as ilhas e os recursos

endógenos, promovendo as economias das ilhas e uma focalização das intervenções públicas na redução das desigualdades e no crescimento económico inclusivo.

4.2.3.2 Ambiente de Negócios

A reforma do ambiente de negócios visará proporcionar às empresas as condições adequadas para o livre desenvolvimento das suas atividades. Livre não significa sem regras. Estas devem ser claras, justas, circunscrever-se ao estritamente necessário, e aplicadas de forma transparente e efetiva, e não devem constituir ou erigir obstáculos desnecessários à criação de riqueza pelas empresas.

A melhoria do ambiente de negócios não se esgota, porém, na existência, ou não, de regras ajustadas e estritamente necessárias, nem deve ser encarada numa perspetiva reducionista, de mera remoção de obstáculos, mas integra uma perspetiva de incentivo à atividade empresarial.

O Governo incentivará a ação empresarial porque está convencido de que o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida dos cidadãos dependem, em grande medida, da capacidade de criação de riqueza por parte das empresas, quaisquer que sejam a sua dimensão e esfera de intervenção.

Não basta ter regras claras, incentivos e uma visão favorável à ação empresarial. É preciso que as instituições do Estado estejam imbuídas desta filosofia e sejam concebidas, estruturadas, organizadas e qualificadas para levar à prática esta visão e proporcionar à empresa e ao empresário as condições adequadas ao seu desenvolvimento.

O enquadramento institucional do empreendedorismo é claramente negativo em Cabo Verde.

Estudos recentes realizados, direcionados para as pequenas e médias empresas, mostram, através dos indicadores da figura seguinte, os fatores determinantes do ambiente de negócios negativo no país. A pontuação varia de 1 a 5 da escala de Likert, em que o valor 1 aponta para a inexistência de condições mínimas para a atividade empresarial e o valor 5 sugere a existência de um ambiente institucional promotor do empreendedorismo. Valores superiores a 3 são considerados positivos e valores inferiores a 3 indicam a prevalência de condições negativas.



Gráfico 6: Inquérito às pequenas e médias empresas relativo às atitudes sobre o empreendedorismo, 2014

Fonte: ADEI

A prevalência de condições institucionais negativas ressalta, claramente, da figura anterior e abarca todos os indicadores considerados, desde o financiamento empresarial até às infraestruturas fiscais, comerciais e profissionais, passando pelos programas governamentais de suporte ao empreendedorismo e às políticas governamentais.

Indo mais longe, a criação de um ambiente de negócios favorável não pode ser circunscrita à ação das instituições estatais e à eliminação das restrições institucionais. É preciso mudar a perceção do público em relação à atividade empresarial. Os estudos revelam a prevalência de sentimentos negativos em relação ao empreendedorismo, de um modo geral, superior ao dos SIDS e dos países da África Subsariana.

O gráfico seguinte mostra, com clareza, que Cabo Verde se situa a um nível inferior aos países subsarianos e ilhéus, em termos de aceitação sócio-cultural do empreendedorismo.

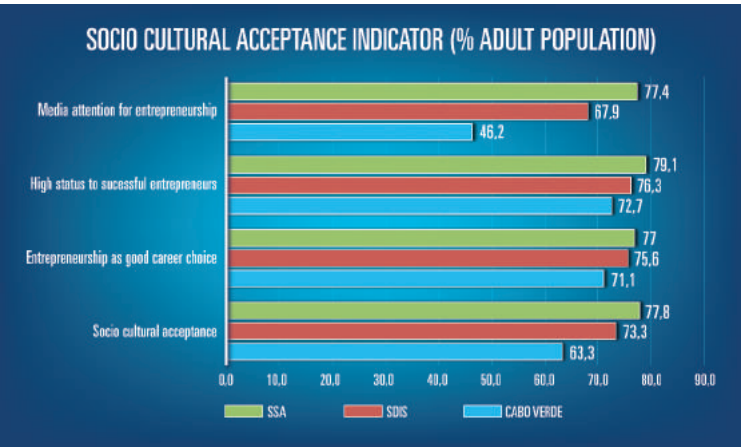


Gráfico 7: Inquérito às pequenas e médias empresas relativo às atitudes sobre o empreendedorismo, 2014

Fonte: ADEI

A atividade empresarial é percebida positivamente (perceção medida pelos três indicadores *status*, escolha da carreira e atenção dos media), por 63% da população adulta, contra 73%, nos países SIDS e, 78%, nos países SSA.

Conclui-se que a melhoria “radical” do ambiente de negócios, pretendida pelo Governo, e plasmada no seu Programa, não pode circunscrever-se ao *Ease of Doing Business*, mas deve abranger todo o ambiente institucional e cultural que envolve as empresas pequenas e grandes, com particular relevo para a reforma da Administração pública e para o financiamento da economia.

4.2.3.2.1 Boa Governação

O indicador de boa-governação, ao invés de continuar a descrever a trajetória positiva, registada durante a década de noventa do século passado, sofreu evolução negativa nos últimos anos, em termos gerais, conforme quadro infra (fonte: *Worldwide Governance Indicators*).

Apesar de apresentar um indicador positivo de boa-governação, desde os finais da década de

noventa, o que o habilita à condição de país de boa-governação, Cabo Verde está longe de atingir os PPI mais dinâmicos, como é o caso, por exemplo, da Singapura.

Para fazer de Cabo Verde um país altamente competitivo, o PEDS estabelece, como objetivo, agir para reforçar, significativamente: a) a democracia e a liberdade de expressão; b) a estabilidade política, a ausência de violência e a prevenção contra o terrorismo; c) a efetividade governativa; d) o sistema geral de regulação; e) o papel e respeito da Lei e, f) o controle da corrupção. A meta é fazer com que a notação de Cabo Verde, para cada um dos itens que compõem o indicador de boa-governação, seja igual ou superior a 85.

		Cabo Verde	Singapura
Governance Indicator	Year	Value	Value
Voice and Accountability	2000	72	54
	2015	75	43
Political Stability and Absence of Violence/ Terrorism	2000	86	81
	2015	71	93
Government Effectiveness	2000	65	100
	2015	60	100
Regulatory Quality	2000	54	100
	2015	45	100
Rule of Law	2000	70	88
	2015	71	97
Control of Corruption	2000	63	97
	2015	79	97

Quadro 13: Comparativo de indicadores de governação - Cabo Verde e Singapura

2017 INDEX OF ECONOMIC FREEDOM				
País	FREE (100 - 80)	MOSTLY FREE (79.9 - 70)	MODERATELY FREE (69.9 - 60)	MOSTLY UNFREE (59.9 - 50)
Singapura**	88.6			
Chipre			67.9	
Bahamas			61.1	
Malta			67.7	
Trinidad e Tobago			61.2	
Barbados				54.5
S. Cristóvão e Neves				
Ant. e Bar.				
Seychelles			61.8	
Maurícias		74.7		
Cabo Verde				56.9

Quadro 14: Índice de Liberdade Económica, 2017

4.2.3.2.2 Liberdade Económica

O indicador de liberdade económica, construído por *The Heritage Foundation*, classifica Cabo Verde como país *mostly unfree*. Este indicador atribui a Cabo Verde um coeficiente de 56.9, o que determina a classificação do país como *mostly unfree* (116ª posição, no *ranking* mundial). Como se pode concluir da análise do quadro inserido, acima, o único dos TOP TEN PPI com essa classificação são os Barbados, mas posição a que esse país caiu apenas em 2016.

Para reforçar a **confiança** e tornar o país competitivo, designadamente, no que respeita à atração do IDE e à construção das sete plataformas para fazer de Cabo Verde uma economia de circulação, o PEDS estabelece como objetivo melhorar as seguintes variáveis, que constituem o indicador de liberdade económica: a) proteção do direito de propriedade; b) eficiência da Justiça; c) integridade governativa e da saúde fiscal; d) liberdade de realizar negócios; e) liberdade de comércio e liber-

dade de realizar transações financeiras; f) Direito Laboral. A meta, no horizonte do PEDS, é fazer Cabo Verde transitar de país *mostly unfree* para país *moderately free* (ou seja, com um coeficiente igual ou superior a 60).

4.2.3.2.3 Doing Business

O *Doing Business* focaliza a sua atenção no impacto (efeitos) das políticas governamentais na vida corrente das pequenas e médias empresas nacionais, no pressuposto de que uma regulamentação eficiente, transparente e implementada de forma efetiva, favorece a expansão das



atividades económicas e facilita a iniciativa dos que pretendem entrar no mercado e concretizar as suas ideias de negócio.

Áreas muito importantes do ambiente de negócios, como sejam a estabilidade macroeconómica, as performances do sistema financeiro, as políticas fiscal e monetária, entre outras, não são abrangidas pela DB.

4.2.3.2.3.1 Breve diagnóstico da posição de Cabo Verde no *Doing Business*

A posição de Cabo Verde no indicador *Ease of Doing Business* (EDB) tem vindo a deteriorar-se nos últimos 5 anos, como mostra o primeiro gráfico abaixo.

Em 2012, Cabo Verde ocupava a posição 119ª do *ranking*, depois de uma evolução muito positiva,

em relação a 2011. A partir de 2012, a tendência é negativa, atingindo, em 2017, a mesma posição ocupada em 2011. Na realidade, a deterioração da posição relativa é menos expressiva do que parece à primeira vista, tendo em conta que, em 2012, o número de países era de 182, enquanto atualmente é de 190. O que importa reter é o facto de não ter havido progresso real, nos últimos cinco anos, em matéria de *ranking* no EDB.

Em contrapartida, a evolução foi vincadamente negativa no que concerne ao indicador *Distance to Frontier* (DTF). Cabo Verde distanciou-se do melhor desempenho, com uma redução da pontuação global de 57,94, em 2015 (primeiro ano de compilação deste indicador na sua forma atual) para 55,28, em 2017, como mostra o segundo gráfico.

Os indicadores com maiores dificuldades permanecem os de resolução de insolvência, proteção de investidores minoritários, acesso a crédito, e obtenção de eletricidade (ver Figura seguinte). O indicador de abertura de empresa é o que regista, em termos absolutos, o melhor *score*, em termos de distância até à fronteira, fruto da implementação da Casa do Cidadão e do regime simplificado de empresa no dia.

Atingir a meta estabelecida no PEDS afigura-se como um grande desafio, no horizonte 2021, considerando o grande *gap* entre as performances atuais do país e as dos países que, no DB 2017, ocupam um lugar na vizinhança dessa meta.

A *Distance to Frontier* (DTF) é a variável estratégica, que mede o desempenho global do país e que serve para estabelecer o *ranking* do *Ease of Doing Business* e que tem vindo a deteriorar-se nos últimos três anos até 2016, como já referido.

Para reverter a situação é necessário agir sobre cada um dos 41 indicadores



Gráfico 8: Ranking de Cabo Verde no Doing Business

Fontes: Relatórios *Doing Business* 2012 a 2017, World Bank

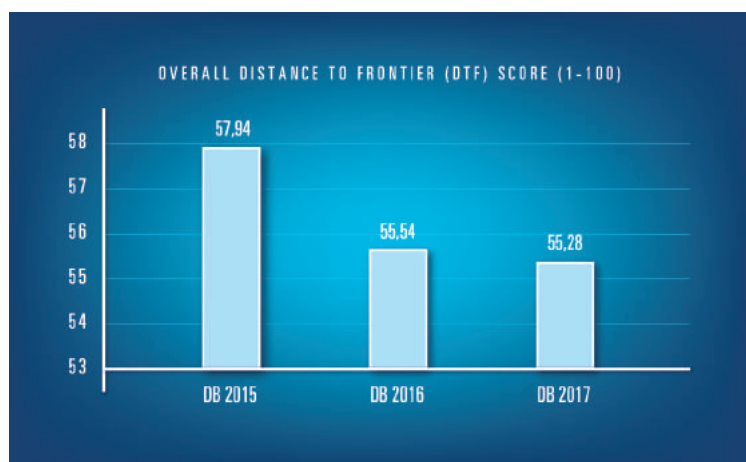


Gráfico 9: Distância de Cabo Verde à Fronteira

Fontes: Relatórios *Doing Business* 2012 a 2017, World Bank



que, agrupados por áreas/tópicos, determinam o score global da DTF (média aritmética simples das DTF de cada indicador), e cujo peso relativo é idêntico.

Algumas áreas de intervenção são prioritárias porque as ações realizadas este ano, por exemplo, só terão impacto no desempenho no DB 2021, particularmente, o caso de *Resolving insolvency*.

Outras áreas são importantes porque a distância em relação ao país de referência é muito vincada e importa reduzi-la para atingir a paridade desejada (ex: *Getting credit* ou *Protecting minority investor*)

Em todo o caso, e independentemente da paridade desejada, qualquer melhoria, em qualquer indicador, tem impacto favorável direto no score DTF global, o qual determina o posicionamento do país no *Ease of Doing Business*, uma vez que o DTF global é resultante de uma média simples dos scores de todos os 41 indicadores.

O caminho para uma subida assinalável do score global do DTF e no EDB passa, necessariamente, por ações conjugadas em vários indicadores. Quanto maior o progresso, no maior número possível de indicadores, melhor será o score e, tendencialmente, o *rank* final.

Algumas áreas requerem reformas profundas. O exemplo mais paradigmático é o tópico *Resolving insolvency*, acima referido, cuja necessidade para

um ambiente de negócios favorável é mais do que evidente.

Determinado a avançar com as reformas necessárias à melhoria do desempenho de Cabo Verde no *ranking* do DB, o Governo aprovou a criação da Coordenação Intersectorial de Políticas e Medidas *Doing Business*, sediada no Gabinete do Primeiro Ministro, que deverá trabalhar em articulação com os coordenadores setoriais e quadros dos respetivos ministérios, com responsabilidades nas reformas estruturantes em causa. O “Plano de Ação para a Competitividade”, elaborado com a assistência técnica do Banco Mundial, já foi aprovado pelo Conselho de Ministros e servirá de instrumento de trabalho desta Coordenação, nos próximos anos, visando concretizar os objetivos e metas da competitividade fiscal, da competitividade do turismo e do *Higher Education and Training Index*, em particular.

4.2.3.2.3.2 Reforma Fiscal

O Programa do Governo da IX Legislatura propõe colocar o País, em 10 anos, no *top 15* do mundo, em matéria da competitividade fiscal. Por forma a cumprir com esse desiderato, e dando seguimento às políticas empreendidas em 2016 e 2017, o Governo estabelece, como linhas orientadoras das suas intervenções, nos próximos anos, em matéria fiscal, o seguinte:

- Reforço da competitividade fiscal cabo-verdiana;
- Simplificação da legislação, do processo e dos procedimentos;
- Melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da Administração Tributária.

4.2.3.2.3.2.1 Reforço da competitividade fiscal cabo-verdiana

O desafio de ter um sistema fiscal simples, moderno, justo e eficiente, que seja competitivo à escala global (promovendo o investimento direto

estrangeiro) e que melhore as condições de vida da população é uma preocupação constante e deve estar presente em todas as reformas fiscais. Isso está em linha com o estabelecido no programa do Governo da atual Legislatura, ao assumir uma fiscalidade amiga do investimento e das famílias, de forma a atrair o investimento e assegurar um ambiente de negócios que seja propício ao desenvolvimento empresarial e do setor privado. Nesse sentido, o Governo está a realizar um estudo sobre a competitividade fiscal, de modo a ter uma perceção clara e objetiva da realidade atual e delinear uma estratégia da atuação com vista a alcançar esse ambicioso propósito. Com este estudo, pretende-se fundamentalmente:

- I. Identificar os principais fatores que têm impacto direto na competitividade fiscal cabo-verdiana;
- II. Analisar as principais incongruências, em matéria de legislação tributária, nomeadamente em sede do IVA, IRPC, IRPS, CBF e os anteprojetos do IUP, que condicionam a competitividade fiscal do país;
- III. Avaliar o nível (carga) da fiscalidade cabo-verdiana, por setores mais expressivos;
- IV. Avaliar a adequabilidade da estrutura e modelo organizacional da DNRE, bem como dos serviços prestados, face aos objetivos e metas traçados pelo Governo e às melhores práticas internacionais, em termos da competitividade fiscal;
- V. Analisar o custo de cumprimento das obrigações tributárias;
- VI. Avaliar o tempo médio gasto no cumprimento das obrigações tributárias;
- VII. Comparar a carga tributária, o tempo gasto no cumprimento das obrigações tributárias e o número de pagamento com os principais concorrentes de Cabo Verde.

O levantamento e a análise exaustivos dos principais constrangimentos que imperam na competitividade fiscal cabo-verdiana, permitem, numa abordagem estratégica, o delinear de ações (tanto em termos legislativos, como organizativos e dos serviços prestados pelos serviços

tributários e aduaneiros), baseadas nas melhores práticas internacionais e adequadas à realidade nacional, com vista a colocar o país num elevado nível de competitividade fiscal, como se segue:

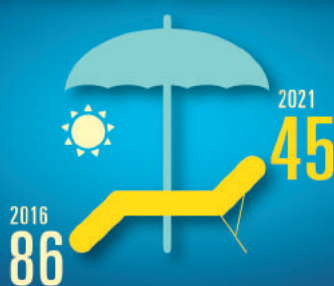
- Implementação do Centro de Arbitragem Tributário, como meio alternativo de resolução rápida e competente de conflitos em matéria tributária;
- Introdução de um regime especial dos incentivos ao setor financeiro;
- Reforço do CEJFFA e alargamento das redes de convenções de dupla tributação negociadas e assinadas;
- Implementação da reforma, em sede do imposto sobre o património;
- Aprovação do estatuto do Investidor Emigrante;
- Aprovação de uma lei sobre as *holdings* de modo a atrair a domiciliação de grandes empresas internacionais;
- Revisão do imposto de selo, no sentido da sua eliminação progressiva;
- Revisão do Código e Pauta aduaneiros, bem como do regime das infrações aduaneiras;
- Reforço dos Tribunais Fiscais e Aduaneiros;

4.2.3.2.3.2 Simplificação da Legislação, do Processo e de Procedimentos

A simplificação, não obstante, ser um elemento que integra os dois pontos da linha orientadora, merece especial atenção, por ser um elemento preponderante para a promoção do cumprimento voluntário das obrigações tributárias, ao facilitar não só a compreensão, mas, também, a redução do custo de cumprimento.

Assim sendo, tendo em conta a profunda aposta na informatização da DNRE, os programas previstos, nomeadamente, Sistema Integrado de Gestão de Atendimento ao Contribuinte; Sistema de Gestão de Petições; Sistema de Gestão da Justiça Tributária; Desenvolvimento do *Website* da DNRE, entre outros, serão acompanhados de indicadores claros, objetivos e de redução progressiva do tempo de resposta, de modo a conferir maior comodi-

POSIÇÃO NO RANKING DE COMPETITIVIDADE TURÍSTICA



dade no cumprimento das obrigações tributárias, credibilidade nos procedimentos e celeridade processual. Esta preocupação é extensível à feitura das leis tributárias, bem como ao desenvolvimento dos modelos declarativos e de pagamento.

4.2.3.2.3.3 Melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da Administração Fiscal cabo-verdiana

Melhorar os níveis de eficiência e eficácia da administração fiscal, através de ações coordenadas e sistemáticas, em áreas essenciais da administração tributária, com indicadores de desempenho objetivos e um sistema de seguimento e avaliação, baseados nas melhores práticas internacionais, constituirá a base da atuação na DNRE, nos próximos anos. Essas ações passam, por um lado, pela consolidação da reforma em curso, apropriação interna das alterações fiscais, recentemente introduzidas, e pela focalização de um conjunto de projetos em curso para as áreas essenciais da Administração Tributária (cuja adoção de TADAT - *Tax Administration Diagnostic Assessment Tools* dará uma contribuição fundamental), nomeadamente:

- A integridade de base de dados dos contribuintes cadastrados;
- Gestão de Riscos;
- Apoio ao cumprimento voluntário;
- Declaração de impostos;
- Pagamento de impostos;
- Garantir a exatidão das informações prestadas;
- Resolução de litígios tributários.

4.2.3.3 Financiamento à Economia

Cabo Verde enfrenta um elevado nível de endividamento público. Embora a estrutura do *stock* da dívida seja maioritariamente concessional, o patamar actual pode dificultar o país no acesso a novos financiamentos via recursos externos, devido ao agravamento do risco soberano, pondo em causa novos investimentos que visam relançar o

crescimento e o desenvolvimento da economia. Assim sendo, é premente a definição e a implementação de uma nova estratégia para o financiamento da economia cabo-verdiana. Outrossim, a janela de oportunidades de financiamento concessional, com um limite claro para a sua vigência nos próximos anos, obrigará o Governo à procura de financiamentos, a preços de mercado.

Perante este facto, Cabo Verde deve procurar formas e fontes alternativas de financiamento da sua economia. A especificidade da economia cabo-verdiana mostra que o financiamento é indispensável à dinâmica do crescimento económico do país, que se afigura, ainda, abaixo do seu potencial.

Para que a economia cresça, de forma consistente e sustentável, tanto o setor público como o setor privado devem ter à sua disposição diversos instrumentos e mecanismos de financia-

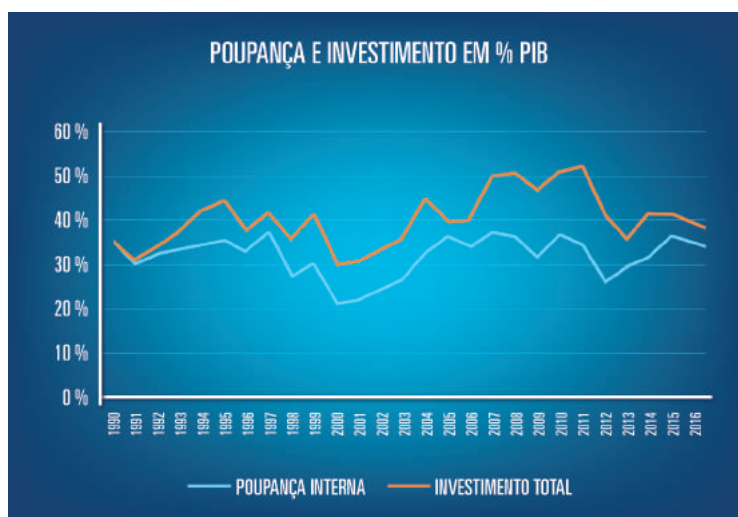


Gráfico 10: Poupança e Investimento em % do PIB

mento, visando a promoção do investimento. Neste aspeto, o financiamento à economia deve focar-se nos produtos financeiros alternativos que os mercados vêm apresentando e, sobretudo, em novas fontes de financiamento, que se apresentam como sustentáveis para o desenvolvimento, sobretudo do empresariado nacional e que não contribuem para o excessivo endividamento dos agentes (tanto privados, como públicos). Dito de outro modo, torna-se necessário apostar num modelo que prime pela sustentabilidade, no longo prazo, no que se refere ao financiamento da economia e que não ponha em causa o acesso ao mesmo, no futuro.

Estruturalmente, Cabo Verde é um país que não consegue cobrir os seus investimentos com a canalização da poupança interna. Por outras palavras, os recursos internos têm sido insuficientes para as necessidades de investimento na economia do país. A alavancagem da economia está ancorada nos recursos externos. Se, por um lado, o país deve focar-se na melhor forma de rentabilizar o endividamento externo, procurando igualmente fontes mais baratas, por outro não se deve deixar de mudar o cenário da dependência externa, actualmente muito significativa.

4.2.3.3.1 Acesso e Alternativas ao Financiamento da Economia Caboverdiana

O Governo tem o desafio de, nos próximos anos, diminuir, marcadamente, a dependência do endividamento para financiar as despesas públicas. Para tal, uma das vias é a reestruturação da administração tributária, no sentido de aumentar a eficiência e a eficácia, por forma a conseguir arrecadar mais receitas domésticas, sem, no entanto, agravar a carga fiscal aos contribuintes. Ainda, é preciso trabalhar, no sentido de aumentar a formalização da economia e reduzir a fraude e a evasão fiscais.

As privatizações e concessões são instrumentos que permitem ao Estado introduzir novas dinâmicas na sua economia, através da criação de

novas oportunidades de negócios e investimentos para o setor privado, alavancando, desta forma, setores-chave, ao mesmo tempo que possibilitam a redução do risco fiscal e orçamental que certas empresas públicas representam. A adoção de uma agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas representa a materialização de uma das linhas mestras da política económica, nesta legislatura, o que provocará a alteração do papel do Estado, enquanto agente económico, reduzindo o seu peso e, consequentemente, a necessidade de financiamento para setores onde tem atuado de forma alargada. Para além de uma importante captação de recursos para o Estado, busca-se também a criação de condições para o empoderamento do setor privado, a consolidação de Cabo Verde, enquanto economia aberta e competitiva, com novas oportunidades de investimento em diversos setores-chave.

Sem investimento produtivo, não há crescimento económico sustentável e sem financiamento às empresas, não há condições para que estas prosperem. E sem empresas prósperas e em expansão, não haverá criação de empregos.

Um dos pontos da estratégia de financiamento da economia passa pela promoção da melhoria das condições de acesso ao financiamento da atividade produtiva e de um forte programa de captação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). O IDE tem sido uma das mais importantes fontes de financiamento da economia global, pelo que não se deve deixar de prestar atenção a este facto. Num mundo globalizado, com disponibilidade de recursos, o país deve focar-se na melhoria de condições internas, nomeadamente no ambiente de negócios, liberdade económica, índice de governação, e na competitividade no geral, no sentido de promover uma maior atração do capital externo.

A nova dinâmica para o desenvolvimento sustentável da economia nacional deverá ser garantida, também, pela maior participação do sector

privado na promoção da economia. Nesse sentido, o papel do Estado concentra-se fundamentalmente na melhoria de condições para facilitar os investimentos por parte dos privados, quer nacionais quer externos, aumentando assim a competitividade da economia.

Para o Índice Global de Competitividade os motivos que fazem com que o mercado financeiro Cabo-verdiano tenha uma má performance estão ao nível da eficiência desse mercado e não tanto ao nível da sua confiabilidade e confiança. Neste sentido, destacam-se negativamente os seguintes aspetos:

- Dificuldade no acesso a empréstimos;
- Indisponibilidade de Capital de Risco;
- Pouca atratividade no financiamento através do mercado de ações;
- Reduzida disponibilidade de serviços financeiros.

Há que inverter este quadro.

Neste sentido, o financiamento à economia, em particular ao setor privado, constitui um pilar fundamental nas políticas, e de efetivo empoderamento do tecido empresarial cabo-verdiano. Neste quadro, o Governo irá avançar, no âmbito do PEDS, com medidas concretas de estímulo ao setor privado, viabilizando e facilitando o acesso ao financiamento, tanto através dos mercados de capitais, como através do mercado bancário, que serão reforçadas com medidas de partilha de riscos entre o Estado e o setor privado.

As falhas do mercado na garantia de financiamento ao setor privado fazem com que seja necessária uma intervenção do Estado. Esta intervenção deve visar a criação de condições para o funcionamento do mercado. Garante-se, desta forma, a melhor alocação dos recursos e, por conseguinte, uma contribuição positiva do sistema financeiro para a eficiência da economia. Ao mesmo tempo, são minimizados os riscos e os custos da intervenção pública. A atuação prioritária estará orientada para o relançamento

e o desenvolvimento da intermediação bancária. Como via de promover a intermediação bancária, o Estado assumirá parte do risco, através de mecanismos de partilha de risco. A dificuldade maior na intermediação bancária prende-se com o nível elevado do risco dos projetos de investimento, de uma maneira geral, mas, particularmente, em alguns setores (agricultura, pescas) e nas pequenas e médias empresas. Assumindo parte do risco dos projetos de investimento, o Estado pode alavancar o crédito, fazendo aumentar a quantidade e diminuindo o custo do crédito bancário. Esquemas de garantia e empréstimos subordinados são soluções experimentadas com sucesso em vários países.

Um outro eixo da estratégia deverá ser o desenvolvimento de vias alternativas de financiamento ao setor privado. Os mercados de capitais podem contribuir, significativamente, para o aumento do financiamento ao setor privado, nomeadamente das empresas de maior dimensão.

Com vista a facilitar o acesso das empresas a financiamento, a política consiste em:

- Promoção da reestruturação das instituições de intervenção do Estado, no setor financeiro, com vista à criação de uma única Instituição Financeira de Desenvolvimento. Esta instituição servirá para centralizar a intervenção do Estado e dos parceiros de desenvolvimento na área financeira, designadamente a gestão de esquemas de garantias, a concessão de empréstimos subordinados, a compra de empréstimos titularizados e a participação em fundos de capital de risco. Os programas de intervenção pública serão contratualizados com o Tesouro e financiados por transferência direta de recursos ou por emissão de dívida avalizada pelo Tesouro.
- Promoção de incentivos para o desenvolvimento de operações em sindicato bancário (nacional e internacional), uma vez que os maiores bancos do sistema apenas podem alavancar, por si só, operações apenas até ao montante de 24 milhões de euros.

- Adoção de medidas, visando o desenvolvimento do sistema financeiro, designadamente:
 - Instituição de um sistema de registo de colaterais móveis, uma condição essencial para o desenvolvimento de novos produtos;
 - Criação de condições para a implementação da lei de insolvência, recentemente aprovada, com vista a promover maior envolvimento dos credores na resolução dos problemas de empresas em dificuldades e agilização do processo de devolução de ativos usados como colateral à sua utilização produtiva;
 - Concessão de incentivos fiscais ao provisionamento e à constituição de reservas para o risco de crédito, e ao reforço dos fundos próprios das instituições financeiras;
 - Aprovação de iguais condições para o Estado e para as empresas, em sede de fiscalidade, no mercado de capitais, adotando uma tributação tendencialmente nula;
 - Aprovação de um pacote legislativo importante que inclui a lei sobre os “Projetos de Mérito Diferenciado”; a lei sobre o *Green Card* e a lei sobre o *Morabeza Bond*, instrumentos que visam criar oportunidades e/ou incentivos específicos e significativos para promover o investimento privado, incluindo o IDE, nos municípios com PIB p.c. inferior à média nacional. Por esta via, se repõe, tendencialmente, o equilíbrio regional na dinâmica demográfica, na geração do PIB p.c. e no emprego
 - Desenvolvimento de mecanismos para garantir a certeza contratual, através da qualificação do sistema judicial, da melhoria da regulação e da informação contabilística e financeira produzida pelas empresas, assim como da informação sobre o risco de crédito.
- Implementação de um projeto de facilitação do acesso ao financiamento às Micro-Pequeñas e Médias Empresa e de um conjunto de medidas, visando estimular o financiamento ao microcrédito, promovendo, assim, a inclusão financeira dos segmentos da população de baixo rendimento;
- Promoção de um Fundo de Garantia para o empréstimo às Pequenas e Médias Empresas e de um Fundo Soberano de Garantia de Investimento Privado para as Grandes Empresas, assim como *Venture Capital*, de forma a partilhar o risco dos empréstimos entre o Estado e o setor privado;
- Mobilização de bancos de desenvolvimento, nomeadamente de bancos regionais;
- Estimular a reorganização das empresas e a adequação do modelo de governação, tendentes a, juntamente com a melhoria do ambiente de negócios, impactar positivamente sobre a procura;
- Reforço do papel dos instrumentos e incentivos financeiros que permitam melhorar os capitais próprios das empresas, promovendo nomeadamente um mercado de capitais mais integrado;
- Promoção de uma redução gradual da tributação sobre a poupança, em linha com a redução dos impostos sobre os demais rendimentos e o reforço dos mecanismos de convergência, no sentido de um tratamento fiscal mais equilibrado da dívida e dos capitais próprios;
- Facilitação do acesso aos mercados de capitais internacionais, preferencialmente, através de *venture capital*, nomeadamente africano, assim como a promoção da livre circulação de capitais, quando se tratar de investimentos produtivos;
- Promoção, em articulação com o setor privado, da criação de uma plataforma nacional de aconselhamento especializado ao Investimento, com o apoio das competências da Diáspora, para potenciar o investimento através das Instituições Financeiras Internacionais, públicas e privadas, e junto do mercado financeiro internacional, apostando no financiamento privado externo, multilateral e bilateral para o setor privado.

4.2.3.3.2 Reforma do Setor Empresarial do Estado

O sector Empresarial do Estado é um poderoso instrumento de implementação de políticas públicas e não pode continuar a constituir riscos orçamentais e fiscais, tanto quanto o Estado deverá evitar intervir em sectores em que o privado pode, com maior eficiência, disponibilizar bens e serviços à economia e à sociedade. Para tanto, será empreendida, no quadro do PEDS, uma profunda reforma no sector Empresarial do Estado, que abrange o reforço do seguimento e monitorização, mas, também, privatizações e reestruturações de gestão, através de parcerias público-privadas. Os gestores públicos indicados pelo Estado deverão, doravante, cumprir a lei, mas também e, sobretudo, os mandatos que lhes foram atribuídos e realizar os níveis de *performance* estabelecidos nos contratos de gestão. Estão criadas as condições, seja pelo reforço de capacidades, quanto pela implementação do observatório do sector empresarial do Estado, plataforma informática que permite uma interação constante com as empresas e participadas do Estado, que facilita o cumprimento dos prazos de reporte estabelecidos por lei, gera, em tempo útil, alertas e informações para uma rápida tomada de decisões e realinhamento de estratégias. O observatório habilitará o Estado para aferir e fazer cumprir a legislação pelas empresas e participadas do Estado, assim como para acompanhar os níveis de *performance* das empresas e dos Conselhos de Administração e, desse modo, exercer o seu papel enquanto acionista e tomar medidas corretivas.

As privatizações e concessões são instrumentos que permitem aos Estados introduzir novas dinâmicas nas suas economias, através da criação de novas oportunidades de negócios e investimento para o sector privado, bem como de dinamização do mercado de capitais, alavancando, desta forma, sectores-chave, ao mesmo tempo que possibilitam a redução do risco fiscal e orçamental que certas empresas públicas representam.

No estrito respeito do quadro legal existente, privilegiar-se-á, no âmbito das modalidades de privatização, concessões e parcerias público-privadas, a transferência de ativos e serviços públicos para os privados, através de concursos públicos, especialmente nas formas de oferta em bolsa de valores e de subscrição pública. Será, também, feito recurso, com transparência e equidade, à modalidade de concurso limitado e à venda direta, sempre que esteja em causa a seleção de adquirentes que obedeçam a requisitos considerados absolutamente relevantes para a própria empresa, em função de estratégias de desenvolvimento empresarial, de mercado, tecnológicas ou outras. Implementar-se-á a agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas já aprovada, devendo resultar no empoderamento do sector privado nacional e estrangeiro, na consolidação de uma pequena economia aberta e competitiva, com novas oportunidades em sectores chave para o desenvolvimento de Cabo Verde. A alteração da forma de exercício pelo Estado do papel de acionista, com maior proximidade, monitorização permanente e acompanhamento dos níveis de realização das metas induzirão uma efetiva viragem na *performance* das empresas e participações do Estado, com novas formas de governança, baseadas no rigor e na responsabilização. Através desta reforma, o Estado estará a ceder espaço para uma maior intervenção do sector privado em sectores-chave da economia, perspetivando maior eficiência e uma cultura de competitividade e de investimento privado.

4.2.3.4 Infraestruturas & Transporte

A importância das infraestruturas viárias é cada vez mais relevante no desenvolvimento da economia: boas estradas reduzem o custo de transportes e, portanto, o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis para o consumidor e mais competitivos em relação aos concorrentes. Também, permitem que cada região se especialize nas atividades económicas para as quais tenha maior vocação (agricultura, pecuária,

ria, serviços, etc.), gerando ganhos de produtividade e qualidade para toda a economia. A redução do tempo de viagem entre as cidades e/ou aglomerados permite aumentar os laços económicos e sociais, o que aumenta o universo de escolha dos consumidores e a concorrência entre as empresas.

Os investimentos em infraestrutura viárias, nomeadamente nas estradas, também podem ter importante impacto na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de menor renda.

Hoje, as estradas nacionais e municipais somam uma extensão de 1.650 km, sendo 1.113 km correspondente a estradas nacionais e 537 km de estradas municipais. Uma percentagem importante da rede de estradas nacionais foi sujeita a um programa amplo de reabilitação e modernização, nos últimos 15 anos, tendo sido construídas, reabilitadas e modernizadas mais de 700 km de estradas.

Entretanto, todas essas vantagens do investimento em estradas podem perder-se, se os investimentos forem mal feitos, se os custos forem superfacturados, se o material utilizado nas obras for de má qualidade, se a infraestrutura construída não for submetida a manutenção periódica.

Assim, o Governo de Cabo Verde definiu, como uma das prioridades para o setor dos Transportes e Infraestruturas Rodoviárias, o desenvolvimento de infraestruturas e meios de transportes, de modo a garantir a segurança, a eficiência e a qualidade na circulação de pessoas e bens.

O desenvolvimento de uma rede rodoviária integrada, segura e que garanta um bom nível de serviço das estradas, bem como a segurança e o conforto na circulação de pessoas e bens constitui um aspeto relevante, por forma a diminuir a distância de cada Concelho, reduzir a pressão para a concentração urbana nas cidades e melhorar a distribuição da atividade produtiva,

os serviços públicos e os rendimentos pelas diversas localidades, contribuindo, deste modo, para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, o emprego e a mobilidade nacional.

Assim, o Instituto de Estradas, instituição criada para fazer a gestão, exploração e conservação das infraestruturas rodoviárias tem um papel importante em ajudar a materializar o atrás exposto, para que os investimentos públicos em estradas realizem todo o seu potencial benéfico para a população, intervindo no seu papel de gestor e autoridade rodoviária, planeando e monitorizando investimentos.

Assim as linhas estratégicas para o Setor dos Transportes e Infraestruturas Rodoviárias passam por:

- a. Promover e assegurar a conservação, a exploração e o Planeamento do desenvolvimento da Rede de Estradas Nacionais;
- b. Assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, nomeadamente, no que se refere à ocupação de zonas envolventes;
- c. Manter atualizado o registo das características físicas e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- d. Aumentar a percentagem da rede de estradas coberta pela manutenção rodoviária;
- e. Dispor de outras formas de financiar a manutenção da Rede Rodoviária Nacional;
- f. Dispor de outras formas de financiamento para as obras de urgência;
- g. Assegurar a execução da política de infraestruturas rodoviárias, numa perspetiva integrada de ordenamento do território e desenvolvimento económico;
- h. Definir e promover, em articulação com todas as entidades interessadas, as normas regulamentares aplicáveis ao setor e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade, em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais;
- i. Contribuir para a articulação entre a rede

- rodoviária e outros modos de transportes;
- j. Promover o desenvolvimento do conhecimento e os estudos que contribuam para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- k. Promover a expropriação dos imóveis e os direitos indispensáveis à conservação e exploração da rede rodoviária;
- l. Assegurar a participação e a colaboração, relativamente a outras instituições nacionais e internacionais, bem como relativamente a instituições da administração central e local;
- m. Definir e estabelecer prioridades, a nível de construção e execução de obras;
- n. Melhorar a eficiência na gestão das obras públicas, evitando os trabalhos a mais e melhorando a fiscalização;
- o. Apoiar os municípios na conservação, no Planeamento do Desenvolvimento da Rede de Estradas Municipais;
- p. Continuar o processo de desencravamento de localidades;
- q. Sujeitar, apreciar e aprovar, no Parlamento, o um Plano estratégico de transporte e infraestruturas, após parecer obrigatório do Conselho Económico e Social e da Associação Nacional de Municípios;
- r. Adotar a modalidade de parceria público-privada para financiamento das grandes obras;
- s. Discutir publicamente todas as obras públicas;
- t. Promover o setor nacional da construção civil, pelo impacto que tem no emprego, assim como a competitividade de internacionalização das empresas de construção civil;

A implementação desses princípios permitirá, certamente, o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis ao setor rodoviário e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade, em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais. Da mesma forma, poderão traduzir-se em ganhos e avanços importantes, contribuindo para um maior rigor na gestão dos recursos, maior capacidade

de resposta face às necessidades de intervenção e controlo permanente dos resultados, tendo em vista a contínua melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Ainda, para o setor dos transportes, o Governo pretende construir um Sistema Integrado de Transportes, competitivo e seguro, com relevante contribuição para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, o emprego e a mobilidade nacional e internacional.

No que respeita aos sistemas de transportes marítimos e aéreos de carga e de passageiros, pretende-se garantir a unificação do mercado nacional, a sua integração com o mercado internacional suportada, sobretudo, pela criação das plataformas marítima e aérea. Nesse contexto, as infraestruturas e os meios de transporte devem fazer parte integrante do processo de transporte, garantindo ainda segurança, eficiência e qualidade na circulação de pessoas e bens.

Esta condição estratégica requer uma reestruturação profunda do setor, que contempla o reforço da organização institucional e uma forte participação do setor privado, a criação de obrigações de serviço público, quer no transporte aéreo, quer no marítimo, e, no rodoviário urbano e interurbano, priorizando o regime de concessão de serviço público de transporte, obrigando à instituição de linhas regulares eficientes e a custos acessíveis entre as ilhas, à privatização dos serviços portuários e aeroportuários e à modernização dos serviços de reparação naval..

Assim, torna-se fundamental a elaboração de um Plano Estratégico Integrado de Transportes e Intermodalidade.

A posição geoestratégica de Cabo Verde, no cruzamento das rotas de maior tráfego internacional de navios no Atlântico médio, confere ao país a oportunidade privilegiada de se transformar num grande centro de transbordo de mercadorias, quer para a região oeste africana, quer para os interesses logísticos dos operadores

marítimos, bem como num grande centro de abastecimento de combustíveis à navegação (*bunkering*). Assim, estes devem ser dois dos principais pilares de sustentabilidade da plataforma marítima que, também, será um forte potenciador do desenvolvimento do potencial da reparação naval em Cabo Verde.

A nível dos Transportes Marítimos, e para que a plataforma tenha sucesso, é crucial que Cabo Verde cumpra os seus compromissos, enquanto Estado costeiro, de bandeira e portuário, num quadro de sustentabilidade setorial. Isso será conseguido através de um trabalho de participação de todos os *stakeholders* setoriais, com a regulamentação e operacionalização do Fundo Autónomo de Segurança e Desenvolvimento dos Transportes Marítimos (FADSTM), e a criação da taxa de segurança marítima.

A nível dos transportes aéreos, a localização geoestratégica do país gera condições favoráveis e sinergias positivas para o sucesso, implementação e desenvolvimento de uma plataforma giratória de distribuição de tráfego aéreo (*Hub*), gerando mais rendimentos e mais empregos, melhorando a competitividade da cadeia de valor de transporte e turismo de negócios.

Com esta visão, e no âmbito da reorganização da gestão da Companhia Aérea Nacional – TACV, o Governo está a implementar um processo de reestruturação da empresa que inclui o plano de estabilização financeira e a privatização da mesma.

Para viabilização da plataforma de distribuição de tráfego, o Governo assinou um contrato de gestão com o parceiro estratégico *Icelandair Group* para a reestruturação da TACV e criação das condições para a viabilização e operacionalização do *Hub* aéreo no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal.

Para se conseguir esse objetivo muito impor-

tante, para além de uma companhia aérea eficiente, é essencial a melhoria da qualidade da experiência do visitante na entrada/saída, com um eficiente serviço de fronteiras, trabalhar a eficiência operacional do aeroporto e garantir que a empresa de assistência de aviões em escala seja também eficiente.

Dentro deste contexto e com foco no aumento da competitividade, cada aeroporto deve ser estabelecido como um centro de negócios, mediante contrato de concessão, permitindo assim a subconcessão das atividades com gestão privada.

Na definição de um modelo de promoção e de diversificação de negócios associados ao setor aéreo, considera-se necessária a promoção da política do transporte aéreo *Low Cost*, o fomento do negócio do transporte aéreo de carga, a implementação de uma estratégia de Marketing de Aviação e de Eventos Promocionais, bem como a promoção da modernização da regulação e regulamentação do setor aéreo.

Espera-se com esses desafios: a dinamização e o aumento do tráfego aéreo, a abertura de novos destinos para o Turismo e Comércio, destinos esses que não serão rentáveis apenas com a procura local, mas que o podem ser com o tráfego de transferência; a utilização da frota para desenvolver novos destinos e a alimentação do setor do Turismo; a construção do setor do transporte aéreo aberto e com companhias com boa performance; um excelente produto aeroportuário; e a geração de novas oportunidades de emprego qualificado.

4.2.3.5 Energia

Conforme estabelecido no Programa do Governo, o bom desempenho do setor da Energia é de importância vital para garantir o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde. As orientações estratégicas do referido programa para o setor energético elegem a segurança energética, a estabilidade dos preços e a redução da fatura



energética como preocupações centrais, estando em perfeito alinhamento com os ODS, especificamente com o objetivo 7 - Assegurar o acesso universal a uma energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.

Entretanto, apesar de importantes investimentos já efetuados, o desafio da sustentabilidade do setor de energia ainda não foi alcançado. O País depende de combustíveis fósseis importados, para satisfazer mais de 85% das necessidades energéticas, apesar da existência de um potencial de recursos renováveis significativo e a flutuação dos preços do petróleo tem um impacto direto na economia.

O setor continua a debater-se com o problema ligado ao elevado nível de perdas na distribuição e comercialização de eletricidade e deficiente *performance* operacional das empresas concessionárias e o custo de energia é elevado, acarretando um peso substancial nas despesas das empresas e famílias.

Em termos da evolução do acesso à energia elétrica, Cabo Verde tem registado progressos importantes, aproximando-se dos 95% de taxa de cobertura, mas os restantes 5%, que incluem a camada social mais desfavorecida e a população de zonas remotas, continuam excluídos do sistema. Uma das metas do ODS 7 é atingir 100% de acesso até 2030, ao nível global e Cabo Verde pretende alcançar este objetivo já em 2020.

Na vertente institucional, as sobreposições e vazios regulatórios, a falta de articulação setorial e de informação centralizada, as fragilidades institucionais e o défice de regulação e de regulamentação constituem barreiras importantes a ultrapassar.

Cabo Verde está, também, fortemente comprometido com a agenda global sobre mudanças climáticas, tendo já submetido o INDC e ratificado, no Parlamento, o Acordo de Paris, tendo como estratégia de longo prazo a transição para um setor energético, seguro, eficiente e sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e garantindo o acesso universal e a segurança energética. Mas é preciso empreender ações decisivas para passar, da fase de estudos e “roadmaps”, para resultados tangíveis no terreno.

É, neste contexto, que se insere o Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética, tendo como principais eixos de intervenção: o Reforço

Institucional e a Melhoria do Ambiente de Negócios; a Reforma da Estrutura Organizacional do Mercado Energético, o Investimento em Infraestruturas Estratégicas, o Desenvolvimento das Energias Renováveis e a Promoção da Eficiência Energética.

O Governo tem como visão a construção de um Estado parceiro, regulador, visionário, supletivo e com capa-



cidade de autoridade e promotor da iniciativa privada e de uma nova administração, alinhado com o desenvolvimento económico e social, garantindo a sustentabilidade ambiental.

Assim, para dar um novo impulso neste sentido, o Governo pretende criar o Instituto de Energia e Indústria (IE&I) para atuar nas áreas de Regulação Técnica, Planeamento, Investigação, Formulação de Políticas e Promoção da Inovação nos Setores de Energia e Indústria. Uma atenção especial será dada à melhoria do sistema de planeamento, seguimento e avaliação do setor energético, ao desenvolvimento e adequação do enquadramento legal e regulamentar e ao reforço da regulação.

Com a reforma da estrutura de organização industrial do setor, com a reestruturação (*Unbundling*) do Setor Elétrico e a eliminação das barreiras à iniciativa privada, o Estado assume, no novo modelo, o papel de promotor, dinamizador e regulador de um mercado de produção e oferta de energia sustentável, inovador e eficiente, criando as condições para que o investimento privado substitua o investimento público, sem abdicar do seu papel de coordenador do desenvolvimento das infraestruturas (física, de C,T&I e social), em sinergia com a estratégia setorial e continuando a investir em infraestruturas de carácter estratégico, visando garantir a resiliência do sistema, a promoção da integração das energias renováveis e o fomento da investigação, da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

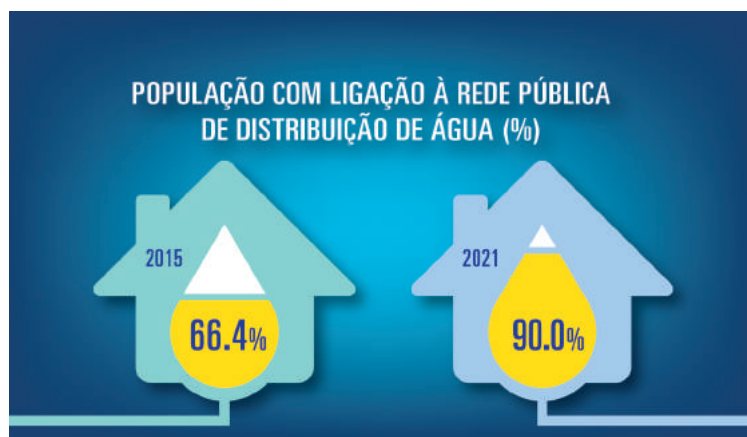
O aproveitamento do grande potencial de recursos endógenos renováveis, nomeadamente na vertente eólica e solar, é assumido como instrumento para a redução do custo de eletricidade e água, o aumento da segurança energética e da competitividade e a diversidade da economia nacional. O Programa preconiza o uso, até onde for técnica e economicamente possível, das energias renováveis e limpas com a aposta no aproveitamento da energia eólica, em larga escala, até o limite máximo da taxa de penetração, da energia solar fotovoltaica para a produção centralizada e geração distribuída e da energia solar térmica para o aquecimento de água. Pretende-se, também, explorar outras opções de renováveis, nomeadamente OTEC e Geotérmica, sem descurar a preocupação de garantir preços acessíveis para os consumidores e o setor produtivo.

Outro desiderato do Programa do Governo, consiste na exploração do potencial do setor dos serviços ligados às energias renováveis enquanto gerador de empregos, tanto ao nível interno, como numa perspetiva de exportação, nomeadamente para Países da CEDEAO. O grande desafio será de conseguir direcionar os recursos disponíveis para desbloquear este potencial, face a uma grande variedade de escolhas em termos de opções tecnológicas, de forma a maximizar o efeito multiplicador para a economia.

A aposta na eficiência energética é também um fator crítico para a competitividade económica e a diversificação da atividade industrial, em particular da indústria ligeira de exportação e a criação de competências de prestação de serviços a nível regional e internacional.

4.2.3.6 Ordenamento do Território

De acordo com o Programa do Governo, o território é um dos principais ativos estratégicos de que o país dispõe plenamente e Cabo Verde deve



tirar melhor partido de todas as potencialidades das ilhas. O Ordenamento do Território constitui um instrumento privilegiado de organização e gestão sustentável do espaço nacional. O aproveitamento sustentável do solo e das águas territoriais, enquanto recursos ambientais onde se localizam as infraestruturas e as atividades económico-sociais, é determinante para a promoção de um desenvolvimento económico equilibrado, harmonioso e ecologicamente sustentável.

Para o efeito, são preceitos estratégicos, ao longo do período PEDS:

- Alcançar um correto ordenamento do território que permita o lançamento de estratégias de desenvolvimento inteligente, sustentável e que promova a competitividade das ilhas;
- Consciencializar todos os cidadãos para os direitos e deveres em relação ao território e para a necessidade de cada um contribuir para o reforço da qualidade do ambiente urbano e rural;
- Proteger o país das ameaças introduzidas pela atividade humana, em todos os domínios, nomeadamente a agricultura, a pecuária, a pesca, a indústria e o turismo, assim como pela concentração e desenvolvimento urbanos;
- Prevenir para os fenómenos naturais que, potencialmente, podem trazer novos desafios ambientais, designadamente, os que resultam das mudanças climáticas e do vulcanismo.
- Fazer dos recursos ambientais uma fonte segura e perene de riqueza para a comunidade cabo-verdiana, tirando vantagens efetivas dos recursos ambientais de Cabo Verde, nomeadamente do clima, do mar, das paisagens e da biodiversidade;
- Criar condições institucionais para garantir a Regionalização e, juntamente com o poder regional e local, adotar uma estratégia para o pleno emprego, para uma saúde de qualidade, uma educação de excelência para todos e para a mobilidade interna e externa,

resultantes do aproveitamento das potencialidades locais.

- Implementar, efetivamente, as diretivas nacionais de ordenamento territorial e urbano, necessárias à gestão sustentável do desenvolvimento territorial das Ilhas;
- Simplificar os processos de licenciamento das operações urbanísticas.
- Simplificar os processos de elaboração, aprovação, publicação e implementação de instrumentos de gestão urbanística e de planeamento territorial;
- Atribuir competências aos municípios para a elaboração, aprovação e publicação dos instrumentos de planeamento urbanístico, bem como dar apoio efetivo, no que concerne à formação e capacitação técnica para assunção das responsabilidades daí advenientes;
- Implementar o cadastro predial em todas as ilhas;
- Criar um sistema de seguimento e de monitorização territorial que abranja os instrumentos de gestão e desenvolvimento territorial, da orla costeira, das zonas turísticas especiais, das Bacias Hidrográficas, das zonas ambientalmente sensíveis e das zonas de riscos;
- Promover o melhoramento de todas as cidades e vilas, envolvendo todos os municípios, de forma inclusiva, na requalificação de bairros, na reabilitação de habitações existentes e no desencravamento de localidades;
- Diminuir o *deficit* habitacional quantitativo e qualitativo, melhorar os assentamentos humanos e promover o setor imobiliário, tendo em vista a inclusão social das famílias, a mobilidade, a equidade de género e a redução da pobreza urbana/rural;
- Valorizar o território, com a promoção das Tecnologias de Sistema de Informação Geográfica, do Cadastro Predial, da Cartografia, da Geodesia e da toponímia, com vista a prestar um serviço público moderno, atual e inclusivo e acessível para todos. Nesse objetivo, a nível do cadastro, pretende-se desenvolver um grande projeto, que possa permitir dar continuidade ao projeto da execução do

cadastro predial, em todas as ilhas que não foram alvo do projeto financiado pelo compacto II do MCC, cujo objetivo é aumentar o investimento, acima de tudo, através de um registo de propriedade transparente, eficaz e célere.

O funcionamento mais eficiente do setor de habitação é condição fundamental, não só para a dinamização do setor imobiliário, da reabilitação urbana e das cidades, mas também para a inclusão social das famílias e mobilidade das pessoas, pelo que os seus mecanismos de dinamização devem ser progressivamente melhorados, pois as deficiências acumuladas, ao longo destes anos, são incompatíveis com soluções de curto prazo. Nestes termos, será promovido o Plano Nacional de Habitação com o seguinte perfil:

- Direcionado para famílias concretas, com critérios objetivos, em função das prioridades devidamente definidas;
- Que responda às necessidades e às capacidades financeiras reais das famílias, e seja mobilizador, liderado e concretizado pelos municípios;
- Que inclua o empresariado nacional e seja criador de valor acrescentado para os setores de construção civil, imobiliária e emprego;
- Que conceda bonificação de juros às jovens famílias.
- Estimulador do mercado de arrendamento, promovendo a aplicação das poupanças das famílias, incluindo da população emigrada.
- Promotor da reabilitação das habitações existentes, contribuindo para a requalificação urbana dos bairros e o apoio aos mais carenciados.

A requalificação Urbana, Reabilitação das casas das famílias mais pobres, e a acessibilidade com vista a promoção do desencravamento das localidades, são consideradas as atividades-chave para a reconfiguração do desenho urbano e promoção de qualidade de vida da população. Desta forma, o Governo decidiu criar um vasto Programa com as três vertentes identificadas,

com prioridade para as cidades turísticas e zonas de grande degradação, com o objetivo de:

- Promover a reabilitação dos edifícios degradados e a reocupação dos edifícios e fogos devolutos, através de mecanismos de incentivos e benefícios fiscais à reabilitação;
- Apoiar os planos municipais de reabilitação urbana, como forma de garantir a transformação efetiva nos territórios, invertendo tendências de declínio e promovendo um desenvolvimento local sustentado e a manutenção na fase de pós intervenção;
- Promover a instalação de equipamentos públicos que funcionem como indutor e atrativo para a requalificação, a reconversão das zonas degradadas e qualidade de vida dos cidadãos;
- Promover, em articulação com as câmaras municipais, a consolidação das áreas degradadas, simplificando os procedimentos conducentes à realização de obras e operações urbanísticas de reabilitação urbana;
- Criar um mecanismo, ao nível municipal, que permita aos municípios recorrerem ao fundo de habitação, em substituição dos proprietários incumpridores, para realizarem obras condicionadas em prédios degradados ou abandonados, prevendo uma solução de compensação das obras;

4.2.4 Adoção de uma Agenda para a preservação do Ambiente e da Biodiversidade

O Governo reconhece a necessidade e a elevada importância de adotar políticas integradas no domínio do ambiente, para assegurar a gestão sustentável dos recursos ambientais, garantir o usufruto de qualidade ambiental pela sociedade, potenciar a valorização do ambiente como um ativo e fator de competitividade económica do país, tendo em vista o equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais e as justas expectativas das gerações futuras. Para alcançar este desiderato, foram estabelecidos um conjunto de compromissos que se traduzem em medidas de política que deverão ser capitaliza-

das em ações concretas, assumindo a premissa máxima de transformar palavras em resultados tangíveis.

Considerando a situação de referência e numa perspetiva de mitigação dos constrangimentos, gestão das fragilidades e aproveitamento das oportunidades, a atuação institucional, durante o novo ciclo de governação (2017-2021), deverá ser conduzida no sentido da mudança do cenário existente, visando a melhoria contínua das tendências dos indicadores de qualidade ambiental e tendo em vista a gradativa qualificação do ambiente em Cabo Verde.

As oportunidades existentes deverão ser devidamente aproveitadas, alavancadas e potencializadas para alcançar os objetivos estratégicos traçados:

Oportunidades ecológicas:

- Recursos naturais endógenos (solo, águas subterrâneas e superficiais, águas marinhas; biodiversidade marinha e terrestre, paisagens – contrastes paisagísticos, orla costeira, fontes de energias renováveis, recursos oceano-gráficos/ZEE, recursos geológicos ...);
- Rede Nacional de Áreas Protegidas;

Oportunidades económicas:

- Reforço da Integração Intersectorial entre o Ambiente e setores estratégicos de atividade económica (Turismo, Agricultura, Pescas, Agroindústria, Economia Marítima, Agroindústria, Agronegócios, ...); Incremento da

contribuição desses setores e subsectores para o PIB;

- Alavancagem do potencial fiscal do setor do ambiente;
- Promoção da Economia Verde e da Economia Azul (Incentivo ao Investimento Verde e promoção do aproveitamento do potencial económico dos oceanos).

Oportunidades Sociais:

- Valorização crescente da função social do ambiente para a sociedade, na globalidade, através da melhoria da qualidade do ambiente e da agregação de valor aos bens e serviços ecossistémicos;
- Promoção do emprego e incremento da renda das famílias;
- Melhoria dos níveis de equidade e inclusão social.

Oportunidades Jurídicas:

- Regulamentação e revisão de leis;
- Otimização da implementação das Convenções e Acordos Internacionais, no domínio do ambiente;
- Convergência Normativa com a União Europeia;
- Alinhamento jurídico gradativo com as políticas públicas ambientais para a IX Legislatura.

Oportunidades Institucionais:

- Capacitação progressiva dos recursos humanos existentes;
- Aproveitamento e valorização das capacidades e competências humanas;
- Valorização e qualificação da Memória Institucional Analógica e Digital;
- Melhoria e reforço da comunicação institucional vertical e horizontal;
- Reforço das parcerias com os parceiros governamentais e não governamentais nacionais e internacionais;
- Alavancagem do potencial institucional, com foco na excelência e na qualidade de prestação de serviços aos cidadãos e às empresas.



Para o setor do ambiente, um conjunto de medidas e ações deverão ser implementadas, em diferentes domínios prioritários e transversais (desafios imediatos e estratégicos – medidas de respostas às pressões e de salvaguarda dos sistemas ambientais numa lógica preventiva), designadamente:

- Reforço do sistema de licenciamentos, inspeções e auditorias ambientais, promovendo as condições institucionais para a monitorização (pós-avaliação) dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Implementar medidas institucionais para garantir a burocracia zero, reduzir o tempo e o custo dos investimentos e melhorar o ambiente de negócios, contribuindo assim para a promoção do investimento externo;
- Classificação das praias de águas balneares e monitorização da qualidade das águas (aumentar, de 6 praias atualmente monitoradas, para 10 praias, em 2021);
- Avaliar, sistematicamente, o nível de conhecimento da população sobre o ambiente e a biodiversidade;
- Promover as condições para a produção e organização das estatísticas ambientais, para viabilizar a avaliação oportuna dos indicadores e apoiar, em tempo útil, o processo decisório;
- Assegurar a desagregação das estatísticas nas dimensões de género e de desenvolvimento municipal (desagregação geográfica por Concelho e por Sexo);
- Criar e assegurar a manutenção de uma plataforma digital de informação ambiental e comunicação interativa com os cidadãos, sociedade na globalidade e parceiros ambientais nacionais e internacionais;
- Criação de Bancos de Dados e Informações, potencialização da Memória Institucional Analógica e Digital, em diferentes matérias, que enformam o setor do ambiente;
- Promover o desenvolvimento das capacidades institucionais, numa perspetiva do seu pleno alinhamento com as políticas públicas ambientais e com os compromissos assumidos para a Legislação;
- Garantir o aproveitamento das potencialidades ambientais das ilhas, em função das suas vocações e especificidades;
- Assegurar a plena integração entre o Turismo e o Ambiente, salvaguardando o limite de uso e a capacidade de carga dos ecossistemas;
- Promover as condições institucionais para a sustentabilidade financeira de, pelo menos, 30% das Áreas Protegidas;
- Garantir, em 100%, até 2021, a preservação das espécies prioritárias;
- Dotar as Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas de Planos de Gestão;
- Recuperar 4 praias, atualmente degradadas, até 2021;
- Incrementar a Economia Verde e a Economia Azul;
- Promover as condições institucionais para assegurar a implementação dos grandes princípios, convenções e acordos internacionais, no domínio do ambiente;
- Assegurar a Convergência Normativa com a União Europeia;
- Adequar, continuamente, a Legislação Ambiental às políticas públicas ambientais e aos compromissos de governação do setor (elaboração e aprovação de leis, revisão de leis e regulamentação de normas);
- Implementar medidas tendentes à potencialização económica do setor do ambiente, pela via da fiscalidade (potencialização das oportunidades no domínio).

4.3 Objetivo 3: Assegurar a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais

4.3.1 Condições de Vida das Famílias e a Inclusão Social

A pobreza e as desigualdades sociais têm-se refletido nas difíceis condições de vida de muitas famílias, que ainda não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência. Esta

pauperização das famílias passa pela existência de baixos níveis de escolaridade, com implicações no nível de emprego e nas condições de vida, em geral, nomeadamente deficientes condições habitacionais, fraco acesso aos serviços sociais de base e aos bens de conforto.

Sendo que o enfraquecimento das formas tradicionais de proteção social, associado à precariedade das condições de vida de muitas famílias e aos fenómenos sociais tem afetado o agregado familiar cabo-verdiano, algumas delas atingindo todas as classes sociais, apenas uma pequena proporção das famílias cabo-verdianas está em condições de comprar serviço de cuidados de dependentes - crianças, deficientes idosos, pelo que assistimos à rutura da rede tradicional de cuidados.

O trabalho não remunerado representa perto de 70% da carga total de trabalho no país, significando que o esforço e a contribuição social das famílias para o bem-estar e a coesão social são muito elevados, e recai, sobretudo, sobre as mulheres. Mais de metade das crianças e adoles-

centes ficam longos períodos do dia sem supervisão de adultos.

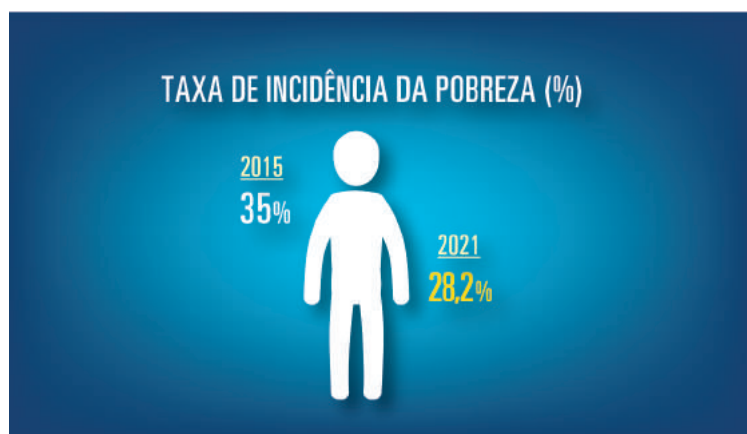
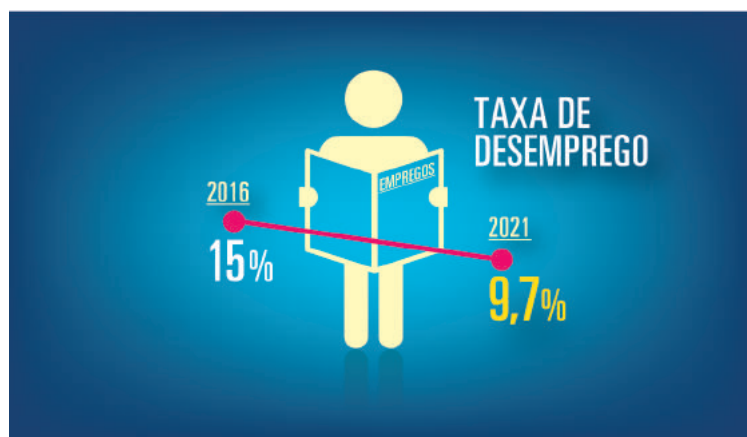
Um outro fenómeno que coloca alguns desafios ao país é a imigração, na medida em que, nas duas últimas décadas, tem ocorrido um aumento contínuo do número de estrangeiros e imigrantes, colocando desafios, não só quanto à gestão dos fluxos, mas também quanto à integração dos imigrantes em Cabo Verde, nomeadamente, na regularização, regulação do mercado laboral, do sistema de proteção social e dos domínios de inclusão social.

As desigualdades sociais existem em função do género, da condição física e/ou mental, do rendimento, da naturalidade e idade, com uma proporção considerável da população ainda sem possibilidade de satisfazer as suas necessidades básicas de subsistência com recurso ao trabalho remunerado, especialmente as mulheres.

O Programa do Governo tem um enfoque forte na inclusão social e assume, como compromisso para a governação, o combate às desigualdades sociais,

com enfoque numa política que privilegiará a inserção social e que promoverá a dignidade da pessoa humana e a sua autonomia, com um país inclusivo, pela via de emprego, rendimento e educação, de modo a impulsionar a ascensão social dos mais desfavorecidos, com base no acesso ao trabalho e na melhoria constante das suas condições de rendimento e de qualidade de vida.

Por conseguinte, para ultrapassar estes desafios e mitigar os impactos da pobreza e de outros fenómenos sociais que afetam a sociedade cabo-verdiana, será adotada uma abordagem integradora e inclusiva, em que o bem-estar das pessoas e das famílias é colocado no centro das políticas públicas, visando contribuir para o combate às desigualdades sociais e à pobreza e para o aumento do rendimento dos mais vulneráveis, por forma



a garantir às famílias o acesso a serviços sociais de base (saúde, cuidados e educação), criando as condições mínimas que lhes permitam assegurar o bem-estar e a qualidade de vida dos seus membros. Assim, são delineadas as seguintes linhas de intervenção:

Eixos de intervenção	Ações e medidas
Acesso a Rendimento e Serviços Sociais de Base	<i>Implementação do Rendimento Social de Inclusão (RSI): prestação monetária no valor de ½ salário mínimo mensal para agregados familiares com ligações precárias com o mercado de trabalho; Atribuição da Pensão Social (PS) para idosos (60 ou mais anos) e para crianças com deficiência ou condição de saúde que as faça depender “de terceiros para satisfazer suas necessidades básicas”; Garantia de Acesso à Educação, um complemento à renda familiar, paga para assegurar o acesso aos serviços, especificamente no acesso ao pré-escolar e à formação profissional; Garantia de Acesso à Saúde (Assistência Médica Medicamentosa e Evacuações) do Regime Não Contributivo, complemento da renda familiar, que garanta o acesso aos serviços, especificamente à assistência médica e medicamentosa e atenção especial aos toxicodependentes com vista à sua recuperação e reintegração social; Reestruturação do Serviço das evacuações internas e externa de doentes do regime não contributivo.</i>
Sistema de Cuidados de Dependentes	<i>Criação e regulamentação dos serviços de cuidados destinados aos dependentes (crianças, idosos e pessoas com deficiência); profissionalização do trabalho dos cuidadores e cuidadoras, garantindo o acesso às pessoas e famílias de baixa renda; Implementação de redes de creches, em parceria com a sociedade civil e municípios.</i>
Inclusão Socioeconómica das Pessoas com Deficiência	<i>Criação do Centro de Reabilitação das Pessoas com Deficiência; Alargamento da cobertura Pensão Social a crianças deficientes e a pessoas incapacitadas; Assistência técnica e financeira a ONGs que atuam na área da deficiência; Garantia de acesso à saúde, educação e formação profissional a pessoas com deficiência.</i>
Atenção integral às famílias em situação de vulnerabilidade	<i>Criação de condições favoráveis de desenvolvimento comunitário: implementação de metodologias de acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Rendimento Social de Inclusão (RSI), através dos Gabinetes Municipais de ação social; Implantação de Gabinetes Sociais, nos assentamentos urbanos “Casa para Todos; Implementação dos Gabinetes de orientação integral à Família, nos Centros de Saúde, para garantir atenção, em matéria de saúde sexual e reprodutiva, à população; Apoio às instituições privadas da sociedade civil, na constituição de redes de solidariedade social.</i>

Integração das famílias imigrantes

Melhoria do acolhimento e da inclusão dos imigrantes: desenvolvimento de resposta integrada dos serviços públicos (centrais e locais) e da sociedade civil; Reforço da gestão da imigração e da inclusão social dos imigrantes; Facilitação do acesso dos imigrantes à regularização e documentação e aos serviços básicos e reforço do movimento associativo imigrante; Proteção de imigrantes em situação vulnerável e combate à discriminação e às práticas nefastas (mutilação genital, casamento precoce);

Proteção da criança e do adolescente contra situações de risco pessoal e social

Reforçar a capacidade institucional do ICCA; Garantir o efetivo respeito pelos direitos da criança e do adolescente: Monitorização e fiscalização dos instrumentos jurídico-legais; Implementação de programas de apoio às crianças vítimas de maus tratos, arbitrariedade, abusos, violência e exploração por parte dos adultos, incluindo por parte dos seus próprios progenitores; Reforço da rede de instituições públicas e privadas e da sociedade civil que trabalham para garantir o cuidado necessário às crianças dentro e fora do âmbito familiar.

4.3.2 A Educação

O Governo desenvolveu o Plano Estratégico da Educação (2017/2021), como o instrumento de médio prazo para a implementação da política para o setor da Educação e Ensino Superior.

Este plano enquadra-se nas orientações do Programa do Governo e está articulado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-Agenda 2030, garantindo e incorporando os princípios do respeito pelos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental, a inclusão, a valorização da diversidade e dos profissionais da educação. São estabelecidos os seguintes objetivos:

1. Garantir uma educação de qualidade a todos os cabo-verdianos;
2. Reduzir as desigualdades, em todo o território nacional, com foco nas especificidades de cada Concelho, identificando as potencialidades e as dinâmicas locais.

Perspetiva-se, ainda, uma profunda reforma do setor educativo, com a introdução de uma nova proposta curricular, que responda aos desafios de melhoria do funcionamento do sistema da

educação e formação e da qualidade dos serviços prestados. Com efeito, estas mudanças implicam um conjunto de estratégias que passam pela reorganização da rede escolar, de todo o processo de gestão administrativa e pedagógica das escolas, pela revisão dos manuais, alargamento da participação dos pais e encarregados da educação e da comunidade na vida escolar, pelo reforço da dimensão pedagógica e da política de participação, bem como pela promoção do direito da escola de elaborar e aplicar um projeto educativo, de acordo com a sua identidade e tendo em conta o contexto social em que se insere.

- **A nível da Educação Pré-escolar**, a grande prioridade é organizar e implementar um sistema formal, alargando e melhorando a qualidade do atendimento, com a elaboração de um quadro regulamentar adequado, o desenho de um novo currículo, a organização de avaliações periódicas e o desenvolvimento de programas de Ação Social Escolar.
- **A nível do Ensino Básico**, a prioridade passa por assegurar o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita até o 8º ano de escolaridade, implementando programas de

ação social, especialmente para grupos-alvo prioritários (pessoas a viver em situação de vulnerabilidade), através de: (i) implementação de um modelo de ensino especial, proporcionando o acesso equitativo às oportunidades educacionais para crianças com necessidades educativas especiais, (ii) a revisão dos *currícula* e a introdução das medidas para o reforço das áreas de línguas, incluindo a abordagem do ensino do português, como língua segunda; e, a partir do 5º ano, a introdução da língua inglesa, da língua francesa e das tecnologias de informação e comunicação; o desenho do Ensino Básico Obrigatório de Adultos e a definição do sistema de intercomunicabilidade com o Ensino Básico Obrigatório Formal e com a formação profissional e técnica.

- **A nível do Ensino Secundário** (i) melhorar o acesso equitativo, a qualidade e a sua rele-

vância, visando dotar os alunos de literacia, numeracia, competências e capacidades necessárias para o prosseguimento dos estudos e para a vida ativa e, (ii) ampliar, modernizar e consolidar o ensino técnico; constituem as duas grandes prioridades.

- **Relativamente ao Ensino Superior**, pretende-se promover o conhecimento ao mais alto nível, que passa pela qualificação e regulação das IES e pelo desenvolvimento de boas parcerias internacionais. O Ensino Superior constitui um eixo estratégico para o desenvolvimento do país, competitivo no contexto global, com base no tripé da Excelência, da Eficiência e da Internacionalização, cujas prioridades passam pela regulação, planeamento indicativo, fiscalização, aproveitamento dos recursos disponíveis no exterior, em particular na diáspora cabo-verdiana, e pelo investimento na formação

avanzada dos docentes e investigadores universitários residentes no país. O reforço da regulação do ensino superior público e privado, através da instalação efetiva da Agência Reguladora do Ensino Superior, bem como da implementação do Gabinete de Ciência, Tecnologia e Inovação, constitui outra prioridade.

- A nível de gestão, as prioridades passam pela dinamização de alguns dossiers, tais como a melhoria da política de gestão dos recursos humanos, a dinamização de um serviço moderno de seguimento, de avaliação e de inspeção que assegure o controlo estratégico do sistema educativo e a definição de um modelo eficiente de gestão administrativa e pedagógica da Escola.

A implementação destas políticas exigirá uma profunda revisão do quadro legal existente, a superação de um conjunto de constrangimentos relativos à administração central e local,



como forma de garantir uma maior abrangência, e a adequação da reforma que se pretende implementar, no decorrer da legislatura.

4.3.3 Acesso à Habitação

O Governo considera que um funcionamento mais eficiente do setor da habitação é condição fundamental, não só para a para a inclusão social das famílias e para a mobilidade das pessoas, mas também para a dinamização do setor imobiliário, da reabilitação urbana e das cidades, pelo que os seus mecanismos de dinamização devem ser progressivamente melhorados.

O acesso à habitação constitui um dos instrumentos de política económico-social para promover a dignidade da pessoa humana e a sua autonomia.

É urgente a elaboração, em parceria com os municípios, de um plano de ação imediato, tendente a resolver os problemas mais urgentes nos destinos turísticos do Sal e da Boavista, nomeadamente, ao nível da habitação, do saneamento, da segurança, da eliminação das construções clandestinas e dos bairros degradados, da requalificação urbana, da regulação do comércio informal e da construção e recuperação de estradas de acesso aos hotéis.

A política da habitação é complexa e interfere com outras políticas económico-sociais e ambientais. Consequentemente, para responder aos desafios habitacionais, será desenvolvido o Plano

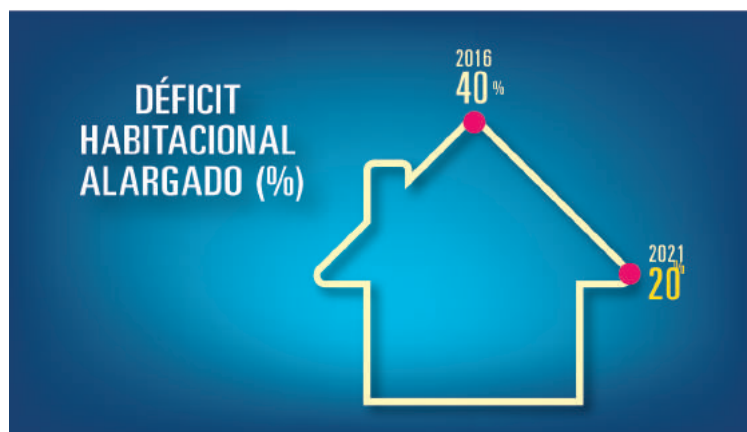
Nacional de Habitação que consubstanciará a política do Governo programada para a Habitação com o seguinte perfil:

- Direcionado para as famílias concretas, com critérios objetivos, em função das prioridades devidamente definidas;
- Que responda às necessidades e às capacidades financeiras reais das famílias, que seja mobilizador, e liderado e concretizado pelos municípios;
- Que inclua o empresariado nacional e seja criador de valor acrescentado para os setores de construção civil, imobiliária e emprego;
- Que garanta a bonificação de juros para jovens famílias.
- Que reative a bonificação, de até 50% de juros, à habitação para casais jovens.
- Que seja estimulador do mercado de arrendamento, promovendo a aplicação das poupanças das famílias, incluindo a população emigrada;
- Que seja promotor da reabilitação das habitações existentes, contribuindo para a requalificação urbana dos bairros e para o apoio aos mais carenciados.
- Que aprove um novo código de imposto sobre o património e que avalie a possibilidade de introdução do IUP progressivo, fixando uma taxa máxima e mínima, dando maior flexibilidade aos municípios, na gestão do IUP, enquanto instrumento de política económica.

Para garantir a equidade no mercado imobiliário e separar o que é social, o Governo tem, como instrumento de política, a Imobiliária, Fundiária e Habitat (IFH). Neste contexto, tem como objetivos:

1 - Recentrar a IFH e as políticas habitacionais, visando alterar a situação atual, com base na garantia da sustentabilidade social e na situação económica específica das famílias:

- Recentrar as competências da IFH, passando esta a ser um instrumento



privilegiado de formulação e de execução de políticas públicas para o setor de habitação, deixando de ser uma imobiliária com funções comerciais.

- Transferir e delegar nos municípios, as competências e atribuições, no domínio de habitação social e reabilitação urbana, sob contrato-programa e fiscalização do poder central;
- Clarificar as funções de tutela do setor habitacional e unificar os vários programas existentes num único programa de promoção de habitação para as famílias.
- Criar e operacionalizar um fundo público único para a habitação, reabilitação urbana e ambiente.
- Terceirizar o processo de gestão de rendas das casas do programa Casa para Todos, para os municípios e empresas privadas de gestão imobiliária, mediante concurso público;
- Terceirizar o processo de gestão de condomínios das casas do programa “Casa para Todos”, para as empresas privadas de gestão de condomínios, mediante concurso público.

2 - Retomar a Requalificação Urbana, através de um vasto Programa, com prioridade para as cidades turísticas e zonas de grande degradação, com o objetivo de:

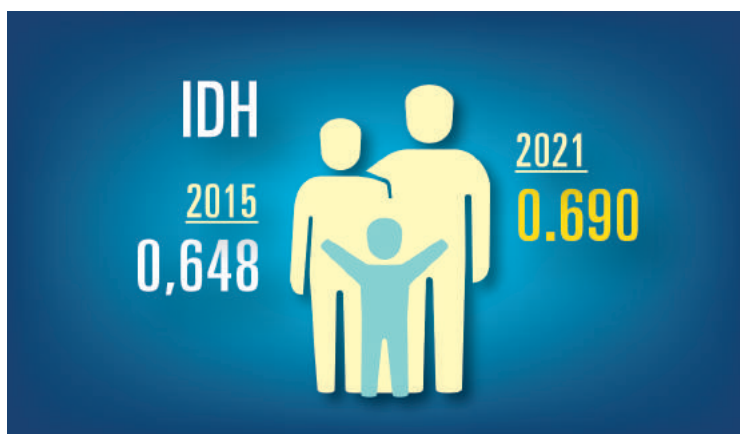
- Promover a reabilitação dos edifícios degradados e a reocupação dos edifícios e fogos devolutos, através de mecanismos de incentivos e benefícios fiscais à reabilitação;
- Apoiar os planos municipais de reabilitação urbana, como forma de garantir a transformação efetiva nos territórios, invertendo tendências de declínio e promovendo um desenvolvimento local sustentado e a manutenção na fase de pós intervenção;
- Promover a instalação de equipamentos públicos que funcionem como indutor e atrativo para a requalificação, a reconversão das

zonas degradadas e para a qualidade de vida dos cidadãos;

- Promover, em articulação com as Câmaras Municipais, a consolidação das áreas degradadas, simplificando os procedimentos conducentes à realização de obras e operações urbanísticas de reabilitação urbana;
- Criar um mecanismo, ao nível municipal, que permita aos municípios recorrerem ao fundo de habitação, em substituição dos proprietários incumpridores, para realizarem obras condicionadas em prédios degradados ou abandonados, prevendo uma solução de compensação das obras;
- Criar e operacionalizar uma linha de crédito bonificado e de concessão de garantias bancárias a empréstimos municipais, para obras de reabilitação e promoção de habitação familiar.

3- Estimular o Mercado do Arrendamento com as seguintes ações:

- Rever, de forma inovadora, a legislação sobre o arrendamento urbano.
- Implementar um mecanismo extrajudicial de despejo do arrendatário, em caso de incumprimento do contrato de arrendamento;
- Introduzir um mecanismo de atualização do valor de renda;
- Reforçar a liberdade contratual entre as partes, na celebração dos contratos de arrendamento;
- Criar e operacionalizar um sistema de garantias de rendas, destinado aos promotores de habitação em regime de arrendamento, contra o risco de incumprimento;



- Fixar regras de determinação do valor de base da venda de imóveis em processo de financiamento e em contencioso.

4.3.4 O Emprego Digno e a Formação Profissional

O emprego e a formação profissional estão fortemente relacionados e contribuem para o alcance da Visão de Construir um Cabo Verde desenvolvido, inclusivo, democrático, aberto ao mundo, moderno, seguro, onde imperam o pleno emprego e a liberdade plena. Neste contexto, a qualidade dos recursos humanos, obtida por via da formação profissional, técnica poderá ditar a capacidade e potenciar a criação de empregos, pelo mecanismo da oferta e procura no mercado de trabalho.

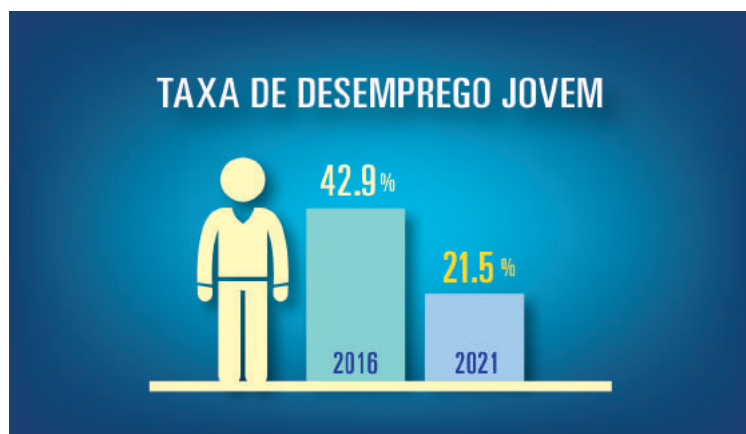
As áreas transformacionais e potenciais de crescimento económico já identificadas, nomeadamente economia sustentável dos oceanos, agronegócios, energia renovável, turismo, comércio, desenvolvimento industrial, cultura e indústrias criativas são sempre fontes de geração de empregos qualificados.

Neste sentido, é fundamental elevar a problemática do emprego e da formação profissional, que exige uma abordagem multisetorial, com o envolvimento de todos os atores do setor público, privado e das ONG's, para a criação de um ambiente favorável ao crescimento económico e para alavancar as oportunidades de emprego digno.

O Governo aproveitará a mais valia do posicio-

namento geoestratégico de Cabo Verde para promover um ambiente de negócios, à volta das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Investigação & Desenvolvimento (I&D), de modo a transformar o país num centro tecnológico regional de referência em África, atraindo e criando oportunidades de trabalho e centros de competências, através da (i) Criação de parques científicos e tecnológicos; (ii) Reforço dos direitos de propriedade intelectual, incentivando a produção e o registo de patentes; (iii) Aumento da participação do Sistema de I&D nas redes internacionais de I&D, apoiando as empresas cabo-verdianas na apresentação de propostas competitivas de tecnologia avançada; (iv) Incentivo ao reforço do investimento empresarial em I&D, com aplicabilidade comercial, bem como, estímulo ao emprego de investigadores no tecido empresarial; (v) Aposta na I&D para o desenvolvimento de uma Economia Verde e uma Economia Azul, estimulando abordagens pluridisciplinares de I&D&I e projetos inovadores de consórcios entre empresas e instituições de I&D.

Serão desenvolvidos dois Parques Científicos e Tecnológicos das TIC, abrangendo as TICs e as economias criativas, com o estreito envolvimento das instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, do Poder Local e Regional, das associações empresariais e das empresas que terão por missão principal, criar um mercado das TICs em Cabo Verde, dinâmico e com empresas detentoras de soluções e serviços capazes de competir à escala internacional e regional.



O Turismo é eleito como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, uma peça-chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico. Assim, tendo em conta o seguimento dos elementos catalisadores para a geração desses resultados, são compromissos do Governo: (i) Promover as externalidades positi-

vas do turismo, através da constelação turismo, abrangendo a agricultura, as pescas, a cultura e o desporto; (ii) Reforçar e consolidar o modelo dominante do Turismo de Sol, Praia e Mar, em colaboração com os operadores no setor.

O Governo encara a economia social, como tendo um papel determinante na expansão do emprego, na igualdade de oportunidades e na promoção de bens sociais, ambientais e históricos que suportam o desenvolvimento local e regional. Assim, a ação do Governo visará estimular o emprego através dos seguintes instrumentos: (i) Eliminação imediata da contribuição para a Segurança Social, que recai sobre as empresas quando recrutam jovens, no quadro do programa de criação de, pelo menos, 45.000 novos empregos estáveis numa legislatura; (ii) Lançamento e cofinanciamento de estágios profissionais, geradores e facilitadores de empregos, em parceria com o setor empresarial privado e em articulação com o sistema de ensino; (iii) Promoção efetiva do empreendedorismo - *Work for Yourself*, numa perspetiva de estabelecimento de redes internacionais com os melhores empreendedores do mundo e do continente africano e lançamento do programa CVXL; (iv) Reforço das competências dos jovens licenciados, através de programas de reconversão de perfil e da qualificação; (v) Lançamento de um vasto programa de apoio à economia social e solidária e de promoção da inovação social.

Considerando que as políticas de emprego e formação profissional devem estar intrinsecamente relacionadas, devendo os programas de formação articularem-se com programas de promoção de emprego, através de uma política coerente de emprego e formação profissional, são consideradas as seguintes linhas orientadoras na definição de políticas de emprego e formação:

- (i) Empregabilidade e Qualificação;
- (ii) Formação Profissional, para melhor adaptação às necessidades do mercado de trabalho e seu financiamento;

- (iii) Carteira Profissional;
- (iv) Reconversão Profissional de Jovens Diplomados Desempregados;
- (v) Estágio Profissional Empresarial;
- (vi) Empreendedorismo Jovem e *Start-Up* Jovem;
- (vii) Viabilização de Unidades de Negócio;
- (viii) Acesso aos Apoios e Incentivos reservados às Micro e Pequenas Empresas;
- (ix) Orientação Vocacional e Profissional;
- (x) Promoção de Emprego qualificado e decente;
- (xi) Descentralização das Iniciativas Ativas de Criação de Emprego, a nível local e regional;
- (xii) Parcerias Público-Privadas;
- (xiii) Forte aposta na Valorização do Ensino Técnico e do Sistema de Formação Profissional dualista;
- (xiv) Programas de Formação para setores de baixo nível de qualificações e para a Inclusão;
- (xv) Diversificação da oferta formativa dos Cursos de Estudo Superior Profissionalizantes;
- (xvi) Cofinanciamento da Formação Profissional e Investimento na Autossustentabilidade das Instituições de Formação;

O Governo terá o Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP, como instrumento para implementação da sua política, com a missão de garantir, através da sua estrutura central e serviços descentralizados, e em parceria com outras instituições públicas e privadas, a promoção e execução das ações de formação profissional, para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, contribuindo para a promoção do emprego digno, qualificação relevante e atitude empreendedora, visando a autonomia individual e a a prosperidade coletiva.

4.3.5 A Juventude

A visão e as orientações políticas do Governo defendem uma Juventude preparada para estar no mundo, como cidadãos autênticos, de plenos direitos e portadores de valores. Neste sentido,

a Juventude assume um papel fundamental no Programa do Governo, sendo considerada uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada.

Sendo um setor transversal, as políticas desenvolvidas serão feitas através de um diálogo entre o Governo e sociedade juvenil, na promoção de medidas inovadoras que atendam às suas necessidades e às suas expectativas, designadamente nas áreas de emprego, formação, recreação e desporto, associativismo e voluntariado.

Tendo em conta a transversalidade dos problemas dos jovens, torna-se pertinente o desenvolvimento de políticas, parcerias e diálogo estruturado, com o envolvimento do poder local, na promoção das atividades de lazer, do setor privado, com realce para as empresas, pelas oportunidades que geram e das comunidades, no seu papel de desenvolvimento de proximidade das suas localidades.

Entre os principais problemas enfrentados pelos jovens, destacam-se a falta de qualidade e a escassez dos apoios sociais na educação, o desemprego e a precariedade do emprego, a insegurança e a discriminação, remetendo-os para situações de extrema vulnerabilidade e comprometendo a sua autonomia e emancipação, sendo, igualmente, evidente a falta de valorização e de capacitação dos profissionais jovens.

Identificados os principais desafios que os jovens enfrentam, o Governo aponta um caminho

claro que prioriza o combate ao desemprego, e o investimento na formação qualificada e orientada para a empregabilidade.

Assim, o Governo assume os seguintes compromissos: promover o empresariado jovem com destaque para o Fomento do Micro Empreendedorismo Jovem, criar um Programa de Qualificação Profissional Inicial e de Revisão do Sistema Educativo/Formativo, garantir o Estágio Profissional, como parte do currículo e da experiência profissional, o Plano de Emprego para Jovens, a Qualidade de Vida e a Vida Saudável, a nível da saúde, da educação, do desporto, da cultura e da segurança.

O Governo combaterá o desemprego jovem, com uma melhor Educação e Formação Profissional:

- (i) apostando na formação técnico-profissional com empregabilidade;
- (ii) adotando medidas de articulação entre a formação profissional, estágios profissionais e empregabilidade;
- (iii) estruturando e provendo o ensino secundário profissionalizante, com destaque para os setores que contribuem para o desenvolvimento do país;
- (iv) financiando o ensino superior e promovendo a investigação e o desenvolvimento;
- (v) cofinanciando os estágios profissionais geradores e facilitadores de empregos em parceria com o setor empresarial privado e em articulação com o sistema de ensino;
- (vi) promovendo a criação de mecanismos de financiamento das MPME's;
- (vii) criando incentivos fiscais para as empresas que contratem recém-formados e jovens com menos de 25 anos (...)

Ainda, o Governo garantirá a qualidade de vida e a vida saudável com saúde, a habitação, o desporto e a cultura, através da promoção de estilos de vida saudáveis e da sensibilização para a proteção do meio ambiente, um



programa de combate ao consumo de drogas e de álcool, virado, especificamente, para a juventude, e através do acesso à cultura e ao desporto, criando mais infraestruturas desportivas, melhorando a sua gestão, promovendo o desporto escolar e incentivando a participação nas competições internacionais.

Outros compromissos assumidos com jovens passam pela criação de um espaço de atuação e participação na definição de políticas, por parte da sociedade civil juvenil, através de intercâmbios universitários, empresariais, entre outros.

As medidas relativas à estratégia nacional para a juventude são propostas e coordenadas pelo Primeiro-Ministro e, neste sentido, a execução dos projetos será da responsabilidade de cada entidade mandatada. Assim, o micro-empresendedorismo será gerido pela Pró-Empresa, o sistema educativo/formativo ficará a cargo do Ensino Superior e o IEFP será responsável pela execução do Estágio Profissional.

4.3.6 Sistema Nacional de Saúde e acesso à Segurança Social

Não obstante os progressos assinalados, o Serviço Nacional de Saúde experimenta, ainda, dificuldades, decorrentes dos novos desafios inerentes às mudanças registadas no perfil epidemiológico e no perfil sócio demográfico do país, bem como a insuficiência de recursos para fazer face às demandas do setor e às crescentes expectativas dos cidadãos em matéria de saúde.

A complexidade de tais desafios coloca a premente necessidade de medidas inadiáveis, consubstanciadas num programa de reformas, que permita a melhoria do desempenho do setor da saúde, por forma a atingir um patamar de qualidade e assegurar a disponibilidade de cuidados de saúde para todos. O sentido dessa reforma é reorientar o setor, para que este vença as

dificuldades atuais e continue a ser um instrumento do desenvolvimento de Cabo Verde, através da implementação de modelos de regulação que correspondam à dimensão do país e não percam de vista os objetivos comuns e essenciais à política de saúde.

A política de saúde obedecerá aos princípios por que se rege o Sistema Nacional de Saúde, designadamente, a universalidade de acesso aos serviços, em todos os níveis de assistência sanitária; a solidariedade de todos, na garantia do direito à saúde e na contribuição para o financiamento dos cuidados de saúde; a defesa da equidade, na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços; a salvaguarda da dignidade humana e a preservação da integridade física e moral dos utentes e prestadores; a salvaguarda da ética e deontologia profissionais, na prestação de serviços.

Para sustentar as mudanças pretendidas, o Governo deverá, entre outras ações a desenvolver, priorizar a abertura ao setor privado, através do estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPP) na área da saúde, como uma abordagem avançada e complexa de gestão e financiamento do setor, com o duplo objetivo de garantir ganhos de saúde para os utentes, bem como valor acrescentado para o erário público, melhorar a política de regulação e inspeção da saúde; elaborar uma nova Carta Sanitária que tenha em consideração, não só a dimensão da população residente, mas também a demanda turística; adequar as infraestruturas de saúde às necessi-



dades atuais, bem como reforçar e melhorar os mecanismos de seguimento e implementação de projetos e programas de cooperação existentes.

O objetivo geral do setor Saúde é, de entre outros, garantir o direito à saúde da população apoiado num Sistema Nacional de Saúde, cujos objetivos específicos, definidos são:

1. Valorizar o cidadão dentro do Serviço Nacional de Saúde, promovendo o acesso, a qualidade do atendimento e a garantia da satisfação do utente;
2. Priorizar a sua ação, através da promoção da saúde e da prevenção da doença, no seio da população, com atenção particular para os grupos mais vulneráveis;
3. Definir um modelo de financiamento dos custos com a saúde, de carácter solidário e sustentável e adequado às realidades económica e financeira do país;
4. Garantir a regulação do sistema, na base de preceitos técnicos e normativos dos serviços dependentes do Membro do Governo responsável pela área da Saúde;
5. Criar e fazer funcionar os mecanismos necessários para assegurar a qualidade, a segurança, a prática baseada em evidência e a efetividade das prestações de cuidados de saúde, assim como o desempenho profissional dos respetivos agentes, por forma a atingir a excelência clínica e a humanização da saúde;
6. Promover a eficácia e a eficiência no funcionamento das instituições de prestação de cuidados de saúde, em termos de qualidade e humanização dos serviços prestados;
7. Garantir adequadas condições de trabalho aos profissionais de saúde e incentivar a sua atualização técnica, através de programas de formação contínua;
8. Estabelecer parcerias público-privadas que permitirão o alargamento de respostas às necessidades da população, a fim de concretizar a desejada complementaridade entre os setores público e privado.

Entre outros objetivos, a reforma do setor da saúde, pretende promover a equidade no acesso aos cuidados de saúde, melhorar o desempenho das estruturas e dos profissionais, melhorar a gestão dos recursos humanos, assegurar a sustentabilidade financeira, elevar o nível de humanização dos serviços, com particular ênfase no atendimento.

Tendo em conta os desafios estratégicos atrás referidos, pretende-se, para o período 2017-2021, atingir os seguintes resultados:

1. Fortalecer e consolidar o processo de infraestruturação e equipamentos dos serviços do Sistema Nacional de Saúde;
2. Consolidar o processo de modernização tecnológica dos serviços do Sistema Nacional de Saúde, com implementação do Programa de Modernização de Equipamentos e Mobiliários do SNS, ;
3. Diminuir a incidência e prevalência das Doenças Prioritárias e Não Transmissíveis, com a implementação do Programa de Melhoria de Qualidade dos Cuidados de Saúde do SNS;
4. Melhorar a capacidade e atuação dos RHs do SNS e diminuir a dependência do SNS de especialistas cooperantes, com a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do SNS;
5. Estabelecer processos e procedimentos para a acreditação e a certificação dos serviços de diagnóstico, com a criação e a implementação do Programa de Certificação da Qualidade dos Serviços de Saúde do SNS;
6. Diminuir a dependência do exterior, através de medidas que visam resolver o problema das evacuações;
7. Encetar a criação de mecanismos que permitam a utilização de energias limpas pelas estruturas de saúde, contribuindo para a resolução do problema energético do país, bem como reduzir a dependência dos combustíveis fósseis;
8. Promover a investigação (contínua) no domí-

- nio da saúde, como suporte à gestão baseada em evidências, que permite conhecer a real situação do setor e, assim, prever prioridades de intervenção sustentada e dirigida;
9. Reforçar os mecanismos de controlo da segurança sanitária nas fronteiras;
 10. Reforçar a luta anti-vetorial para vigilância epidemiológica das arboviroses e eliminar o paludismo, até o ano de 2020.

4.3.7 A Igualdade de Género

O Governo tem a igualdade de género como uma das questões centrais para o desenvolvimento inclusivo, sendo uma pré-condição para alcançar o desenvolvimento sustentável. O país continua a registar importantes desafios para alcançar a plena igualdade de género, com destaque para a *autonomia económica das mulheres*, a sua participação na política e na tomada de

decisão, e a Violência Baseada no Género. Em termos de políticas, programas e práticas institucionais, apesar dos progressos, persistem fragilidades na *Transversalização da Abordagem de Género*, tanto a nível setorial, como municipal.

A nível do empoderamento económico das mulheres, registam-se, em particular, os seguintes obstáculos:

- A menor participação das mulheres em setores económicos chave (áreas ligadas ao turismo, tais como o agro-negócio, economia azul, economia verde, indústrias criativas, etc.);
- Os constrangimentos específicos das mulheres, em matéria de empreendedorismo, que precisam ser tidos em conta nas abordagens de promoção do empreendedorismo, com enfoque no desenvolvimento de capacidades, melhores condições de acesso aos mercados e ao crédito, entre outros;
- Os estereótipos de género que limitam as opções das mulheres, em termos de áreas de estudo e formação, tornando-se necessário a promoção da maior presença das mesmas em áreas tecnológicas, áreas não tradicionais e de ponta, suscetíveis de promover a empregabilidade;
- A forte presença das mulheres no setor informal, aconselhando a sua inclusão na definição de políticas e programas de transição para o formal, para que beneficiem economicamente da transição;
- A persistência de discriminação de género, de várias ordens, no mercado laboral, exigindo medidas de promoção do acesso, em pé de igualdade, ao trabalho, bem como em termos salariais e medidas de promoção de ambientes livres de assédio moral e sexual, nos postos de trabalho, tanto no setor público como no privado;
- A sobrecarga das mulheres com tra-





turas políticas pouco sensíveis ao género;

- Barreiras do lado da demanda, tais como menores oportunidades das mulheres no que concerne ao desenvolvimento de capacidades políticas e de liderança, falta de corresponsabilidade nos cuidados da família e da casa (homens/mulheres, Estado/famílias), insuficiente compreensão das barreiras de género e instrumentos para promover o aumento da participação política das mulheres, como cotas, lei de paridade, etc.

A Lei Especial de combate à VBG (Lei 84/VII/11, de 10 de janeiro) foi um grande ganho para o país, contudo implica profundas mudanças nas práticas dos vários sinterina, Justiça, Saúde, Ação Social e Educação). Entre os obstáculos:

- A morosidade de resposta judicial;
- A, ainda frágil, institucionalização dos serviços de apoio à vítima, com vista à sua sustentabilidade;
- Normas e papéis de género que não se coadunam com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- Profundo enraizamento do machismo na sociedade, ditando a necessidade, de promover novas formas de masculinidade na forma como é vista a saúde e o autocuidado, a paternidade, a VBG, a homofobia.

A transversalização da abordagem de género carece de consolidação, destacando-se os seguintes fatores:

- Insuficiente produção, utilização e divulgação de estatísticas desagregadas e indicadores específicos de género, sobretudo no domínio económico (salários/rendimento, turismo, agricultura, setor informal);
- Integração do género, sobretudo nas áreas sociais, à primeira vista mais propensas a uma análise de género, havendo necessidade de

balho não remunerado, num contexto de desestruturação da rede tradicional de cuidados, pois apenas uma pequena parcela das famílias cabo-verdianas está em condições de comprar serviço de cuidados para apoio a dependentes (crianças, deficientes, idosos);

- Dificuldades na conciliação da vida laboral e familiar.

Os progressos na representação das mulheres em cargos de decisão são globalmente modestos, em particular no setor privado¹² e participação política. Os fatores a ter em conta, por ordem de prioridade, incluem:

- Um marco legal insuficiente, quanto à representação das mulheres na política e em cargos de decisão;
- Cultura e práticas institucionais das estru-

¹² A maioria das empresas em Cabo Verde são geridas por homens: 65% versus 35% por mulheres, proporção que desce para 18% nas empresas com contabilidade organizada (INE, 2012, Recenseamento Empresarial)

promover tal integração em todos os setores e temáticas, incluindo nas questões económicas, de competitividade, de finanças, etc.

- Capacidades para assegurar a abordagem de género, ainda insuficientes a todos os níveis, setorial e municipal, sendo uma temática fundamental no contexto do processo de regionalização;
- O género ainda não é tido em conta, sistematicamente, nos esforços de mobilização de financiamento e parcerias, o que requer capacidades de formulação de projetos de investimento com essa abordagem.

educação, bem como da produção de informações e análise de dados quantitativos e qualitativos e da instalação do Observatório de Género de Cabo Verde, que tem permitido dar uma maior visibilidade às desigualdades de género que ainda existem no país, alimentar processos de planificação, e medir os progressos ao longo do tempo. A planificação e a orçamentação sensível ao género são, por outro lado, instrumentos que se pretende utilizar para transversalizar a abordagem de género em todos os setores, contribuindo para o uso mais eficiente das capacidades e dos recursos públicos.

Cabo Verde tem conseguido importantes avanços, em matéria da promoção da igualdade e da equidade do género, nomeadamente, em termos do quadro legal e de um marco institucional favorável à igualdade de género, em termos dos bons resultados obtidos na área da saúde e da

Para ultrapassar os desafios identificados, com especial atenção para o empoderamento económico e atendendo aos obstáculos e às oportunidades identificadas, são delineados os seguintes eixos de intervenção, durante o período PEDS:

Eixos de intervenção	Ações e medidas
Transversalização da Abordagem de Género	Implementação da orçamentação sensível ao género, atualização e seguimento do Observatório de Género como ferramenta do processo de transversalização.
Violência com base no género	Implementação do programa de atenção integral às vítimas de VBG, no âmbito jurídico, psicológico, médico, medidas de proteção (tais como casas de abrigo, Centros de Apoio às Vítimas, na dimensão de assistência e da segurança).
Participação política e exercício do poder	Elaboração, aprovação e implementação da Lei de Paridade no contexto político, económico e social.
Empoderamento económico (economia produtiva e reprodutiva)	Implementação de uma abordagem programática que contemple as várias vertentes, nomeadamente: capacitação de mulheres e criação de empregos dignos e permanentes, e garantia de acesso ao crédito; implementação de programas que permitam o processo de transição do formal ao informal, reconhecendo a informalidade como estratégia para o acesso a recursos económicos; acesso ao mercado de trabalho num ambiente de não discriminação; valorização do trabalho não remunerado e conciliação da vida laboral e familiar, com a criação do Sistema de Cuidados, como eixo central.

Saúde e direitos sexuais e reprodutivos

Implementação de programas e medidas que promovem a sexualidade enquanto direito, no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, desde uma perspectiva de diversidade e autonomia do corpo, assim como a promoção da autonomia física das mulheres.

Educação e formação profissional

Elaboração e implementação de programas e medidas de promoção de uma cultura de igualdade, na educação e formação profissional (currículo, manuais, e capacitação de professores/as), garantindo a transversalização da abordagem de género no setor.

4.3.8 A Cultura

O Governo entende que a Cultura é a salvaguarda de um povo, é sua identidade e carisma, a sua bandeira e garante da unidade nacional. E, nesse quadro, o Governo aborda a cultura, primeiro, como um fator fundamental do desenvolvimento humano e social, e segundo, reconhecendo como fundamental que o Estado assuma o papel de facilitador e promotor das condições que garantam o desenvolvimento das capacidades pessoais, técnicas, ambientais, alinhadas com questões relativas à igualdade e equidade do género e ao desenvolvimento local.

Contudo, o caminho a percorrer, assim como os desafios são enormes, considerando os problemas que o setor da cultura enfrenta. Entre as principais fraquezas/problemas destacam-se: a baixa oferta de formação, a todos os níveis (técnico, profissionalizante e superior); ausência, insuficiência e desatualização de marcos legais para o desenvolvimento do setor criativo; baixa disponibilidade e/ou inadequação de linhas de crédito; desequilíbrio no acesso e distribuição de bens e serviços culturais (a nível do género, grupo etário e por meio de residência).

O setor apresenta os seguintes desafios: formar gestores e profissionais para o setor criativo, com vista a qualificar os empreendimentos, bens e serviços; fomentar a sustentabilidade de empreendimentos criativos para fortalecer a sua

competitividade e a geração de emprego e renda; criar e adequar o quadro legal existente para efeitos de regulação do setor.

Tendo por base os problemas e desafios identificados, o Governo pretende incorporar um novo paradigma e mentalidade para a cultura, visando as seguintes estratégias setoriais:

1 - O alargamento da oferta cultural e artística qualificada: desenvolvimento de programas de formações técnicas profissionalizantes para o setor artístico, atendendo às necessidades específicas de grupos profissionais locais (com enfoque estratégico em nichos específicos do setor, jovens mulheres, mulheres chefes de família, jovens artistas), nos meios rurais, urbanos, e em todos os concelhos das ilhas, por forma a garantir a inclusão integral de segmentos da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional, e da geração de oportunidades de trabalho.

A prossecução deste objetivo estratégico, encontra-se consubstanciado num programa integrado de formação, com destaque para o seguinte:

- Formações dos agentes do setor, nos seguintes domínios: Culturas e Novas Tecnologias; programação de pequenos espaços culturais; Artesanato cabo-verdiano; Turismo e formação profissional; com foco no empo-

deramento, empreendedorismo e inovação;

- Formação para a valorização e a divulgação do património histórico, cultural e turístico.
- A criação de instrumentos orientadores da política cultural: mediante a atualização, a regulamentação das leis de incentivos fiscais e a regulamentação do setor.
- A criação de mecanismos de financiamento da cultura: considerando a necessidade de consolidar, dinamizar e desenvolver, de forma sustentável, as indústrias culturais, garantindo o acesso facilitado ao financiamento de projetos, aos criadores e artistas, com destaque para os seguintes: Bolsa de Acesso à Cultura (BA Cultura), Fundo Autónomo da Cultura e Indústrias Criativas (FACIC), linha de financiamento de Bolsa de Projetos.

2 - A valorização do património histórico, cultural e turístico: as estratégias de valorização do património histórico, cultural e turístico, para além de se manifestarem em intervenções de preservação, conservação, estudo e transmissão de valores para as gerações vindouras, abarcam, cada vez mais, ações que permitem compreender e abordar o património como um produto de marketing, motor de desenvolvimento, de geração de empregos, de diferenciação dos territórios, e de promoção de identidades regionais e nacionais.

O turismo, por um lado, associado ao património, potencia as culturas locais e as suas gentes, como instrumento de desenvolvimento e, por outro lado, constitui um importante meio de atração de visitantes, de trocas culturais, de inserção social e de geração de equidade de oportunidades, considerando a atividade turística uma estratégia moderna de agregação de valor a todas as manifestações culturais de uma sociedade.

Alcançar a visão integrada dos setores da Cultura e das Indústrias Criativas, no sentido de assegurar o desenvolvimento nacional na perspetiva da inclusão social, equidade de género e da redução das desigualdades sociais, através

do programa em foco, demanda estratégias alinhadas com o Programa do Governo e com os ODS, visando, em primeiro lugar, promover a valorização do património, por intermédio da educação patrimonial, destacando-se o arrolamento de parcerias e sinergias com todas as instituições da sociedade, quer sejam públicas, privadas, individuais ou coletivas, com vista a democratizar e a ampliar o conhecimento sobre o património cultural material e imaterial, a valorização dos acervos documentais e a universalização do acesso à fruição dos bens culturais, sem qualquer tipo de discriminação.

Respostas estratégicas eficazes serão balizadas por instrumentos focalizados na continuidade e na consolidação do inventário geral do património cultural, histórico e turístico, em instrumentos de gestão das potencialidades locais e nacionais, em parques arqueológicos, na redefinição dos projetos e programas de musealização, na exposição temporária e itinerante de bens, acervos e espólios culturais e turísticos, na promoção de visitas públicas guiadas, às instituições de memória e respetivas coleções, e em projetos contínuos de divulgação, sensibilização, animação cultural e permutas culturais. Programas de apoio à ação educativa oficial, formal e não formal, bem como programas de aproveitamento turístico merecerão intervenções integradas de todos os setores da Cultura.

4.3.9 O Desporto

O Desporto desempenha um papel de extrema importância, como elemento regulador e de equilíbrio social dos cabo-verdianos. Nesta perspetiva, o Desporto é considerado como um fator de desenvolvimento, enquadrado na sua natureza de transversalidade e interação com a educação, a saúde e o bem-estar das populações, o turismo e a projeção internacional de Cabo Verde, a indústria desportiva e a exportação de talentos, assim como no seu importante papel, como mecanismo de inclusão social e participação cívica dos jovens.

O Governo valorizará o desporto nacional, redefinindo o seu modelo de desenvolvimento, de modo a promover o reconhecimento e a elevação da sua importância, no contexto nacional. Para tal, uma política desportiva de médio e longo prazos, com a ambição de construir um Sistema Desportivo Cabo-verdiano integrado e competitivo, através da planificação a médio e longo prazos, com prioridades, objetivos, metas e modalidades, acompanhada da dotação de recursos financeiros, será definida pelo Governo para o período de 2017-2021.

Entende-se pelo Sistema Desportivo Nacional, um conjunto de leis, normas e regulamentos, a gestão, as infraestruturas, as famílias, o Governo Central e Local, os agentes desportivos, os dirigentes, os técnicos, as associações, os responsáveis associativos, as autarquias, e o sistema de ensino, básico e superior.

O Sistema Desportivo Nacional deve ser transformado numa escola de valores e de cidadania, na formação de um cabo-verdiano com novas atitudes e comportamentos perante o país e no seu relacionamento com o Mundo e um fator de desenvolvimento, e instrumento privilegiado para a projeção da imagem internacional de Cabo Verde. Neste âmbito, uma cooperação forte com os Comitês Olímpicos e Paralímpicos deve ser desenvolvida e consolidada.

O Sistema Desportivo Nacional, como quadro para o desenvolvimento do Desporto, pode contribuir, de forma transversal e direta, para a formulação de novas políticas públicas complementares, de forma consentânea com os demais setores sociais e económicos para potenciar novas capacidades e a qualidade na formação dos jovens residentes e da diáspora, em linha com as suas legítimas aspirações e ambições de atingir patamares mundiais.

Todas as ações estratégicas serão alinhadas com os Planos Estratégicos do COC e do COPAC, enquanto importantes parceiros do Es-

tado, devendo ser objeto de monitorização e de avaliação permanentes, no quadro do normal e efetivo funcionamento do Conselho Nacional do Desporto e executadas, no quadro de uma estreita parceria e concertação, e de diretrizes claras e objetivas, em termos dos principais instrumentos de promoção do desporto, nomeadamente, nos domínios da legislação, formação, mecanismos de financiamento e infraestruturização desportiva.

Neste quadro, o Governo perseguirá os seguintes objetivos:

- Projetar um novo ciclo do Desporto Cabo-verdiano, reforçando o seu papel e importância nacional, no quadro de parcerias com todas as instituições públicas e privadas.
- Construir uma parceria entre os poderes públicos e os agentes desportivos, numa lógica de complementaridade e de respeito para com a autonomia e os níveis de intervenção de cada um.
- Dinamizar o Desporto Escolar, a Formação nos Clubes e o Desenvolvimento de Talentos, através do Programa Excelência Desportiva e da criação de Centros Especializados do Desporto.
- Promover a criação de condições institucionais para a capacitação de agentes desportivos e das respetivas instituições.
- Promover e apoiar fortemente o desporto feminino, em todas as modalidades, numa perspectiva de promoção do género.
- Rever a legislação desportiva e introduzir nova legislação que proteja, por um lado, os clubes cabo-verdianos, na transferência de desportistas, por eles formados, para clubes estrangeiros e, por outro, incentive os desportistas cabo-verdianos de alta competição.
- Criar um fundo de apoio e incentivo à iniciação e formação desportiva e proteger todos os direitos desportivos.
- Adequar e reformatar o Quadro Institucional e Legal, após a avaliação institucional, em termos de estrutura governamental e de mode-

lo alternativo de relacionamento institucional entre os poderes públicos e os agentes desportivos, de entre eles, a exequibilidade da criação de um Instituto do Desporto.

- Reforçar a descentralização de competências para as Câmaras Municipais, pelo importante papel que já desempenham no desenvolvimento do desporto, principalmente a nível da infraestruturização e no apoio direto aos clubes.
- Promover a qualificação e a capacitação das Instituições Desportivas.
- Reforçar a capacitação e a qualificação das Federações e das Associações Desportivas.
- Projetar uma «Casa das Federações», que poderá passar pelo aproveitamento dos espaços existentes no Estádio Nacional e que servirá, concomitantemente, para um melhor aproveitamento e rentabilização desta importante infraestrutura, em torno da qual se poderá edificar um “Campus Desportivo”.
- Promover a valorização dos Agentes Desportivos, através da concessão aos dirigentes desportivos, técnicos e atletas de um estatuto condizente com o importante papel que desempenham no desenvolvimento do desporto nacional.
- Criar um quadro legal tendente a possibilitar a profissionalização de Presidentes ou de altos dirigentes de algumas federações desportivas, num quadro de contratualização de resultados desportivos e de regras claras e transparentes.
- Desburocratizar os processos, no âmbito da Lei de Mecenato, seja pela uniformização e exploração dos direitos da marca “Tubarões Azuis”.
- Apostar na capacitação dos técnicos nacionais e de todos quantos se dedicam à prática desportiva, através de um melhor aproveitamento da cooperação internacional e dos Professores de Educação Física, numa lógica de que “O desenvolvimento do desporto mede-se pelo investimento feito nas pessoas”.
- Apoiar as Escolas de Formação e Iniciação

Desportivas, mediante um processo rigoroso de certificação das mesmas e credenciação dos respetivos monitores, com o objetivo de se criar uma “carteira profissional”.

- Apostar na formação e iniciação desportivas, ancoradas no Desporto Escolar, com a reformatação das atividades curriculares da referida disciplina, com a introdução de novas modalidades, a exemplo da natação, e o seu alargamento obrigatório ao Ensino Básico.
- Trabalhar com as Instituições do Ensino Superior na promoção do desporto e competições universitárias.
- Promover políticas públicas direcionadas para os desportos náuticos, alinhadas com o desenvolvimento do turismo, a promoção internacional do país e a preservação sustentável do ambiente, particularmente das nossas praias.
- Incorporar a Diáspora no desenvolvimento do Desporto Nacional, valorizando a nossa vocação de país de Emigração

4.4 Objetivo 4: Reforçar a soberania, valorizando a democracia e orientando a diplomacia para os desafios do desenvolvimento do país

4.4.1 A Democracia

O percurso democrático de Cabo Verde tornou-se referência e elemento central da credibilidade do país. A realização do regime constitucional de parlamentarismo mitigado criou as bases do Estado de Direito Democrático, instituiu e cultivou as liberdades fundamentais, permitiu reformas estruturais e a implementação da economia de mercado de base privada. Permitiu a verdadeira separação dos poderes com a criação de um poder judicial independente e efetivamente fiscalizador do cumprimento das leis e garantia do respeito pelos direitos e liberdades individuais legalmente consagrados. Consagrou uma comu-

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS (%)



nicação social livre e plural e proporcionou o aparecimento, o desenvolvimento e a consolidação da imprensa privada, que convive a par com a pública, presente nos setores do audiovisual. Permitiu, ainda, a emergência de um poder local legitimado pelo voto direto e secreto que é, por excelência, um espaço insubstituível de partilha e de equilíbrio de poderes, de responsabilização dos partidos políticos, de promoção de lideranças locais, de valorização do voto do povo.

O regime constitucional vigente provou, ainda, pela emergência de um sistema eleitoral eficiente e independente, que proporcionou, nestes 26 anos, a realização regular e periódica de várias eleições legislativas autárquicas e presidenciais, em que ocorreram alternâncias que cimentaram a confiança dos cabo-verdianos nos instrumentos de democracia e reforçaram a imagem de Cabo Verde no mundo.

No entanto, o aumento da abstenção pode indicar algum esgotamento, senão crise de crescimento, dos mecanismos clássicos de exercício do poder, especialmente da representação. Neste contexto, os órgãos de soberania assumem realizar, no período do PEDS, reformas profundas que visem criar mecanismos de investigação científica de divulgação e promoção internacional da democracia cabo-verdiana e, em especial, das suas boas-práticas.

Uma segunda reforma do parlamento cabo-verdiano será implementada, no período do PEDS, e, neste âmbito, será priorizada a qualificação da

democracia, pela consolidação da função de fiscalização e controlo parlamentares, pela aproximação do Parlamento do cidadão, pelo aprimoramento dos direitos da oposição democrática, pela transparência legislativa, pela ética e decoro parlamentares.

Para além da intensificação do trabalho parlamentar que conferirá mais espaço à oposição democrática e aos demais sujeitos parlamentares, serão desenvolvidas todas as funcionalidades e promovido o *open-parliament*, no âmbito do open-government a que Cabo Verde aderiu.

Será reforçado o papel das Comissões Especializadas, cujos trabalhos poderão ser públicos e transmitidos pela comunicação social, com a promoção e efetivação dos mecanismos de iniciativa legislativa direta de grupos de cidadãos, de petição, mas também do referendo.

As reformas a empreender aprofundarão, ainda, o respeito pelos direitos da oposição, a nível político, em geral e a nível parlamentar, nomeadamente quanto aos instrumentos da fiscalização da ação governativa, valorizando as Comissões Parlamentares de Inquérito, o direito potestativo das minorias nas audições parlamentares e criando as condições, através de revisão constitucional, para que um Grupo Parlamentar possa ser constituído por um mínimo de três Deputados, em vez de cinco, como vigora atualmente. Serão promovidas a investigação e a formação políticas, bem como a avaliação do impacto das medidas legislativas e de fiscalização parlamentar, mas também a divulgação de boas-práticas da democracia cabo-verdiana, designadamente através de conferências de carácter internacional sobre democracia e desenvolvimento e da formação especializada, no domínio da ciência política, aliada à prática cabo-verdiana.

Consolidar a democracia pressupõe, efetivamente, assegurar a irreversibilidade dos ganhos,

desde o processo eleitoral ao exercício do poder de representação. Assim, no âmbito deste PEDS, será promovida a revisão do Código Eleitoral, após um amplo debate, abrangendo temas emergentes como o sistema de círculos eleitorais, o número de deputados e eleitos locais, o sistema de incompatibilidades, a informatização do processo eleitoral, do recenseamento à votação e fiscalização prévia, a organização e reforço da independência da administração eleitoral e o sistema de justiça eleitoral, para se assegurar a verdade material dos resultados eleitorais.

Para a consolidação da democracia será promovida, ainda, uma revisão da Constituição da República, designadamente nos aspetos relativos ao controle fiscal, às contas públicas e à organização do Estado, consagrando a regionalização entre outros aspetos.

Serão, ainda, promovidas, no âmbito do PEDS, ações tendentes, nomeadamente, a promover a liberdade, a independência, a objetividade e o pluralismo social e político dos conteúdos e a independência dos jornalistas na Comunicação Social pública.

Sendo intensa a participação política e partidária dos cidadãos é de se reconhecer os riscos de imparcialidade na atuação dos agentes da administração pública, que deve ser pautada pela prática do serviço público, descartando a defesa de qualquer interesse estranho aos fins prosseguidos pela lei ou qualquer forma de discriminação e favorecimento.

Neste quadro, o Governo empenhar-se-á, no âmbito do PEDS, **na criação de condições de separação entre o exercício de cargos partidários e na administração pública.** A democracia pressupõe o primado da lei, enquanto referência maior para todos, pelo que o Governo promoverá a efetivação de um amplo regime de incompatibilidades para os titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, visando garantir que os

decisores ajam motivados por interesses tutelados por lei, combatendo os mecanismos que descredibilizam a administração pública e possam desconstruir a legitimação. As reformas a empreender promoverão uma clara separação entre o Estado e o Partido e a despartidarização da Administração Pública, através da focalização dos agentes do Estado no serviço público e da administração pública na prestação de um serviço de qualidade ao cidadão, às organizações e às empresas, orientada para servir, facilitar e regular a auto-organização de indivíduos e grupos, em termos económicos e sociais, para o desenvolvimento e prosperidade pessoal de todos os cabo-verdianos. Em ordem a consolidar a democracia, o Governo promoverá, no âmbito do PEDS, as condições para que tenhamos instituições públicas, dirigidas e chefiadas por pessoas com elevado sentido ético, empreendedoras, tecnicamente bem preparadas nos domínios do conhecimento e da tecnologia, mas também, que garantam neutralidade e imparcialidade das instituições e da administração do Estado face às preferências, simpatias ou militância política ou partidária dos cidadãos.

O novo quadro de relacionamento entre o poder central e local, a modernização da administração municipal e o reforço de capacidades a nível local dotarão o poder local de mais recursos, maior capacidade de resposta à demanda social e de atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, **a descentralização das Câmaras Municipais para organizações comunitárias e, por esta via, a credibilização e a consolidação da democracia.** Outrossim, a regionalização levará mais poderes, mais recursos e melhores respostas à proximidade dos cidadãos, contribuindo também para materializar o valor da democracia e das respetivas instituições.

4.4.2 A Cultura de Paz, de Direitos e da Justiça

A paz social é uma das mais importantes condições para se garantir um ambiente de crescimento da economia e do desenvolvimento



sustentado, assente na previsibilidade e na existência e cumprimento de regras claras e objetivas de relacionamento social. A paz social é indissociável da justiça célere e da segurança jurídica, não compatível com a situação atual de morosidade da justiça.

São determinantes dos problemas da justiça, a fraqueza do diálogo político consequente de alto nível e do escrutínio da sociedade civil, a insuficiente informação jurídica da sociedade cabo-verdiana, a relativa inadequação do sistema de assistência judiciária e, mesmo, da orgânica judiciária, a fraca especialização dos diversos ramos da justiça, o relativo atraso da penetração das tecnologias de informação e comunicação, mas, também, reconhecidamente, a insuficiência de Juízes, agravada pela dedicação destes, também, a tarefas da administração dos tribunais, o deficiente acesso dos Magistrados à informação especializada, a necessidade de reforma dos procedimentos para acelerar a tramitação processual e, também, dos processos, a não exigência efetiva e consequente do desempenho dos Magistrados, a reconhecida inadequação do sistema de execução de penas e o não reconhecimento e a não adoção e aplicação da mediação e da arbitragem voluntárias.

É sobre essas determinantes que o Governo de Cabo Verde agirá, priorizando:

1. O combate à morosidade nas decisões judiciais, promovendo mecanismos para trazer a justiça para o centro do debate das políticas públicas em que o debate sobre o estado da

justiça tenha consequências e o parlamento acompanhe a justiça de forma permanente.

2. Promover uma ampla e efetiva informação jurídica, relevante para os cidadãos, através do sistema escolar, da comunicação social, em especial do serviço público, das redes sociais, das universidades e de outras instituições vocacionadas.

3. Reformar o sistema de assistência judiciária, de modo a assegurar, com oportunidade, efetividade e qualidade, o patrocínio judiciário gratuito e a isenção ou redução de preparos e custas para os que não tem recursos para arcar com os custos correspondentes.

4. Adequar a orgânica judiciária às necessidades já sentidas e perspectivadas a médio prazo, levando os tribunais a um nível infra-municipal, facilitando uma justiça efetiva, mais rápida e mais próxima das pessoas, mais justa e equitativa e com o envolvimento da própria comunidade, através da instituição e da gradual, mas efetiva, implantação de organismos de rápida resolução de pequenos conflitos e de sanção de incividades e contraordenações.

5. Especialização dos diversos ramos da justiça, designadamente: da justiça comercial e económica, visando uma maior celeridade e oportunidade na resolução efetiva dos litígios, entre ou com empresas, nas comarcas de maior movimento processual; da justiça administrativa/fiscal, com vista a uma maior celeridade e oportunidade na resolução efetiva dos litígios, no âmbito das relações dos cidadãos e empresas com a administração, nas comarcas de maior movimento, mas, também, aproximar a justiça tributária dos contribuintes e facilitar o acesso à mesma dos contribuintes individuais; da justiça executiva nas comarcas de maior movimento, de modo a agilizar o processo executivo, ciente do seu impacto na economia e na sociedade.

6. Promover as Tecnologias de Informação e Comunicação no âmbito da justiça, contribuindo para a maior celeridade na tramitação processual com a operação do sistema informatizado de processo penal (SIPP) e do sistema informatizado do processo civil (SIPC); Interligar, na mesma plataforma informática, Tribunais, Ministério Público, Advogados e Registos, Notariado e Identificação Civil, em todos os pontos do país.
7. Dedicar especial atenção à capacitação dos Tribunais e do Ministério, pelo reforço dos recursos humanos, concretizando e fazendo respeitar a regra do mérito efetivo, comprovado em concurso público, para o ingresso e o acesso a todas as carreiras das magistraturas; Aumentar, progressivamente, o número de Juízes e de procuradores, de modo a que esse número se aproxime, cada vez mais, de um rácio média de 20 Magistrados por cada 100.000 habitantes; aumentar, proporcionalmente, o corpo de Oficiais de Justiça, de suporte à atividade dos Magistrados; estabelecer modelos de recrutamento que permitam escrutinar, para além da formação académica, fatores psicológicos e de personalidade, suscetíveis de influenciar, afetar ou condicionar o exercício exigente, socialmente pedagógico e realmente independente da sua função; assegurar a formação, a qualificação e a especialização dos Magistrados e Oficiais de Justiça, no âmbito de um programa nacional de formação regular e permanente de Magistrados e de Oficiais de Justiça. Promover e estimular iniciativas de formação especializada dos Magistrados em áreas que satisfaçam as necessidades do sistema judiciário.
8. O funcionamento, em pleno, do sistema de justiça é, nesse âmbito, garantir amplamente aos Magistrados, o acesso fácil a fontes legislativas e a informação especializada; conferir aos Magistrados, num quadro de razoabilidade e equilíbrio, condições materiais de uma efetiva independência; garantir o funcionamento de todos os departamentos da Procuradoria Geral da República, previstos na sua Lei orgânica; constituir efetivamente, a bolsa de Juízes para responder à acumulação de processos; dotar os Tribunais de maior movimento, de administradores, libertando os Magistrados para a função jurisdicional, que lhes cabe em exclusivo; assegurar a autonomia financeira do Poder Judicial, reformando o sistema do Cofre Geral de Justiça, colocando-o sob a jurisdição e a administração conjunta dos Conselhos Superiores das Magistraturas e da Autoridade administrativa independente dos Registos, Notariado e Identificação, a instituir.
9. Adotar procedimentos que acelerem a tramitação processual, com procedimentos judiciais céleres e prioritários para a defesa rápida e oportuna de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos particulares, especialmente face ao Estado e à Administração Pública; com procedimentos e soluções mais flexíveis de resolução de processos criminais, já testados noutras latitudes, como, por exemplo, a possibilidade de acusação por oficiais superiores da polícia criminal com formação jurídica, sujeita a reclamação para o Ministério Público, ou a transação sobre a pena, mesmo em caso de crimes mais graves e, ainda que, no início da instrução sujeita a homologação judicial, restringindo o segredo de justiça para o arguido, em ordem a reforçar o seu direito de defesa e a permitir-lhe uma decisão informada, no âmbito da transação.
10. Reformar processos, designadamente, o processo civil comum, impondo a obrigatoriedade de uma diligência judicial inicial de conciliação, incitando a esta e, quando não seja possível, abreviando e facilitando a chegada do procedimento à fase de julgamento, designadamente, simplificando procedimentos, suprimindo grande parte da atual fase de audiência preparatória e todos os atos sem especial relevância na justa

composição dos litígios, e, por outro lado, favorecendo decisões de mérito que dêem solução material aos litígios, em detrimento de decisões meramente formais, quando não estejam em causa princípios formais de garantia de processo justo e equitativo, como o contraditório e audiência pública, ou outros direitos fundamentais. Reformar os processos especiais relativos ao arrendamento, ao inventário e às falências, visando a sua simplificação e aceleração. Instituir um processo comercial especial marcado pela urgência, celeridade e simplicidade; Reformar o processo civil executivo, de modo a garantir uma tramitação célere, voltada para o pagamento efetivo a curto prazo, especialmente, quando não haja oposição ao crédito dado em execução, bem como de modo a retirar privilégios concedidos ao Estado, penalizadores do exequente e contrários aos princípios do processo justo e equitativo, assim como a permitir a extinção da execução, a pedido do exequente, por impossibilidade superveniente da lide, quando não sejam encontrados bens penhoráveis. Reformar a justiça administrativa, designadamente, em sede de processos que assegurem a tutela jurisdicional efetiva dos direitos e interesses protegidos dos particulares face à Administração e da legalidade da ação desta, em conformidade com o art.º 245 e) e f) da Constituição; Reformar a Justiça laboral, no sentido de uma maior equidade e efetividade. Estabelecer por lei e fazer aplicar critérios de produtividade dos Magistrados e Oficiais de Justiça, com metas quantitativas. Estabelecer por lei e fazer aplicar critérios de oportunidade na tramitação e decisão de processos judiciais e no Ministério Público.

11. Promover o desempenho dos Magistrados e Oficiais de Justiça e elevados níveis de produtividade, fazendo instalar e funcionar rápida e efetivamente, como serviços independentes, as inspeções Judicial e do Ministério Público, nos moldes em que se en-

contram instituídos. Responsabilizar, disciplinarmente, os Magistrados e Oficiais de Justiça por inatividade processual injustificada. Incentivar, em termos de carreira e formação, os Magistrados e Oficiais de Justiça que se revelem mais produtivos, de acordo com parâmetros estabelecidos por lei, sob proposta do Governo e das magistraturas; em contra partida, penalizar também em termos de carreira, os que revelem menor produtividade.

12. Reformar o sistema de execução de penas, criando um tribunal de execução de penas, de âmbito nacional e dotá-lo de mecanismos e recursos que permitam o acompanhamento da execução, em todas as fases (com relevo para as situações de liberdade condicional e ressocialização dos delinquentes, sobretudo os jovens). Criar condições para a instituição e aplicação mais ampla de penas alternativas à de prisão em estabelecimento prisional, como a prisão domiciliária, com ou sem pulseira eletrónica, a prisão de fim-de-semana e o trabalho a favor da comunidade. Colocar a ressocialização e a reinserção dos reclusos no centro do sistema de execução de penas.
13. Promover a mediação e a arbitragem voluntárias, como mecanismos alternativos de resolução de litígios, no âmbito das relações administrativas e da defesa de interesses difusos, institucionalizar esses mecanismos, impondo ao Estado a iniciativa de propor à contraparte o recurso a tais mecanismos, como primeira opção na resolução dos litígios e, quando a iniciativa tenha partido da contraparte, participe interessadamente no procedimento arbitral mas, também, incentivar a institucionalização de tais mecanismos por parte de outras entidades públicas.

4.4.3 A Segurança

Consubstanciando-se como um dos mais elementares substratos da construção das sociedades democráticas, a Segurança é, conco-

mitantemente, um inquestionável factor de Desenvolvimento e um ativo político, social e económico estratégico.

Constitui uma real e legítima prioridade da sociedade cabo-verdiana, em relação à qual o Governo assume o compromisso de trabalhar firme e ativamente, em prol da manutenção de um Estado seguro, por forma a promover e garantir a segurança dos cidadãos residentes e a elevar Cabo Verde à condição de um país tão mais atrativo e seguro para a prática do turismo, enquanto principal eixo da atividade económica.

Reconhecendo a sua existência e o seu impacto potencial, a prevenção e a repressão dos riscos e das ameaças externas, como o terrorismo e o crime organizado internacional, reclamam o reforço da cooperação internacional e, deste modo, implicam a participação ativa e convicta

de Cabo Verde na gestão dos conflitos regionais, bem como na luta contra a criminalidade transnacional, nomeadamente através da identificação, da mobilização, da organização e da disponibilização de recursos com efectivo potencial dissuasor. Neste âmbito, o fortalecimento das alianças para a segurança, no quadro do aprofundamento da parceria estratégica com a União Europeia e da segurança cooperativa com os EUA, continuará a ser privilegiado.

Especificamente, no que respeita à promoção da segurança interna, no horizonte do PEDS, o Governo de Cabo Verde assume a meta de reduzir as ocorrências criminais em pelo menos, 40% e reconhece a necessidade de superar a dimensão estritamente policial e a lógica meramente reativa e repressiva que tem norteado o enfrentamento à criminalidade em Cabo Verde e, por conseguinte, afirma o imperativo de desenvolver

“um quadro de medidas de intervenção, de carácter imediato e distendidas no tempo, que possam tocar, não apenas nos fenómenos criminais que afetam o País, mas nas suas mais profundas causas”.

Neste seguimento, assistiu-se à adoção do Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania (PNSIC) – iniciativa diagonal que, partindo do pressuposto de que a violência e a criminalidade são fenómenos amplos, multidimensionais e complexos, consagra uma abordagem multissetorial estruturada, coerente e concertada que possa provar ser mais eficiente e eficaz nos contextos i) da prevenção da violência e da contenção do crime, ii) do exercício da autoridade e do reforço da cidadania e, ainda, iii) da melhoria da coesão e da convivência sociais.

Articulando as dimensões da Segurança, do Desenvolvimento e da Cidadania, o PNSIC concretiza uma política



pública integrada que enquadra a estratégia nacional de promoção local de Segurança Cidadã assumida pelo Governo, a ser desenvolvida com base e a partir do cidadão e das realidades específicas em que o mesmo se insere e/ou movimenta.

Pela abrangência das questões que aborda e pela correlação de fatores que se propõe estabelecer, o PNSIC constitui-se como um programa transversal do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e, por conseguinte, afirma-se como uma alavanca da efetiva integração e harmonização de diferentes políticas setoriais que contribuam para um funcionamento mais eficiente e articulado das esferas social, policial e jurisdicional, tendo em vista uma gestão mais otimizada dos recursos disponíveis e para uma mais articulada e frutífera maximização dos diferentes resultados e impactos alcançados.

Assim, concorrerão para a boa execução do PNSIC e dos objetivos por este preconizados, uma ampla miríade de programas, projetos e ações setoriais que integram as mais diferentes áreas de governação: da Educação ao Ordenamento do Território, da Família e Inclusão Social à Economia e Emprego, da Cultura e Desporto à Administração Interna e Justiça, da Saúde ao Ambiente.

No âmbito do PNSIC, e complementando a forte componente socioeconómica que o Programa encerra, o desafio da reestruturação e capacitação das forças de segurança perfila-se como um dos vetores fundamentais de intervenção, que se deverá materializar, nomeadamente:

- a. na estabilização da arquitetura jurídico-institucional do setor, consubstanciada i) na dinamização de uma agenda legislativa que compreenda a revisão de leis estruturantes e respetivos diplomas complementares e ii) na criação e/ou reestruturação orgânica das diferentes entidades e estruturas que compõem a moldura institucional: Gabinete de Segurança Nacional, Polícia Nacional,

Polícia Judiciária, Polícias Municipais, Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros e Forças Armadas;

- b. na consolidação da estratégia de gestão dos recursos humanos, por via, designadamente, do aperfeiçoamento dos processos de recrutamento e seleção de novos agentes, do reforço dos programas de formação inicial e contínua, bem como no aprofundamento das medidas que contribuam para a valorização e dignificação profissional e para a melhoria da comunicação interna;
- c. no reforço das capacidades instaladas de resposta e de reação policial e criminal, que será de *per si* resultado da implementação de um vasto conjunto de programas e projetos emblemáticos como sejam, por exemplo:
 - i. os de “Reforço da Segurança Aeroportuária e Fronteiriça” e de “Reforço da Segurança Documental”,
 - ii. o “Projeto Integrado de Segurança Urbana”, que compreende a execução dos projetos “Cidade Segura” e “Número Único Nacional para a Comunicação de Emergências – 112”,
 - iii. a operacionalização do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade,
 - iv. a promoção da segurança das zonas turísticas, com o intuito de reforçar a competitividade de Cabo Verde como destino turístico seguro e, por conseguinte, continuar a potenciar o aumento do número de visitantes e da receita turística.

4.4.4 A Defesa do Território

A defesa da comunidade tornou-se uma função muito especializada, assumida em grande parte pelo Estado. Todavia, ela não dispensa a contribuição dos cidadãos e de outros agentes não estatais, cabendo ao Governo a implementação da política do setor e o controlo da materialização das medidas que visam garantir a execução dessa função.

A esse propósito, o conceito de defesa nacional é tão abrangente que na Constituição da República, é apresentado, como: “ (...) a disposição, integração e ação coordenadas de todas as energias e forças da Nação, face a qualquer forma de ameaça ou agressão, tendo por finalidade garantir, de modo permanente a unidade, a soberania, a integridade territorial e a independência de Cabo Verde, a liberdade e a segurança da sua população bem como o ordenamento constitucional democraticamente estabelecido”.

Nessa linha, o Programa do Governo estabelece a temática “Defesa - Garantir a defesa nacional num conceito de território mais alargado, os compromissos do atual executivo em matéria de defesa, assumindo para tal os princípios fundamentais e constitucionais suprarreferidos e releva que o espaço territorial cuja soberania, unidade e integridade devem ser asseguradas, é, na sua parte maior, constituído pela nossa Zona Económica Exclusiva e pelo espaço aéreo a ela subjacente”.

Outrossim, torna-se evidente que a localização geoestratégica do país se afigura como um capital a ser valorizado, acarretando para tal, a necessidade de proteger os interesses económicos, mormente no mar, e de segurança do país.

Por um lado, decorre desta situação a necessidade de reavaliar, redefinir e melhor adequar o papel das Forças Armadas, tendo em consideração a sua situação atual, as perspetivas de desenvolvimento de Cabo Verde apregoadas no Programa e, por fim, o contexto internacional, onde, em termos securitários, os desafios e as ameaças ganham contornos preocupantes e cada vez menos previsíveis, pondo em causa a estabilidade, a segurança e o progresso dos países e, consequentemente, o bem-estar das suas populações.

Neste particular e malgrado as constantes mudanças na evolução do contexto estratégico internacional e suas consequências, designadamente na nossa sub-região, é possível salien-

tar alguns fatores que influenciam a situação e que se encontram devidamente definidas no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, aprovado em 2011.

Face a cada uma das ameaças identificadas, no âmbito do PEDS, o Governo desenvolverá ações que visem anular ou mitigar os seus efeitos, como abaixo se indica:

- Agressão - garantir a funcionalidade dos sistemas vitais de segurança nacional.
- Tráfico de droga, de armas e de pessoas e criminalidade organizada - dar prioridade às ações de fiscalização, deteção e rastreio do tráfico de droga, de armas ligeiras e de pequeno calibre, e de pessoas e da imigração clandestina nos espaços marítimo e aéreo sob jurisdição nacional, e garantir a participação das Forças Armadas em ações de prevenção e fiscalização das atividades das redes de tráfico de droga e da criminalidade conexas, em colaboração com as autoridades competentes.
- Terrorismo - desenvolver todas as medidas políticas, diplomáticas, económicas, financeiras e judiciais que ajudem no seu combate, empenhar-se no reforço da partilha de informações de carácter estratégico e operacional e na dotação de capacidade de prevenção e defesa contra os seus vetores, aperfeiçoar o planeamento civil de emergência e prever um sistema de gestão de crises, de modo a permitir aos órgãos de soberania, mobilizar as reservas e as instituições necessárias para fazer face às consequências do terrorismo.
- Pirataria marítima e atividades ilícitas no mar - prevenir e envidar todos os esforços para combater as atividades ilegais, ao largo das suas costas e na sub-região, através do desenvolvimento das capacidades da Guarda Costeira e das parcerias com países amigos, a par de um maior engajamento do país relativamente às várias iniciativas para a promoção da co-operação e da segurança no Oceano Atlântico.
- Catástrofes e calamidades - desenvolver capacidades de proteção civil.

- Proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição massiva - apoiar os esforços internacionais para dar resposta adequada, nomeadamente, no plano da fiscalização da produção e proliferação dessas armas, bem como dotar-se de meios para a informação à população, para a proteção civil e para o desenvolvimento das capacidades de defesa, nessa matéria, com o concurso da comunidade internacional.

Por outro lado, a aposta na promoção da inserção de Cabo Verde em sistemas coletivos de defesa, de âmbito sub-regional, regional ou internacional, parece ser incontornável, ciente que os desafios e ameaças mencionados são trans-nacionais, não conhecendo ou respeitando quaisquer fronteiras, pelo que qualquer solução passará sempre pela sinergia entre os Estados, particularmente os visados.

A juntar-se a tudo isso, será de capital importância a promoção de uma cultura de defesa nacional na sociedade cabo-verdiana, visando o seu comprometimento e engajamento nessas questões, que só poderá constituir uma mais-valia e ser consequente, se for consciente e ativo, resultado do conhecimento dos objetivos do setor e da assunção dos deveres e responsabilidades do cidadão para com o coletivo.

Assim sendo, são objetivos estratégicos do Governo para o período PEDS:

- Incluir, no âmbito dos programas de educação para a cidadania, a promoção da cultura de defesa nacional e a promoção das Forças Armadas, como instituição republicana e subordinada aos órgãos de soberania legitimados.
- Promover, junto da sociedade cabo-verdiana, as Forças Armadas como instituição fundamental do Estado de direito democrático e organização de referência, disciplinada, eficaz e eficiente.
- Reavaliar e, se necessário, rever o serviço militar obrigatório, no seu conteúdo, extensão e abrangência.

- Reavaliar e, se necessário, rever o Conceito Estratégico de Defesa Nacional focalizando a missão das Forças Armadas na:
 - Preparação para a prevenção e reação militar contra eventuais ameaças ou agressões externas de grupos terroristas.
 - Vigilância, fiscalização e defesa do espaço marítimo nacional, designadamente no que se refere à utilização das águas arquipelágicas, do mar territorial e da zona económica exclusiva.
 - Operações de busca e salvamento.
 - Colaboração com as autoridades policiais e outras componentes na proteção do meio ambiente e do património arqueológico marinho, na prevenção e repressão da poluição marítima, dos tráficos e de outras formas de criminalidade organizada e, bem assim, nas situações de reposição da ordem pública que exijam meios excecionais e excedam a capacidade de intervenção das autoridades policiais.
 - Participação no sistema de proteção civil.
 - Colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades e melhoria das condições de vida das populações.
 - Defesa da ordem constitucional e das instituições democráticas.
- Adaptar os dispositivos de forças de defesa, organizando-as à volta de uma unidade de fuzileiros navais, uma unidade de engenharia militar e uma guarda nacional paramilitar, e dotada de acesso a meios marítimos e aéreos.
- Promover a inserção de Cabo Verde em sistemas sub-regionais, regionais e internacionais de defesa e segurança, garantindo um consenso político e social alargado, admitindo em casos específicos o referendo.
- Reavaliar a pertinência da existência e composição do Tribunal Militar de Instância.

4.4.5 A Política Externa, a Mobilização de Parcerias Estratégicas e a Diáspora

A nova ordem emergente das mudanças interna-

cionais é portadora de benefícios suscetíveis de aproveitamento e apropriação. Cabo Verde deve preparar-se para absorver as imensas oportunidades que as redes globais existentes propiciam, particularmente em domínios cruciais como o turismo, o ambiente, a produção e o desenvolvimento do conhecimento, as tecnologias, o comércio internacional, as telecomunicações, os serviços financeiros, a energia e os transportes.

Cabo Verde deve reforçar e consolidar o seu lugar como País credível e respeitável, assente na seriedade e convicção, à luz dos princípios e objetivos enformadores dos desígnios nacionais. Ambicionamos participar na economia global, pela produção de bens e serviços transacionáveis, nas áreas do turismo, da economia do mar, dos transportes aéreos, de serviços financeiros e serviços especializados diversos, suportados por uma forte aposta a nível da inovação e do conhecimento. A nossa aposta tende a inserir Cabo Verde em espaços económicos dinâmicos, que permitam ao país a atração de investimentos e o acesso a mercados, tecnologia, conhecimento e segurança, e deverá permitir acelerar o crescimento económico, a exportação, reduzir as vulnerabilidades externas e assegurar a sustentabilidade.

Para tanto, continuaremos a investir na educação e nas reformas institucionais e infraestruturas, para melhorar a competitividade e reduzir custos de contexto e melhorar o ambiente de negócios. A política externa de Cabo Verde assenta no pressuposto de que o país possui condições favoráveis para uma boa inserção em espaços económicos dinâmicos, designadamente pela valorização da nossa localização, da estabilidade e baixos riscos políticos, sanitários e securitários, posicionando-se como uma plataforma de circulação económica no Atlântico Médio e um aliado credível para a segurança cooperativa.

Perspetivamos tornar Cabo Verde num país com relevância no Atlântico Médio, em termos eco-

nómicos, de segurança e da diplomacia para a paz e promoção da liberdade e da democracia e, assim, garantir o desenvolvimento acelerado, autossustentado e sustentável. Em termos económicos, posicionar Cabo Verde como uma plataforma de circulação no Atlântico Médio no turismo, nos transportes aéreos (logística de distribuição internacional de passageiros e carga), nas operações portuárias (logística de abastecimentos de navios da frota internacional e de *transshipment*, *bunkering* internacional), nas operações financeiras e de investimentos (praça financeira), na localização de empresas e desenvolvimento de negócios (Centro Internacional de Negócios), na Economia Digital e Nano-tecnológica (plataforma Digital e da Inovação) e na atração de investimentos, competências e desenvolvimento dos mercados da diáspora.

Em termos de segurança, Cabo Verde promoverá uma inserção positiva nos sistemas de segurança coletiva e cooperativa. A natureza transnacional da criminalidade e a realidade física e geográfica do país exigem uma política externa que priorize as alianças e parcerias, sempre com o objetivo de manter o país na senda da paz e da coesão social e como sujeito útil, confiável e participativo na configuração de um clima de estabilidade e segurança internacional.

Ter uma presença relevante em organizações internacionais e regionais, atração de eventos, inserção em redes internacionais e regionais de conhecimento, ciência, tecnologia, ambiente é parte deste conceito para a política externa, devendo a diplomacia aumentar a notoriedade do país, valorizando o capital de prestígio, confiança e credibilidade internacional, com a nossa diáspora em primeira linha.

A política externa de Cabo Verde deverá, com o Sistema das Nações Unidas, promover a caminhada para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No quadro da União Africana e da CEDEAO, apostar na participação, de forma regular e ao mais alto nível, nas instâncias de cons-

trução de soluções regionais que propiciem uma maior integração económica e segurança regional, salvaguardando as especificidades do país e maximizando as nossas vantagens comparativas e competitivas de único país insular da CEDEAO que deverá ter tratamento específico ou seja ter estatuto especial para Cabo Verde na CEDEAO. Cabo Verde defende uma eficaz reforma institucional da CEDEAO, enquanto organização e uma liderança que promova um ambiente institucional e económico favorável ao crescimento inclusivo das economias da Comunidade, impulsionado pela inserção dessas economias no Sistema Económico Mundial, fazendo da CEDEAO uma Comunidade Económica aberta ao mundo do comércio, do investimento, do conhecimento, da ciência e da tecnologia. O mercado da CEDEAO é uma oportunidade para as empresas cabo-verdianas, mas, globalmente, uma oportunidade para Cabo Verde desempenhar um papel ativo de intermediação económica e financeira do resto do mundo com a África Ocidental.

146 Cabo Verde é um país cujas relações de turismo, investimentos, comércio, tecnologia e com a diáspora estão fortemente ligadas a países da União Europeia e este último é o espaço económico, tecnológico e científico desenvolvido mais próximo de Cabo Verde, em termos de localização e de intensidade de relações económicas. A parceria estratégica com a EU, assente na paridade fixa do escudo face ao euro e as relações bilaterais privilegiadas com vários países europeus, em termos de cooperação para o desenvolvimento deverão ganhar novos patamares, pois ambicionamos atingir a «quase-integração económica» na zona Euro, ancorando Cabo Verde, como pequena economia, a uma zona económica dinâmica. Ambicionamos reforçar as relações com a OCDE, perspetivando a integração nessa organização, mas também a nível bilateral e merecerão atenção especial, no quadro da política de cooperação para o desenvolvimento, os países com os quais Cabo Verde tem programas indicativos ou estratégicos de cooperação, como o Luxemburgo e Portugal,

isto sem prejuízo dos parceiros tradicionais, e os que albergam importantes comunidades cabo-verdianas, como a França, a Holanda e a Espanha, e os parceiros emergentes como a Hungria, a República Checa, a Estónia.

Portugal é um parceiro privilegiado de Cabo Verde pelos laços de história e de relações de convivência partilhada entre os povos, nomeadamente, através das comunidades cabo-verdianas emigradas que vivem e trabalham em Portugal. A política externa cabo-verdiana deve cultivar esta relação especial, a nível da cooperação institucional, económica e cultural, a nível das relações com a União Europeia, com a Macaronésia e as Regiões Ultraperiféricas da Europa e a nível da atração de investimentos privados.

Cabo Verde é uma Nação com relações seculares com os Estados Unidos da América, onde reside a maior comunidade cabo-verdiana da diáspora. A mobilização de competências, a influência da diáspora a favor de Cabo Verde, a atração de investimentos, turismo, conhecimento e tecnologia são prioridades. A cooperação com os Estados Unidos da América deverá centrar-se, também, na defesa de interesses estratégicos e comuns, nomeadamente, alianças para a Segurança, visando reduzir as vulnerabilidades de Cabo Verde (tráfico de drogas, de pessoas, crime cibernético, crimes financeiros e fiscais, terrorismo), reforçar a utilidade do país na segurança cooperativa e proteger a economia do país (vigilância e fiscalização da ZEE).

A exportação para os EUA, ao abrigo da iniciativa AGOA e o diálogo político com Estados que albergam as maiores comunidades cabo-verdianas nos EUA, como Massachusetts e Rhode Island e outros Estados onde se pode desenvolver interesse por Cabo Verde, estarão no foco de uma diplomacia ativa que envolve atores políticos, organizações empresariais, universidades e grupos de influência. A cooperação económica e empresarial, a nível estadual deverá ser orientada para

atrair turistas, investidores e maior conhecimento e notoriedade de Cabo Verde.

Cabo Verde tem relações antigas com a República Popular da China, assentes na estabilidade, na previsibilidade e no respeito pelo princípio de uma só China e pretendemos ter um papel relevante na iniciativa uma faixa, uma rota para a África, na linha do posicionamento de Cabo Verde como uma plataforma de referência internacional de prestação de bens e serviços especializados de alto valor acrescentado em África, mediante a atração e a diversificação do investimento chinês. O Fórum de Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa para a atração de investimento chinês, mas especialmente a implementação do programa de Zona Económica Especial de Economia Marítima de São Vicente (ZEEEM), enquanto iniciativa de vanguarda nas relações de cooperação e de investimentos entre Cabo Verde e a República Popular da China são prioridades de primeira linha.

Como país insular, Cabo Verde integra o grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) que comungam das mesmas ameaças e desafios para alcançarem o desenvolvimento sustentável, em ambientes de forte vulnerabilidade económica e ambiental. O Estado de Cabo Verde dará o seu contributo ativo para a legitimação de um real tratamento diferenciado dos PEID, em matéria de financiamento do desenvolvimento, do comércio e da dívida, nomeadamente, no que se refere aos Países de Rendimento Médio na linha da *"Samoa Pathway"*.

Ambicionamos, com a nossa ação, contribuir para que a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), seja um espaço de livre circulação de pessoas, de investimentos e comércio, complementando os espaços de integração económica a que os diversos países da CPLP pertencem. A livre circulação dos Cidadãos da Comunidade, a potencialização do valor económico da língua portuguesa, numa perspetiva

estratégica, com intencionalidade de expansão de longo prazo, o desenvolvimento da CPLP como espaço de valores partilhados da liberdade, do respeito pelos direitos humanos, do primado da lei e da coesão social e uma agenda para o comércio e o investimento, assente em condições de estabilidade e confiança nas relações institucionais, económicas e empresariais e em acordos e vantagens comerciais, assim como maior penetração da língua portuguesa em outros países, através de dinâmicas que impulsionem uma maior notoriedade, descobertas culturais e relações económicas e empresariais, situam-se na primeira linha de prioridades. Ambicionamos a dinamização de processos de atração de investimentos, de conhecimento e de tecnologia, envolvendo os governos, as universidades, as ordens profissionais e as empresas, mas, também, a estabilidade, a previsibilidade, a segurança jurídica e o cumprimento dos contratos nas relações institucionais e empresariais, como condições básicas para a sustentação das relações económicas e empresariais.

A Macaronésia reparte, com as regiões ultraperiféricas da União Europeia e da Macaronésia, um vasto conjunto de afinidades históricas e geográficas, marcadas pela insularidade, perifericidade, pequena dimensão e localização no Atlântico Médio. Perspetivamos uma Macaronésia que seja um espaço de paz, de segurança e de desenvolvimento no Atlântico Médio, de conhecimento, com um desenvolvimento de alta intensidade científica e tecnológica articulando o sector académico e de investigação e o setor empresarial, alavancando o comércio e investimentos entre os arquipélagos.

As comunidades cabo-verdianas residentes no exterior são uma extensão das ilhas, do ponto de vista identitário, cultural, económico e de conhecimento e representam um significativo potencial de financiamento do País, no seu esforço de desenvolvimento, e um potencial mercado, de relativa importância.

A nível da economia, perspectiva-se, para além da importante contribuição das remessas para o equilíbrio da Balança de Pagamentos, políticas públicas de promoção e atração do turismo ét-nico, do investimento direto dos emigrantes em iniciativas empresariais e produtos financeiros especificamente criados e dirigidos aos cidadãos cabo-verdianos residentes no exterior e às comunidades étnicas de origem, incluindo títulos financeiros diferenciados.

Constituem, ainda, prioridade do Governo, as elites de sucesso, representadas por cabo-verdianos das diversas gerações e diversas profissões (políticos, académicos, cientistas, empresários, desportistas, artistas, etc.) que devem ser motivadas e interessadas para influenciarem positivamente a imagem e a notoriedade de Cabo Verde nos países onde vivem e trabalham e para visitarem as ilhas. Perspetivamos, ainda, o aproveitamento das competências de cabo-verdianos residentes no exterior, em áreas e domínios que podem apoiar o desenvolvimento do país, como especialistas em alta gestão, medicina, engenharia, TIC, docência universitária.

A presença judaica em Cabo Verde é antiga e, ainda hoje, há traços desta matriz cultural em várias ilhas do país. É de interesse do país fortalecer as relações político-diplomáticas e económicas com Israel.

O Brasil está na confluência do posicionamento de Cabo Verde, enquanto plataforma de circulação no Atlântico Médio, particularmente nos transportes aéreos e marítimos. O Brasil integra a Mercosul. Neste contexto, as relações com o Brasil deverão evoluir para um patamar estratégico, assente nas perspetivas e oportuni-

dades de mercado que o posicionamento de Cabo Verde, entre as Américas, a África e a Europa, pode aportar.

- **Operacionalidade da Política Externa de Cabo Verde**

Neste ciclo, a nossa diplomacia deve realizar, de forma extensiva e criativa a política externa, em absoluta consonância com o programa e a visão estratégica do Governo, numa perspetiva global, cruzada e integrada. Deve a nossa diplomacia ousar ultrapassar os limites reais e naturais do país, com vista a alcançar ganhos que consubstanciem uma nova largada e uma nova ambição, num mundo onde existem fortes ameaças, mas importantes oportunidades que a globalização proporciona, ao nível da economia, do conhecimento, da ciência, da tecnologia, da mobilidade, nomeadamente para um país pequeno com as características e especificidades de Cabo Verde. Um pequeno país, que se posiciona de forma global, só tem a ganhar com a globalização.

Para tanto, o Governo de Cabo Verde garantirá a capacitação permanente dos diplomatas e a promoção da sua especialização em áreas prioritárias como a economia, a segurança e o ambiente. Nesta senda, o (re)dimensionamento e a modernização da rede de cobertura diplomática é redirecionada para os objetivos estratégicos e operacionais do Governo.

Uma agenda comum entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia, mormente com a Cabo Verde TradeInvest, deverá ser definida, e regularmente revisitada, para permitir a partilha estruturada de informações relevantes para a diplomacia económica.



5.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PEDS

5.1 O Racional e o Quadro Lógico do PEDS

O PEDS será implementado através de uma abordagem programática, onde os programas setoriais e transversais, foram concebidos para a consecução dos objetivos preconizados, dentro do horizonte temporal 2017-2021. A realização destes objetivos contribuirá para a materialização da VISÃO do Governo para o futuro de Cabo Verde.



Na matriz do PEDS, os programas identificados são agrupados em pilares (Economia, Social e Soberania), para lograr atingir os objetivos prescritos. Os programas setoriais estão distribuídos pelos pilares, conforme a sua natureza e localizados na matriz, conforme os objetivos para os quais contribuem. Duas questões orientaram a definição dos programas:

1. A primeira questão foi a identificação e a definição dos "quês" e "como" assegurar o crescimento económico sustentável nas áreas estratégicas e a forma como os ganhos deste crescimento seriam compartilhados;
2. A segunda questão foi a identificação e a de-

finição dos programas específicos para complementar aqueles segmentos da população que são suscetíveis de serem excluídos do processo de crescimento inclusivo e sustentável.

A igualdade de género é um dos pilares fundamentais do Desenvolvimento sustentável e visa assegurar que as mulheres e as meninas, assim como os homens e meninos, tenham as mesmas oportunidades de participação, acesso e benefício do processo de desenvolvimento. A ideia subjacente é a de que não é possível atingir o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde sem considerar as necessidades, experiências e expectativas específicas de mulheres e homens na planificação programática.

A transversalização de género no PEDS, garante a adoção de medidas corretoras das desigualdades de género, a nível dos diferentes sectores, promovendo assim a justiça e inclusão social e o desenvolvimento sustentável do país. Este princípio permite integrar as preocupações e experiências de homens e mulheres de Cabo Verde no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável na sua conceção, implementação, seguimento e avaliação em todos os pilares, seja económico, social ou de soberania, de modo que as desigualdades entre mulheres e homens, no país, sejam eliminadas e o desenvolvimento seja inclusivo.

Um resumo da Matriz do PEDS, incluindo os 35 programas identificados, distribuídos pelos 3 pilares, (sendo o Programa de Gestão e Administração Geral transversal aos Pilares) e identificando os objetivos para os quais contribuem, é apresentado na figura da página seguinte.

Objetivos PEDS

PILARES TEMÁTICOS		
ECONOMIA	ESTADO SOCIAL	SOBERANIA
Novo modelo de Crescimento Económico (Recentragem Setorial e Reformas Estruturais)	Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades (Pessoas)	Novo modelo de Estado (Diplomacia e Segurança)

Objetivo Geral Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde com Pleno Emprego	PROGRAMAS		
	ECONOMIA	ESTADO SOCIAL	SOBERANIA
Objetivo 1. Fazer de Cabo Verde uma Economia de Circulação localizada no Atlântico Médio.	- Cabo Verde plataforma do Turismo; - Cabo Verde plataforma aérea; - Cabo Verde plataforma marítima; - Cabo Verde plataforma financeira; - Cabo Verde plataforma comercial e industrial; - Cabo Verde plataforma digital e da inovação; - Cabo Verde plataforma do investimento ético; - Melhoria do ambiente de negócios; - Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética; - Cabo Verde acessível; - Infraestruturas modernas e seguras; - Reforma do Estado; - Melhoria da qualidade de produção e difusão estatística; - Promoção da Cultura e das Indústrias Criativas; - Programa Nacional de Investigação.	- Educação de Excelência; - Promoção da Igualdade de Género; - Desenvolvimento Integrado de Saúde; - Saúde serviço exportador; - Promoção do Desporto.	- Mercado de trabalho flexível e inclusivo; - Reforço da Segurança Nacional; - Justiça e Paz Social; - Democracia consolidada e moderna; - Diáspora, a 11ª ilha; - Diplomacia cabo-verdiana - novo paradigma.
	- Cabo Verde plataforma do Turismo; - Cabo Verde plataforma aérea; - Cabo Verde plataforma marítima; - Cabo Verde plataforma financeira; - Cabo Verde plataforma comercial e industrial; - Cabo Verde plataforma digital e da inovação; - Cabo Verde plataforma do investimento ético; - Melhoria do ambiente de negócios; - Valorização das ilhas e recursos endógenos; - Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética; - Cabo Verde acessível; - Infraestruturas modernas e seguras; - Transformação da Agricultura; - Água e Saneamento; - Conservação da biodiversidade; - Gestão de riscos ambientais, climáticos e geológicos; - Reforma do Estado; - Melhoria da qualidade de produção e difusão estatística; - Promoção da Cultura e das Indústrias Criativas; - Programa Nacional de Investigação.	- Educação de Excelência; - Promoção de emprego digno e qualificado; - Promoção da Igualdade de Género; - Desenvolvimento Integrado de Saúde; - Saúde serviço exportador; - Garantia de acesso ao Rendimento, à Educação, aos Cuidados e à Saúde.	- Mercado de trabalho flexível e inclusivo; - Reforço da Segurança Nacional; - Justiça e Paz Social; - Democracia consolidada e moderna; - Diáspora, a 11ª ilha; - Diplomacia cabo-verdiana - novo paradigma.



Desenvolvimento Humano e Inclusão Social

Objetivos PEDS

PILARES TEMÁTICOS		
ECONOMIA	ESTADO SOCIAL	SOBERANIA
Novo modelo de Crescimento Económico (Recentragem Setorial e Reformas Estruturais)	Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades (Pessoas)	Novo modelo de Estado (Diplomacia e Segurança)

Objetivo Geral Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde com Pleno Emprego	PROGRAMAS		
	ECONOMIA	ESTADO SOCIAL	SOBERANIA
Objetivo 3. Assegurar a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais	- Cabo Verde plataforma do Turismo; - Cabo Verde plataforma comercial e industrial; - Cabo Verde plataforma digital e da inovação; - Cabo Verde plataforma do investimento ético; - Valorização das ilhas e dos recursos endógenos; - Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética; - Promoção da Cultura e das Indústrias Criativas; - Cabo Verde acessível; - Infraestruturas modernas e seguras; - Transformação da agricultura; - Água e Saneamento; - Conservação da biodiversidade; - Gestão de riscos ambientais, climáticos e geológicos; - Reforma do Estado; - Melhoria da qualidade de produção e difusão estatística; - Programa Nacional de Investigação.	- Educação de Excelência; - Promoção de emprego digno e qualificado; - Promoção da igualdade de género; - Desenvolvimento integrado de Saúde; - Garantia de acesso ao Rendimento, à Educação, aos Cuidados e à Saúde; - Garantia dos direitos e proteção das crianças e adolescentes; - Promoção do Desporto.	- Mercado de trabalho flexível e inclusivo; - Reforço da Segurança Nacional; - Justiça e Paz Social; - Democracia consolidada e moderna; - Diáspora, a 11ª ilha; - Diplomacia cabo-verdiana - novo paradigma.
	- Cabo Verde acessível; - Reforma do Estado; - Melhoria da qualidade de produção e difusão estatística; - Promoção da Cultura e das Indústrias Criativas;	Promoção da Igualdade de Género.	- Mercado de trabalho flexível e inclusivo; - Reforço da Segurança Nacional; - Justiça e Paz Social; - Democracia consolidada e moderna; - Diáspora, a 11ª ilha; - Diplomacia cabo-verdiana - novo paradigma.



Desenvolvimento Humano e Inclusão Social

Alinhamento/contribuição dos Pilares para os ODS



Visando a harmonização, o alinhamento e a eficácia, tanto da implementação como do seguimento e avaliação do PEDS, e seguindo os princípios da Gestão Baseada em Resultados, importa que, tanto os intervenientes responsáveis pela implementação do PEDS, como os parceiros de desenvolvimento, tenham a devida apropriação dos indicadores de desempenho e metas do plano estratégico.

O seguimento e a avaliação dos indicadores de impacto do plano estratégico estão ancorados na Agenda Estatística e garantidos pelo INE e seguirão uma agenda estipulada pelo Sistema Nacional de Planeamento, descrito no ponto 6.2. O quadro lógico, sintetizando os indicadores e as metas do PEDS está apresentado no quadro seguinte.

Objetivo	Indicadores de Impacto	Valor Ano Base 2016	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Objetivo 1: Fazer de Cabo Verde uma Economia de Circulação localizada no Atlântico Médio	Investimento Direto Estrangeiro (% do PIB)	7.3	8	9.5	11.2	11.9	12.4
	Deficit Conta Corrente (% do PIB)	2.8	9.0	8.7	8.2	7.4	6.5
	Volume de carga movimentada nos portos do País (Kg)	2.078.706	2.345.256	2.786.754	2.965.742	3.130.280	3.445.322
	Passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos do País	2.215.892	2.585.533	2.900.839	3.287.048	3.785.659	4.170.621
	Contribuição direta do turismo para o PIB pm (%)	19	21.4	23.6	26.2	29	32.4
Objetivo 2: Garantir a Sustentabilidade Económica e Ambiental	Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (%)	3.8	4.5	5.3	5.9	6.3	7
	Taxa de desemprego (%)	15.0	15.8	15.1	13.8	12.1	9.7
	PIB em paridade de poder de compra (PPC) per capita (USD)	6702	6809	7185	7589	8027	8524

Objetivo	Indicadores de Impacto	Valor Ano Base 2016	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Objetivo 2: Garantir a Sustentabilidade Económica e Ambiental	Número de Unidades de Produção Informal	33.288	32.733	32.178	31.624	31.069	29.959
	Posição no <i>Ranking Doing Business</i>	129	127	118	109	100	91
	Posição no <i>Ranking</i> de Competitividade Turística	86	80	75	65	50	45
	Entradas de turistas	644.429	728.204	832.489	954.032	1.093.321	1.249.666
	População com acesso à banda larga internacional (1000)	17	20	50	200	350	500
	Peso das energias renováveis no consumo de energia elétrica (%)	20.0	19.0	35.0	35.0	50.0	50.0
	Taxa de Crescimento do Crédito a Economia	3.6	5.7	5.9	5.6	5.0	5.8
	Dívida pública em percentagem do PIB pm	129.6	132.0	132.2	128.8	122.5	113.2
	Serviço da Dívida em percentagem das exportações (%)	16.6	17.1	18.6	16.5	16.9	16.4
	Cobertura florestal (ha)	90	90.5	93	98.5	108	121.5
	% áreas marinhas protegidas	1.6	1.6	1.6	1.6	1.6	2.2
Objetivo 3: Assegurar a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais	Taxa de incidência da pobreza (%)	35 (2015)	32.7	31.5	30.3	29.3	28.2
	Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto per capita (%)	1.7	2.8	5.6	5.6	6.2	7.1
	IDH	0,648 (2015)	0.660	0.666	0.674	0.681	0.690
	Coeficiente de Gini (Unidade)	0.46 (2015)	0.454	0.450	0.459	0.442	0.438
	Famílias em risco de insegurança alimentar e nutricional (%)	12.8	12.2	11.6	11	10.4	9.8
	População com ligação à rede pública de distribuição de água (%)	66.4	71.1	75.8	80.6	85.3	90.0
	População com acesso à eletricidade (%)	90.1	92.1	94.1	96.0	98.0	100.0
	Crianças de 5 a 17 anos que trabalham (%)	8.0	7.0	6.0	5.0	3.1	2.0

Objetivo	Indicadores de Impacto	Valor Ano Base 2016	Metas				
			2017	2018	2019	2020	2021
Objetivo 3: Assegurar a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias sociais e regionais	Taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascimentos	15.3	15.0	14.5	14.0	13.5	13.0
	Taxa de mortalidade materna (/100.000 partos)	47.0	39.0	29.0	21.0	12.0	9.0
	Taxa de cobertura de serviços essenciais de saúde (%)	60.0	61.0	62.0	63.0	64.0	65.0
	Cobertura da segurança social do regime contributivo (Segurados /Empregados) (%)	40.0	40.0	45.0	50.0	55.0	60.0
	Taxa líquida de escolarização 9º ao 12º ano (%)	52.1	52.0	53.0	55.0	57.0	60.0
	Taxa de desemprego jovem	42.9	38.6	34.6	30.1	25.8	21.5
	Déficit habitacional alargado (%)	40.0	36.0	32.0	28.0	24.0	20.0
Objetivo 4: Reforçar a soberania, valorizando a democracia e orientando a diplomacia para os desafios do desenvolvimento do país.	Taxa de participação dos cidadãos nas eleições autárquicas (%)	58.4				83.4	
	Percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Assembleia Nacional	17.0	17.0	17.0	17.0	17.0	29.0
	Taxa de resolução dos processos nos tribunais (%)	50.0	54.0	58.0	62.0	66.0	70.0
	Remessas de emigrantes em percentagem do PIB pm	11.1	11.5	12.2	13.0	13.7	14.3
	Peso das mulheres das Forças Armadas (%)		15.0	17.0	20.0	22.5	25.0

Quadro 15: Quadro Lógico do PEDS: Indicadores e Metas

5.2 Os Pilares Programáticos do PEDS

O PEDS tem uma estrutura programática distribuída em 3 pilares, com um total de 35 programas, incluindo um programa “Gestão e Administração Geral” - compreendendo aspetos administrativos de toda a máquina estatal e um

orçamento estimativo de ECV 389.838.559.283, para responder aos seus 4 macro objetivos.

Esta seção apresenta um descritivo de cada um dos três pilares, com informação sucinta de cada programa e a relação e a contribuição de cada pilar e de cada programa para a consecução dos objetivos do PEDS. Também, na ótica de ali-

nhamento internacional, os pilares e os programas estão ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis para os quais contribuem.

5.2.1 Pilar 1 - Economia: Um Novo Modelo de Crescimento Económico

O Pilar Economia compreende 20 programas.

Os setores de tutela destes programas são a

Economia, as Finanças, a Agricultura e Ambiente, a Cultura e as Infraestruturas.

Contribuindo, essencialmente, para os objetivos 1, 2 e 3 do PEDS e, marginalmente, para o objetivo 4, este pilar tem um orçamento indicativo, para o período 2017 – 2021, de ECV 133.013.916.004.

Os programas deste pilar são os seguintes:

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	Reforçar o papel do turismo como motor do crescimento inclusivo de Cabo Verde, através da criação de emprego decente, diversificação da economia e sustentabilidade social e ambiental – tendo como vector central o investimento privado.	MEE/MF	1, 2, 3, 4	1, 8, 9, 12, 5	3.881.591.228
CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	Desenvolver um aeroporto de logística de distribuição internacional de passageiros e carga e que articule os continentes e países ribeirinhos do Atlântico.	MEE/MF	1, 2	1, 8, 9, 10, 12, 17	110.000.000
CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	Desenvolver um porto de logística de abastecimentos de navios da frota internacional que passa ou se aproxima de Cabo Verde nas suas rotas, e de <i>transshipment</i> . Desenvolver transportes de qualidade, confiáveis, sustentáveis, resilientes para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano.	MEE/MF	1, 2	1, 8, 9, 10, 12, 14, 18	2.898.107.574

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
CABO VERDE PLATAFORMA FINANCEIRA	Transformação de Cabo Verde num Centro Internacional de Negócios, incluindo a criação de uma praça financeira internacional.	MF	1, 2	1, 5, 8, 12, 17	1.108.702.500
CABO VERDE PLATAFORMA COMERCIAL E INDÚSTRIAL	Desenvolver uma plataforma de localização de empresas e transformação de Cabo Verde num Centro Internacional de Negócios e de atração do IDE e de promoção da Iniciativa Empresarial Endógena.	MEE/MF	1, 2, 3	1, 5, 8, 9, 10, 12, 17	1.140.920.725
CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	Transformar Cabo Verde num centro de desenvolvimento da Economia Digital e Nano-tecnológica, posicionando o país como uma referência em África, em matéria de inovação e conhecimento. Desenvolver competências humanas e promover um ambiente de negócios à volta das TIC e da I&D.	MEE/MF	1, 2, 3	1, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 17	3.376.151.664
CABO VERDE PLATAFORMA DO INVESTIMENTO ÉTNICO	Desenvolver as condições passíveis de promover e incrementar a participação dos cabo-verdianos residentes no exterior e, também, favorecer a componente étnica na participação no desenvolvimento económico e social do País.	MEE/MF	1, 2, 3	1, 4, 5, 8, 10, 17	40.000.000

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS	Reforma das políticas, legislação e processos administrativos que influenciam o ambiente de negócios. Contribuir para o crescimento económico e criação de mais oportunidades de emprego, através da melhoria da competitividade e ambiente de negócios e da dinamização do investimento privado e crescimento do (peso) do setor privado na economia caboverdiana.	MEE/CHEGOV	1, 2	1, 5, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 17	652.887.835
VALORIZAÇÃO DAS ILHAS E RECURSOS ENDÓGENOS	Promover o desenvolvimento económico equilibrado, harmonioso e ecologicamente sustentável, transformando cada ilha numa economia em função da sua vocação.	CHEGOV	1, 2, 3	1, 8, 11, 12, 5	26.495.800.693
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	Fazer a transição para um setor energético, seguro, eficiente e sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e garantindo o acesso universal e a segurança energética.	MEE	1, 2, 3	1, 4, 7, 8, 5	3.254.752.002
CABO VERDE ACESSÍVEL	Desenvolver transportes de qualidade, confiáveis, sustentáveis, resilientes e equitativos para apoiar o desenvolvimento económico e o bem estar humano.	MEE	1, 2, 3, 4	17	158.100.000

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	Desenvolver Infraestruturas resilientes, de qualidade, confiáveis e sustentáveis e assegurar a conservação, exploração e manutenção da rede de infraestruturas públicas de acordo com as prioridades sectoriais para apoiar o desenvolvimento económico e social, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. Implementação, em parceria com o poder, de programas de equipamentos urbanos com impacto positivo na vida das mulheres;	MIOTH	1, 2, 3, 4	9	22.349.544.728
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	Criação e inovação das condições logísticas e tecnológicas para o aumento da produção e rendimento das explorações agropecuárias. Contribuir eficientemente para a gestão equilibrada e participativa das terras florestadas, de forma a garantir a resiliência dos ecossistemas e das populações rurais perante as alterações climáticas e a degradação das terras. Promover uma agricultura e uma agroindústria sustentáveis, inclusivas, modernas, competitivas, geradoras de rendimentos e socialmente reconhecidas.	MAA	2, 3	1, 2, 12, 5	10.900.377.943

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
ÁGUA E SANEAMENTO	Assegurar o direito à água e saneamento, garantir o acesso e a acessibilidade a serviços (água e saneamento) de boa qualidade, tendo em vista a qualidade ambiental, igualdade de género e inclusão social, a Saúde pública e prioritariamente a melhoria das condições socioeconómicas e o bem estar das populações em todo o território nacional.	MAA	2, 3	6, 12	42.878.124.350
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E QUALIDADE AMBIENTAL	Promover e preservar a biodiversidade como base dos recursos ambientais para a promoção de setores de atividade económica designadamente turismo, agricultura, silvicultura, pecuária, e pesca e implementar os Planos de Gestão das áreas protegidas. Garantir a qualidade ambiental, promover a cidadania ecológica e reforçar os sistemas de licenciamento e auditorias ambientais.	MAA	2, 3	1, 13, 12, 14, 15	2.327.054.544
GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, CLIMÁTICOS E GEOLÓGICOS	Dotar a instituição de tecnologias modernas e capacidade operacional para medir, armazenar e disseminar, de forma sistemática, informações meteorológicas, climatológicas, sismológicas e oceanográficas. Monitorização e vigilância meteorológica e geofísica, controlo de qualidade e disseminação de dados/informações importantes relativos ao estado do tempo, do mar, da qualidade do ar e do clima.	MAA	2, 3	13	2.338.324.482

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
REFORMA DO ESTADO	Garantir uma Administração Pública transparente, eficiente e inovadora, comprometida com a qualidade e alinhada com o tempo do utente e a estabilidade, credibilidade e a previsibilidade monetária e orçamental/Fiscal, visando a confiança macroeconómica.	MF	1, 2, 3, 4	16, 17	4.503.354.857
MELHORIA DA QUALIDADE DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO ESTATÍSTICA	Reforçar a capacidade institucional e a qualidade da produção de dados estatísticos	MF	1, 2, 3, 4	17	2.191.972.842
PROMOÇÃO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	Promover a investigação e a profissionalização do sector cultural e criativo, para o desenvolvimento, o fortalecimento da marca-país "Cabo Verde Criativo" e a cidadania, através do património histórico cultural, da incubação das MPME's, como atrativo turístico, garantindo o desenvolvimento sustentável a partir da alocação de investimentos potenciadores de criar emprego digno, gerando rendimento, valorização do capital humano e bem-estar social, corrigindo assim, as assimetrias regionais e os desequilíbrios sociais e culturais.	MCIC	1, 2, 3	1, 4, 5, 11, 16	709.815.663
PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO	Contribuir para o desenvolvimento sustentável através da investigação científica nos domínios económico, social e ambiental.	MEE/MAA	1, 2, 3	2, 12	1.698.332.374

5.2.2 Pilar 2 - Estado Social: Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades

O Pilar Social compreende 8 programas. Os setores de tutela destes programas são a Chefia do Governo, a Agricultura e Ambiente, o Desporto, a Educação, a Família e Inclusão Social, as Infraestruturas, o Ordenamento Territorial e Ha-

bitação, e a Saúde e Segurança Social.

Contribuindo, essencialmente, para os objetivos 1, 2 e 3 do PEDS, este pilar tem um orçamento indicativo, para o período 2017 – 2021, de ECV 118.804.460.324.

Os programas deste pilar são os seguintes:

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA	Organizar e implementar um sistema formal de Educação Pré-escolar universal, de qualidade. Garantir o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita até ao 8ºano de escolaridade. Melhoria do acesso equitativo, da qualidade e da relevância do Ensino Secundário (via geral), visando dotá-lo de competências, valores e capacidades essenciais para o prosseguimento dos estudos e para a vida ativa. Desenvolver um sistema de Ensino Superior de qualidade, sintonizado e coerente com os ODS e com o Programa de Governo, inclusivo, interventivo e promotor do empreendedorismo e da cidadania para o desenvolvimento sustentável.	ME	1, 2, 3	1, 4, 5, 10	49.449.241.251
PROMOÇÃO DE EMPREGO DIGNO E QUALIFICADO	Garantir a qualificação da força de trabalho em conexão com as áreas estratégicas da economia, contribuindo para a massificação do emprego jovem e das mulheres, pela via da dinamização do mercado de trabalho.	MEE	2, 3	1, 4, 8, 5	1.292.783.778

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO	Contribuir para a igualdade de género, garantindo, a efetiva e visível, participação da mulher em todos os domínios da vida social, económica e política, efetivando a transversalização da abordagem de género no processo de desenvolvimento do país.	MFIS	1, 2, 3, 4	1, 5	276.153.256
SAÚDE SERVIÇO EXPORTADOR	Promover um ambiente favorável ao investimento privado nacional e estrangeiro no sector do turismo da saúde.	MSSS	2, 3	3, 5	44.000.000
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE	Reforçar a prestação dos cuidados de saúde, assegurando a acessibilidade, a eficácia, a equidade e a humanização dos serviços. Reforçar as acções de promoção da saúde e contribuir para o desenvolvimento da investigação em saúde. Garantir o acesso a medicamentos essenciais e a tecnologias de saúde, adequados às necessidades da população, em particular de grupos específicos (crianças, adolescentes, homens, mulheres, idosos, LGBTI e pessoas com deficiência).	MSSS	1, 2, 3	1, 3, 5	18.981.459.913

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
GARANTIA DE ACESSO AO RENDIMENTO, À EDUCAÇÃO, AOS CUIDADOS E À SAÚDE	Contribuir para o combate às desigualdades sociais e à pobreza e contribuir para o aumento do rendimento para os mais vulneráveis, garantindo a estas famílias o acesso a serviços sociais de base (saúde, cuidados e educação) e criando as condições mínimas que lhes permitam assegurar o bem-estar e a qualidade de vida dos seus membros.	MFIS	2, 3	1, 10, 5	46.574.168.308
GARANTIA DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Contribuir para a proteção da criança e do adolescente contra situações de risco pessoal e social, assegurando-lhes adequadas condições de bem-estar, garantindo o efetivo respeito dos direitos da criança e do adolescente.	MFIS	3	16, 5	964.307.109
PROMOÇÃO DO DESPORTO	Generalizar a prática desportiva, dinamizando o envolvimento da sociedade civil à volta das estruturas da hierarquia desportiva, promover a inclusão social, a criação de riqueza e a imagem de Cabo Verde no mundo.	MDESP	1, 3	1, 3, 5	1.222.346.710

5.2.3 Pilar 3 - Soberania: Um novo modelo de Estado

O Pilar Soberania compreende 6 programas. Os setores de tutela destes programas são a Administração Interna, a Defesa, a Justiça e Trabalho, e os Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Contribuindo essencialmente para os objetivos 1, 2, 3 e 4 do PEDS, este pilar tem um orçamento indicativo, para o período 2017 – 2021, de ECV 43.693.590.676.

Os programas deste pilar são os seguintes:

Programa	Objetivo do Programa	Setor	Objetivo PEDS	ODS	Total ECV
MERCADO DE TRABALHO FLEXÍVEL E INCLUSIVO	Promover um ambiente laboral mais favorável e flexível	MJT	1, 2, 3, 4	1, 8, 5	206.141.698
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	Assegurar a defesa e a segurança nacional, visando a garantia do ordenamento constitucional democraticamente estabelecido.	MAI/MDN	1, 2, 3, 4	4, 16, 10, 5, 17, 8	20.989.706.597
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	Promover uma cultura de paz, de conhecimento e de defesa dos direitos e observância dos deveres dos cidadãos e uma Justiça eficaz, inclusiva e sensível ao género.	MJT	1, 2, 3, 4	1, 4, 10, 16, 5	8.636.764.777
DEMOCRACIA CONSOLIDADA E MODERNA	Garantir uma democracia mais participativa, visando a proteção e a promoção dos direitos dos cidadãos e o efetivo funcionamento do Estado de direito democrático, enquanto ativo para o desenvolvimento	MJT	1, 2, 3, 4	1, 4, 10, 16, 5	8.636.764.777
DIÁSPORA A 11ª ILHA	Proporcionar a integração, o bem estar e o empoderamento dos Caboverdianos e seus descendentes nos países de acolhimento, em termos sociais, económicos e políticos.	MNEC	1, 2, 3, 4	1, 8, 17	613.623.602
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA - NOVO PARADIGMA	Cabo Verde inserido de forma segura e vantajosa no Mundo, com vista ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, ao bem estar, à dignidade humana, à paz, à justiça social e à segurança à escala global.	MNEC	1, 2, 3, 4	1, 4, 8, 16, 17, 3	5.362.256.266

O PEDS compreende, ainda, um programa administrativo transversal para todos os ministérios.

Programa	Objetivo do Programa	Total ECV
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	Programas de gestão e apoio de todos os ministérios. Inclui as delegações regionais.	94.326.592.279

5.3 Regionalização do PEDS

Cabo Verde é um país de assimetrias regionais, decorrentes da sua insularidade que impõe, em muitos casos, a criação de unidades de produção de serviços básicos em todas as ilhas, não favorecendo economias de escala, mas também decorrentes de políticas públicas que não procuraram mitigar os custos da insularidade e apostaram na polarização, fazendo com que o ordenamento do território tenha ganho, tardiamente, a merecida centralidade, no âmbito das políticas de desenvolvimento.

Os jovens da Boa Vista, do Maio ou de São Nicolau não têm as mesmas oportunidades de acesso à formação, ao conhecimento e, por consequência, ao emprego, que os da Praia ou de São Vicente. Das 17.869 pessoas com formação superior, 74,4% nasceram em Santiago e São Vicente, mas 90,8% delas residem nestas duas ilhas. Cerca de 11,8% das pessoas nasceram em Santo Antão, mas apenas 2,8% ali vivem, enquanto 5,2% delas nasceram no Fogo e apenas 1,5% ali residem.

Através da oferta de serviços de cuidados de saúde de primeira referência, tanto do setor público, como do setor privado, os residentes de Santiago ou de São Vicente estão em grande vantagem em relação aos residentes das outras ilhas.

Relativamente aos serviços de turismo, 74,3% da capacidade de alojamento turístico e 77,9% da entrada de turistas estão concentrados apenas no Sal e Boa Vista. O PIB per capita das ilhas varia entre 6.342 dólares, na Boa Vista e 2.277 dólares, no Fogo. O valor da despesa média anual de con-

sumo individual na Boa Vista é de 290.934 ECV, 2 vezes mais do que em Santo Antão (142.713 ECV) e 2,3 vezes mais do que no Fogo (124.165 ECV).

Outrossim, não obstante a expansão da oferta de bens e serviços básicos e as políticas de inclusão e coesão social já implementadas, as desigualdades de rendimento e de consumo são muito pronunciadas, a ponto dos consumidores do 5º quintil terem um consumo anual acima de 10 vezes superior aos do primeiro quintil.

A redução das desigualdades e das assimetrias regionais é matéria de consenso a nível dos decisores políticos e constitui um compromisso internacional de Cabo Verde, enquanto país signatário da Agenda 2030, que propugna que ninguém ficará para trás. Num país de tão profundas desigualdades e assimetrias regionais, para que ninguém fique para trás, é necessário por um lado, que se promova a descentralização levando o poder, os serviços e a decisão à proximidade, para valorizar o potencial de desenvolvimento e gerar, a nível local, mais oportunidades económicas, políticas e sociais e a regionalização é a próxima vaga de descentralização que os cabo-verdianos escolheram e a economia requer.

A regionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 e a firme aposta do Governo na territorialização oferecem uma excelente oportunidade para se preparar as economias, a administração e a sociedade das regiões para a regionalização, mas, também, dotará o Governo e as autoridades locais de mecanismos de diálogo técnico e político e de discriminação positiva consentida, visando re-

duzir as assimetrias, valorizar as potencialidades das ilhas, mas, sobretudo, a visão local do desenvolvimento e as capacidades endógenas.

Os planos de desenvolvimento sustentável de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago Norte, Santiago Sul, Fogo e Brava realizarão políticas e investimentos públicos, visando, especialmente, melhorar o ambiente de negócio nas ilhas, sinalizarão oportunidades de negócios e permitirão a devida apropriação e melhor implicação do poder local e de outros agentes locais de desenvolvimento na execução dos programas nacionais de desenvolvimento. Estes planos facilitarão a implementação de programas como o *Start-up Jovem*, mas, também, criarão condições para que o Governo e os Municípios acordem um patamar de convergência, em termos de oportunidades sociais, económicas e de bem-estar. Nesta base, o Governo e os Municípios acordarão, para a execução do PEDS 2017-2021, medidas de discriminação positiva consentida para a correção progressiva e programada das desigualdades e assimetrias regionais.

A regionalização do PEDS representa um compromisso maior destes, pela qualidade e transparência das despesas públicas, de descentralização financeira, e traduzir-se-á em mais recursos e melhor intervenção do poder local na promoção da economia local, no atendimento da demanda social, isto através do Orçamento Geral do Estado, o principal instrumento de concretização dos planos e de gestão do desenvolvimento. Os programas sociais, da habitação, do rendimento social de inclusão, de bolsas de estudo para a formação profissional ou superior, ou os de transporte escolar atenderão, de forma diferenciada, as ilhas, segundo critérios públicos fixados em matéria de discriminação positiva.

O Governo e os Municípios empenharão, no âmbito da execução do PEDS 2017-2021, o melhor dos esforços para a preparação das ilhas para a regionalização. Para tanto, o Orçamento Geral do Estado para 2018 iniciará um amplo progra-

ma de reforço de capacidades dos Municípios, para aumentar a efetividade das atribuições municipais e, por esta via, a efetividade da descentralização. O reforço de capacidades inclui a modernização da administração municipal, pela via da racionalização de estruturas, do desenvolvimento de competências pela mobilidade, formação e criação de núcleos de competências nas Câmaras Municipais, pela modernização da administração fiscal, a gestão do conhecimento, a elaboração dos planos de desenvolvimento municipais, a implementação dos instrumentos de gestão previsional, ou seja do Quadro de Despesas de Médio Prazo, a gestão baseada em resultados nos Municípios e o reforço da autonomia técnica e financeira do poder local.

Serão valorizadas as soluções de intermunicipalidade, designadamente na operação dos serviços de água e saneamento, dos resíduos sólidos, do ambiente, do ordenamento do território, da saúde, da proteção civil e do desenvolvimento turístico.

Executado pela via dos Orçamentos Gerais do Estado de 2017 a 2021, o PEDS contribuirá para a integração do mercado nacional através da melhoria da acessibilidade das ilhas, melhorará o impacto do turismo no rendimento das famílias, o acesso à informação e ao conhecimento e reforçará o combate à exclusão digital. Graças à regionalização, o PEDS marcará um novo ciclo de governação, centrado nos resultados, valorizando as ilhas e os recursos endógenos, promovendo as economias das ilhas e uma focalização das intervenções públicas para a redução das desigualdades e para o crescimento económico inclusivo.

Uma abordagem região a região, síntese dos trabalhos de regionalização em curso, dos quais resultarão os planos regionais para as 10 futuras regiões de Cabo Verde é apresentada no capítulo Anexos. Em sede dos planos regionais, será detalhada a metodologia, devendo, aliás, estes serem submetidos ao escrutínio do poder e de outros agentes de desenvolvimento com relevância em cada região.

5.3.1 Metas Regionais

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Santo Antão	8.2	11.9	10.8	9.5	7.7	5.3
São Vicente	16.2	15.1	14.7	13.7	12.3	10.3
São Nicolau	11.3	14.9	13.8	12.3	10.4	8.0
Sal	8.3	7.2	7.2	6.5	5.9	4.5
Boa Vista	7.9	4.1	5.0	5.0	4.0	2.1
Maio	8.0	7.9	7.7	7.2	6.4	5.2
Santiago Norte	12.9	20.4	18.8	16.7	14.1	10.7
Santiago Sul	20.8	18.9	18.0	17.0	15.3	13.0
Fogo	8.9	11.8	11.2	10.3	8.9	7.0
Brava	4.6	6.5	6.4	6.0	5.2	4.1
Cabo Verde	15.0	15.8	15.1	13.8	12.1	9.7

Quadro 16: Evolução da taxa de desemprego por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Santo Antão	5395	5548	5924	6330	6774	7275
São Vicente	6941	7106	7556	8041	8571	9171
São Nicolau	6174	6224	6516	6826	7161	7540
Sal	10499	10355	10630	10944	11305	11743
Boa Vista	11414	10970	10993	11069	11197	11406
Maio	5315	5406	5689	5967	6237	6506
Santiago Norte	4590	4555	4949	5380	5853	6389
Santiago Sul	11326	11807	12514	13273	14094	15020
Santiago	6423	6523	6880	7265	7682	8157
Fogo	4818	4954	5290	5653	6048	6496
Brava	5304	5512	5948	6424	6947	7542
Cabo Verde	6702	6809	7185	7589	8027	8524

Quadro 17: Evolução do PIB/capita em dólares PPC por região

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	2.215.892	2.585.533	2.900.839	3.287.048	3.785.659	4.170.621
São Vicente	219.422	256.025	287.247	325.490	374.863	412.983
São Nicolau	26.476	30.893	34.660	39.274	45.232	49.832
Sal	914.696	1.067.280	1.197.435	1.356.857	1.562.679	1.721.587
Boa Vista	465.049	542.626	608.799	689.852	794.496	875.288
Maio	12.497	14.582	16.360	18.538	21.350	23.521
Santiago Sul	522.584	609.758	684.118	775.200	892.789	983.577
Fogo	55.168	64.371	72.221	81.836	94.250	103.834

Quadro 18: Evolução do movimento de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos do País por região

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Contribuição direta do turismo no (PIB %)	19	21.4	23.6	26.2	29	32.4
Receitas de de Turismo (milhões de escudos)	31042	36391	42880	50867	60469	73203
Santo Antão	468	549	647	767	912	1104
São Vicente	833	976	1151	1365	1622	1964
São Nicolau	53	63	74	87	104	126
Sal	15681	18383	21661	25696	30546	36979
Boa Vista	12662	14843	17490	20748	24664	29858
Maio	51	60	71	84	100	121
Santiago	1147	1345	1584	1880	2234	2705
Fogo	95	111	131	156	185	224
Brava	52	61	71	85	101	122

Quadro 19: Evolução da Contribuição Direta do Turismo no PIB por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	12.8	12.2	11.6	11	10.4	9.8
Santo Antão	11.1	10.5	9.9	9.3	8.7	8.1
São Vicente						
São Nicolau	8.6	8	7.4	6.8	6.2	5.6
Boa Vista	10.5	9.9	9.3	8.7	8.1	7.5
Maio	5.8	5.2	4.6	4	3.4	2.8
Santiago	11.7	11.1	10.5	9.9	9.3	8.7
Fogo	13.7	13.1	12.5	11.9	11.3	10.7
Brava	6.8	6.2	5.6	5	4.4	3.8

Quadro 20: Evolução da percentagem de famílias em risco de insegurança alimentar por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	33.288	32.733	32.178	31.624	31.069	29.959
Santo Antão	1.753	1.727	1.698	1.668	1.639	1.581
São Vicente	8.507	8.381	8.239	8.096	7.954	7.670
São Nicolau	557	549	539	530	521	502
Sal	1.040	1.024	1.007	990	972	938
Boa Vista	498	491	482	474	466	449
Maio	450	443	436	428	421	406
Santiago Norte	6.300	6.206	6.101	5.996	5.891	5.680
Santiago Sul	12.451	12.266	12.058	11.850	11.642	11.226
Fogo	1.422	1.401	1.377	1.354	1.330	1.282
Brava	249	245	241	237	233	224

Quadro 21: Evolução das unidades de produção informal por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	34	32.7	31.5	30.3	29.3	28.2
Santo Antão	45.9	45.1	44.6	44.0	43.7	43.1
São Vicente	27.4	25.6	24.7	23.8	23.1	22.3
São Nicolau	33.5	32.3	31.7	31.1	30.6	30.0
Sal	19.0	16.6	15.6	14.6	13.8	13.0
Boa Vista	8.3	6.9	6.3	5.8	5.3	4.9
Maio	31.7	29.6	28.5	27.2	26.0	24.6
Santiago Norte	48.0	45.7	44.5	43.3	42.3	41.2
Santiago Sul	29.8	27.2	26.0	24.8	23.8	22.7
Fogo	49.6	47.8	46.8	45.8	45.1	44.1
Brava	43.5	42.3	41.7	41.0	40.5	39.9
Total de pobres	180,621	175,815	171,386	166,796	163,159	158,822

Quadro 22: Evolução da incidência da pobreza por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	66.4	71.1	75.8	80.6	85.3	90.0
Santo Antão	80.1	82.1	84.1	86.0	88.0	90.0
São Vicente	65.4	70.3	75.2	80.2	85.1	90.0
São Nicolau	89.7	89.7	89.8	89.9	89.9	90.0
Sal	70.1	74.1	78.1	82.0	86.0	90.0
Boa Vista	36.0	46.8	57.6	68.4	79.2	90.0
Maio	77.8	80.2	82.7	85.1	87.6	90.0
Santiago Norte	65.1	70.1	75.1	80.1	85.0	90.0
Santiago Sul	63.3	68.6	74.0	79.3	84.7	90.0
Fogo	67.5	72.0	76.5	81.0	85.5	90.0
Brava	89.7	89.8	89.8	89.9	89.9	90.0

Quadro 23: Percentagem da população com acesso à rede pública de água por região

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	90.1	92.1	94.1	96.0	98.0	100
Santo Antão	87.8	90.2	92.7	95.1	97.6	100
São Vicente	94.2	95.4	96.5	97.7	98.8	100
São Nicolau	94.0	95.2	96.4	97.6	98.8	100
Sal	94.2	95.4	96.5	97.7	98.8	100
Boa Vista	89.9	91.9	93.9	96.0	98.0	100
Maio	86.4	89.1	91.8	94.6	97.3	100
Santiago Norte	82.0	85.6	89.2	92.8	96.4	100
Santiago Sul	92.9	94.3	95.7	97.1	98.6	100
Fogo	80.9	84.7	88.5	92.3	96.2	100
Brava	95.1	96.1	97.1	98.0	99.0	100

Quadro 24: Percentagem da população com acesso à electricidade por região

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total de remessas/PIB	11.1	11.5	12.2	13	13.7	14.3
PIB	163,381	170,053	181,695	194,149	208,515	225,938
Cabo Verde. Remessas dos emigrantes	18,135	19,556	22,167	25,239	28,567	32,309
Santo Antão	1,109	1,196	1,356	1,544	1,748	1,977
São Vicente	3,166	3,413	3,869	4,405	4,986	5,640
São Nicolau	604	651	738	841	952	1,076
Sal	727	784	889	1,012	1,145	1,295
Boa Vista	566	609	691	787	891	1,007
Maio	398	429	486	554	627	709
Santiago Norte	4,138	4,462	5,057	5,759	6,518	7,371
Santiago Sul	6,337	6,833	7,745	8,819	9,981	11,288
Fogo	853	920	1,043	1,187	1,344	1,520
Brava	238	258	292	332	376	425

Quadro 25: Evolução das remessas dos emigrantes por região. Em milhões de escudos

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cabo Verde	39.8	40.0	45.0	50.0	55.0	60.0
Santo Antão	34.8	38.1	42.9	47.8	52.5	57.3
São Vicente	52.0	52.6	59.9	67.3	75.0	82.8
São Nicolau	42.4	41.9	46.5	50.8	55.3	59.9
Sal	63.5	62.7	69.9	77.2	84.4	91.5
Boa Vista	56.2	54.1	59.2	63.9	68.6	73.2
Maio	30.4	29.9	34.1	38.1	41.9	45.5
Santiago Norte	18.3	18.6	21.2	23.9	26.6	29.3
Santiago Sul	43.2	42.9	48.0	53.0	58.1	63.2
Fogo	24.4	24.5	27.5	30.6	33.6	36.6
Brava	50.5	43.9	43.8	44.1	44.6	45.2

(*) Segurados/Empregados

Quadro 26: Evolução da taxa de cobertura da segurança social do regime contributivo (*) por região

Regiões	2016	2020
Cabo Verde	58.2	83.4
Santo Antão	69.6	83.4
São Vicente	52.7	83.4
São Nicolau	69.6	83.4
Sal	57.5	83.4
Boa Vista	63.5	83.4
Maio	72.6	83.4
Santiago Norte	65.7	83.4
Santiago Sul	47.2	83.4

Quadro 27: Participação nas eleições autárquicas por região

Estabilização da taxa de actividade no nível de 2016

Região	Redução da taxa de desemprego jovem para metade						Evolução do emprego jovem						Geração líquida de emprego jovem 2016-2021
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Santo Antão	21.4	19.2	17.1	15.0	12.8	10.7	2001	1937	1895	1848	1839	1842	-159
São Vicente	43.3	39.0	34.6	30.3	26.0	21.6	3596	3775	3954	4134	4316	4526	930
São Nicolau	36.2	32.6	29.0	25.3	21.7	18.1	492	517	527	542	560	572	79
Sal	22.8	20.5	18.2	15.9	13.7	11.4	2505	2721	2839	2951	3082	3250	746
Boa Vista	22.6	20.3	18.1	15.8	13.5	11.3	1072	1195	1261	1347	1425	1518	447
Maio	12.9	11.6	10.3	9.0	7.7	6.5	309	338	337	333	335	336	27
Sant. Norte	33.2	29.8	26.5	23.2	19.9	16.6	7999	7973	7995	7967	7933	7993	-6
Santiago Sul	58.5	52.6	46.8	40.9	35.1	29.2	6335	7219	8026	8815	9516	10333	3998
Fogo	22.8	20.5	18.3	16.0	13.7	11.4	1581	1559	1555	1549	1536	1559	-22
Brava	18.2	16.3	14.5	12.7	10.9	9.1	91	83	83	83	82	83	-9
Cabo Verde	42.9	38.6	34.3	30.1	25.8	21.5	25980	27317	28471	29569	30624	32012	6032

Quadro 28: Projectão do emprego jovem por região

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Santo Antão	0.618	0.624	0.632	0.640	0.648	0.657
São Vicente	0.656	0.662	0.670	0.677	0.685	0.694
São Nicolau	0.645	0.651	0.659	0.668	0.676	0.685
Sal	0.690	0.694	0.699	0.704	0.710	0.717
Boa Vista	0.703	0.705	0.709	0.712	0.717	0.722
Maio	0.630	0.636	0.643	0.649	0.656	0.663
Santiago Norte	0.619	0.623	0.632	0.641	0.650	0.660
Santiago Sul	0.693	0.700	0.707	0.714	0.722	0.730
Fogo	0.621	0.627	0.635	0.643	0.651	0.660
Brava	0.629	0.636	0.645	0.653	0.662	0.672
Cabo Verde	0.654	0.660	0.667	0.674	0.681	0.690

*Dados oficiais de 2015 apontam que Cabo Verde tinha o valor de IDH igual a 0.648.

Quadro 29: Evolução do IDH por Região



6. FINANCIAMENTO E MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PEDS

6.1 Mecanismos de financiamento do PEDS

O contexto de graduação de Cabo Verde a país de Rendimento Médio e de alto nível de endividamento exige uma nova abordagem em termos de mobilização de recursos para o financiamento do PEDS e do programa plurianual de investimento público (PPIP).

Embora parte da componente de infraestrutura do PEDS venha a ser implementada com recurso à empréstimos externos concessionais, o Governo tem em devida conta que, com a graduação a país de Rendimento Médio, o acesso ao financiamento concecional diminuirá paulatinamente, pelo que terá de conceber soluções para que, a médio-longo prazo, o país seja cada vez menos dependente deste tipo de ajuda externa, nomeadamente através do reforço da mobilização de recursos internos e da atração do investimento privado.

Assim, a mobilização dos recursos externos, para o financiamento do PEDS, continuará a ser liderada pelo Ministério das Finanças e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em coordenação com o Ministério da Economia e Emprego, através de uma diplomacia económica revigorada, junto dos parceiros bilaterais e das instituições financeiras multilaterais, como dos bancos e fundos de desenvolvimento, por forma a continuar a reforçar os laços de cooperação existentes com essas instituições.

Ainda, na qualidade de Pequeno Estado Insular e País de Rendimento Médio, vulnerável e pouco resiliente às mudanças climáticas, o Governo pretende desenvolver, com o apoio dos parceiros, um conjunto de novos instrumentos de financiamento, como por exemplo, uma plataforma dedicada ao Fundo Verde para o Clima (*Green Climate Fund* - GCF) e o Fundo Global para o Ambiente (*Global Environment Fund* - GEF), entre outras facilidades inovadoras para o financiamento ao desenvolvimento sustentável.

A ajuda tradicional continuará a ser importante e será prosseguida. Na verdade, ela poderá desempenhar um papel catalítico para alavancar estes outros tipos de financiamento. Por exemplo, um uso mais estratégico do financiamento para o desenvolvimento e dos fundos filantrópicos é a mobilização de financiamentos mistos, através de fluxos de capital privados. E, ao falar sobre investimentos privados, o Governo também explorará a possibilidade de desenvolver parcerias para investimentos de impacto. Existem investimentos que poderão ou não gerar retornos financeiros, mas que certamente terão impactos sociais e/ou ambientais benéficos e mensuráveis. Os títulos azuis (*Blue Bonds*), bem como os *swaps* de dívidas (*debt swaps*¹³) verdes e azuis também serão explorados, usando as lições aprendidas de outros países.

No entanto, para aceder à maioria destas fontes de financiamento, mais inovadoras e promissoras, potencialmente disponíveis para Cabo Verde, será necessário o desenvolvimento das capacidades técnicas nacionais nestas matérias. Em primeiro lugar, serão desenvolvidas as capacidades para mapear e compreender a natureza e o funcionamento de alguns destes instrumentos financeiros. Seguidamente, serão desenvolvidas as capacidades de concepção de projetos bancáveis, que possam atender aos requisitos de alto desempenho e baseados em resultados, associados a estes fundos, condições *sine qua non* dos atuais parceiros financeiros (tanto os privados, como os públicos). E, por fim, será fundamental o desenvolvimento de mecanismos de coordenação e implementação dos recursos mobilizados, de forma a criar sinergias e otimizar os resultados atingidos com a sua utilização.

Para um país como Cabo Verde, e pelas razões acima mencionadas, será estratégico concentrar-se no desenvolvimento de poucos, mas ro-

¹³ Transação em que uma dívida de divisas devida por um país em desenvolvimento é transferida para outra organização, desde que o país use a moeda local para um propósito designado, geralmente proteção ambiental.

bustos, projetos, que possam desencadear transformação estrutural (por exemplo, em água, energia, transporte, etc.). O apoio de especialistas internacionais para a transferência de conhecimentos e *know-how* de primeira linha, inclusive através de uma mais eficaz cooperação Sul-Sul e triangular, será fundamental para este fim.

É fundamental continuar a diversificar as fontes e mecanismos de financiamento, por forma a que se possa garantir a sustentabilidade da dívida a médio-longo prazo. Para controlar a dívida crescente e manter a capacidade de investimento, haverá uma aposta na melhoria da arrecadação das receitas do orçamento e maior envolvimento do setor privado nos investimentos prioritários. Portanto, serão implementadas ações que aumentem a receita fiscal, via o alargamento da base tributária, a redução da informalidade, a modernização e capacitação da máquina administrativa fiscal do Estado, a nível Central e Local, e a otimização das taxas, sem a penalização indevida às empresas. Assim como, medidas que estabeleçam um quadro apropriado para o aumento do financiamento do investidor privado, através de parcerias público-privadas (PPP), alavancagens via Bolsa de Valores, a fim de diminuir a carga do financiamento dos investimentos via Tesouro Público, melhorando igualmente a gestão das infraestruturas e serviços públicos.

Nesse sentido, o Governo deverá continuar a apostar fortemente na maior atração e diversificação dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), onde o Ministério da Economia, através da Cabo Verde TradeInvest, e as Câmaras de Comércio e de Turismo terão de desempenhar um papel ativo e agressivo na promoção e divulgação das oportunidades de negócio existentes em Cabo Verde. É também fundamental melhorar o ambiente de negócios e promover um amplo programa de captação e retenção do IDE, aprofundando e acelerando o processo contínuo de melhoria das políticas de enquadramento empresarial e de promoção de

políticas de investimento, de acordo com as melhores práticas reconhecidas internacionalmente. O setor privado terá de desempenhar um papel de relevo no processo de desenvolvimento do país.

Em paralelo, incentivar-se-á o mercado de ações primário e secundário, para que o mercado financeiro possa atingir uma massa crítica, que lhe permita desempenhar um papel importante no financiamento da economia e apoiar o desenvolvimento de uma plataforma financeira. Tal fato, exigirá o reforço de cooperação com os mercados internacionais e, internamente, uma campanha de informação pública que familiarizará os investidores e as empresas com as oportunidades de investimento e de financiamento, disponíveis através da Bolsa de Valores. Serão elaboradas novas estruturas reguladoras e fiscais para facilitar a listagem de empresas e dos principais setores (bancos, telecomunicações, turismo, construção, imobiliária) no mercado de ações.

O papel da canalização das remessas para o financiamento da economia, não será negligenciado. É inegável o impacto das remessas sobre o processo de desenvolvimento da economia nacional, e, portanto, serão direcionadas para o investimento, ao invés do consumo. Isso exigirá a disponibilização de produtos financeiros e oportunidades de investimento, melhor remunerados e mais seguros, como, por exemplo, a facilitação do acesso às propriedades de habitação, estimulando investimentos em fundos mútuos, e mais incentivos fiscais para a poupança financeira.

6.2 Apropriação nacional e intervenientes

O planeamento, a implementação, o seguimento/monitorização e a avaliação do PEDS foram concebidos de forma integrada, com o envolvimento de todos os intervenientes no Sistema Nacional do Planeamento (SNP). A execução processar-se-á através dos programas,

projetos e unidades, os quais contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos, tanto a nível dos planos estratégicos sectoriais, como do próprio PEDS.

A operacionalização do PEDS será assegurada com a implicação de vários intervenientes e atores sociais. O Governo, através das suas diversas estruturas e liderado pelo Ministério das Finanças, os municípios, as organizações da sociedade civil e o setor privado. O seguimento e a avaliação, sendo partes do próprio sistema, terão estes intervenientes em carácter participativo.

6.2.1 Operacionalização do Sistema de Planeamento

A operacionalização do PEDS processar-se-á através de uma abordagem integrada e alinhada com os instrumentos de planeamento de médio e curto prazo definidos pelo SNP, baseada na gestão por resultados dos programas públicos, com forte participação da sociedade civil e do setor privado na prestação de bens e serviços públicos.

6.2.2 Papéis e Responsabilidades

Ao nível central, o acompanhamento da execução física e financeira dos programas, projetos e unidades e a avaliação do desempenho são assegurados pelo MF. O acompanhamento da execução física e a avaliação de desempenho serão feitos pela Direção Nacional do Planeamento (DNP), que tem a função de i) coordenar tecnicamente a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos programas setoriais e transversais, de forma a garantir o respetivo enquadramento estratégico global, ii) conceber a metodologia de preparação e avaliação dos projetos de investimentos público, assim como executar o seguimento e a avaliação dos mesmos.

A execução financeira será efetuada pela Direção Nacional do Orçamento e da Contabili-

dade Pública (DNOCP), serviço central que tem por missão propor e executar a estratégia orçamental nacional, elaborar o Orçamento do Estado, coordenar e acompanhar a sua gestão.

No que se refere à fiscalização e controle orçamentais, as estruturas administrativas tradicionais (Inspeção Geral das Finanças e Tribunal de Contas) continuarão a exercer as suas atividades, mas num quadro reformado e reforçado, em conformidade com o plano de Ação de Reforma das Finanças Públicas.

Ao nível setorial, as Direções Gerais de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG), são responsáveis por coordenar a elaboração e controlar a execução, em matéria relativa à gestão física e financeira, dos instrumentos de planeamento de longo, médio e curto prazo, bem como o seguimento e a avaliação setoriais.

Também, em cada sector, existem os Gestores dos Programas que, juntamente com os DGPOGs, têm a função de coordenar todo o processo de definição e atualização dos quadros lógicos dos programas, particularmente os seus indicadores de impacto, assim como a integração e coesão do leque global de indicadores definidos, garantindo o alinhamento dos objetivos de projetos/unidades com os resultados dos programas em que se integrem. Os Gestores dos Programas, como implícito, são os principais responsáveis pela implementação dos projetos de cada programa sob a sua responsabilidade.

Para efeito de seguimento e avaliação, os gestores dos programas devem acompanhar e avaliar a execução do conjunto de projetos e unidades, em sincronia com os gestores de projetos e das unidades, de forma a favorecer a coordenação das actividades-chave para a realização dos produtos, que devem ser entregues pelos projetos e unidades, evitando, na medida do possível, a duplicação de esforços/atividades nas mesmas zonas de intervenção e assegurando que os objetivos do programa sejam alcançados.

Os Gestores de Programas e as DGPOGs de cada setor serão apoiados tecnicamente por um Agente de Seguimento e Avaliação, designado pela tutela do setor, para as áreas de seguimento e avaliação dos programas, projetos e unidades. Ainda, colabora com a DNP e o Sistema Estatístico Nacional (SEN) na recolha de dados dos indicadores dos respetivos setores.

As informações serão sistematizadas no Módulo de Seguimento e Avaliação (MSA), assentes no Sistema de Informação de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) e contribuirão para a maior eficiência na gestão dos escassos recursos nacionais, com base em resultados, e monitorizados e avaliados pela sua eficiência e eficácia.

6.2.3 Mecanismo de Seguimento/Monitorização e Avaliação

O Governo dará continuidade à implementação do SNP em todas as estruturas, reforçando o sistema de seguimento e avaliação, orientado para guiar a ação dos atores implicados na estratégia do desenvolvimento sustentável.

O seguimento e a avaliação abrangem o contínuo e sistemático acompanhamento da execução física e financeira dos programas, dos projetos e das unidades, dos instrumentos de planeamento e a análise da relevância, eficiência, eficácia, efetividade e dos impactos dos instrumentos de planeamento, com a finalidade de identificar os respetivos progressos e fragilidades, com vista a recomendar medidas corretivas para a otimização dos resultados

Através do sistema de seguimento e avaliação do PEDS, o Governo pretende assegurar as seguintes componentes:

- Seguimento da execução dos programas, projetos e unidades relacionados com os objetivos do PEDS:
 - O seguimento será aplicado principalmente aos programas e aos respetivos projetos e unidades;

- Os Programas de Gestão e Apoio estarão sujeitos a um seguimento financeiro básico.

- No início de cada ano orçamental, a DNP definirá, em articulação com os ministérios setoriais, os projetos e as atividades prioritários que serão sujeitos a acompanhamento especial, e estes deverão ser sujeitos ao processo de seguimento sistemático, durante o ano, para:

- Acompanhar a afetação de recursos orçamentais relativamente às atividades das unidades e projetos prioritários que compõem os programas finalísticos e de Investimentos respetivamente;
- Analisar as relações entre os *inputs* utilizados e os *outputs* produzidos, no quadro das unidades e dos projetos prioritários, que constituem os programas do PEDS;
- Avaliação do impacto das políticas e programas setoriais que contribuem para o alcance dos objetivos do PEDS:
 - A avaliação será realizada anualmente e será centrada na análise dos objetivos estratégicos do PEDS, seus programas e respetivos objetivos.
 - A avaliação será necessariamente aplicada a todos os programas de investimento e finalísticos.
 - Os relatórios das avaliações anuais dos Programas deverão indicar, no mínimo: a) o desempenho do programa até ao ano anterior (resultados intermédios alcançados) b) a análise dos objetivos originais e a sua comparação com o cenário atual; c) os principais condicionalismos observados para o cumprimento dos objetivos do programa; d) sugestões para superar os condicionalismos.

6.2.4 Plano de Seguimento/Monitorização

Será relevante a utilização do Quadro Lógico (QL), que constitui o instrumento de programação, representado por uma matriz que vincula o custo das atividades, os produtos

entregues no âmbito da execução dos projetos e das unidades e os objetivos dos programas. Os quadros lógicos dos programas, projetos e unidades devem ser inseridos no Módulo Informático de Seguimento e Avaliação (MSA).

Os gestores dos projetos e das unidades finalísticas devem atualizar mensalmente, as informações referentes à execução física, para conhecimento da evolução dos indicadores dos produtos, proporcionando a comparação da evolução dos valores observados com as metas anuais dos mesmos indicadores, alinhados com o nível da execução financeira.

6.2.5 Plano de Avaliação

A experiência mostra que não vale a pena recolher, processar e analisar informação se esta não for tornada acessível, validada e utilizada pelos decisores na formulação das políticas, programas, projetos e unidades e, ainda, disponibilizada ao público em geral.

A avaliação do instrumento de planeamento, a longo prazo, deve ser efetuada com frequência anual e encaminhada à DNP. A avaliação sistemática setorial e global será feita com recurso à Revisão da Despesa Pública (RDP). Os relatórios de Revisão das Despesas Públicas setoriais e globais são submetidos à apreciação dos Ministérios setoriais e ao Ministério das Finanças para apreciação e eventuais medidas de correção.

6.2.6 Comissão de Seguimento/Monitorização e Avaliação

Para efeito de seguimento/monitorização e avaliação dos programas, projetos e unidades deverá ser criada, por despacho conjunto entre o Ministro Finanças e cada Ministro setorial, uma equipa de seguimento/monitorização e avaliação - que inclui representantes da DNP, da DNOCP (gestores orçamentais) e representantes das DGPOGs setoriais - e que terá por mis-

são fazer a monitorização e a avaliação trimestral e anual, com recurso a RDP.

6.2.7 Sistema Estatístico Nacional

O Sistema Estatístico Nacional (SEN) é o conjunto orgânico integrado pelas entidades públicas, com a competência de executar a atividade estatística oficial de interesse social. A implementação da EDS será um referencial importante para a fixação das prioridades ao SEN, mas deverá também ser uma oportunidade para o reforço do SEN, tanto do ponto de vista da sua capacidade, como da disponibilidade de informação estatística. Para tanto, o Governo promoverá a criação de condições institucionais propícias ao desenvolvimento da atividade estatística.

O SEN deve fornecer informações através de um cronograma previamente estabelecido, que dê resposta às necessidades dos produtores e utilizadores de estatísticas oficiais para o seguimento e avaliação de planos estratégico-setoriais e dos programas do PEDS.

A capacidade de produção de dados sobre setores da administração governamental, inclusive o SEN, deve melhorar a capacidade para responder às necessidades de produção de dados estatísticos específicos para o S&A da implementação dos ODS e Roteiro de Samoa, designadamente, nas vertentes da qualidade; quantidade; frequência; desagregação; distribuição; disponibilidade; acessibilidade; integração sistemática dos dados nas políticas; implementação e sistematização de S&A em toda a administração pública; e utilização sistemática do S&A para avaliar o desempenho e os impactos.

No período do PEDS e no quadro da ENDE 2017-2021, serão analisadas as fraquezas dos Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística (ODINE), as necessidades de reforço de capacidades e de alteração do próprio modelo, senão

dos mecanismos de gestão do SEN. Será priorizado o reforço dos seus principais pilares, designadamente os Censos e Ficheiros de Unidades Estatísticas, as Contas Nacionais e a independência. O Censo 2020 deverá reforçar a qualidade e a utilidade das estatísticas e bases de dados censitários e atender, em especial, às necessidades de dados para o planeamento e gestão aos níveis local e regional, balizado nos ODS. Será dada especial atenção às contas nacionais, instrumento de síntese económica com o aprofundamento da reforma em curso, em diálogo com o Ministério das Finanças e o Banco de Cabo Verde, aumentando, assim, a sua utilidade e reforçando a credibilidade do INE e o diálogo e a cooperação com o Fundo Monetário Internacional. O alinhamento da ENDE com o atual ciclo de planeamento deve também traduzir-se no efetivo autogoverno do Sistema Estatístico Nacional, garantido pelo Conselho Nacional de Estatística (CNEST), afirmando-se os interesses dos utilizadores na fixação das prioridades, selecionando as melhores práticas e, sobretudo, centrando o compromisso com a ciência e a comunidade utilizadora. O INE e o CNEST providenciarão o reforço dos mecanis-

mos de análise e de utilização das estatísticas oficiais, tais como o Sistema de Informação do Mercado de Trabalho e o Observatório da Administração Pública.

Neste ciclo será priorizada a implementação de novas metodologias de medição do mercado de trabalho, com base nas Recomendações da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET) de 2013, a conformação do quadro metodológico das estatísticas oficiais às melhores práticas internacionais e a aprovação pelo CNEST, do essencial das metodologias estatísticas, enquanto garante da independência e do consenso alargado da comunidade científica e utilizadora de informação estatística. Ciente de que os investimentos e os avanços que Cabo Verde conheceu nos últimos 20 anos no domínio das TIC e, em especial, da governação eletrónica criam um grande potencial para a produção de estatísticas oficiais, será dada especial atenção à valorização das fontes administrativas que qualificarão as estatísticas económicas e sociais em diversidade, pertinência e qualidade, com a racionalização dos custos de produção.



7. RISCOS

A eficácia da gestão das políticas económicas depende da compreensão da natureza dos choques que afetam a economia e das suas interações económicas, como é o caso do setor externo, principalmente para os PPI como Cabo Verde, caracterizado por elevado grau de abertura económica e integração financeira, derivado do regime cambial existente e demais particularidades nacionais.

Neste sentido, a monitorização das economias parceiras do país, nomeadamente da Zona Euro, do Reino Unido e dos Estados Unidos, faz-se necessária para o melhor enquadramento macroeconómico do país, na medida em que influenciam a evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), do turismo, das exportações, das remessas externas e da ajuda orçamental.

O desempenho da economia mundial para o período 2017-2021 é marcado por alguns riscos e as taxas de crescimento estão abaixo das médias anteriores à crise de 2008. No caso particular da Zona Euro, apesar das revisões do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Julho de 2017, com projeções de alta para 2017 e 2018, a trajetória do crescimento tem sido descendente, desde 2016, com o crescimento a abrandar de 2%, em 2015, para 1,7%, em 2018. Ainda, de acordo com o FMI, existem dois problemas específicos na região que poderão condicionar o crescimento na região. O primeiro diz respeito ao fato de que, em alguns países da Zona Euro, os balanços dos bancos estão fracos e, mediante uma perspetiva desfavorável da sua rentabilidade, podem interagir com riscos políticos mais elevados e reativar os problemas de estabilidade financeira. O segundo diz respeito a um aumento das taxas de juro de longo prazo, que afeta negativamente a dinâmica da dívida pública e, consequentemente, as condições de financiamento.

Para o caso do Reino Unido, enquanto importante financiador da economia nacional e emissor de demanda turística, as projeções para a sua economia são marcadas por uma maior incerteza, relacionada com a votação do Brexit. E as projeções de crescimento dos EUA são condicionadas pela incerteza, pelo lado da política fiscal, apontando que a mesma será menos expansionista no futuro, do que o previsto anteriormente. Ainda, se destaca o risco de uma normalização da política monetária do *Federal Reserve System* (FED), mais rápida do que anteriormente esperada, com impactos nos mercados cambiais e de capitais globais.

Contudo, os riscos não se resumem somente aos de carácter externo, tendo sido identificadas fontes de riscos internos, nomeadamente, as reformas e ações relacionadas com o Ambiente de Negócios, Setor Empresarial do Estado, Diversificação das Fontes de Financiamento e a Operacionalização e Monitorização dos Programas e Projetos. Quando os reais impactos dessas reformas e ações forem mal identificados, tanto a nível da magnitude, quanto do tempo de realização, constituem vulnerabilidades, no que tange aos resultados do planeamento, entre os quais macroeconómico e orçamental e, por conseguinte, os relativos à sustentabilidade da dívida pública.

A melhoria radical do ambiente de negócios é fundamental para elevar o nível de investimento privado, gerar o crescimento e emprego, bem como a requalificação do turismo, enquanto fator gerador de escala e núcleo central do processo de desenvolvimento do país. Com a graduação de Cabo Verde a país de Rendimento Médio, o Governo tem que arquitetar novas fontes de financiamento, que passam pelo desenvolvimento do mercado de capitais, criação de fundos de garantia, pelo estabelecimento de Parcerias Público-Privadas e por contratos de concessão.

No que tange à reforma do setor empresarial do Estado, é importante avançar com o programa de Parcerias Público Privadas e Privatizações,

principalmente em relação às empresas públicas-chave, visando dinamizar os setores de atividade onde elas estão inseridas, criando, de forma direta e indireta, novas oportunidades, tanto para o IDE, como para os empresários nacionais.

Neste âmbito, o Governo tem que assegurar, de forma assertiva, a coordenação e a execução dos processos de privatizações e de parcerias público-privadas. Uma importante medida para mitigar o risco fiscal e orçamental que o Setor Empresarial do Estado representa foi a criação, em 2017, da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE).

No que diz respeito à operacionalização e monitorização dos programas e projetos, tem-se que criar as condições necessárias para a maximiza-

ção dos resultados do PEDS e para que existam, em todos os níveis do Governo e do poder local, ferramentas de planeamento concretas, visando a apropriada implementação do sistema nacional de planeamento, seguimento e avaliação, em consonância com os critérios de gestão de excelência pública, baseada em resultados. Nesse sentido, além da garantia de recursos humanos capacitados, exige-se um sistema de informação e estatísticas de qualidade, para que os processos de seguimento e avaliação sejam eficazes. Por último, é essencial a devida apropriação do PEDS por todos os intervenientes do SNP, enquanto instrumento de orientação estratégica, devendo traduzir-se num verdadeiro instrumento de trabalho para o sector produtivo e fazer parte da agenda corrente de desenvolvimento de Cabo Verde.



8. ANEXOS

8.1 O Processo de elaboração do PEDS

A anteceder a elaboração do PEDS, realizou-se a avaliação da estratégia anterior, o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III (DECRP III). Lições importantes foram retiradas, nomeadamente, no que diz respeito à apropriação do mesmo, enquanto documento orientador e estratégico para a definição e implementação das políticas setoriais. De acordo com a avaliação, “o DECRP III não se traduziu num verdadeiro instrumento de trabalho para o setor produtivo, nem mesmo para as instituições públicas. Não foi, em geral, suficientemente apropriado pelos Ministérios nem pelos seus dirigentes, não fez parte da agenda corrente do país”. A partir dessa apreciação global de uma equipa de consultores independentes, iniciou-se, então, a conceção do PEDS.

A elaboração do PEDS foi concebida, numa ótica participativa. Esforços foram encetados para garantir o envolvimento, tanto da administração pública central e dos governos locais, como de várias entidades e instituições nacionais, incluindo organizações da sociedade civil e do setor privado e, ainda, os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Em janeiro de 2017, realizou-se o evento de lançamento e a apresentação das bases para a con-

ceção do PEDS. O Programa do Governo (PG) da IX Legislatura e a Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são anunciados como os princípios orientadores para a estratégia de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, no período de vigência do PEDS. É, igualmente, constituído o Conselho Consultivo do PEDS (CC-PEDS) e várias reuniões foram realizadas durante o processo de preparação do Plano, visando a partilha e a recolha de subsídios dos diversos membros do CC-PEDS.

Orientado pela visão anunciada no Programa do Governo, foi realizado, de Janeiro a Fevereiro, o *workshop* Aplicação do “Foresight” no planeamento sustentável de Cabo Verde: Visão participativa, Planificação Resiliente e Soluções Inovadoras através do “Foresight” (prospecção), liderado por um perito internacional em desenvolvimento e com o apoio das Nações Unidas, com o objetivo de se pensar o desenvolvimento do país numa visão prospetiva estratégica. Esta ação de formação contou com uma participação massiva de várias instituições das diferentes esferas da sociedade cabo-verdiana, permitindo análises transversais das diversas vertentes do desenvolvimento. Formações sobre a integração da Agenda ODS no PEDS foram realizadas, adicionalmente, em três etapas, sob a orientação de especialistas das Nações Unidas.



Durante o mês de março de 2017, foi realizado o evento central para a preparação do PEDS. Tratou-se de um retiro, que decorreu de 20 a 31 de março e que permitiu constituir os vários grupos de trabalho (com representantes de todos os ministérios, municípios, sociedade civil, setor privado e parceiros de desenvolvimento), com temáticas transversais, cujo propósito principal foi de identificar e apresentar as propostas de programas, baseadas nas prioridades e áreas estratégicas anunciadas no Programa do Governo, tendo em consideração os três pilares do PEDS. O retiro, ainda, permitiu iniciar a preparação dos respetivos quadros lógicos dos programas, garantindo, *a priori*, o alinhamento dos objetivos e das metas dos programas setoriais e transversais com o PG e os ODS. Na sequência, deu-se continuidade aos trabalhos com os diversos setores, visando a conclusão das propostas de programas e estimativas de orçamentos dos mesmos, trabalho este que contou com a forte participação das equipas técnicas da DNP, DNOCP, INE e das Nações Unidas.

Destaque, ainda, vai para o processo de regionalização do PEDS, que permitiu trabalhar toda a problemática do Desenvolvimento Local, diretamente com todos os Municípios de Cabo Verde, a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) e a Unidade de Desenvolvimento Local (UDL). Durante esse processo, foram desenvolvidas várias ações de formação, que contaram com o suporte técnico da equipa da DNP, nomeadamente na componente de Planeamento Estratégico e Gestão Baseada em Resultados.

O Sistema de Planeamento de Cabo Verde tende para a integração e a articulação do ciclo de planeamento-programação-orçamentação, ligando as fases de planeamento estratégico e de orçamentação, quer numa perspetiva de longo prazo (como o Programa do Governo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), quer numa perspetiva de médio prazo (com os quadros Macroeconómico e de despesa de médio prazo), quer anual, com o Orçamento Geral do Estado.

O Governo de Cabo Verde adotou a abordagem por Programas, como nova metodologia de planeamento, o que permite a operacionalização faseada de um conjunto de novos princípios e práticas como o orçamento-programa e a gestão por objetivos. Com esta iniciativa, o Governo pretende alargar os conceitos de Orçamento-Programa e de gestão orçamental por objetivos à elaboração, apresentação e execução do Orçamento de Estado, na sua globalidade, incluindo todos os âmbitos do Setor Público, definindo e realizando gastos públicos, no quadro de programas detalhados por órgão, função, projeto ou atividades a desenvolver. O encadeamento é feito através da definição dos Programas. Assim sendo, os programas definidos no PEDS serão os mesmos programas que farão parte do QDMP e do OE (dos anos de vigência do PEDS).

8.2 O Cenário e as Projeções Macroeconómicas do PEDS

8.2.1 População

As projeções referentes à população nacional, fornecidas pelo INE, apontam para uma desaceleração da taxa de crescimento da população, em relação aos anos anteriores. Se, em 2010, a população total era de 494.040 habitantes, em 2021, prevê-se um total de 563.198 habitantes, representando um aumento de cerca de 69.159 habitantes, como pode ser verificado no Quadro 14.

Em relação à população por ilha, cabe mencionar que as projeções apontam para o aumento da população das ilhas da Boa Vista e do Sal, com um crescimento médio de 6,4% e 3,9% respetivamente, entre 2016 e 2021, dada a dinâmica do setor turístico. Em sentido contrário, as ilhas de Santo Antão, Brava, São Nicolau e Fogo são as que registam ligeira perda da população neste período, resultado da estagnação económica experimentada ao longo dos últimos anos, dado ao reduzido nível de investimentos e condições de emprego.

	2010	2016E	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
População Total	494 040	531 239	537 661	544 081	550 483	556 857	563 198
<i>Var. Anual</i>	1,36	1,22	1,21	1,19	1,18	1,16	1,14
Idade Média da População	26,57	28,31	28,60	28,89	29,18	29,48	29,79
<i>Var. Anual</i>	1,10	1,10	1,02	1,01	1,00	1,03	1,05
Taxa de Dependência	61,77	52,56	51,75	51,05	50,58	50,18	49,66
<i>Var. Anual</i>	-4,20	-1,68	-1,54	-1,35	-0,92	-0,79	-1,04
População Envelhecida	30 094	29 057	29 584	30 048	30 815	32 008	33 195
<i>Var. Anual</i>	0,10	1,61	1,82	1,57	2,55	3,87	3,71
Pop. Potencialmente Ativa	305 391	348 207	354 298	360 197	365 580	370 801	376 315
<i>Var. Anual</i>	2,80	1,81	1,75	1,67	1,49	1,43	1,49

Quadro 30: Dados Demográficos

Fonte: MF/DNP/INE. E - Estimativas, P - Projeções.

O crescimento moderado da população está relacionado com o maior grau de instrução das famílias, em decorrência de maiores investimentos na saúde e educação. Uma das implicações disso é o aumento da idade média da população cabo-verdiana de 26,6 anos, em 2010, para 29,8 anos, em 2021. Ademais, regista-se uma redução da taxa de dependência, explicada não somente pela mudança na estrutura populacional, como pelo aumento da população, economicamente ou potencialmente, ativa.

8.2.2 Rendimento, Pobreza, Desigualdade e Desemprego

Para 2021, as projeções apontam que o índice de Gini, consumo e renda, deverá situar-se nos 0,438 e 0,481, respectivamente, reflexo da implementação das políticas de redistribuição de renda e de redução da pobreza (absoluta e relativa), impulsionado pelas taxas de crescimento significativas do rendimento das famílias que se encontram no primeiro e segundo quintil.

189

INDICADORES/ANOS	2013E	2014E	2015E	2016E	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
DESIGUALDADE									
GINI Renda	0,494	0,493	0,496	0,493	0,489	0,487	0,484	0,483	0,481
<i>Var. Anual</i>	-0,40	-0,20	0,61	-0,60	-0,81	-0,41	-0,62	-0,21	-0,41
Gini Consumo	0,470	0,470	0,460	0,458	0,454	0,450	0,446	0,442	0,438
<i>Var. Anual</i>	-2,08	0,00	-2,13	-0,46	-0,87	-0,88	-0,87	-0,90	-0,88
POBREZA									
% Pobres Relativos	21,30	21,60	24,20	23,58	22,77	21,96	21,28	20,56	19,88
<i>Var. Anual</i>	-2,00	1,69	11,91	-4,90	-6,53	-6,76	-6,18	-6,22	-6,56
Pobres Relativos	110 936,00	114 100,00	129 227,00	125 270,00	122 442,00	119 505,00	117 155,00	114 475,00	111 963,00
<i>Var. Anual</i>	-0,89	2,85	13,26	-3,06	-2,26	-2,40	-1,97	-2,29	-2,19
% Pobres Absolutos	33,40	32,70	35,61	34,05	32,69	31,47	30,34	29,27	28,25
<i>Var. Anual</i>	-5,01	-1,93	8,91	-4,39	-3,98	-3,73	-3,59	-3,52	-3,50
Pobres Absolutos	173 875,00	172 468,00	186 906,00	180 882,00	175 777,00	171 244,00	167 034,00	163 012,00	159 081,00
<i>Var. Anual</i>	-3,93	-0,81	8,37	-3,22	-2,82	-2,58	-2,46	-2,41	-2,41
DESEMPREGO									
Taxa de Desemprego	16,4	15,8	12,4	15,0	15,8	15,1	13,8	12,1	9,7

Quadro 31: Indicadores de Rendimento, Pobreza, Desigualdade e Desemprego

Fonte: MF/DNP; INE. E - Estimativas, P - Projeções.

Até 2021, espera-se que, tanto a pobreza absoluta, como a relativa continuem a se reduzir, cumprindo assim os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do próprio Programa do

Governo para a legislatura (ver Quadro 15). Projeta-se que o número de pobres absolutos cresça dos 35% da população, em 2015, para 28,7%, em 2021; enquanto que a pobreza relativa,

que se situa nos 24,2% da população, decresça para 19,8%. Portanto, o crescimento económico, acompanhado de melhores políticas de redistribuição, possibilitará um aumento do rendimento disponível das famílias e a consequente redução da pobreza e da desigualdade.

Quanto ao desemprego, as projeções apontam que o mesmo se situará nos 9,7% da População Economicamente Ativa, em 2021. Tal resultado virá do sucesso da aplicação das políticas ativas do Governo, no que concerne ao emprego, nomeadamente dos estímulos ao setor privado, financiamento para as empresas, criação e cofinanciamento de estágios profissionais geradores e facilitadores de empregos, em parceria com o setor privado, e em articulação com o sistema de ensino, eliminação da contribuição para a segurança social que recairá sobre as empresas

quando recrutarem jovens e a promoção efetiva do empreendedorismo.

8.2.3 Enquadramento Externo da Economia Cabo-Verdiana

A dinâmica económica do país, em 2016, ficou marcada pela desaceleração do ritmo do crescimento da economia mundial e, em específico, dos países parceiros, como pode ser observado no Quadro 16. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que, em 2016, o crescimento económico mundial foi de 3,2%, sendo o menor valor desde 2009. Contudo, as projeções referentes ao ritmo do Produto Interno Bruto mundial indicam para um aumento (3,6%), em 2017. Os dados, no Quadro 16, mostram que, de 2017 a 2021, o PIB mundial crescerá a uma taxa média de 3,7%, impulsionado, em grande parte, pela dinâmica das economias emergentes.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mundo	3,5	3,5	3,6	3,4	3,2	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8
Zona Euro	-0,9	-0,2	1,3	2,0	1,8	2,1	1,9	1,7	1,6	1,5
EUA	2,2	1,7	2,6	2,9	1,5*	2,2	2,3	1,9	1,8	1,7
Reino Unido	1,3	1,9	3,1	2,2	1,8*	1,7	1,5	1,6	1,7	1,7
África Sub-sahariana	4,4	5,3	5,1	3,4	1,4	2,6	3,4	3,4	3,7	3,8

Quadro 32: Crescimento Real do Produto Interno Bruto

Fonte: FMI, abril 2017. * Estimativas

No que diz respeito à evolução do nível geral de preços mundial, os dados apresentados no Quadro 17 mostram que, em 2016, os preços cresceram em 2,8% e as previsões do FMI indicam para um aumento desse indicador, em 2017, em 3,2%, sendo fortemente influenciado

pelo comportamento do preço do petróleo, tendo esse último um aumento esperado de 17,4%. Espera-se, ainda, um crescimento nos preços dos alimentos, para 2017, de 3,6%. Para os demais períodos até 2021, as projeções indicam estabilidade nos preços dos alimentos.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mundo	4,1	3,7	3,2	2,8	2,8	3,1	3,3	3,3	3,3	3,2
Zona Euro	2,5	1,3	0,4	0,0	0,2	1,5	1,4	1,7	1,8	1,9
EUA	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3*	2,1	2,1	2,6	2,4	2,2
Reino Unido	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7*	2,6	2,6	2,2	2,1	2,0
África Sub-sahariana	9,3	6,6	6,3	7,0	11,3	11,0	9,5	8,6	8,3	8,0

Quadro 33: Evolução da Taxa de Inflação

Fonte: FMI, abril 2017. * Estimativas

Ao analisar os números da economia da Zona Euro, verifica-se uma retoma no ritmo da atividade económica, ligeiramente superior às expectativas anteriores, derivada do quadro macro-

económico mais robusto, assente no aumento da procura interna, apoiada pela continuação da política monetária expansionista e progressivas melhorias no mercado de trabalho (com pro-

jeções do desemprego para níveis menores do que um dígito), tornando-a menos vulnerável a choques externos. Ademais, em função das reformas, no âmbito institucional da região, após a crise financeira, as instituições encontram-se mais sólidas e, gradualmente, os rácios de alavancagem convergem para níveis mais sustentáveis.

No tocante ao comportamento do nível geral de preços na Zona Euro, as projeções apontam para uma taxa de inflação de 1,5%, em 2017, valor superior ao registado em 2016 (0,2%). À semelhança dos preços mundiais, a inflação na Zona Euro é justificada pela subida dos preços do petróleo e pelo aumento do consumo interno. Para os demais períodos, até 2021, tem-se a tendência estável no nível geral de preços, com uma média da taxa de inflação de 1,7%.

A dinâmica da economia do Reino Unido, marcada pela incerteza de políticas económicas relacionadas com a votação do Brexit, assinala perspectivas de crescimento do PIB real, para 2017. Segundo o FMI, o crescimento do PIB será de 1,7%, valor inferior ao de 2016, em 0,1 p.p. Para 2018, as previsões indicam que esse valor situar-se-á em torno de 1,5%, e para os demais períodos em 1,7%. A taxa de desemprego estimada para a região, de 2017 até 2021, apresenta mudanças, em relação ao observado no período de 2012 a 2016, passando de uma média de 6,4% para 4,5%. Quanto aos preços internos, os dados apontam para uma aceleração da inflação, saindo dos 0,6%, em 2016, para 2,6%, em 2017. A média de inflação, para o período de 2017 – 2021, é de 2,3%.

No caso da Economia dos Estados Unidos da América, as previsões do FMI apontam para o aumento do ritmo da atividade económica, para 2017 e 2018, com o crescimento do PIB real a situar-se em 2,2% e 2,3%, respetivamente, decorrente da aceleração da atividade produtiva, na segunda metade de 2016, e das perspectivas de uma maior despesa pública, em função do es-

timulo fiscal e de investimentos em infraestrutura. Derivam desse quadro, melhorias no mercado de trabalho e o incremento no nível de preços. A taxa média de desemprego, projetada entre 2017 e 2021, é de 4,3%, valor inferior à média do período entre 2012 e 2016 (6,3%). A taxa de inflação média estimada é de 2,3%, valor que supera o registado entre 2011 e 2016 (1,3%).

Para o caso da África Subsaariana, o ano de 2016 ficou marcado pela desaceleração no processo de crescimento económico, devido a um conjunto de fatores, nomeadamente a baixa dos preços das *commodities*, abrandamento da economia mundial, em especial da China, enquanto grande demandante das matérias primas e promotor do investimento estrangeiro direto. Acrescenta-se, ainda, os efeitos negativos dos conflitos no continente, como o caso da Líbia.

Já, para 2017, as projeções do FMI indicam que o crescimento real do PIB deverá situar-se em 2,6%. De acordo com o *African Economic Outlook* 2017, tal crescimento será impulsionado pelo aumento esperado dos preços dos *commodities*, aumento da procura privada, melhoria na gestão das políticas macroeconómicas e maior diversificação da economia, sobretudo no setor de serviços e de indústria ligeira. O investimento estrangeiro direto e as remessas de imigrantes continuam a ser as fontes de financiamentos mais importantes para o continente e a previsão é que os seus valores superem os registados em 2016.

8.2.4 Dinâmica da Economia Cabo-Verdiana

A evolução da economia cabo-verdiana, no período 2017-2021, enquadra-se num contexto externo de retoma da atividade económica mundial, com particularidade para a Zona Euro e, em paralelo, enquadra-se nas políticas do Governo, que estarão direcionadas para promover um crescimento económico sustentado, no médio prazo, permitindo, por um lado, a redução do desemprego, fundamentalmente na camada ju-

venil e, por outro lado, criar condições para o aumento do poder de compra das famílias.

Entretanto, face às incertezas em relação à economia mundial, a análise das políticas macroeconómicas e a gestão dos riscos devem considerar as questões económicas nacionais, numa perspetiva global. Portanto, o Quadro Macroeconómico 2017-2021 contempla dois cenários:

- 1º - Cenário Base - refere-se a uma situação de *status quo*, sem medidas de política, apresentando um panorama de maior incerteza, no que diz respeito à recuperação da economia mundial, fraca dinâmica do investimento privado e recuperação progressiva do setor do turismo.
- 2º - Cenário PEDS - cenário com medidas de programas setoriais e de políticas macroeconómicas, estruturais e sociais do país, para um período de médio e longo prazo. Conta, ainda, com um crescimento mais sustentado da economia mundial; maior dinâmica do investimento privado; aumento das remessas de emigrantes; recuperação mais significativa do setor do turismo, consequente com o aumento do número de turistas e investimento direto estrangeiro no país.

8.2.5 Produção

As projeções do crescimento económico estão baseadas em funções *Cobb-Douglas* setoriais (primário, secundário, alojamento e restauração, administração pública e outros setores, transportes e telecomunicações). Os fatores de produção considerados são: *stock* de capital e a população empregada nos diferentes setores. Pressupõe-se que a população, em ambos os cenários acima referidos, segue a mesma tendência, no entanto, como no PEDS a conjuntura de investimentos é mais favorável, o *stock* de capital difere do cenário base.

No cenário PEDS, que incorpora ações de políticas que visam a melhoria do ambiente de negócios nacional, redução da informalidade da economia, requalificação do turismo e atracção do investimento estrangeiro direto, as projeções apontam para um crescimento médio do PIB Real, em torno de 5,8% e atingindo 7,0%, em 2021. Quando se consideram as projeções para o cenário base, constata-se que o PIB real crescerá a uma taxa média de 4,3%.

Indicadores/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB Nominal	150 351	153 723	154 436	158 699	163 381	170 053	181 695	194 149	208 515	225 936
Var. Anual	1,6	2,2	0,5	2,8	3,0	4,1	6,8	6,9	7,4	8,4
PIB Real	136 955	138 054	138 898	140 297	145 652	152 231	160 274	169 763	180 423	193 132
Var. Anual	1,1	0,8	0,6	1,0	3,8	4,5	5,3	5,9	6,3	7,0

Quadro 34: Evolução do PIB Real e Nominal

Fonte: MF/DNP

A nível setorial, os resultados apontam para o contínuo crescimento do setor primário, na decorréncia dos níveis de investimentos passados, bem como das ações em curso, nomeadamente melhorias das infraestruturas rurais, promoção do setor das pescas e empresarialização das atividades. No setor secundário, as projeções indicam significativas melhorias na produtividade, como resultado da aposta na industrialização, visando a melhoria da oferta interna e o aumento do contributo para a capacidade exportadora do país. O setor terciário, representado por alojamento e restauração, administração pública e outros se-

tores, figura como aquele de maior crescimento, refletindo o efeito contágio do turismo, dentro desse setor.

No que diz respeito às componentes da demanda agregada, verificam-se significativas diferenças no comportamento das variáveis, em relação ao período anterior (2012 a 2016). Um fator importante nos comportamentos agregados é o consumo das famílias. Conforme o Gráfico 14, verifica-se um aumento significativo, com o rácio consumo privado/PIB, passando de 64,7% para uma média de 70,3% no período 2017 a 2021. A trajetória do con-

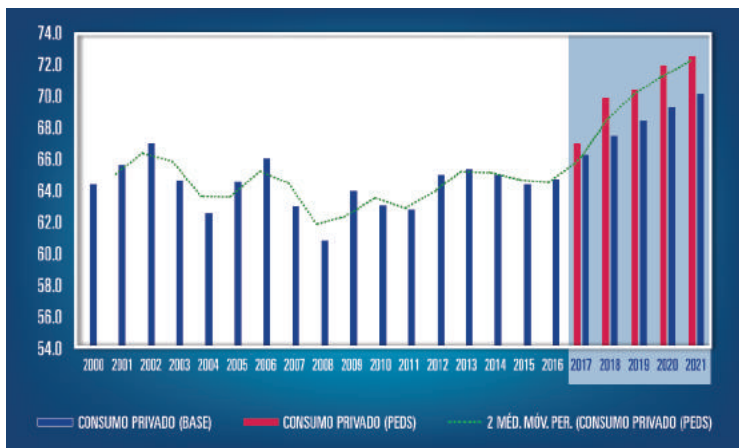


Gráfico 11: Evolução do Consumo Privado (% do PIB).

Fonte: MF/DNP

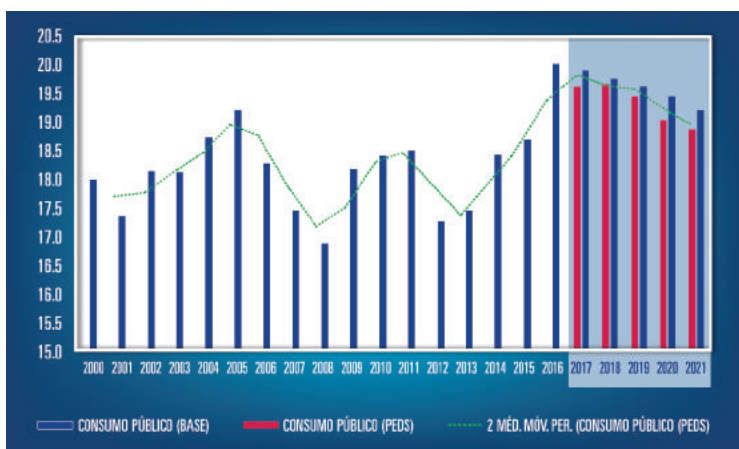


Gráfico 12: Evolução do Consumo Público (% do PIB).

Fonte: MF/DNP



Gráfico 13: Evolução do Investimento Privado (% do PIB).

Fonte: MF/DNP

sumo deriva do aumento da renda disponível das famílias, como já mencionado.

No caso do consumo público, as projeções (Gráfico 15) indicam uma tendência de redução em relação ao PIB, refletindo o compromisso do Governo com a disciplina fiscal e a consequente estabilida-

de macroeconômica. Sendo assim, inclui uma maior promoção da qualidade e da cultura de resultados, na realização das despesas públicas, traduzindo-se em incrementos de eficiência do Governo, na utilização dos recursos públicos.

O contributo do investimento do setor privado para o crescimento económico é decisivo para o processo de crescimento e desenvolvimento do país. No Gráfico 16, estão os dados estimados da razão entre investimentos privados e o PIB, que mostram uma melhoria na dinâmica dos investimentos, conduzida pelo continuado aumento da confiança dos agentes privados, revertendo o comportamento de estagnação que se verificou nos últimos anos.

No cenário PEDS, a razão investimento Privado/PIB manter-se-á numa taxa média de 34,7%, enquanto que, no cenário base, situar-se-á em 29,1%. O que está na base desse resultado é o conjunto de reformas em curso, visando a melhoria do ambiente de negócios nacional, sobretudo na fiscalidade, segurança jurídica, acesso ao financiamento, instalação de uma máquina pública *pró-business*, que remova os obstáculos e os custos associados ao investimento, entre outros.

No caso do investimento público, as projeções no Gráfico 17 indicam uma tendência de redução em relação ao PIB, estando em consonância com o compromisso do Governo com a disciplina fiscal e a estabilidade macroeconómica. Neste sentido, o Governo criou o Sistema Nacional de Investimentos (SNI), visando assegurar maior impacto e benefício económico e social no país, por parte dos investimentos realizados, respeitando, naturalmente, a restrição orçamentária e garantindo maior eficiência dos mesmos.

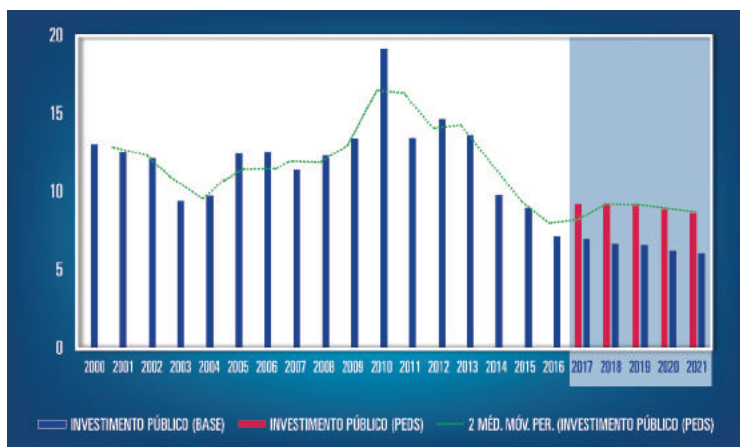


Gráfico 14: Evolução do Investimento Público (% do PIB).

Fonte: MF/DNP

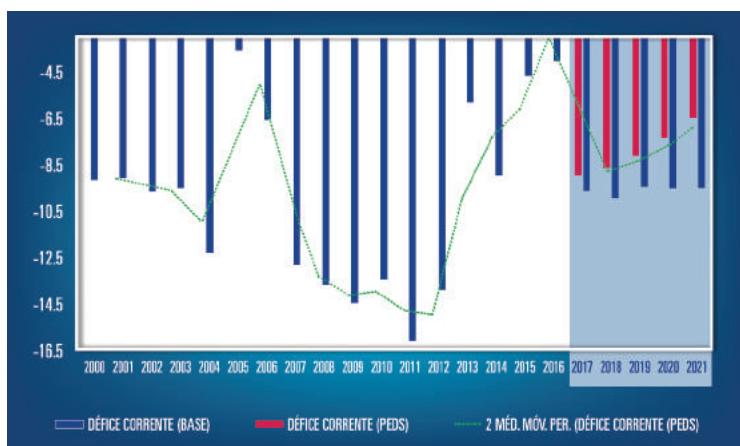


Gráfico 15: Evolução do Déficit da Conta Corrente (% PIB nominal).

Fonte: MF/DNP

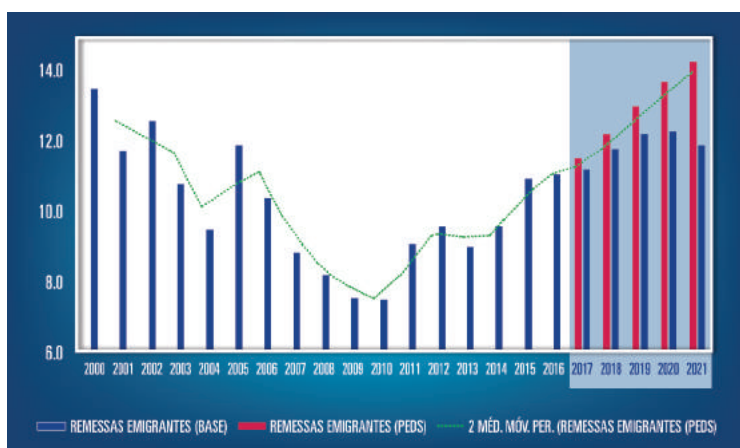


Gráfico 16: Evolução das Remessas dos Emigrantes (% PIB nominal).

Fonte: MF/DNP

8.2.6 Setor Externo

As projeções para o setor externo da economia nacional retratam melhorias no indicador de segurança externa da economia, representadas por

meses de importações, garantidas pelos níveis de reservas disponíveis e redução no déficit da conta corrente. No Gráfico 18, pode-se notar que, no cenário PEDS, tal déficit situar-se-á em 7.9% do PIB, enquanto que, no cenário base, o valor médio passa para 9.8% do PIB. O que explica esse resultado são as promoções do investimento nos setores das pescas e agricultura, com as suas respetivas qualificações vocacionadas para a exportação e a exportação de serviço turístico.

Quanto às exportações de bens e serviços, estas deverão aumentar a sua *performance*, durante o período do PEDS, impulsionada pelo aumento das exportações de serviço turístico, de produtos agrícolas (melhoria dos métodos de produção – hidroponia e agricultura de estufa –, gestão eficiente dos recursos hídricos – barragens) e da exportação do pescado (promoção de *joint-ventures* e fomento da integração de toda a cadeia das pescas na economia do mar). Realça-se, ainda, o papel do turismo, como fator gerador de grande parte da cadeia produtiva nacional, consequentemente, da melhoria da balança de serviço e da conta corrente. Já as importações deverão aumentar, ao longo do período de referência, devido à melhoria na dinâmica económica interna. O aumento previsto para o IDE contribuirá positivamente para o aumento das importações de bens, sobretudo os bens de capitais.

Outro importante elemento, no processo de redução da pobreza e melhoria na qualidade de vida das famílias cabo-

-verdianas, são as remessas de imigrantes. Com a melhoria da conjuntura económica e financeira internacional projetada pelo FMI, principalmente dos países parceiros de Cabo Verde, espera-se

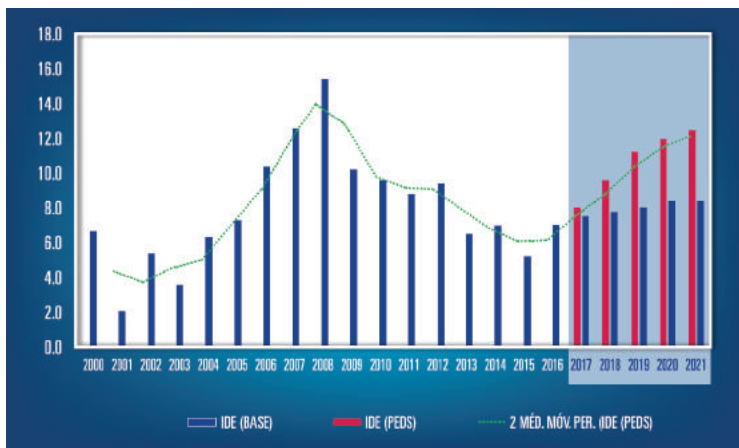


Gráfico 17: Evolução do Investimento Direto Estrangeiro (% PIB Nominal).

Fonte: MF/DNP

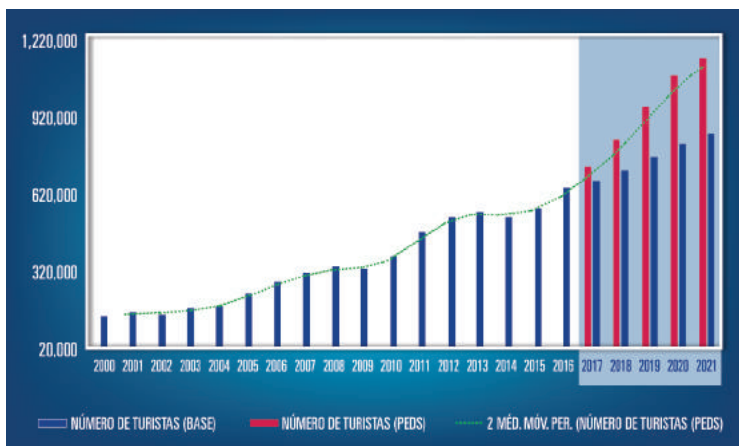


Gráfico 18: Evolução do Número de Turistas.

Fonte: MF/DNP

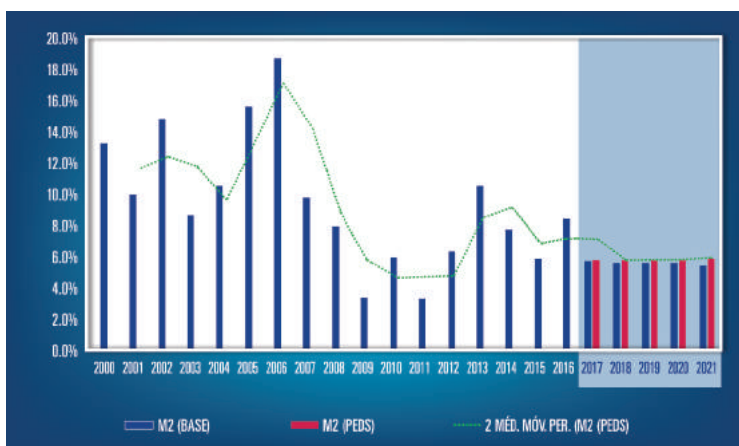


Gráfico 19: Evolução da Massa Monetária.

Fonte: MF/DNP

que as remessas se mantenham numa dinâmica favorável e com relativo peso na economia nacional. Para o cenário PEDS, as projeções apontam para um peso médio, entre 2017 e 2021, em torno de 12.9% do PIB, enquanto que, para o cenário base, esse valor é de 11.9%.

O desempenho da balança financeira depende fortemente da evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Portanto, a captação de recursos proveniente do IDE deverá melhorar as condições de financiamento à atividade produtiva nacional. Pois, este último constitui um desafio para o fomento do setor privado, como promotor do crescimento económico. O peso médio do IDE no PIB, para o cenário base, é de 8,0% e, para o cenário PEDS, é de 10,6%, ressalvando o aumento considerável do denominador (Gráfico 20).

A promoção do destino turístico e da marca do país, junto dos principais promotores e mercados emissores, fará aumentar o fluxo de entrada de turistas. Correlacionadas com este último, a promoção dos investimentos, num contexto de contratualização da parceria pública e privada, juntamente com a promoção e a qualidade da marca Cabo Verde, e a organização das interfaces em aeroportos, portos e em todos os roteiros e facilidades em pontos estratégicos, contribuem, também, para o aumento de entrada de turistas.

Portanto, uma melhoria notável nesses fatores contribuirá para a melhoria no fluxo de turistas, em diferentes ilhas, com impacto significativo nos níveis de vida das pessoas, devido à cadeia de valores geradas por este setor (efeito contágio). Com as reformas, a nível turístico, em curso, espera-se que, no cenário PEDS, o país alcance, até 2021, o marco de 1.2 milhões de turistas, enquanto que,

no cenário base, projeta-se 862 mil turistas.

8.2.7 Setor Monetário

A política monetária, durante o período do PEDS, deverá permanecer acomodatória, orien-

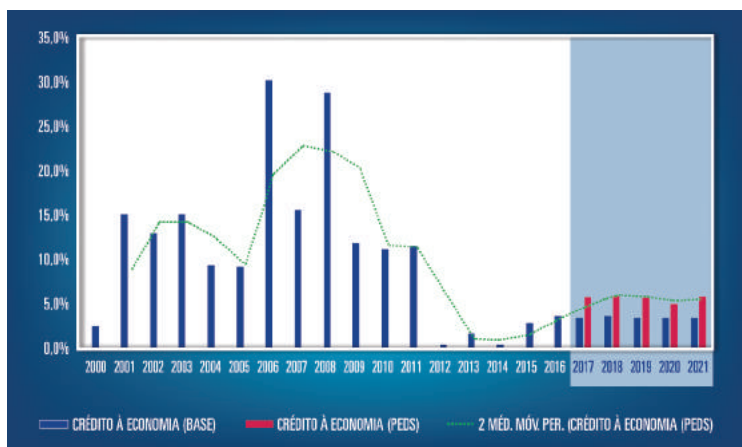


Gráfico 20: Evolução do Crédito à Economia.

Fonte: MF/DNP

tada para a estabilização das reservas externas e a preservação da estabilidade financeira, pese embora algum foco na dinamização do crédito à economia. Nessa sequência, a massa monetária deverá crescer, em média, 5,8%, no cenário PEDS e 5,3%, no cenário Base, conforme o Gráfico 19.

O crédito à economia, que tem sido retratado como um dos constrangimentos ao setor privado nacional, crescendo à taxa média de 1,7%, durante o período 2012 a 2016, deverá crescer durante o período 2017 a 2021, em termos médios 5,6%, no cenário PEDS, e 3,2%, no cenário Base.

8.2.8 Preços e Deflator

O comportamento dos preços, em Cabo Verde no ano de 2016, foi negativo, com a inflação registando -1,4%, impulsionada, principalmente,

pela queda dos preços das rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, transportes, e produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

Geralmente, os preços em Cabo Verde apresentam uma forte componente importada. As previsões indicam uma interligação significativa entre as mudanças nos preços internacionais, dos parceiros económicos, nomeadamente Portugal (pelo peso relativo nas im-

portações nacionais, 49,6%, em 2016), com as alterações nos preços internos. Neste sentido, as projeções incorporam, além da dinâmica interna, também, a evolução dos preços externos.

No Gráfico 21 está ilustrado o comportamento dos preços para ambos os cenários, com destaque para um maior aceleração no cenário PEDS, em que a taxa de inflação atinge um valor médio de 1,5%. Já, no cenário base, esse valor situar-se-á em torno de 1,0%. Analisando o comportamento dos preços, por categorias, no cenário PEDS, verifica-se que as rubricas transportes, bebidas alcoólicas e tabaco, produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e Hotéis e Restauração são as que apresentam maior aceleração. Tal resultado reflete o efeito contágio do turismo na economia nacional.

Quanto às projeções do deflator, este acompanha a tendência do nível de preços, com ligei-

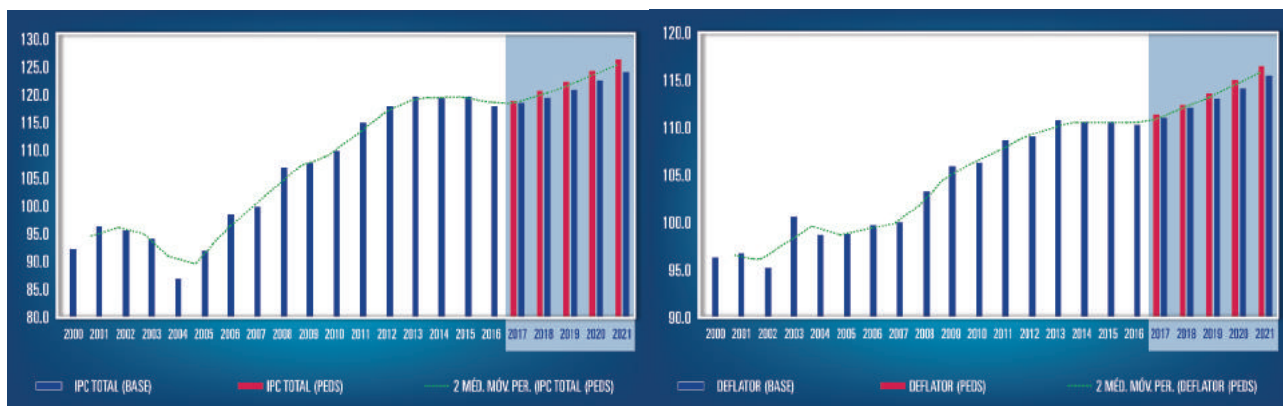


Gráfico 21: Evolução do Índice de Preços e Deflator.

Fonte: MF/DNP

ro aumento ao longo do período. Analisando os deflatores setoriais, verifica-se que o setor primário e o de alojamento e restauração são os que apresentam maior tendência de alta, explicada pelo aumento da demanda interna e do turismo.

8.3 Regionalização por Ilha

I. SANTO ANTÃO

Com uma superfície de 785 Km² e uma população de 39.923 habitantes, equivalente a uma densidade de 50,9 habitantes por Km², Santo Antão é a quarta região do País, em termos populacionais, albergando cerca de 7,5% da população residente. Santo Antão é uma ilha que perde população, passando de 36.000 habitantes, em 1940, a 37.140 habitantes, no horizonte do PEDS (2021) e 33.066 habitantes, em 2030, devido sobretudo à migração interna, especialmente para São Vicente, onde residem, pelo menos, 16.535 naturais daquela ilha. Nesta ilha, cerca de 63,2% da população tem 15 a 64 anos de idade, ou seja, está em idade de criar riqueza e deverá crescer e atingir 65,1%, no horizonte do PEDS. O número médio de anos de estudo está ligeiramente abaixo da média nacional, que é de 7,7 anos. Santo Antão alberga 11.339 agregados familiares, com dimensão média de 3,5 membros, chefiados maioritariamente por homens (63,6%) e continua a ser uma das ilhas mais pobres de Cabo Verde, suplantando a média nacional nos três concelhos, com mais de metade da população nessa situação no Paul (51,6%) e Porto Novo (51,1%), sendo Ribeira Grande o concelho menos pobre (38,5%). O PIB/capita é de cerca de 2.501 dólares americanos e este é o terceiro menor de Cabo Verde. Esta ilha destaca-se pelo elevado nível de saneamento doméstico, mas também de conforto. A força de trabalho de Santo Antão é constituída por 15.221 ativos, equivalente a uma taxa de atividade de 52,0%, que é muito baixa e a taxa de desemprego de apenas 8,9% tem pouca relevância em termos de ganhos, tendo em atenção o elevado

nível de subemprego. Santo Antão tem um perfil epidemiológico largamente convergente com a média nacional, designadamente pelo peso das doenças não transmissíveis; é hoje uma região sanitária que integra um hospital regional para servir toda a Ilha, ou seja cerca de 39.900 habitantes com 63 camas, 3 delegacias com 3 centros de saúde, 11 postos sanitários e 21 Unidades Sanitárias de Base. Por causa da migração, nesta ilha é nítida a tendência para a redução da procura escolar, em todos os níveis; a ilha não carece de escolas, começando algumas a ser desativadas, mas precisa sobretudo de requalificação. Santo Antão tem um Produto Interno Bruto de 9.342 milhões ECV (6,0% da riqueza nacional) dos quais 4.460 mil contos gerados pelo setor terciário que tem maior peso, mas a «Agricultura, produção animal e floresta» é a principal atividade económica da ilha. Santo Antão tem, ainda, pouca expressão no turismo, mas a hospitalidade do seu povo, aliada à imponência das suas montanhas, ribeiras, falésias e às belíssimas paisagens têm resultado no aumento da sua procura por turistas da Europa. O tecido empresarial de Santo Antão é pouco expressivo, pouco diversificado e com baixo peso, no contexto nacional, mas também com baixíssimos níveis de produtividade, mas a economia informal tem alguma expressão. Não obstante os investimentos feitos e os ganhos destes 42 anos de independência, Santo Antão continua a ser uma ilha à espera de oportunidades para a devida valorização do seu potencial, para o desenvolvimento da economia local e para a realização dos anseios do seu povo, que tem sido forçado à migração interna e internacional.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para esta ilha, com especial realce para a construção do aeroporto de Santo Antão (estudos a serem feitos), a expansão do porto, nomeadamente para receber cruzeiros e os investimentos estruturantes, como a criação de Águas de Santo Antão, conforme o Plano Diretor de Água e Saneamento de Santo Antão; mas também para o turismo, com a implementação

do conceito de turismo próprio para essa ilha, designadamente promovendo-a como uma das 20 ilhas mais belas do mundo e a «Surpresa do Atlântico»; para a agricultura; em suma, para a economia local, para a saúde, habitação e requalificação urbana; e, assim, serão criadas as condições para a aceleração do crescimento da economia da ilha, a partir de 2022.

II. SÃO VICENTE

Com uma superfície de 226,7 Km² e uma população de 81.863 habitantes, equivalente a uma densidade de 361,2 habitantes por Km², São Vicente é a segunda região do país, em termos populacionais, albergando cerca de 15,4% da população residente em Cabo Verde. São Vicente é uma ilha atrativa, com oferta de formação, a todos os níveis e com um dos hospitais centrais de primeira referência. Devido às oportunidades económicas e de emprego que oferece, de 15.848 habitantes, em 1940, deverá atingir 85.670 habitantes, no horizonte do PEDS e 91.007 em 2030, devido sobretudo à migração interna, especialmente de Santo Antão e São Nicolau. Cerca de 55.637 de pessoas residentes em São Vicente têm 15 a 64 anos de idade, o que configura um elevado potencial produtivo da população. O nível de alfabetização da população suplanta a média nacional e a população com 4 anos ou mais tem em média 7,6 anos de estudos. São Vicente alberga, atualmente, cerca de 25.007 agregados familiares, o equivalente a 17,7% do universo do país, com um tamanho médio de 3,2 membros, chefiados maioritariamente por homens (52,6%) e sendo uma sociedade urbana, tem um elevado nível de saneamento doméstico, mas também de conforto, no respeitante ao acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. São Vicente é a terceira ilha menos pobre de Cabo Verde, com uma incidência de 27,5%, um PIB/per capita de 3.392 dólares americanos, o terceiro mais elevado de Cabo Verde e um nível médio de despesa anual de consumo de 202.215 ECV, ou seja 1,6 vezes o que o gasto médio de uma pessoa residente no

Fogo. A força de trabalho de São Vicente é constituída por 40.030 ativos, equivalente a uma taxa de atividade de 63,7% e a taxa de desemprego é de 16,2%, superando a média nacional. Em São Vicente, os cuidados de saúde são prestados pelo Hospital Baptista de Sousa e por outras estruturas e aquele é o segundo hospital central de Cabo Verde, ou seja, de primeira referência, com 200 camas e 9.704 doentes internados, em 2015. Esta ilha tem 97 médicos e 155 enfermeiros, o equivalente a 12,1 médicos e 19,4 enfermeiros por 10.000 habitantes, respetivamente, suplantando a média nacional que é de 7,8 médicos e 12,5 enfermeiros por 10.000 habitantes, respetivamente. As doenças do aparelho circulatório (26,7%), os tumores ou neoplasias (18,6%), as doenças do aparelho circulatório (13,3%) são as principais causas da morte. Em São Vicente, as probabilidades de sobrevivência estão ligeiramente abaixo da média nacional, pois a Taxa Bruta de Mortalidade é de 6,0/1000, acima da média nacional, que é de 5,2/1000, quanto a taxa de mortalidade infantil é de 17,8%, também acima da média nacional que é de 15,3%, podendo dever-se, também, às evacuações de Santo Antão. São Vicente oferece todos os níveis de ensino, do pré-escolar, com 3.307 crianças, ao ensino básico, com 8.373 alunos e ao secundário, 6.850 alunos, tendo, ainda, uma densa e diversificada oferta de ensino superior, com quatro universidades e um instituto universitário, e está em curso a reorientação da rede escolar para a extensão do EB, até ao 8º ano. São Vicente é a segunda economia de Cabo Verde, uma economia de serviços, com um Produto Interno Bruto de 24.648 milhões ECV (16,0% da riqueza nacional). A economia de São Vicente é uma economia de serviços, pois o setor terciário gera cerca de 53% da riqueza da ilha, mas é, sobretudo, a ilha da indústria cabo-verdiana e, em particular, das indústrias transformadoras, que geram na ilha cerca de 47,6% do VAB desse ramo de atividade. São Vicente tem, ainda, fraca expressão em matéria de turismo, com uma deficiente capacidade de alojamento, mas Cabo Verde entrou, recentemente,

no concerto do turismo de cruzeiros e movimentou, em 2016, mais de 77.000 turistas, dos quais 48.000 no Porto Grande. A cultura é apontada como um ativo importante, e mesmo fundamental, para o desenvolvimento turístico das cidades e, no Mindelo, em S. Vicente, o Carnaval e o produto Cesária Évora são apontados como pólos de atração turística. Estão sedeados, em São Vicente, o essencial dos serviços centrais da área da economia marítima e o Porto Grande é o maior porto do país. São Vicente é, também, a segunda região, em matéria de atividade empresarial, albergando 1,833 empresas, que geram 12,039 empregos e um volume de negócios de 69.095.777 ECV e, sobretudo, níveis de produtividade acima da média nacional. Não obstante o seu percurso de sucesso, São Vicente estagnou, desde 2000, e é uma ilha com elevado desemprego, que empobreceu, mantendo-se intactas as suas vantagens competitivas. A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para São Vicente, pois, nesta ilha, realizar-se-á boa parte da visão de transformar Cabo Verde numa plataforma marítima, devendo ser implementada a Zona Económica Especial de Economia Marítima, visando garantir a inserção competitiva de Cabo Verde na economia regional e internacional, transformando São Vicente numa ilha moderna e internacional, com uma economia dinamizada. Com o PEDS, a ilha será dotada de um terminal de cruzeiros, no Porto Grande, visando atingir cerca de 200.000 passageiros, em 2030, tornando-se num verdadeiro destino de cruzeiros de referência, na região da África Ocidental e no conjunto da Macaronésia. Os vários investimentos serão realizados numa lógica de PPP, visando atrair a maior participação do setor privado.

III. SÃO NICOLAU

Com uma população de cerca de 12.341 habitantes e uma área de 344,61 Km², ou seja uma densidade de 35,8 habitantes por Km², São Nicolau vem perdendo população, pelo menos desde 1970 e terá cerca de 11.959 habitantes, em 2021,

sendo uma ilha que perde população, especialmente para as ilhas do Sal e de São Vicente, com reduzida acessibilidade, o que testemunha o facto de não se ter desenvolvido na ilha oportunidades económicas e sociais, à altura das necessidades e expectativas da população. Com 3.791 agregados familiares, de 3,3 membros, chefiados maioritariamente por homens (56,4%), elevado nível de saneamento doméstico, de acesso às TIC, em suma de conforto, esta ilha tem níveis de pobreza absoluta abaixo da média nacional, sendo 31,6% no Tarrafal de São Nicolau e 34,9% na Ribeira Brava. A força de trabalho da ilha de São Nicolau é constituída por 4.747 ativos, equivalente a uma taxa de atividade de 51,8%, muito abaixo da média nacional e a taxa de desemprego é de 11,3%, também abaixo da média nacional. Esta ilha tem, também, um perfil epidemiológico que converge com a média nacional, mas depende fortemente do hospital do Sal, enquanto hospital de referência, tendo uma Delegacia de Saúde sediada na Ribeira Brava, um Centro de Saúde em cada município e os níveis de mortalidade infantil (24,2/1000) e geral (9,2%) suplantam a média nacional. O Produto Interno Bruto de São Nicolau era de 3.305 milhões ECV, resultando num PIB/capita de 2.913 dólares americanos. Nesta ilha, predomina o setor público, ou seja, o Estado e o setor terciário é o mais importante gerador (49,3%) de riqueza da ilha. São Nicolau tem uma capacidade de alojamento turístico inexpressiva, mas deverá posicionar-se para o turismo de lazer e férias, que constitui 51% da procura turística a nível mundial. O tecido empresarial de São Nicolau é pouco expressivo, sendo constituído por 354 empresas, que geram 730 empregos e faturam 865.462 contos/ano, e com baixos níveis de produtividade. São Nicolau é também uma ilha agrícola, com 2.096 explorações agrícolas familiares, sendo cultivados, no sequeiro, cerca de 778,2 hectares e, no regadio, cerca de 138,3 hectares.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para São Nicolau, com especial realce para: a solução do problema da reduzida

acessibilidade (que é o maior entrave ao desenvolvimento do turismo e à dinamização da economia da ilha), a solução dos problemas de ligação entre os dois Municípios e, em especial, de ligação entre o porto do Tarrafal e o aeroporto de Preguiça; e com realce, também, para a requalificação da frente marítima de Tarrafal, investimentos esses que darão um impulso essencial ao turismo. Representa, também, uma grande oportunidade, no referente: às transferências sociais, ao planeamento urbanístico, ao cadastro multifuncional (instrumento para a clarificação de propriedades); mas, também, no referente: ao reforço das receitas municipais, à requalificação urbana, ao domínio das pescas com a reabilitação do cais de pesca, ao saneamento, com a conversão da lixeira em aterro controlado, assim como ao domínio do ambiente.

IV. SAL

Com uma superfície de 219,8 Km² e uma população de 35.268 habitantes, equivalente a uma densidade de 160,4 habitantes por Km², o Sal é a quinta região, em termos populacionais, com cerca de 6,6% da população residente em Cabo Verde. Esta ilha tinha 1.121 habitantes, em 1940 e terá 42.514 habitantes, em 2021 e é, assim, uma das ilhas mais atrativas de Cabo Verde, que recebe migrantes estrangeiros, mas sobretudo das outras ilhas, em especial de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Santiago. Cerca de 23.936 residentes no Sal têm entre 15 a 64 anos de idade e, nesta ilha, quase toda a população de 15 anos está alfabetizada e a de 4 anos ou mais tem em média 7,6 anos de estudos. O Sal alberga, atualmente, cerca de 10.153 agregados familiares, com um tamanho médio de 3,4 membros, chefiados maioritariamente por homens (64,0%) e é uma ilha totalmente urbana, com *habitat* concentrado, que sempre viveu de serviços e em contacto permanente com o mundo desenvolvido, tendo, assim, com elevados padrões de consumo, de saneamento doméstico, de acesso e uso das TIC e de conforto. Sal é a segunda ilha

menos pobre de Cabo Verde, com uma incidência de 19%, um PIB/capita 5.498 dólares americanos, o segundo mais elevado de Cabo Verde, onde cada pessoa tem um nível médio de despesa anual de consumo de 236,502 ECV. A habitação é um dos maiores problemas sociais nesta ilha, onde a população mais do que duplicou, desde 2000, sendo a maioria (56,9%) migrante. A oferta não está à altura da demanda, gerando bairros clandestinos na maior ilha turística do país. O saneamento é, também, um problema de primeira linha e constitui, com a habitação e a insegurança, grandes ameaças à sustentabilidade do turismo. A força de trabalho do Sal é constituída por 20.579 ativos, com a segunda maior taxa de atividade (81.1%) e a taxa de desemprego é de apenas 8,3% e é, assim, uma ilha de oportunidades que se ampliam. O contexto sanitário do Sal caracteriza-se por uma população em crescimento acelerado, o maior e mais concorrido aeroporto do país, chegadas e partidas de vários voos nacionais e internacionais, em média 10.000 turistas/diários, dificuldades de evacuação, com um hospital regional que, ainda, não tem formalmente esse estatuto, 2 centros de saúde e 1 posto sanitário. O Sal é uma das raras ilhas onde a procura escolar cresce, por causa da imigração, e a educação desenvolve-se em todos os níveis, do ensino pré-escolar, com 1.672 crianças, ao ensino básico, com 3.658 alunos, ao ensino secundário, com 1.374 alunos, na via geral e 1.807, na via técnica, estando em curso a reorganização da rede escolar, mas tendo-se, também, iniciado o ensino superior. A economia do Sal é, marcadamente, turística, com um Produto Interno Bruto de 16.057 milhões ECV, com predominância do setor terciário, que gera 2/3 da riqueza da ilha, resultando num PIB/capita de 5.498 dólares americanos, o segundo mais elevado de Cabo Verde. Transporte & armazenagem é a principal atividade económica, com 23,6% da riqueza da ilha, determinada, principalmente, pelo aeroporto, que é o maior do país. O bom turismo de Cabo Verde iniciou-se pelo Sal, que continua a ser a maior ilha turística do país, com uma capa-

cidade de alojamento de 11.781 hóspedes, tendo acolhido 293.987 hóspedes em 2016. Esta ilha realiza cerca de 40,2% do Valor Acrescentado Bruto do alojamento e restauração e, conjuntamente, com a ilha da Boa Vista geram cerca de 75,9% do VAB desse ramo de atividade económica. O Sal é a terceira ilha com maior peso da atividade empresarial, sendo a ilha onde está sediada a ASA, uma das maiores empresas cabo-verdianas e os maiores operadores turísticos do país. As 903 empresas da ilha geraram 9.293 empregos e um volume de negócios de 51.050 mil contos, equivalente a 20,3% da faturação das empresas, mas, sobretudo, com um dos mais elevados níveis de produtividade.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para a ilha do Sal pois, no quadro deste plano, a ilha será transformada num *hub*-aéreo e realizará, assim, boa parte da visão de transformar Cabo Verde numa plataforma aérea; mas, também, uma oportunidade para a solução dos problemas de habitação para os quais estão previstos investimentos de 3 milhões de contos na reabilitação e realojamento, solução dos problemas da água e saneamento, com investimentos de cerca de 124 mil contos, na densificação de água e saneamento e cerca de 400 mil contos, na construção do aterro sanitário. Ainda, no quadro do PEDS, será construída a Cadeia Regional do Sal, com um investimento de 180 mil contos, a ilha receberá transferências sociais e serão realizados investimentos na reabilitação urbana, nas pescas e no ambiente, com realce para a conservação da biodiversidade.

V. BOA VISTA

Com uma superfície de 631,1 Km² e uma população de 15.534 habitantes, equivalente a uma densidade de 24,6 habitantes por Km², a Boa Vista é a terceira ilha em superfície, mas a quarta menor em termos populacionais. Boa Vista tinha 2.779 habitantes, em 1940, mas terá 20.959 habitantes, em 2021. É uma das ilhas mais atrativas para o turismo, que ganha população no pro-

cesso migratório, especialmente da ilha de Santiago, mas também estrangeiros. Cerca de 72 em cada 100 habitantes da Boa Vista, tem 15 a 64 anos de idade, quase toda a população de 15 anos é alfabetizada e a população com 4 anos ou mais tem, em média, 7,4 anos de estudos. Boa Vista alberga, atualmente, cerca de 5.035 agregados familiares com 3,1 membros, chefiados maioritariamente por homens (62,1%), é predominantemente urbana, com elevados padrões de vida e, assim, nessa ilha são elevados os níveis de saneamento doméstico e de acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação, em suma de conforto, com exceção da água. É a ilha menos pobre de Cabo Verde, com uma incidência de 8,3%, um PIB/capita de 6.342 dólares americanos, o mais elevado de Cabo Verde, não obstante o elevado custo de vida, onde cada pessoa tem um nível médio de despesa anual de consumo de 290.934 ECV. A habitação é um dos maiores problemas sociais da ilha, pois a oferta de habitação não está à altura da demanda, numa ilha cuja população duplicou numa década e onde, aliás, 57,2% da população é imigrante, gerando assim o bairro da Boa Esperança, um verdadeiro gueto, onde vive a maioria da população da ilha, sem quaisquer serviços públicos e serão necessários, até 2021, pelo menos mais 1.737 casas, por causa de mais 4.244 empregos permanentes, diretos e indiretos que absorverão mais 2.438 trabalhadores migrantes. O saneamento é, também, o elo mais fraco na Boa Vista, pois embora as famílias tenham bom nível de saneamento doméstico e a limpeza urbana seja regular, o tratamento é deficiente, potenciando a poluição atmosférica e a contaminação dos solos, representando alguma ameaça para a saúde pública. A Boa Vista é a única região onde a grande maioria (64%) das famílias não tem água canalizada. Os grandes hotéis têm sistemas privados de saneamento líquido. A força de trabalho de Boa Vista é constituída por 9.718 ativos e esta ilha tem a maior taxa de atividade (82%) e a segunda menor taxa de desemprego do país (7,9%). A oferta de serviços de saúde na Boa Vista, é inadequada,

tratando-se de uma ilha turística, mas, também, tendo em atenção o nível de riqueza da ilha. Tem uma Delegacia e um Centro de Saúde com uma ampla carteira de serviços, funcionando de forma ininterrupta, um posto sanitário e cinco unidades sanitárias de base, sendo referência o hospital do Sal, mas sendo as evacuações, na maior parte das vezes, feitas para a Praia, especialmente as da área da cirurgia. A economia da Boa Vista é marcadamente turística. O Produto Interno Bruto da ilha era de 7.693 milhões ECV, dos quais 5.228 milhões ECV gerados pelo setor terciário, que tem maior peso e contribui com 68% para a formação da riqueza da ilha, resultando num PIB/Capita de 6.342 dólares americanos, o mais elevado de Cabo Verde. Particular realce deve ser dado ao facto do alojamento e restauração ser a principal atividade económica, contribuindo com 38,1% para a riqueza da ilha, quadro esse que configura, também, o peso e o potencial do setor privado da ilha, que oferecerá cada vez mais oportunidades económicas. Boa Vista tem 3.044 quartos e uma capacidade de alojamento de 6.321 hóspedes, cerca de 25,9% da capacidade nacional, e recebeu cerca de 31,6% dos hóspedes que visitaram Cabo Verde. Deverá atingir, no horizonte do PEDS, 7.191 quartos com 14.382 camas, devendo receber 474.248 hóspedes. O tecido empresarial da Boa Vista é pouco expressivo, pouco diversificado e com baixo peso, no contexto nacional, integrando 350 empresas que geram 3.294 empregos e faturam 6.948.881 contos ano, com elevados níveis de produtividade empresa.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para a Boa Vista, com especial realce para a solução dos problemas de habitação, com investimentos de cerca de 1,4 milhões de contos, na reabilitação do Bairro da Boa Esperança, a solução dos problemas de saneamento dos resíduos sólidos, com investimentos de cerca de 480 mil contos - especialmente na construção do aterro sanitário e encerramento e requalificação da lixeira municipal, mas, especialmente, representa uma grande oportunidade, no

âmbito do Programa de densificação e melhoria dos sistemas de água e saneamento, que afeta 8,4 milhões de contos (48,5% dos recursos) a essa ilha, com destaque para a construção, expansão e reabilitação de infraestruturas de distribuição de água potável, no valor de cerca de 4,26 milhões de contos e para a construção da ETAR e das redes de drenagem de águas residuais, no valor de cerca de 4,13 milhões de contos. Receberá, ainda, investimentos de cerca de 600 mil contos para a reabilitação de rodovias e beneficiará, tanto de transferências sociais, quanto de investimentos, no domínio do ambiente, com especial realce para a integração da conservação da biodiversidade no setor do turismo, em sinergia com o sistema das áreas protegidas, no valor de cerca de 103,37 mil contos.

VI. MAIO

Com uma superfície de 274,5 Km² e uma população de 7.034 habitantes, o Maio é a segunda menor região de Cabo Verde, com três vezes a população que tinha há meio século e terá 7.747 habitantes, em 2021, crescimento lento, devido, sobretudo, à migração para a cidade da Praia. A emigração testemunha que, embora seja efetiva a melhoria das condições de vida, a ilha ainda oferece raras oportunidades económicas. Cerca de 65% da população do Maio está em idade de criar riqueza, ou seja, constitui uma oportunidade demográfica, sendo que a população com 4 anos ou mais tem em média 6,8 anos de estudos, abaixo da média nacional que é de 7,7 anos. Residem, no Maio, 2.090 agregados familiares que têm, em média, 3,2 membros, chefiados maioritariamente por mulheres (52,9%) que habitam em casa própria, em *habitat* concentrado e a ilha situa-se acima da média nacional, no respeitante ao acesso aos bens e serviços básicos, mas, em desvantagem, no respeitante ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. Cerca de 31,7% da população do Maio vive em situação de pobreza absoluta e a força de trabalho da ilha é constituída por 3.170 ativos, equivalente a uma taxa de atividade de 63,4% e

a taxa de desemprego é de apenas 5,7%. A ilha tem um perfil epidemiológico convergente, com uma Delegacia de Saúde e um Centro de Saúde de primeira, dois Postos Sanitários e duas Unidades Sanitárias de Base; a mortalidade infantil é superior à média nacional (28/1000), mas a taxa de mortalidade geral (5,3%) praticamente converge e a ilha tem 2,8 médicos por 10.000 habitantes e 11,4 enfermeiros por 10.000 habitantes. Na ilha do Maio, é nítida a tendência para a redução da procura escolar e está-se em plena racionalização da rede escolar. Parte importante dos jovens do Maio, que completam o ciclo secundário, não prossegue estudos profissionais ou superiores e esta é uma situação de relativa exclusão, tendo em atenção a insuficiência dos mecanismos, até então, utilizados na atribuição de bolsas de estudo, que não permitem níveis adequados de discriminação positiva. O Produto Interno Bruto do Maio era de 1. 621 milhões ECV, resultando num PIB/capita de 2.573 dólares americanos, o quarto menor de Cabo Verde. Os serviços não mercantis e administração pública (18,5%) e a agricultura (17,6%) são os mais relevantes e é assim uma economia com predominância do Estado, onde o setor terciário, o mais importante, gera 47,8% da riqueza da ilha. A ilha do Maio foi preparada, há mais de 10 anos, para grandes investimentos turísticos, com 3 ZDTI, todas com planos de ordenamento turístico. Pretende-se um reposicionamento do turismo, pelo que os Planos de Ordenamento Turístico serão reavaliados, com a introdução de segmentos de pequenas unidades hoteleiras de alto valor acrescentado e a ilha será um importante destino, não só do turismo interno, mas também internacional.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para o Maio, por realizar-se no quadro do Eixo Sotavento, espaço económico e humano constituído pelas ilhas de Sotavento, com cerca de 2/3 da população e 60% da riqueza nacional, caracterizado por uma forte migração para Praia. É uma grande oportunidade, especialmente para a solução dos pro-

blemas de acessibilidade pela via marítima, mas também aérea, de extensão do porto, com investimentos a serem efetuados, assim como para o reposicionamento do turismo e do arranque do Maio, enquanto destino do turismo interno e internacional. O ecossistema do Maio é muito frágil e esta ilha receberá, no âmbito do PEDS, investimentos para a conservação da biodiversidade, de cerca de 104 mil contos, com especial realce para a «Integração da Conservação da Biodiversidade no Setor do Turismo em Sinergia com Sistema das Áreas Protegidas», assim como reforço financeiro para o planeamento urbanístico e a requalificação urbana, e investimentos, também, no domínio da saúde, da água e saneamento e, ainda, das pescas e da agricultura.

VII. SANTIAGO NORTE

Santa Catarina, Santa Cruz, Tarrafal, São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos constituem a região Santiago Norte, com cerca de 120 mil habitantes, sendo assim a segunda maior região de Cabo Verde. Esta vem perdendo peso, desde os anos setenta e a forte desaceleração do crescimento, na década de 2000, testemunha que, embora tenha sido uma década de fortes investimentos e ser efetiva a melhoria das condições de vida, esta região ainda oferece raras oportunidades económicas. Santiago Norte alberga 29.734 agregados familiares, com uma dimensão média de 4,1 membros, chefiados maioritariamente por mulheres (55%), em desvantagem no respeitante ao acesso aos bens e serviços básicos, como no respeitante ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. Santa Cruz (60,3%), São Lourenço dos Órgãos (58,5%) e Tarrafal (58,3%) formam o grupo dos três Municípios mais pobres de Cabo Verde, sendo a despesa média de consumo final de cerca de 123.715 escudos por pessoa, cerca de 42% do nível dos residentes na Boa Vista. A força de trabalho de Santiago Norte é constituída por 52.078 ativos e a taxa de desemprego é de 12,9%, abaixo da média nacional, mas com re-

duzida relevância, em termos de ganhos, devido ao peso da agricultura e do subemprego. A Região Sanitária Santiago Norte é a primeira do País, implementada em 2008, e já é um caso de sucesso, pois globalmente Santiago Norte está a convergir com a média nacional, tanto em termos do quadro epidemiológico, quanto em matéria de indicadores de sobrevivência, muito embora careça, ainda, de recursos, tanto humanos, como financeiros e de equipamentos. Em Santiago Norte, realizam-se todas as componentes do sistema educativo, ou seja, da educação pré-escolar com 5.253 crianças, ao ensino básico com 15.833 alunos, ao ensino secundário com 14.578 alunos, e ao nível superior em que operam 3 instituições. Com um Produto Interno Bruto, estimado em cerca de 23.944 milhões ECV, o equivalente a cerca de 15,5% da riqueza nacional, o setor terciário é o mais importante, gerando cerca de 50% do PIB da região. Santiago Norte é o principal centro agrícola e pecuário do país e, por excelência, uma região agrícola, com 11.888 hectares cultivados no sequeiro e 985 hectares no regadio, representando, respetivamente, cerca de 45,3 e 30,3% da área cultivada a nível nacional, liderando no domínio da pecuária, com 35.959 unidades de exploração pecuária, responsáveis pela criação de 65.372 cabeças de gado. O setor empresarial tem pouca expressão com 1.484 empresas, que garantem 3.337 empregos com um volume de negócios de 4.232.491 contos e baixos níveis de produtividade e a economia informal, ganha expressão com cerca de 6.300 unidades de produção informal que geram cerca de 7.600 empregos.

No âmbito do PEDS, o desenvolvimento da região Santiago Norte é projetado no Eixo Sotavento, devendo tornar-se no maior celeiro de Cabo Verde, em produtos agrícolas e da pecuária, num importante pólo do conhecimento e tecnologias, assim como num novo destino turístico. Através deste plano, será dada especial atenção ao desencravamento, com investimentos de cerca de 3,59 milhões de contos, ao com-

bate à insegurança habitacional, com investimentos de cerca de 625 mil contos, ao domínio das pescas, com investimentos da ordem dos 497 mil contos, designadamente; mas, especialmente, à mobilização de água e valorização das cinco barragens, mediante o desenvolvimento de uma nova agenda agrícola. Serão, no âmbito do PEDS, realizados investimentos nos domínios do ambiente, da água e do saneamento, do planeamento urbanístico, do cadastro multifuncional e serão realizadas transferências sociais, tendo em atenção o facto desta região ser a maior bolsa de pobreza de Cabo Verde, e serão, ainda, afetos cerca de 10 milhões de contos à realização das principais funções do Estado.

VIII. SANTIAGO SUL

Com uma superfície de 387,34 Km² e uma população de 177.758 habitantes, equivalente a uma densidade de 458,92 habitantes por Km², Santiago Sul é a primeira região do país, em termos populacionais, albergando pelo menos 1/3 da população residente em Cabo Verde. Em 1940, esta região tinha 18.298 habitantes, devendo atingir 196.696, no horizonte do PEDS. Santiago Sul é uma das regiões mais atrativas de Cabo Verde, especialmente, graças à cidade da Praia, devido às oportunidades económicas e sociais que oferece, por albergar a capital do país e, por consequência, o essencial da administração, empresas e organizações internacionais, por ter a maior e melhor oferta de formação e empregos do país, um hospital central e oferecendo, assim, oportunidades, especialmente às populações de Santiago Norte, do Maio, do Fogo e da Brava. Cerca de 118.971 pessoas residentes em Santiago Sul têm 15 a 64 anos de idade, ou seja, estão em idade de criar riqueza (66,9%) e constituem, assim, uma oportunidade demográfica. Nessa região, a grande maioria da população de 15 anos ou mais é alfabetizada e a população com 4 anos ou mais, na Praia, tem, em média, 7,4 anos de estudos, em São Domingos, 7,2 e na Ribeira Grande de Santiago, 6,8 anos. Santiago Sul alberga, atualmente, cerca de 43.416 agregados

familiares, o equivalente a 30,9% do universo do país, com um tamanho médio de 4,1 membros, chefiados maioritariamente por mulheres (50,8%) e é, globalmente, elevado, tanto o nível de saneamento doméstico, como o nível de conforto, de acesso e de uso das tecnologias de informação, sendo, contudo, a segunda maior bolsa de pobreza de Cabo Verde, com cerca de 32% dos pobres. Com um PIB/capita de cerca de 3.832 dólares americanos, o terceiro mais elevado de Cabo Verde, Santiago Sul integra a Praia, onde o gasto médio anual de consumo é de 236.602 ECV, o terceiro maior do país. A força de trabalho de Santiago Sul é constituída por 86.447 ativos, cerca de 35% da força de trabalho do país, equivalente a uma taxa de atividade de 67,2% e a taxa de desemprego é de 20,8% e, assim, alberga quase a metade (48,6%) dos desempregados de Cabo Verde. Em Santiago Sul, estão o Hospital Central da Praia, uma rede de 5 Centros de Saúde, na capital e, também, dois Centros de Saúde, na Ribeira Grande de Santiago e em São Domingos, para além de Postos Sanitários e Unidades Sanitárias de Base. As probabilidades de sobrevivência parecem ser ligeiramente superiores, pois a taxa bruta de mortalidade é de 4,1/1.000, abaixo da média nacional, predominando as doenças não transmissíveis. Nesta região, a educação abrange o ensino pré-escolar com 8.317 crianças, o ensino básico com 20.792 alunos e o secundário com 16.962 alunos, estando em curso a reorganização da rede escolar, para extensão do ensino obrigatório até ao 8º ano. Esta região tem a maior e a melhor oferta de ensino superior e de formação profissional, a nível do país. Com um PIB de cerca de 59.077 milhões ECV, dos quais 70,1% gerado pelo setor terciário, as atividades financeiras e dos seguros são as mais representativas. Praia tem parte importante das atividades portuárias e aeroportuárias de Cabo Verde, sendo o Porto da Praia o segundo maior do país, que, juntamente com o aeroporto da Praia, determinam, em boa parte, o peso de Santiago na geração do Valor Acrescentado Bruto da atividade de transportes, armazenagem e comunicações

(51,3%), ocupando a ilha a primeira posição. Santiago Sul é a região com maior peso na atividade empresarial, com 2.750 empresas, o equivalente a 29,4% do universo das empresas que geraram 20.389 empregos, equivalente a um volume de negócios de 112,9 milhões de contos e equivalente a 44,9% da faturação das empresas cabo-verdianas. As empresas têm níveis de produtividade muito acima da média nacional.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para Santiago Sul, por um lado, porque a Praia realizará parte essencial do conceito de plataforma financeira, pelos investimentos privados, no domínio do turismo, mas, também, pela aposta na promoção das economias das outras regiões e na descentralização, que reduzirão, a prazo, a migração para a Praia; por dotar a Praia de um hospital regional, pelos investimentos no campus universitário do Palmarejo, na habitação e no programa de reabilitação e realojamento, na cidade da Praia; e, particularmente, pelos investimentos de cerca 3,69 milhões de contos na densificação da água e saneamento, (com destaque para o Projeto de «Água e Saneamento dos Bairros Periféricos da Cidade da Praia»), nas estradas, nos domínios do ambiente; mas, também, por realizar-se, nesta região, o essencial dos programas finalísticos e de administração e apoio contantes do PEDS.

IX. FOGO

Com uma superfície de 471,2 Km² e uma população de 35.621 habitantes, a ilha do Fogo alberga cerca de 6,7% da população residente em Cabo Verde e é, por isso, a quinta região do País. Com três Municípios, sendo São Filipe o maior e mais povoado, esta ilha tinha, em 1940, cerca de 23.000 habitantes, vai perdendo população e de 37.178 habitantes, em 2010, terá apenas 34.622 habitantes, no horizonte do PEDS, devido, fundamentalmente, à migração interna, com especial realce para a Praia, e à emigração, especialmente para os Estados Unidos da América, ou seja, o Fogo é uma ilha que perde população.

— 206

Cerca de 61% da população do Fogo está em idade de criar riqueza, ou seja, constitui oportunidade demográfica, a grande maioria da população de 15 anos ou mais é alfabetizada e a população com 4 anos ou mais tem em média 6,4 anos de estudos. O Fogo alberga, atualmente, cerca de 8.638 agregados familiares, com um tamanho médio de 4,1 membros, chefiados maioritariamente por homens (58,9%) e as famílias cuidam adequadamente do saneamento doméstico, têm elevado nível de conforto e de acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação. Todos os Concelhos da ilha têm níveis de pobreza absoluta superiores à média nacional. O PIB/capita da ilha é de cerca de 2.277 dólares, o menor de Cabo Verde e a força de trabalho é constituída por 13.378 ativos, equivalente a uma taxa de atividade de 53,6% muito abaixo da média nacional e a taxa de desemprego é de apenas 8,9%, com fraca relevância, em termos de ganhos, tendo em atenção os elevados níveis de subemprego. O Fogo constitui, com a Brava, uma região sanitária, mas cada Concelho desta ilha tem uma Delegacia de Saúde e um Centro de Saúde, sendo servida por um hospital regional de segunda referência e tem um perfil epidemiológico convergente. Nesta ilha, a educação opera no ensino pré-escolar com 1.660 crianças, no ensino básico com 5.066 alunos e no secundário com 3.818 alunos, estando em curso a reorganização da rede escolar para extensão do ensino obrigatório até ao 8º ano. O Fogo é uma ilha com um potencial turístico único e raro no mundo, representado pelo vulcão, ainda muito pouco explorado, incluindo o turismo científico, sendo Chã das Caldeiras candidata a geoparque da UNESCO. Mesmo assim, é uma ilha à espera de oportunidades, com um Produto Interno Bruto de 7.445 milhões ECV, dos quais 3.419 milhões ECV gerados pelo setor terciário, que tem maior peso e contribui com 45,9% para a formação da riqueza da ilha, resultando num PIB/Capita de 2.277 dólares americanos, o menor de Cabo Verde. A agricultura, produção animal, caça e florestas são as atividades económicas com maior re-

levância, contribuindo em cerca de 22,4% a riqueza da ilha. O tecido empresarial do Fogo é inexpressivo, com 537 empresas, que geram 1.312 empregos e faturam 1.889.238 contos/ano, com baixos níveis de produtividade. Nesta ilha, a economia informal tem também alguma expressão.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para a ilha do Fogo, realizando o conceito Eixo Sotavento, mas, também, pela possibilidade de solução dos problemas de acessibilidade da ilha, do desenvolvimento turístico e da efetiva valorização do potencial agrícola, na componente da fruticultura, em que é competitivo, assim como da consolidação do vinho do Fogo e do queijo, como produtos de exportação. Será a oportunidade de realização de grandes investimentos de cerca de 358 mil contos em estradas, na densificação e melhoria dos sistemas de água e saneamento, na formação profissional, assim como na habitação, saneamento e ambiente, no planeamento urbanístico e cadastro multifuncional e nas transferências sociais, no âmbito dos programas de família e de inclusão social.

X. BRAVA

Com uma superfície de 62,51 Km² e uma população de 5,638 habitantes, equivalente a uma densidade de 90,2 habitantes por Km², a Brava é a menor ilha em superfície, mas, também, em termos populacionais, albergando cerca de 1,1% da população residente em Cabo Verde. A Brava tinha 8,528 habitantes em 1940 e terá cerca de 5,346, no horizonte deste plano, ou seja apenas 62,6% da população que tinha em 1940 e é, assim, uma ilha repulsiva, que perde população no processo migratório, tanto internamente, principalmente para a Praia, mas também pela emigração, especialmente para os Estados Unidos da América. Na Brava 3.468 pessoas, ou seja 61,5% da população residente na ilha tem 15 a 64 anos de idade, ou seja, está em idade de criar riqueza e 85 em cada 100 pes-

soas de 15 anos ou mais é alfabetizado e a população com 4 anos ou mais tem em média 6,5 anos de estudos, abaixo da média nacional que é de 7,7 anos. A Brava alberga, atualmente, cerca de 1.553 agregados familiares, com um tamanho médio de 3,6 membros, chefiados maioritariamente por homens (58,3%), com um bom nível de saneamento doméstico, de conforto e uma boa dinâmica de inserção na economia digital. A Brava é o décimo Concelho mais pobre de Cabo Verde, com 43,5% da população vivendo abaixo do limiar da pobreza, com um PIB/capita de 2.494 dólares americanos, o segundo menor de Cabo Verde, onde cada pessoa tem um nível médio de despesa anual de consumo de 136.478 ECV, ou seja 57,7% do nível dos residentes na Praia. A força de trabalho da Brava é constituída por 1.231 ativos, equivalente a uma taxa de atividade de apenas 30,5%, a mais baixa do País e a taxa de desemprego é de apenas 4,6%, a mais baixa do País, mas com fraca relevância em termos de ganhos, tendo em atenção o nível de subemprego. As condições de sobrevivência na Brava não convergiram, ainda, com a região, pois a taxa de mortalidade infantil é de 26,8/1.000, acima da média da região, que é de 24,2/1.000 enquanto a taxa de mortalidade geral é de 6,7/1.000, quase convergindo com a região (6,1/1.000). A Brava tem 3,5 médicos por 1.000 habitantes, e 14,2 enfermeiros por mil habitantes. Na ilha Brava, a educação ocorre nos três níveis, sendo o nível pré-escolar com 364 crianças, o ensino básico frequentado por 834 alunos e o ensino secundário frequentado por 580 estudantes. O Produto Interno Bruto da ilha era de 1.303 mi-

lhões ECV, dos quais 563 milhões ECV provenientes do setor terciário, sendo, porém, uma economia predominantemente agrícola, com 22% da riqueza da ilha, mas também com forte presença da administração pública, o que testemunha o peso do Estado. Como ilha agrícola, a Brava conta com 965 explorações agrícolas familiares e 892 Unidades de Exploração Pecuária, cultivando-se, no sequeiro, 467 hectares e cerca de 36,8 hectares, no regadio. A Brava tem fraca capacidade em termos de alojamento e de movimentação de hóspedes, mas reconhece-se que a Brava tem um grande potencial turístico, juntamente com a ilha do Fogo. O tecido empresarial da Brava é pouco expressivo, pouco diversificado e com baixo peso no contexto nacional, mas também com baixíssimos níveis de produtividade, com 144 empresas, que geram 247 empregos e faturam 532.209 contos/ano.

A execução do PEDS representa uma grande oportunidade para a Brava, no respeitante à solução do problema da acessibilidade da ilha, com a execução do projeto do aeroporto da Brava, (estudos prévios a serem elaborados) mas, também, no respeitante ao desenvolvimento turístico. Será a oportunidade de investimento no saneamento, especialmente num aterro sanitário, com investimentos de cerca de 100 mil contos, mas, também, no domínio das pescas, do ambiente, da água e do saneamento, assim como no domínio do planeamento urbanístico, do cadastro multifuncional e de transferências sociais.

8.4 Índice de Quadros e Gráficos

Quadros

Quadro 1: Projeções Demográficas 2010 – 2030. Fonte: INE.....	33
Quadro 2: Comparação do IDH e PIB p.c. de Cabo Verde com os TOP 10 PPI. Fonte: IBGE/Brasil	38
Quadro 3: Balança de Pagamentos em milhões de ECV.	45
Quadro 4: Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), em milhões de ECV	45
Quadro 5: Evolução relativa das receitas do Turismo, das remessas dos emigrantes e das transferências, face ao saldo da Balança de Mercadorias, entre 2013 a 2015.....	46
Quadro 6: Alinhamento do Programa do Governo com as Agendas Internacionais	56
Quadro 7: PIB per capita e PIB per capita por ilha, entre 2007 e 2014. Fonte: INE	63
Quadro 8: Evolução do PIB.....	63
Quadro 9: Estatísticas do Turismo (dados do último relatório do INE, referente ao ano de 2016 – relatório produzido em 2017)	76
Quadro 10: Sistema Financeiro. Contribuição setorial no VAB.....	78
Quadro 11: Dinâmica do Investimento Externo	80
Quadro 12: IDE (os TOP TEN PPI e Cabo Verde).....	80
Quadro 13: Comparativo de indicadores de governação - Cabo Verde e Singapura.....	99
Quadro 14: Índice de Liberdade Económica, 2017.....	100
Quadro 15: Quadro Lógico do PEDS: Indicadores e Metas.....	155
Quadro 16: Evolução da taxa de desemprego por região	168
Quadro 17: Evolução do PIB/capita em dólares PPC por região.....	168
Quadro 18: Evolução do movimento de passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos do País por região	168
Quadro 19: Evolução da Contribuição Direta do Turismo no PIB por região.....	169
Quadro 20: Evolução da percentagem de famílias em risco de insegurança alimentar por região.....	169
Quadro 21: Evolução das unidades de produção informal por região.....	169
Quadro 22: Evolução da incidência da pobreza por região.....	170
Quadro 23: Percentagem da população com acesso à rede pública de água por região	170
Quadro 24: Percentagem da população com acesso à electricidade por região.....	170
Quadro 25: Evolução das remessas dos emigrantes por região. Em milhões de escudos	171
Quadro 26: Evolução da taxa de cobertura da segurança social do regime contributivo (*) por região.....	171
Quadro 27: Participação nas eleições autárquicas por região	171
Quadro 28: Projeção do emprego jovem por região	172
Quadro 29: Evolução do IDH por Região	172
Quadro 30: Dados Demográficos	189
Quadro 31: Indicadores de Rendimento, Pobreza, Desigualdade e Desemprego	179
Quadro 32: Crescimento Real do Produto Interno Bruto	190
Quadro 33: Evolução da Taxa de Inflação.....	190
Quadro 34: Evolução do PIB Real e Nominal	192

Gráficos

Gráfico 1: Evolução do PIB Real, PIB Nominal e Inflação. Fonte: INE	35
Gráfico 2: Contribuição setorial no VAB. Fonte: INE.....	35
Gráfico 3: Incidência da pobreza relativa global e da pobreza relativa extrema segundo meio residência. Fonte: INE, IDRF 2015.....	35
Gráfico 4: Cenário de Crescimento do PIB per capita no Longo Prazo. FONTE: DNP/MF	38
Gráfico 5: Índice de conectividade dos países do Atlântico Médio. Fonte: Banco Mundial	39
Gráfico 6: Fonte: ADEI: Inquérito às pequenas e médias empresas, relativo às atitudes sobre o empreendedorismo, 2014	98
Gráfico 7: Fonte: ADEI: Inquérito às pequenas e médias empresas relativo às atitudes sobre o empreendedorismo, 2014	99
Gráfico 8: Fontes: Relatórios <i>Doing Business</i> 2012 a 2017, <i>World Bank</i>	101
Gráfico 9: Fontes: Relatórios <i>Doing Business</i> 2015 a 2017, <i>World Bank</i>	101
Gráfico 10: Poupança e Investimento em % do PIB	104
Gráfico 11: Evolução do Consumo Privado (% do PIB). Fonte: MF/DNP	193
Gráfico 12: Evolução do Consumo Público (% do PIB). Fonte: MF/DNP	193
Gráfico 13: Evolução do Investimento Privado (% do PIB). Fonte: MF/DNP	193
Gráfico 14: Evolução do Investimento Público (% do PIB). Fonte: MF/DNP.....	194
Gráfico 15: Evolução do Défice da Conta Corrente (% PIB nominal). Fonte: MF/DNP.....	194
Gráfico 16: Evolução das Remessas dos Emigrantes (% PIB nominal). Fonte: MF/DNP	194
Gráfico 17: Evolução do Investimento Direto Estrangeiro (% PIB Nominal). Fonte: MF/DNP.....	195
Gráfico 18: Evolução do Número de Turistas. Fonte: MF/DNP.....	195
Gráfico 19: Evolução da Massa Monetária. Fonte: MF/DNP.....	195
Gráfico 20: Evolução do Crédito à Economia. Fonte: MF/DNP	196
Gráfico 21: Evolução do Índice de Preços e Deflator. Fonte: MF/DNP	196

O **PEDS** foi um processo participativo:



**Todos juntos por
um Cabo Verde melhor.**



PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

35 PROGRAMAS
QUE VÃO MUDAR
O PAÍS PARA MELHOR.
E A VIDA DE TODOS NÓS.

O Governo de Cabo Verde lançou o PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de ações e programas cobrindo todos os setores da governação, com as metas e soluções para os próximos 5 anos. Elaborado com a participação dos agentes da sociedade civil e do setor privado, o PEDS vai promover, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a agenda África 2063, um novo modelo de crescimento com foco na promoção de uma vida melhor para toda a nossa gente.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.
É para o país. É para as ilhas. É para todos nós.



